



LINGUAGEM EM (RE)VISTA

(Ano 13, nº 25/26 [especial], 2018)

Estudos bakhtinianos: linguagens, gêneros e discursos

EXPEDIENTE

A *LINGUAGEM EM (RE)VISTA* é um periódico semestral destinado à expansão e socialização de pesquisas inscritas no âmbito de estudos da linguagem. Eventualmente, poderá receber contribuições de áreas afins.

Conselho Editorial	Ana Léa Rosa da Cruz	(UNIDERP)
	Antônio Carlos da Silva	(UNIDERP)
	Beatriz dos Santos Feres	(UFF)
	Iran Nascimento Pitthan	(UCAM)
	Lúcia Melo de Sousa	(UNESA)
	Maria Isaura Rodrigues Pinto	(UERJ)
	Maria Luiza de Castro da Silva	(UNIDERP)
	Regina Souza Gomes	(UFRJ)

Organização
e editoração: Maria Isaura Rodrigues Pinto

Diagramação,
editoração
e edição: José Pereira da Silva

Impressão: Universidade das Cópias

As ideias apresentadas nos artigos assinados são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

**ESTUDOS BAKHTINIANOS:
Linguagens, gêneros e discursos**

– Números 25/26 da revista *Linguagem em (Re)vista* –

Organizadores.:
Celso Kallarrari,
Adriana Santos Batista,
Helânia Thomazine Porto
Aline M. dos Santos Pereira

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
<i>Maria Isaura Rodrigues Pinto</i>	
1. Agendas próximas, narrativas divergentes – a imprensa e os sentidos do impeachment de Fernando Collor de Mello	10
<i>Vinícius Sales do Nascimento França</i>	
2. Dialogismo, gêneros e discurso: estudos bakhtinianos ...	42
<i>José Pereira da Silva</i>	
3. Discurso citado em textos jornalísticos sobre o PISA	67
<i>Adriana Santos Batista</i>	
4. Gêneros discursivos: precedentes teóricos em <i>Marxismo e Filosofia da Linguagem</i>	89
<i>Aline Maria dos Santos Pereira</i>	
5. Narrativas locativas: um gênero híbrido	111
<i>Vânia Lúcia Menezes Torga e Vinícius Vita Gorender</i>	
6. O cronotopo e os espaços de memória: modos de apreensão do instável no processo de escrita de um gênero discursivo	131
<i>Orasir Guilherme Teche Cális</i>	
7. O discurso religioso em <i>Dom Casmurro</i>	161
<i>Celso Kallarrari</i>	
8. O que anunciam os <i>tikmîr'ûn</i>: por uma dialética com cantos indígenas	194
<i>Helânia Thomazine Porto</i>	
9. Relações dialógicas em revista infantil: processo de adultização de meninas	222
<i>Cristhiane Ferreguett</i>	
REFERÊNCIAS	252
SOBRE OS AUTORES	276

APRESENTAÇÃO

Este volume da *Linguagem em (Re)vista*, que inclui os números 25 e 26, é o resultado de reflexões produzidas por vários pesquisadores que se dedicam a aprofundar conhecimentos sobre os escritos provenientes do chamado Círculo de Bakhtin.

Essa prática investigativa marcou sobremaneira, entre o período de 2013 a 2015, a trajetória de pesquisadores da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), que integram o Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Educação e Linguagens (GEICEL), mais especificamente, a dos vinculados à linha de pesquisa “Língua, linguagens, significação e identidade”. Os trabalhos desenvolvidos pelo Grupo que conta com a participação de docentes-pesquisadores e alunos-monitores nas áreas de pesquisa, ensino e extensão, bem como de técnicos administrativos, filiam-se às seguintes linhas, assim dispostas: (a) Literatura: crítica, memória, cultura e sociedade, (b) Língua, linguagens, significação e identidade, (c) Docência, pesquisa e formações e (d) Fonética, fonologia, sociolinguística e dialectologia do Extremo Sul da Bahia.

Para este volume, além de artigos elaborados por pesquisadores da UNEB, contamos com a colaboração de pesquisadores de outras instituições, cujas produções mantêm afinidades com os estudos realizados no âmbito do GEICEL.

O texto de abertura, “Agendas próximas, narrativas divergentes – A imprensa e os sentidos do *impeachment* de Fernando Collor”, o autor Vinícius Sales do Nascimento França apoia-se nas noções de signo, infraestrutura e superestrutura para realizar a análise de textos de dois jornais: *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo* com o propósito de observar a construção da narrativa em torno do *impeachment* de Fernando Collor. O estudo põe em xeque a pretensa neutralidade atribuí-

ída a textos jornalísticos, afirmando que, neles, são veiculadas ideias e práticas sociais vinculados ao setor da sociedade a que pertencem.

“Dialogismo, gêneros e discurso: estudos bakhtinianos”, texto de José Pereira da Silva, que sugeriu a inclusão dessa obra como número especial desta revista, traz à baila pontos de vista acerca de dialogismo, gênero, gêneros textuais e gêneros do discurso, construídos a partir de uma dialética com vinte e um textos publicados em anais e revistas do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL). Com suas reflexões, o autor busca evidenciar como as publicações do CiFEFiL têm contribuído para a fomentação de uma literatura especializada dos estudos bakhtinianos em âmbito nacional.

Já Adriana Santos Batista focaliza, no texto “Discurso citado em textos jornalísticos sobre o Pisa”, o interesse jornalístico por temas educacionais. A questão é pensada a partir de discussões agenciadas pelo Círculo de Bakhtin e por outros teóricos que refletem sobre esse tema. Analisando textos jornalísticos que se reportam ao Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) como fonte de informação para sua elaboração, a autora atesta que o modo de inserir os dados no texto constrói a ilusão de retomada fiel do conteúdo veiculado nos relatórios oficiais do exame. Propõe-se ainda a mostrar como essas avaliações estão ancoradas em fontes provenientes de instituições de ensino privadas e que, nesse processo, há um silenciamento de vozes ligadas às universidades e escolas públicas, o que reforça o prestígio atribuído pelo o jornal às instituições privadas.

No texto “Gêneros discursivos: precedentes teóricos em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*”, de Aline Maria dos Santos Pereira, avulta uma reflexão sobre as construções de sentido acerca do uso da língua e de gêneros discursivos a partir de análises realizadas nas obras *Marxismo e Filosofia da Linguagem* e *Estética da Criação Verbal*, de Mikhail Bakhtin.

A autora argumenta que a concepção de língua defendida no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* relaciona-se com a noção de gêneros discursivos, encontrada em *Estética da Criação Verbal*, porque não é possível dissociar, abraçando a perspectiva bakhtiniana, os gêneros do processo de interação verbal, da enunciação, ou seja, da utilização da língua na sociedade.

O artigo “Narrativas locativas: um gênero híbrido”, escrito por Vinícius Vita Gorender e Vânia Lúcia de Menezes Torga, dedica-se ao enfoque das seguintes questões: as narrativas locativas, englobando a tecnologia e os aspectos de seu uso para a construção de narrativas, a partir do conceito de cronotopo, bem como a relação existente entre autores, intermediários e públicos das narrativas locativas, considerando um tempo e um espaço. O texto também investe na apresentação de uma discussão sobre a obra *I’d Hide You* de Blast Theory (2012). A ideia defendida pelos autores é a de que a locatividade ao mesmo tempo inova e limita, porque a recepção de uma obra exige que o leitor se situe em um local geográfico específico.

“O Cronotopo e os espaços de memória: modos de apreensão do instável no processo de escrita de um gênero discursivo”, de Orasir Guilherme Teche Cális, exhibe uma reflexão sobre gênero, pautada na noção de que no texto estão constituídos aspectos do mundo verbal e do contexto sociocultural. O autor examina como a abordagem dialógica de Mikhail Bakhtin trata dessas relações, dando destaque à noção de gênero como síntese da dimensão cronotópica do texto como enunciação. Analisa ainda como esse conceito, ao ser operacionalizado, torna-se um instrumento precioso em pesquisas focalizadas em textos de professoras alfabetizadoras, no ano de 2006, em Cubatão-SP, como atividade inicial de um curso de capacitação denominado *Letra e vida*.

Celso Kallarrari, em “O discurso religioso em *Dom*

Casmurro”, volta-se para o estudo do texto literário. Lançando mão dos conceitos de dialogismo, intertexto e intertextualidade, leva o leitor a acompanhar uma reflexão sobre a presença do discurso religioso no romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis. O autor advoga que os enunciados bíblicos ao serem retomados, de forma implícita e explícita no discurso do narrador, às vezes são conservados, às vezes desconstruídos, bem como têm os sentidos renovados, o que atesta a presença, na obra, de uma multiplicidade de vozes e esferas ideológicas refletidas e refratadas da realidade sociopolítica, econômica e doutrinária da época em que o romance está inserido.

De Helania Thomazine Porto, o artigo “O Que Anunciaram os Tikmũ’rñ: por uma dialética com cantos indígenas”, por meio da análise de cantos do povo Maxakali, busca responder a questões como: - Que mundo nos é apresentado por meio da poética Maxakali? - Como os enunciados (cantos) se estruturam e que temas abordam? - Em que enunciação esses enunciados (os cantos) são evocados? Esses questionamentos acerca dos cantos dos Maxakalis são entendidos na interlocução entre a teoria da materialidade do pensamento e da linguagem, afiançada por Bakhtin, com a poética indígena.

Por fim, Cristhiane Ferregett, no texto “Relações Dialógicas em Revista Infantil: processo de adultização de meninas”, apresenta uma investigação sobre a recepção de reportagens da *Revista Recreio Girls* por meninas, na faixa etária de seis a onze anos de idade. O estudo pretende contribuir para a fomentação de debates relacionados à temática mídia e infância e estimular movimentos e atos responsáveis para a promoção e a defesa dos direitos das crianças no que diz respeito ao consumo e consumismo. O texto salienta ainda que a escola precisa incrementar a leitura crítica e a discussão de textos midiáticos, especialmente os publicitários, em suas atividades docentes, além de desenvolver projetos para capacitar melhor o professor nesse sentido.

Os artigos que aqui trazemos, sob prismas variados, privilegiam pressupostos bakhtinianos, pondo em evidência a riqueza e a diversidade das pesquisas que vêm sendo realizadas com a exploração desse referencial teórico. A expectativa é a de que os nossos leitores se sintam estimulados a ampliar esse quadro.

Maria Isaura Rodrigues Pinto
(Dir. da rev. Linguagem em (Re)vista)

**AGENDAS PRÓXIMAS,
NARRATIVAS DIVERGENTES
– A IMPRENSA E OS SENTIDOS DO *IMPEACHMENT*
DE FERNANDO COLLOR**

Vinícius Sales do Nascimento França

Introdução

Tomamos como objeto o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, admitido pela Câmara de Deputados em 29 de setembro de 1992. A interrupção do mandato presidencial¹ justificou-se pela descoberta e apuração em uma Comissão Parlamentar de Inquérito da existência de um esquema de tráfico de influência, chefiado por Paulo Cesar Farias, que teria beneficiado o presidente. Em 30 de dezembro, o Senado o julgou culpado, cassando seu mandato e direitos políticos. Contudo, o *impeachment* não deve ser explicado apenas pela corrupção: “a corrupção só se torna fatal quando empregada como arma por poderosos adversários” (WEYLAND *apud* SALLUM JR; CASARÕES, 2011). Um conjunto de forças atuaram para pressionar o Congresso a destituir Fernando Collor de Mello, entre elas, os meios de divulgação midiática, que deram intensa cobertura jornalística para a CPI; e os movimentos sociais, que realizaram um conjunto de manifestações de rua pelo *impeachment*. (DIAS, 2004. RODRIGUES, 1997)

Havia agendas políticas diversas e conflitantes e uma

¹ O processo, admitido na Câmara por 441 votos a favor, 38 contrários, 1 abstenção e 23 ausências, foi enviado ao Senado, que formou uma comissão de 21 membros para analisá-lo. Ela elaborou um parecer, votado no dia 1 de outubro, em votação simbólica, pelo plenário do Senado. Somente após essa votação, Fernando Collor de Mello foi notificado e deixou o poder. Itamar Franco, o vice-presidente eleito, assumiu no dia seguinte.

pluralidade de narrativas em torno do processo de impedimento. A forma como o *impeachment* de Fernando Collor de Melo passou a ser compreendido posteriormente está ligada à disputa política em torno dele e a quais narrativas se tornaram dominantes na memória coletiva² acerca deste fato histórico. Tal raciocínio está presente em um texto de Marcos Napolitano que analisa o processo de *impeachment* sobre o mandato da presidente Dilma Rousseff, em 2016, e o fato de ele configurar um golpe de estado. Apesar de defender que houve um golpe parlamentar, o autor lembra que a forma como este *impeachment* será interpretado irá depender dos rumos futuros da política nacional e da construção da memória em torno do processo de impedimento. Isso também vale para outros fatos históricos ligados à instabilidade política, como o golpe militar de 1964, cuja narrativa inicial, associada aos apoiadores da destituição de João Goulart, era de uma intervenção militar pontual. Ela caiu por terra com a perpetuação dos militares no poder. (NAPOLITANO, 2016)

A disputa em torno do significado de um fato histórico remete a discussão de Mikhail Mikhailovich Bakhtin sobre o signo e sua pluralidade de sentidos. Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2010), o autor afirma que há um conflito interno a cada signo, que poderia apontar para significados diversos, segundo grupos ou classes sociais opostas. A classe dominante procura esconder tal conflito, fazendo prevalecer o significado que lhe convém, construindo um consenso e apagando as diferenças sociais que o signo poderia explicitar. No entanto, em momentos de crise social e política, tal consenso deixa de prevalecer e as disputas simbólicas entre os grupos sociais se acirram.

Aproximando o *impeachment* de Fernando Collor de

² Considerando memória todo tipo de discurso não científico acerca do passado. Sobre o conceito de memória ver Ulpiano Toledo Bezerra de Menezes (1992).

Mello de um signo em disputa, propomos a análise dos textos de dois jornais: *Folha de S. Paulo* (FSP) e *O Estado de S. Paulo* (OESP) para observar a construção da narrativa em torno desse fato, seguida do questionamento acerca de quais fatores podem explicar essa construção. Trata-se de editoriais institucionais publicados no dia 30 de setembro de 1992, que opinaram sobre o fato de o processo de afastamento do presidente ter sido aprovado pelos deputados: “A lição do *impeachment*”, da *Folha de S. Paulo*, e “Sentido de uma votação”, de *O Estado de S. Paulo*. Ambos percebem o fato de forma diferente, embora apoiem uma agenda de governo semelhante. Os dois jornais foram escolhidos por estarem entre os maiores do país (tanto em 1992 como nos dias correntes) e disputarem o domínio do mercado de leitores do estado de São Paulo, ou seja, pode-se presumir um vínculo entre o teor dos textos e a disputa dos jornais. O corpus foi coletado na internet, nos sites *Acervo Folha* e *Acervo Estadão*, que contém edições anteriores dos periódicos.

O uso do conceito de signo possui algumas adaptações: ele não se aplica a um significante isolado, se refere ao rito do voto aberto dos deputados que indicaram o afastamento do presidente no dia anterior à publicação dos textos. Além disso, a disputa simbólica entre os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* não é uma disputa entre classes sociais, pois ambos são grandes empresas midiáticas, representando interesses empresariais ligados a seus respectivos proprietários, investidores e anunciantes.

É evidente que os textos jornalísticos não constroem uma visão neutra do real. Os jornais são empresas, sua atuação é determinada pela busca do lucro e suas páginas disseminam ideias, práticas e costumes vinculados ao setor da sociedade a que pertencem, sendo capaz de corresponder às necessidades de seu público, assim como de gerar tais necessidades, moldando-o e expandindo-o. (GRAMSCI, 2010)

Criação ideológica, infraestrutura e superestrutura

Para a nossa problemática, é pertinente a discussão sobre a definição de ideologia como superestrutura. A ideologia abrange todas as esferas de criação imaterial humana: a política, a religião, as artes, os costumes, a linguagem, a ciência etc. (FARACO, 2009). Para Mikhail Mikhailovich Bakhtin, tudo “que é ideológico possui um significado e remete a algo fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*” (BAKHTIN, 2010, p. 31). O significado dos múltiplos signos humanos (palavras, gestos, imagens, rituais, símbolos matemáticos, sons etc.) é produzido por um consenso que ocorre na interação dos locutores, construído sobre experiências e memórias sociais prévias que apontam para o objeto que o signo reflete; tal consenso só ocorre porque os locutores vivem em sociedade. A construção social do signo está ligada à sua instabilidade: os significados mudam de acordo com a situação, o contexto histórico e a hierarquia social entre os locutores.

Cada signo possui diversos significados e valorações ideológicas (bom, mau, correto etc.) baseadas no viés de classe específico dos locutores. Pelo potencial de apontar para múltiplos significados e valores, o signo não apenas reflete a realidade, ele também a refrata. A concepção do signo marcada pelas relações sociais vincula-se à visão da ideologia como superestrutura, conforme definida por Marx (2008, p. 47):

na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e inte-

lectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência.

Para o autor, a característica essencial de uma sociedade é a forma como os seus membros se organizam para produzir a vida material e, em consequência, reproduzir-se. Tal organização divide a sociedade em classes, grupos sociais que tem posições diversas na produção da vida material e na distribuição de seus frutos. A oposição se realiza entre a classe que possui os meios de produção (a terra, os instrumentos do trabalho, as máquinas etc.) e as que trabalham para as primeiras. O que diz respeito à economia, à distribuição das tarefas e frutos da produção, Marx denomina estrutura ou infraestrutura, aquilo que está embaixo, o pilar da construção da sociedade; e o que diz respeito à ideologia, ele chama de superestrutura, o que está em cima, é sustentado e determinado pela economia.

Os autores marxistas que se voltaram para a cultura encontraram um problema: como definir os limites da determinação da economia sobre a ideologia sem negar este fenômeno nem esvaziar a cultura de todo tipo de autonomia? Mikhail Mikhailovich Bakhtin rejeita a noção de causalidade mecanicista entre um fenômeno da vida material e um fenômeno ideológico. Um exemplo é o aparecimento de um personagem no romance russo oitocentista, o “homem supérfluo” (BAKHTIN, 2010, p. 41) que retrataria a nobreza empobrecida daquele período. A simples relação isolada entre os dois fatos – a nobreza decai, logo surge um personagem no romance que a represente – não tem valor explicativo, pois ignora o funcionamento do romance e do conjunto da literatura, segundo suas próprias leis.

O livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* aborda a construção social do signo ideológico, considerando as relações de classe, mas sem uma análise reducionista que se resume a esse fator. Alguns conceitos do livro foram selecionados para este trabalho: o tema e a significação; o gênero discursi-

vo; e as identidades e relações sociais entre os locutores³.

A respeito dos conceitos de tema e significação, o primeiro se refere ao sentido singular de uma enunciação inteira. Esse sentido não se repete, depende de todas as palavras da enunciação, assim como todos os seus elementos que só existem em uma situação histórica concreta e singular. Ele é uma reação da consciência do enunciador a esta situação, dialogando com elementos extratextuais. A significação se encontra no interior do tema, ela aponta para os elementos reiteráveis e necessários para que o tema transmita um sentido: o significado estável (ou dicionarizável) das palavras, das formas sintáticas e morfológicas, da entoação etc. Trata-se do aparato técnico utilizado para construir o tema. A dissociação entre os dois conceitos é meramente formal, na realidade empírica tema e significação são inseparáveis.

O conceito de gênero aparece de forma sutil, sem uma definição plena em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, o que só ocorre em *Estética da Criação Verbal*. Na primeira obra, o autor propõe um modelo de criação ideológica onde cada grupo social, em dado contexto histórico, possui um conjunto particular de tipos de discurso. Dentro de cada tipo de discurso, há os atos de fala, com seus temas e formas específicas. Em outro momento, ele afirma que a repetição de uma situação comunicativa vinculada a uma circunstância e certos locutores cria fórmulas estáveis, repetições que influenciam sua forma e conteúdo. Ambas as definições que podem ser remetidas ao conceito posterior de gênero discursivo. (BAKHTIN, 2010)

³ Outros conceitos do livro pertinentes para a análise de textos escritos são: a palavra como o signo privilegiado por sua ubiquidade e acessibilidade; a presença de toda enunciação em uma cadeia enunciativa, onde ela responde e se antecipa a outras; a forma como o discurso citado é introduzido em outro discurso como evidência das relações entre os diversos locutores; e a consideração do funcionamento do campo ideológico (a religião, a literatura, o direito, o jornalismo etc.) para interpretar o signo produzido nele.

O gênero em questão neste artigo é o editorial jornalístico. Perseu Abramo faz a seguinte definição acerca dos gêneros dentro de um jornal: “O reino da *objetividade* é a informação, a notícia, a cobertura, a reportagem, a análise, assim como o reino da *tomada de posição* era a opinião, o comentário, o artigo, o editorial” (ABRAMO, 2003, p. 41). A citação se confirma ao se observar os manuais de redação da *Folha de S. Paulo* e de *O Estado de S. Paulo*, livros que normatizam a produção jornalística dentro dos veículos. Ambos afirmam que o editorial deve trazer a opinião da empresa e procuram reprimir a presença de tomadas de posição nas notícias e reportagens. (GRILLO, 2004)

Os editoriais procuram equilibrar em um mesmo texto as diversas opiniões dos mais importantes financiadores do jornal: anunciantes, acionistas, agentes do Estado etc. Ele tem uma forte marca política, representando forças disputam posições e agendas dentro do Estado. Assim, dialogam vários sujeitos dessa disputa: agentes do Estado, partidos políticos, movimentos sociais, entidades profissionais etc. (MELO, 1985; FONSECA, 2005)

Sobre os interlocutores, Mikhail Mikhailovich Bakhtin refuta a existência de enunciações monológicas, para ele, toda enunciação se dirige a um interlocutor. Ela é duplamente determinada, pelo locutor que a formula e o interlocutor que a recebe, e atravessada pelas relações sociais entre eles: de hierarquia, de trabalho, de família, conjugal etc. Se não houver um interlocutor definido, deve-se considerar o representante médio do grupo social do locutor ou o horizonte social da produção ideológica: para quem se dirige a literatura, a aula, o culto religioso, a propaganda em um outdoor etc. As palavras e os gêneros discursivos escolhidos não seriam os mesmos se variassem os locutores, suas relações e o objetivo da enunciação. Há confluência entre esse conceito, a definição de gênero discursivo e a observação da situação concreta da enunciação

para compreender seu tema.

A apropriação dos conceitos descritos para este artigo se dará com a presença da transcrição integral dos textos dos editoriais – correspondendo a uma enunciação completa – seguida da descrição de seu sentido a partir da análise das palavras-chave mais presentes, questionando sobre o seu sentido reiterável e seu significado no contexto do texto. Posteriormente, o artigo irá discorrer sobre o sentido dos textos em relação com o processo de impedimento de Fernando Collor de Mello, a agenda política do novo governo, o público dos dois jornais e a disputa entre eles. Nesse segundo momento, serão considerados também os conceitos de gênero discursivo e locutores.

Os jornais e sua disputa

O Estado de S. Paulo foi criado em 1875, com o nome de *A Província de S. Paulo*, seus proprietários são a família Mesquita, desde 1902 (PONTES, 2016). Até a década de 1980, o periódico era líder no mercado paulista de jornais e mantinha um viés editorial conservador, próximo das elites rurais. Apoiou as Revoluções de 1930 e 1932 e, após 1945, esteve alinhado à União Democrática Nacional (UDN). Tratava-se de um jornal com identidade sólida e prestígio, devido à sua tradição e liderança (KUCINSKI, 1998). A partir dos anos 1960, ele deu origem ao Grupo Estado, que, atualmente, também comanda as rádios Eldorado e Estadão.

Já a *Folha de S. Paulo*, foi criada nos anos 1920 e possuiu vários donos até se tornar, no início da década de 60, propriedade da família Frias, donos do veículo até os dias atuais. Desde então, tornou-se parte de um grande conglomerado, o Grupo Folha, que é dono do jornal *Agora SP*, de editoras de livros (Publifolha e Plural), do portal de conteúdo na internet Universo Online e do instituto de pesquisa Datafolha. Em situação oposta a *O Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo* teve

vários proprietários e diversos perfis editoriais até os anos 1970, o que impediu o fortalecimento de uma identidade entre o jornal e seus leitores. (POLACOW, 2007)

A *Folha de S. Paulo* superou o rival nos anos 1980, fato relacionado à modernização técnica e ao seu posicionamento durante a transição do regime militar para a democracia. Os dois periódicos alinharam-se ao golpe de 1964. No entanto, houve diferenças nas relações com a ditadura. Pode-se dizer que a *Folha de S. Paulo* foi mais próxima ao regime, pois a censura sofrida por ela não foi tão dura quanto a que ocorreu sobre os jornais da família Mesquita, *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal da Tarde*. (POLACOW, 2007)

A partir de 1974, o grupo político dos generais Geisel e Golbery iniciou um processo lento e controlado de devolução do poder para os civis. A direção da *Folha de S. Paulo* considerou que havia a oportunidade de construir uma identidade editorial diferente de *O Estado de S. Paulo* e ampliar seu público. Embora fosse censurado pela ditadura, o viés conservador do concorrente e sua aversão aos movimentos sociais o impedia de apoiar abertamente as oposições (FONSECA, 2015). A *Folha de S. Paulo* optou por posicionar-se “um grau à esquerda” de *O Estado de S. Paulo* (PILAGALLO, 2012, p. 215) e, desde 1974, trouxe para suas páginas intelectuais da oposição como Clóvis Rossi, Jânio de Freitas, Paulo Francis, Newton Rodrigues, Alberto Dines, Gerardo Mello Mourão, Oswaldo Peralva, Flávio Rangel, Glauber Rocha, Dalmo de Abreu Dallari, Mauro Santayama, Fernando Henrique Cardoso e Samuel Wainer. Outra medida foi a criação da seção Tendências/Debates, com artigos de opinião de autores externos ao jornal. Dessa forma, a *Folha de S. Paulo* moldou a imagem de jornal pluralista – que até hoje está presente na sua publicidade – dentro de um contexto de mobilização pela democracia.

Em 1984, ocorreu a campanha das Diretas-Já, que atuou pela provação no Congresso Nacional do voto direto na elei-

ção para presidente da República, que ocorreria naquele ano. Ao contrário da maior parte da grande mídia, que deu pouca atenção à campanha, a *Folha de S. Paulo* fez ampla cobertura dela e a apoiou abertamente em seus editoriais. Nos dias próximos da votação, o veículo divulgou telefones de deputados e imprimiu tarjas nas capas, nas cores amarela (a cor oficial da campanha), chamando manifestações, e preta, em sinal de luto pela derrota da emenda das diretas. A edição que noticiou este fato, em 26 de abril de 1984, trouxe na capa um editorial, “Cai a emenda, não nós”, atacando a minoria de “maus parlamentares” que se posicionaram contra o “sentimento” da sociedade.

No ano de 1982, a *Folha de S. Paulo* foi pioneira na introdução do uso de computadores nas redações. Essa inovação ocorreu de forma gradual, pois havia uma reserva de mercado para produtos de informática fabricados no Brasil e os jornais procuravam produtos estrangeiros. Ainda assim, ela mudou profundamente o funcionamento das redações, que deixaram de usar máquinas de escrever, papel-carbono, filmes para impressão e o hábito de recortar e colar diversas laudas digitadas na máquina para construir uma matéria. Outras vantagens para as empresas foram o fechamento mais rápido das edições e a redução da mão-de-obra, visto que os computadores retiraram intermediários entre o jornalista e a impressão. Também se destaca a criação, em 1984, do Projeto Folha, que alterou as diretrizes para a escrita dos textos – eles se tornaram mais curtos, objetivos e homogêneos. Esta reforma também se tornou tendência em outros veículos. (VILLAMÉA, 2008; PIRES, 2008)

Assim, ocorre uma inversão nos anos 1980: a *Folha de S. Paulo* consolida uma identidade e, em 1986, toma a liderança do mercado de jornais. No mesmo ano, *O Estado de S. Paulo* nomeia Augusto Nunes diretor de redação para implantar reformas. Até 1991, computadores foram incorporados, o jornal passou a utilizar cores e a ser publicado nas segundas-

feiras. Para Augusto Nunes, um dos motivos para o declínio do periódico foi o grande investimento em novas instalações longe do centro de São Paulo na década de 1970 (a empresa mudou-se do centro para a Marginal Tietê, em 1976), o que atrapalhou o cotidiano da produção jornalística (ABREU; LATTMAN-WELTMAN; ROCHA, 2003). Mesmo com as reformas em *O Estado de S. Paulo*, a *Folha de S. Paulo* permaneceu superando o seu rival nos mercados paulista e brasileiro.

Ao analisar o público alvo dos dois jornais, é preciso levar em conta o fato de ambos pertencerem a conglomerados, que possuíam a estratégia de segmentar o público entre diferentes periódicos. Assim, em 1992, o leitor das classes populares era buscado pelos jornais *Folha da Tarde* e *Notícias Populares* do Grupo Folha; e pelo concorrente *Jornal da Tarde*, do Grupo Estado (os três deixaram de circular, em 1999, 2001 e 2012, respectivamente). O público das classes médias e das elites urbanas era disputado pela *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* (TASCHNER, 1992; GRILLO, 2004). Em relação à *Folha de S. Paulo*, há dados fornecidos pelo Instituto Datafolha sobre o perfil do leitor no estado de São Paulo em 1988: em relação à escolaridade, 71% detinham formação superior e 9 % eram pós-graduados (FOLHA DE S. PAULO, 1998). Quando se contrasta estes dados com os colhidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), feita no mesmo ano, percebe-se a elitização do público: a PNAD contou 7,7% de graduados em relação à população total do estado de São Paulo (IBGE, 1971-2014).

Os editoriais

Os dois editoriais analisados foram publicados no dia 30 de setembro de 1992, comentando a votação da Câmara dos Deputados que admitiu o processo de *impeachment* do presi-

dente Fernando Collor de Mello. O texto de *O Estado de S. Paulo*, “Sentido de uma votação”, foi impresso na página 3 do caderno principal, diariamente ocupada por editoriais, constituindo uma seção “Notas e Informações”. O texto está transcrito a seguir:

Sentido de uma votação

O povo se regozija com o resultado da votação na Câmara dos Deputados. Contudo, parte dele, apenas. Os que ainda conservam a capacidade de compreender a história lamentam que, mais uma vez, a Nação tenha sido traída por aquele em quem depositara suas esperanças. O *impeachment* do presidente da República não nos deve impressionar. De extrema gravidade é que mais uma vez se perdeu a oportunidade de o povo erguer-se sobre suas mazelas e fazer delas e de suas virtudes as condições para ombrear-se com quantos querem dirigir os destinos do mundo.

Não foi esta a primeira vez que o povo brasileiro se viu traído. Esqueçamos os episódios que marcaram a vida desta nação desde pelo menos 1817 até a Proclamação da República. Esqueçamo-nos do que foram as tentativas modernizadoras a seu modo do “tenentismo”. Lembremo-nos, porém, de 1930, quando milhares de civis em armas poderiam ter dado ao Brasil novo rumo e, no entanto, como reconhecera depois o responsável pela vitória militar do movimento, foram traídos em sua vontade profunda pelo conluio das oligarquias. Lembremo-nos das esperanças frustradas em 1945. Lembremo-nos da decepção em que se constituiu a marcha batida com que muitos dos que haviam feito o movimento de março de 1964 conduziram o País à ditadura. Lembremo-nos, sobretudo, ainda que historicamente devessem ser citadas antes, a eleição e a renúncia do sr. Jânio Quadros.

A Nação, hoje, amarga o sentimento de haver sido traída – pelo menos os 35 milhões de eleitores que, em 1989, sufragaram o jovem que tinha pressa em nome de sua geração – por aquele em quem depositara as suas esperanças. Se os demais, os que formaram do outro lado da trincheira, agora veem batido o adversário de ontem, têm motivos aparentes para alegrar-se, no íntimo também eles sabem que foi obtida. uma meia vitória. Muitos dos votos “sim” que garantiram o triunfo das oposições vieram de representantes do velho “sistema” político que agora se apresta a dividir o poder, quando não de representantes do que o

sistema Collor de Mello produziu de mais contrário ao movimento da ética na política. Os adversários de Collor de Mello foram traídos também porque o Brasil, tendo perdido a grande oportunidade histórica que se abria de reconstruir o Estado, modernizar a economia, abrir os canais de ascensão social aos jovens e incorporar-se ao Primeiro Mundo, se vê forçado a refazer os caminhos de sempre à procura de sua redenção, frustrado que foi o ideal da campanha de 1989. Com a "vassoura", o sr. Jânio Quadros, de 1953 a 1960, levantou as massas contra o sistema político já envelhecido e corrompido; com o combate aos "marajás", o sr. Collor de Mello sublevou os pés-descalços contra os "donos" daquele mesmo sistema político, que hoje voltam ao poder, ainda que mascarados de boas intenções. É necessário ter consciência de que não se encerrou uma etapa da vida brasileira, para que possamos reconstruir a Nação, que ano após ano vê seu grande destino postergado pelo interesse eleitoral ou corporativo de quantos, de um modo ou de outro, mantêm um *status quo* socioeconômico absolutamente iníquo.

Da perspectiva da dita modernidade, o programa com que o sr. Collor de Mello se apresentou á Nação em 1989 ainda é válido – talvez o único capaz de oferecer uma esperança aos que sofreram por acreditar naquele que simbolizava os jovens afastados das decisões políticas desde 1964.

Ser moderno significa, de fato, aceitar responsabilidades, saber discernir entre o bom e o mau, para não dizer entre o Bem e o Mal.

Essa distinção, hoje, é mais do que nunca necessária, pois bons e maus se misturaram diante das câmaras de televisão, dando seu voto "sim" em nome da moralidade pública e de um Brasil melhor, que muitos não ajudaram a implantar ou a construir. A Nação, traída mais uma vez, demonstrou que sabe escolher quando lhe é dada a oportunidade: a vontade do povo nunca erra. Ela não errou ao escolher um jovem para representar uma nação de jovens: alguém que prometia a reforma do Estado e a modernização da sociedade.

O povo não errou; foi traído pela cobiça de alguns poucos, pela cumplicidade de muitos, pelo silêncio dos que não tiveram coragem, desde o início, de dizer "não!" ao que era manifestamente mau.

Agora, é preciso, como Sísifo, levar de novo a pedra ao topo

do monte, esperando que os deuses, passada a sua cólera, nos permitam fixar nossa bandeira no alto. Fomos traídos, todos nós, mais uma vez. Por isso, em vez do júbilo pelo afastamento de quem deslustrou a Presidência da República, soframos intimamente juntos com a Nação a sua frustração e contritos saibamos unir-nos para construir um futuro em que os que votaram "não" para voltar a dividir o butim do que resta do Estado não sejam os que hajam de, uma vez mais, impedir-nos de chegar a nosso destino.

A Nação está cansada de ser escarneçada. Que o episódio de ontem, com tudo o de errado que tenha tido, sirva de lição aos jovens, a quem cabe levar a pedra até o alto do morro nem que seja, vendo-a rolar para baixo, para fazer de novo a escalada.

O Brasil merece o sacrifício dessa grande luta por seu destino.

Iniciando a análise das palavras mais citadas no texto, a partir dos conceitos de tema e significação, observou-se que as mais mencionadas foram: “nação” (9 citações), “vez” (7), “povo” (5); “jovens” (4); “Brasil” (4); “Collor de Mello” (4); “lembremo-nos” (4). Merecem destaque também: o singular “jovem” (2); palavras próximas de “moderno”, como modernizar e modernizador, que aparecem cinco vezes, quatro delas referindo-se ao programa de governo de Fernando Collor de Mello; e oito flexões do particípio do verbo trair, como traído, traída, traídos⁴. O trabalho se deterá sobre as palavras “nação”, “vez” e “jovem”, ao lado da sua flexão, jovens (ambas remetem a mesma entrada no dicionário), que somam 6 citações no texto.

Serão observados alguns dos sentidos estáveis da palavra segundo o *Dicionário Houaiss*, consultado por meio do seu site na internet (a análise não está levando em conta as possíveis transformações de sentido entre 1992 e 2012, data da

⁴ A contagem de palavras foi realizada com auxílio do site Contador de Palavras – Analisador Lingüístico de Textos, do Grupo de Linguística da Insite, disponível em <http://linguistica.insite.com.br/corpus.php>.

publicação on-line do dicionário). Estes sentidos serão comparados com outros, sugeridos pelos textos.

As definições de nação mais pertinentes ao sentido utilizado no texto foram:

1 agrupamento político autônomo que ocupa território com limites definidos e cujos membros, ainda que não necessariamente com a mesma origem, língua, religião ou raça (como fazia crer um conceito mais antigo), respeitam instituições compartilhadas (leis, constituição, governo) (...) 3 o povo de uma nação; todas as pessoas que nela vivem (...) 4 o governo de uma nação (acp. 1), o Estado < a n. se substancia nos poderes estabelecidos constitucionalmente > (...) 8 grupo de pessoas com características comuns, esp. de pessoas ligadas por afinidade de caráter, de índole; tipo, natureza. (UOL *Dicionário Houaiss*, 2012)

Infere-se que a palavra remete a uma coletividade, com laços de natureza cultural e a possibilidade de se concretizar em instituições políticas. No editorial, a palavra nação aparece próxima da menção a episódios e processos históricos, assim como a um destino grandioso. Em outros momentos, ela é identificada com o voto dos eleitores da eleição presidencial de 1989, mais especificamente com a maioria que venceu e elegeu Fernando Collor de Mello. Ela ainda é representada como traída e escarnecida pelas lideranças políticas que deveriam conduzi-la ao seu grande destino.

O interesse da nação, já identificado aos eleitores de Fernando Collor de Mello, aparece novamente ligado a uma parte da população, a que tem compreensão da história e, por isso, não festeja o *impeachment*. Dessa forma, a nação é definida como uma coletividade unida por uma trajetória histórica e teleológica comum, ainda que apenas uma parte dela perceba esta trajetória. Ela se aproxima da acepção 1, pois diz respeito a um organismo político; e da acepção 8, pois sublinha que há algo em comum, uma trajetória histórica que une a coletividade de brasileira. No entanto, o dicionário não menciona a história como fator de coesão da nação e repudia que a coesão resida

em uma origem comum – algo próximo de uma história em comum.

Portanto, a singularidade do significado da nação neste texto está presente na história que a une e nos elementos a constituem. O *impeachment*, lido como traição aos votos de 89 e ao projeto de governo vencedor no pleito, é visto como uma continuidade, uma permanência histórica: a nação teria sido traída novamente pelas suas lideranças políticas. O texto critica Fernando Collor de Mello, afirma que ele traiu seus eleitores e que seu governo se perdeu pela cobiça, falta de ética, saque ao Estado e práticas que eram explicitamente más.

Para *O Estado de S. Paulo*, ocorre uma repetição de eventos na história do século XX brasileiro: há uma mobilização consciente dos interesses e do grande destino da nação que vence e coloca novas esperanças nos rumos do país; ela é seguida pela traição dos líderes em quem ela confiou, favorecendo velhas práticas políticas. Isso teria ocorrido na Revolução de 1930, na redemocratização em 1945, na eleição de Jânio Quadros em 1960, no “movimento de março de 1964” e finalmente, na vitória de 1989, seguida pela traição e queda de Fernando Collor de Mello. *O Estado de S. Paulo* retoma a memória de posicionamentos anteriores do jornal nos outros fatos e se identifica aos eleitores de Fernando Collor de Mello, lado dos conscientes do destino histórico, que sentem a traição por toda a nação. Assim, o veículo aponta que o programa de governo de Fernando Collor de Mello iniciaria um novo tempo da história do país, marcado pela superação de velhos problemas. Tais problemas tendiam a se perpetuar com o final do governo.

A respeito da palavra “vez”, recolheu-se as seguintes definições:

1 designação da ocorrência de um evento ou de cada ocorrência de eventos sucessivos idênticos ou análogos (...) 2 certo momento; dada ocasião (...) 3 circunstância ou momento propício para

realizar algo; ensejo, ocasião, oportunidade (...) 4 momento em que ocorre uma alternância, um revezamento, dentro de uma sequência em que cada elemento tem a mesma importância; turno. (UOL *Dicionário Houaiss*, 2012)

Somente no parágrafo que cita o mito grego de Sísifo, a palavra é utilizada de forma próxima à acepção 4, defendendo um sentimento, o sofrimento, em relação ao festejo (júbilo) como reação ao *impeachment*. Na maioria das ocorrências, há sentidos identificados à acepção 1, a existência de um evento; e da 3, uma ocasião ou oportunidade. A palavra é citada quatro vezes dentro da expressão “mais uma vez” e duas vezes em expressões equivalentes “não é a primeira vez” e “uma vez mais”. O evento que se repete é a traição da nação ou do povo pelas elites políticas, que desperdiçam oportunidades da nação realizar seu destino grandioso. As aparições da palavra “vez” reforçam a visão de *O Estado de S. Paulo* sobre a história do Brasil que havia sido inferida na análise anterior.

Acerca da palavra “jovem”, as definições retiradas do dicionário são:

1 que ou aquele que se encontra na juventude, no período de vida compreendido entre a infância e a idade adulta; adolescente (...)
2 que ou aquele que já atingiu a idade adulta, mas que, relativamente às pessoas de meia-idade, é considerado como que ainda gozando de certa juventude (...) 3 próprio da juventude (...) 5 que, apesar da maturidade, conserva a vivacidade, a energia, a flexibilidade e uma certa inocência que caracterizam os jovens. (UOL *Dicionário Houaiss*, 2012)

O termo é utilizado para se referir a Fernando Collor de Mello, que foi empossado aos 40 anos, a idade mais baixa de um presidente na história do Brasil, remetendo as acepções 2 e 5. Na primeira citação, a juventude de Fernando Collor de Mello é identificada à pressa, um valor de sua geração. As outras menções ao termo estão ligadas à definição 1, que se identifica a uma faixa etária intermediária entre infância e maturidade. As pessoas da idade citada aparecem representadas na agenda política de Fernando Collor de Mello; vinculadas ao

retorno à democracia, após a ditadura militar; e indicadas como os que irão reerguer a nação, após ela ser traída novamente. A juventude, característica que une o candidato vitorioso de 1989 à nação, é vista como algo positivo, ligado ao novo caminho que deve levar o Brasil ao seu grande destino, por meio da “reforma do Estado e modernização da sociedade”, elementos que eram esperados por *O Estado de S. Paulo* nas políticas do governo em vias de destituição. O valor do novo também está presente no uso do termo moderno para se remeter ao programa de Fernando Collor de Mello e na oposição de *O Estado de S. Paulo* ao velho sistema político.

O editorial da *Folha de S. Paulo*, intitulado “A lição do *impeachment*”, foi impresso na página 2, espaço voltado a textos opinativos. O texto segue transcrito abaixo:

A lição do impeachment

A provação chegou ao fim. A sociedade brasileira, aliviada, vê uma confirmação eloquente de sua maturidade institucional. Sob a atenção e a vigilância de um país imobilizado diante dos aparelhos de televisão, a Câmara veio resgatar o compromisso com sua própria razão de ser – a expressão da vontade popular. Acima de tudo, o voto de 441 deputados contribuiu para recompor a dignidade do Congresso, redimindo-o da grande decepção que infligiu à nacionalidade com a derrota das eleições diretas em 1984.

O Legislativo agiu em consonância com a manifestação inequívoca da sociedade em favor de padrões mínimos de probidade e decoro no trato da coisa pública. Se estes nem sempre foram respeitados ao longo da história brasileira, o governo Collor laborou por violentá-los de forma nunca antes vista. Oculto sob o esmalte fino das propostas modernizadoras, que nunca chegou a pôr em prática de modo consequente, o primeiro presidente eleito pelo voto direto em três décadas pôs o Estado que deveria reformar a serviço da mais arcaica e voraz das oligarquias, sob a gerência de seu ex-tesoureiro de campanha.

A opinião pública cedo formou seu juízo, em consequência da série de revelações estarecedoras, como o pagamento de con-

tas particulares do presidente da República com dinheiro de proveniência escusa e, por cúmulo, na forma de cheques "fantasmas" que sequer a farsa da "Operação Uruguai" foi capaz de materializar. Collor, no mínimo complacente com as irregularidades e trabalhando ativamente para encobri-las quando denunciadas, destruiu ele mesmo as credenciais de autoridade para manter-se no cargo que lhe fora confiado por 35 milhões de votos. Continuava na Presidência, sem ser mais o presidente do Brasil.

A frustração com essa primeira experiência da democracia ressurgente não poderia ser maior. E foi precisamente na hora propícia ao desalento que a sociedade brasileira demonstrou a força de sua convicção democrática e dos princípios éticos, dando vida a um movimento feito de indignação vibrante que varreu as ruas do país e tirou da letargia as próprias instituições. É com direito que a nação pode hoje ostentar com orgulho – não por afastar um presidente em desonra, que não há nisso motivo de júbilo –, mas com a própria manifestação de independência, determinação e soberania. Sem ela, a verdade e a transparência – pressupostos de toda coesão social e política – estariam ainda sob ameaça.

Afastado Fernando Collor, assume o vice-presidente Itamar Franco, no estrito cumprimento da Constituição de 1988. Chega à Presidência por obra de uma reviravolta da história, mas nem por isso com menos autoridade. A responsabilidade que lhe cabe é enorme, maior do que a do presidente que assume no quadro da normalidade – em razão não apenas do período reduzido de governo, mas sobretudo pela urgência de tirar o país da exaustão em que foi lançado por cinco meses de crise e desgoverno.

Itamar Franco terá em princípio seis meses de interinidade – e quase certamente outros dois anos – para enfrentar uma das piores crises econômicas que o país já atravessou, caracterizada pela combinação perversa de uma recessão profunda com uma inflação em nível insuportável. O combate a esses males não poderá ser feito em prejuízo do programa de abertura e modernização da economia, hoje um consenso na opinião pública: cumpre agora pô-lo e prática, no contexto de uma profunda reforma do Estado.

Acima de tudo, porém, cabe ao futuro presidente da República – e a todas as forças que lhe derem sustentação – extrair o grande ensinamento da crise: o Brasil mudou. Que a punição imposta a Fernando Collor sirva de advertência a cada homem pú-

blico, neste país, para que observe os elementares princípios da verdade, decência e honestidade. Deste caminho não há, não pode haver volta

O texto da *Folha de S. Paulo* é mais curto (cerca de 3800 caracteres, enquanto o anterior tinha cerca de 5100) e escrito em linguagem mais acessível que o de *O Estado de S. Paulo*, o estilo rebuscado do último pode ser exemplificado pelas mesóclises utilizadas, como “lembremo-nos”, um dos termos mais citados. Outro elemento que caracteriza o texto da *Folha de S. Paulo* é uma pausa que marca uma mudança de assunto; antes dela o editorial trata da votação dos deputados e depois, do futuro governo de Itamar Franco.

As palavras mais citadas em “A lição do *impeachment*” foram: “presidente” (6 citações), “país” (5); “Collor” (4); “pública” (3) e “sociedade” (3). Destaca-se a menção a instituição “presidência” (2), cuja referência está próxima a “presidente” e “Collor”; e o termo “público” (1), seu verbete em dicionários é o mesmo da flexão feminina “pública”. A análise se deterá nas palavras “presidente”, “país” e “público” / “pública”.

Para abordar a primeira palavra, tomou-se a seguinte definição: “título oficial do chefe do governo no regime presidencialista” (UOL *Dicionário Houaiss*, 2012). Todas as seis citações dialogam com ela. Em quatro ocasiões, se refere à Fernando Collor de Mello; em uma aponta de forma geral para um presidente eleito; e uma menção refere-se à Itamar Franco.

Os usos da palavra no texto implicam nas responsabilidades e limites do poder do chefe de governo. O fato de Fernando Collor de Mello ter desonrado o cargo é o assunto central de outras menções: ele colocou o Estado a serviço de uma oligarquia “arcaica” e “voraz”, beneficiou-se de arrecadação ilícita de dinheiro e, desmoralizado pela opinião pública, continuava investido do cargo, mas sem autoridade para exercê-lo. Sobre Itamar Franco, o texto afirma que a circunstância anormal de sua posse aumenta a sua responsabilidade; e que o afas-

tamento de Fernando Collor de Mello servia de aviso para ele e seus aliados no poder agirem com ética. As menções de “presidente” ligadas a Fernando Collor de Mello reforçam essa advertência.

Para o segundo termo escolhido, “país”, foram selecionadas as definições:

2 território geograficamente delimitado e habitado por uma coletividade com história própria (...) 3 comunidade social e política à qual se pertence ou à qual se tem o sentimento de pertencer; pátria, terra (...) 4 conjunto de habitantes de uma nação. (UOL *Dicionário Houaiss*, 2012)

O texto se aproxima da acepção 2, lugar geográfico. No primeiro caso, o espaço onde ocorreram os protestos de rua pelo *impeachment*; no segundo, onde os representantes políticos devem observar a necessidade de honestidade. Nas acepções 3 e 4, se infere uma coletividade, unida por laços sociais ou não. Tal coletividade teria assistido atenta à votação dos deputados pela televisão no dia anterior; e estava sofrendo com cinco meses de desgoverno e forte crise econômica. Percebe-se uma impressão do presente bastante movimentada – protestos, vigília diante da TV, crises política e econômica, alteração das práticas políticas. O país está atravessado por vários fenômenos que o marcam e transformam: afirma-se que o Brasil mudou.

Acerca das palavras “pública” e “público”, foram escolhidas três definições: “1 relativo ou pertencente a um povo, a uma coletividade. (...) 2 relativo ou pertencente ao governo de um país, estado, cidade etc. (...) 3 que pertence a todos; comum [por oposição] a privado” (UOL *Dicionário Houaiss*, 2012). Deve-se considerar que os termos aparecem nas locuções “opinião pública”; “coisa pública”; e “homem público”.

“Coisa pública” diz respeito aos “negócios, os interesses do Estado ou da coletividade”. “Homens públicos” remete a “indivíduo que ocupa um alto cargo do Estado” (UOL *Dicio-*

nário Houaiss, 2012). Ambas as expressões aparecem como objetos da ação de outrem: o respeito à coisa pública é uma posição defendida firmemente pela sociedade e atendida pelo Legislativo, que aceitou o *impeachment*; e os homens públicos recebem uma advertência da *Folha de S. Paulo* para que sua prática seja ética. Nesta, o sentido da locução parece se referir aos representantes políticos de forma geral, não somente aos de alto cargo.

Já a “opinião pública” aparece como protagonista das ações. O seu sentido dicionarizável é:

1 o acordo da totalidade, ou grande maioria, das opiniões de uma coletividade sobre questões de interesse geral. 2 (...) opinião que traduz a vontade popular, em assuntos que dizem respeito à condução dos destinos de uma coletividade politicamente organizada. (UOL *Dicionário Houaiss*, 2012)

A opinião pública, ou seja, o consenso da maioria da sociedade em torno de uma posição, aparece ratificando o afastamento do presidente, muito antes da votação dos deputados; e a agenda de medidas neoliberais que deveria seguir com o governo Itamar Franco.

A palavra “público” aponta para o sentido de coletividade e para os assuntos do Estado. O editorial fala dessa coletividade, a sociedade – outra palavra bastante citada no texto – se preocupando com o funcionamento do Estado, formando opinião, realizando protestos e cobrando ações dos dirigentes políticos. O editorial afirma também que ela se mostrou madura e soberana.

A *Folha de S. Paulo* narra o *impeachment* como a ação de uma sociedade que toma consciência de si mesma e se mobiliza – por meio não só das urnas, mas também das manifestações de rua – para alterar o destino político do país. O que já havia ocorrido em 1984, porém, em 1992, o parlamento votou a favor dela, redimindo-se do erro de oito anos antes. Em total oposição a essa interpretação, *O Estado de S. Paulo* vê um

Brasil vítima dos seus representantes políticos e preso na repetição dos rumos que se perpetuam desde, pelo menos, 1930. Para esse periódico, só uma parte da sociedade tem consciência do seu destino e história. Ele fala do Brasil com a palavra “nação”, segundo um sentido hoje ultrapassado e bastante criticado de identidade de destino histórico e teleológico entre os brasileiros; enquanto a *Folha de S. Paulo* usa “sociedade” e “opinião pública”, termos que se referem a uma coletividade, mas com maiores possibilidades de tensão interna. *O Estado de S. Paulo* não menciona os protestos de rua de 1992 como expressão da posição da sociedade, preferindo focar-se nas eleições de 1989.

O concorrente responsabilizou pessoalmente Fernando Collor de Mello pela sua queda – nota-se que seu nome e a palavra presidente estão entre os termos mais citados. Já *O Estado de S. Paulo*, aponta a culpa do presidente, mas enfatiza uma permanência histórica: a repetição da traição da sociedade pelos seus dirigentes políticos. Outra dissonância se encontra nos aspectos formais. A *Folha de S. Paulo* faz um texto mais acessível: menor, dividido em partes e escrito em linguagem menos rebuscada. Já o texto de *O Estado de S. Paulo* é maior e possui um estilo mais erudito.

Apesar das narrativas opostas acerca do significado do *impeachment* – ligado à traição de uma sociedade que repete seus erros e é vítima de sua elite política, para *O Estado de S. Paulo*, ou uma vitória de sociedade, que é protagonista do processo e muda sua história, para a *Folha de S. Paulo* – algo em comum entre os dois editoriais é a defesa do programa de governo de Fernando Collor de Mello, baseado em medidas neoliberais. Ele é o ponto central do texto de *O Estado de S. Paulo*, a realização dessa agenda política seria o caminho para um futuro de grandeza e prosperidade. Assim, o *impeachment* representava a oportunidade perdida de segui-lo. A *Folha de S. Paulo* pressiona pela manutenção da agenda, que teria sido

mal aplicada por Fernando Collor de Mello, por Itamar Franco, argumentando que ela corresponde ao consenso da opinião pública.

Os jornais e o contexto político do impeachment

Na década de 1970, o crescimento econômico brasileiro estava baseado no investimento do Estado, através de empresas estatais, sobretudo nos setores de indústria de base e infraestrutura; e de medidas protecionistas como reservas de mercado, isenções fiscais e subsídios para a produção agrícola e industrial. Este modelo entrou em crise desde 1979, devido ao aumento dos preços internacionais de petróleo e à alta dos juros norte-americanos, cuja consequência foi o súbito aumento da dívida externa brasileira. Os anos 1980 foram marcados por alta inflação, baixo crescimento do PIB (produto interno bruto) e inviabilidade do investimento estatal. Assim, no mesmo contexto histórico estavam colocados a transição do regime militar para o civil e o colapso do modelo econômico estabelecido pela ditadura.

De forma geral, as políticas econômicas dos anos 1980 resultaram na compressão do consumo das famílias, visando o combate à inflação e resultados positivos na balança comercial, o que agravou a concentração de renda. O aumento do desemprego e da miséria correspondeu ao fortalecimento dos movimentos sociais: sindicatos, associações de moradores, sem-terra, movimento estudantil etc., que conseguiam a simpatia de alguns setores das classes médias urbanas, como médicos e professores. Como consequência, houve a inclusão de novos direitos sociais na Constituição de 1988 e a votação expressiva de dois candidatos à esquerda na eleição presidencial de 1989, Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), e Leonel de Moura Brizola, do Partido Democrático Trabalhista (PDT). (ALMEIDA, 2011; SILVA, 2005)

Paralelamente, ocorriam transformações nas forças políticas à direita. O modelo neoliberal de governo tornou-se uma referência, a partir dos mandatos de Margareth Thatcher, na Inglaterra (1979-1990), e de Ronald Reagan, nos EUA (1981-1989). Ele defende a privatização de empresas públicas, fim das medidas protecionistas, retirada de impostos sobre a riqueza e de gastos sociais do Estado (ANDERSON, 1995). Parte da burguesia brasileira aderiu à agenda neoliberal, especialmente a mais próxima ao capital internacional, mas havia resistência de interesses vinculados às medidas protecionistas. O consenso burguês em relação ao neoliberalismo só foi estabelecido com a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994. (ALMEIDA, 2011)

Os grandes jornais de São Paulo e os do Rio Janeiro (*Jornal do Brasil* e *O Globo*), assim como a revista *Veja*, logo se alinharam ao neoliberalismo, assim como a candidatura de Fernando Collor de Mello (pelo Partido da Reconstrução Nacional) nas eleições de 1989, que associou um discurso moralista com um programa de medidas neoliberais (LATTMAN-WELTMAN, 1994). Os veículos citados apoiaram Fernando Collor de Mello no 2º turno, em que venceu Luís Inácio Lula da Silva por pequena margem. Apesar desse apoio e a boa expectativa sobre a agenda, as relações entre o governo e a grande imprensa não foram tranquilas.

Após a posse, em março de 1990, foi lançado o Plano Collor I para combater a inflação. A moeda passou de cruzado para cruzeiro, em regime de câmbio flutuante, e os saques das contas bancárias ficaram sob um teto de 50 mil cruzeiros, os fundos restantes foram confiscados pelo Banco Central. A retirada de moeda corrente aliada às altas taxas de juros resultou na retração do PIB (produto interno bruto) de 4,3%. Ainda assim, os índices de inflação atingiram cerca de 20% ao mês em dezembro de 1992. O governo respondeu controlando preços e salários a partir de 31 de janeiro de 1991, medida antiliberal

duramente criticada pela grande imprensa.

Após o confisco, a seção de cartas dos leitores da revista *Veja* trouxe histórias de pessoas arruinadas financeiramente que beiravam o suicídio (KUCINSKI, 1998). Assim, com o fracasso do Plano Collor no combate a inflação, consolidou-se uma antipatia contra o presidente em um público de classe média, que era consumidor da grande imprensa. Outro fator para o afastamento entre ela e o governo foi a redução das verbas de publicidade. Entre 1989 e 1990, os gastos de publicidade em jornais e revistas do Banco do Brasil diminuíram de US\$ 41 milhões para US\$ 6 milhões e os da Caixa Econômica Federal, caíram de US\$ 32 milhões para US\$ 12 milhões.

Houve um conflito específico entre Fernando Collor de Mello e a *Folha de S. Paulo*. A Polícia Federal (PF) realizou uma operação na sede do jornal, em 23 de março de 1990, pois teriam ocorrido irregularidades na alteração da moeda para o cruzeiro em faturas publicitárias. O periódico interpretou como uma retaliação à publicação de textos críticos ao presidente durante a campanha eleitoral de 1989. A *Folha de S. Paulo* noticiou que foi invadida pela Polícia Federal e chamou Fernando Collor de Mello de fascista em suas páginas. Posteriormente, no mês de julho daquele ano, o jornal divulgou que duas agências publicitárias, que trabalharam na campanha de Fernando Collor de Mello, assumiriam sem licitação a publicidade oficial de várias empresas estatais (FRANÇA, 2015). O presidente moveu um processo por calúnia contra o diretor de redação, Otavio Frias Filho, e mais três jornalistas. Eles foram absolvidos em janeiro de 1992. Um presidente brasileiro jamais havia processado jornalistas durante seu mandato.

Desde 1990, houve várias outras publicações da grande imprensa sobre contratações de empresas sem licitação, tráfico de influência em transações da Petrobrás, compras superfaturadas etc. Como exemplos, podem ser citados: a divulgação por *O Estado de S. Paulo* de relatório do Tribunal de Contas

da União afirmando que o governo federal gastara 1,2 trilhões de cruzeiros sem licitação em 1990; e sucessivas matérias da *Folha de S. Paulo* apontando favorecimento de parentes, desvio de recursos e compras sem licitação na Legião Brasileira de Assistência, órgão público voltado à assistência social e administrado pela primeira-dama Rosane Collor. (LATTMAN-WELTMAN, 1994)

Em maio de 1992, a revista *Veja* tornou públicas entrevistas de Pedro Collor, irmão do presidente, em que ele abordava o esquema de tráfico de influência de Paulo César Farias. No fim do mês, o Congresso estabeleceu uma CPI para apurar as denúncias. Outro fato midiático determinante foi a entrevista do motorista da secretária pessoal de Fernando Collor de Mello, Eriberto França, para a *Isto É*, no final de junho. Ela vinculou de forma concreta o presidente ao esquema de Paulo César Farias. *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* reagiram à entrevista pedindo a renúncia de Fernando Collor de Mello (PILAGALLO, 2012). Além da pressão midiática, houve uma série de protestos de rua contra o presidente, principalmente nos meses de agosto e setembro. Vários partidos de oposição e movimentos sociais constituíram as manifestações, com destaque para os estudantes. No que toca ao jogo partidário, pode-se perceber uma continuidade entre essa mobilização e a das diretas-já, ambas tiveram em seu centro uma coalizão informal entre PT, Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, ainda que o PSDB estivesse dentro do PMDB em 1984), que correspondia à mobilização de diversos setores médios e populares urbanos, com pautas comuns em torno do processo de democratização. (SALLUM JR; CASARÕES, 2011)

É preciso destacar que houve aspectos elogiados da gestão de Fernando Collor de Mello pela grande imprensa: o fim de políticas protecionistas, como a reserva de mercado para

produtos nacionais de informática, extinta em 1991; e as privatizações. De outubro de 1991 até setembro de 1992, o governo leiloou treze empresas: as siderúrgicas USIMINAS, Companhia Siderúrgica do Nordeste (COSINOR), COSINOR Distribuidora, Companhia Siderúrgica de Tubarão e Aços Finos Piratini; as mineradoras Álcalis do Rio Grande do Norte e Companhia Nacional de Álcalis; as petroquímicas Petroflex e Companhia Petroquímica do Sul; do ramo de fertilizantes, Fertilizantes Fosfatados S.A.; de aviação, a Companhia Eletromecânica CELMA; e ligadas aos transportes, a Material Ferroviário S/A e Serviço de Navegação da Bacia do Prata S.A. Os jornais citados foram favoráveis às vendas e apoiaram o projeto de privatização de outras empresas como Embraer, Companhia Siderúrgica Nacional e Telebrás. Alguns grupos, como *O Estado de S. Paulo* e Globo, compraram ações nos leilões de telefonia fixa e celular, que aconteceram em 1997 e 1998. (FRANÇA, 2015)

Considerações finais: ligações entre texto e contexto

É possível enriquecer a análise dos textos, mantendo o diálogo com os conceitos de tema e significação e considerando os elementos do contexto histórico colocados acima, a relação entre os jornais e o horizonte social para quem produziam e o caráter político do gênero editorial institucional.

O Estado de S. Paulo e *Folha de S. Paulo* procuravam um público das classes médias e altas urbanas. Pode-se inferir que esse leitor, que corresponde ao horizonte social dos periódicos, não estaria diretamente interessado na extensão dos direitos sociais como um leitor das classes populares. Porém, as classes médias estavam posicionadas contra o governo, devido ao confisco dos fundos bancários, medida amarga e ineficiente contra a inflação. Esses elementos podem explicar o posicionamento dos editoriais: críticos à Fernando Collor de Mello,

mas favoráveis a sua agenda neoliberal.

Porém, as estratégias de afirmação de identidades editoriais, que visavam à distinção entre os jornais concorrentes, elucidam as diferenças na forma como se deu tal crítica e a oposição diametral sobre a visão da sociedade na narrativa do *impeachment*.

A *Folha de S. Paulo* fez seu público aumentar identificando-se à abertura democrática. A reprodução dessa imagem pode ser percebida quando ela retoma a memória da derrota das diretas, afirmando que o parlamento havia votado a favor da vontade popular pelo *impeachment*, redimindo-se do erro de 1984, quando se opôs a ela. Tal reprodução também está presente na visão positiva acerca dos protestos e da sociedade, que teria demonstrado sua força pressionando as instituições pelo *impeachment*. Provavelmente, a *Folha de S. Paulo* estava próxima dos setores da classe média identificados ao PT, PMDB e PSDB que foram protagonistas das mobilizações de 1984 e 1992.

A ênfase desse jornal nas palavras “Collor” e “presidente”, remetendo ao fato de que suas práticas no poder anularam o respeito e a autoridade que seu cargo deveria infundir, podem ser vinculadas ao conflito específico entre o presidente e o periódico, que envolveu o processo do primeiro contra jornalistas do segundo e a operação da Polícia Federal. Acerca do estilo mais acessível do texto, ele pode indicar os efeitos do Projeto Folha na redação do editorial.

Com uma imagem tradicional, *O Estado de S. Paulo* publicou um texto de escrita erudita e posições conservadoras. Recorreu a um conceito de antigo de nação, pautado na história e teleologia (definição que hoje é desusada e muito criticada), e omitiu a existência dos protestos de rua como fator que levou ao *impeachment*. Assim como o editorial da *Folha de S. Paulo*, o de *O Estado de S. Paulo* produz um discurso sobre si

mesmo e reafirma a memória da atuação do jornal ao lado da Revolução de 1930, do fim do Estado Novo em 1945, da candidatura de Jânio Quadros em 1960 e do golpe de 1964. A referência a outros fatos históricos afirma a presença do jornal na disputa política há muito tempo, assim, o texto parece conferir autoridade a suas palavras referindo-se a grande idade e experiência política do jornal.

Nota-se em sua memória sobre o “movimento de março de 1964”, a afirmação de que inicialmente não havia um golpe em curso, o que corresponde à descrição realizada por Marcos Napolitano (2016) sobre a narrativa desse fato pelos grupos que apoiaram os militares e colaboraram, cientes ou não, para o estabelecimento da ditadura.

As referências do texto de *O Estado de S. Paulo* aos jovens e ao valor da juventude podem ser associadas ao programa de medidas neoliberais que o jornal defendia. O neoliberalismo era uma ideologia política nova no contexto brasileiro do início dos anos 1990 – o governo Collor era o primeiro mandato presidencial identificado a ela. Outras palavras que afirmam esse sentido, presente nos textos dos dois jornais para se referir às medidas neoliberais, são “moderno”, “modernidade” e “modernizar”. Dessa forma, os editoriais afirmam que as reformas neoliberais trariam um tempo novo e ajustariam ao presente o Estado, a sociedade e a economia brasileiras.

O trabalho de Francisco César Pinto da Fonseca (2015) sobre a ideologia neoliberal da grande imprensa entre os governos José Sarney e Fernando Collor de Mello também nota que as posições pelo *impeachment* se caracterizaram, de forma geral, pela crítica ao presidente e defesa da agenda neoliberal⁵ Essa postura pode ser explicada pela delicada posição dessa agenda com o processo de *impeachment*, que levaria um novo

⁵ Posições semelhantes a essa ainda se encontram no artigo de Vinícius Sales do Nascimento França (2015b).

presidente e seu grupo ao poder.

As forças políticas à esquerda eram antagônicas ao neoliberalismo e demandavam por políticas públicas que corresponderem aos direitos sociais reconhecidos pela Constituição de 1988. Elas perderam as eleições de 1989 por uma pequena margem e fizeram parte das mobilizações pelo afastamento de Fernando Collor de Mello. A concretização desse afastamento fortalecia esse campo, dando possibilidades de vitória eleitoral nas eleições de 1994 e de maior margem para pressionar os rumos do governo Itamar Franco. O editorial de *O Estado de S. Paulo* reserva grande espaço para responder a ele, afirmando que o *impeachment* não era uma vitória completa, pois ela ocorria apoiada pelos interesses do “velho ‘sistema’ político”.

Por outro lado, o consenso neoliberal ainda não havia ocorrido dentro empresariado, pois uma boa parte dele se beneficiava do protecionismo. Dessa forma, os dois jornais utilizaram os editoriais para defender sua posição política, pressionando pela manutenção das medidas neoliberais por Itamar Franco, algo que está explícito no texto da *Folha de S. Paulo*; e pela construção do consenso em torno delas no empresariado e em outros setores da sociedade. Este esforço foi bem-sucedido, pois Itamar Franco deu sequência a várias políticas neoliberais, como o programa de privatizações, e o consenso burguês em torno de um programa neoliberal ocorreu nas eleições de 1994, em torno do candidato vitorioso Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Por fim, pode-se pontuar que o trabalho mostrou a influência da infraestrutura sobre a superestrutura ao mencionar: que o interesse dos jornais nas medidas neoliberais correspondeu ao investimento na importação de produtos de informática e em leilões do sistema de telefonia estatal; a vinculação entre as críticas ao presidente e a procura pelo público de classe média; e a possível ligação das posições dos jornais com o corte do investimento estatal em publicidade e os interesses do capi-

tal internacional. No entanto, tal influência não foi suficiente para explicar todo o teor dos textos, pois eles foram bastante determinados pelas imagens que os dois jornais construíram sobre si mesmos. Assim, é possível afirmar que as criações simbólicas respondem tanto ao funcionamento dos próprios campos ideológicos (como a concorrência dentro do campo do jornalismo) como também aos interesses econômicos em sua base.

DIALOGISMO, GÊNEROS E DISCURSO: ESTUDOS BAKHTINIANOS

José Pereira da Silva (UERJ)

Considerações iniciais

Enquanto o estruturalismo saussuriano permaneceu na linha de frente dos estudos linguísticos, a análise do discurso e a linguística textual só eram conhecidas por alguns poucos profissionais de ensino superior e produção de conhecimento nas áreas de linguística e letras.

Depois disso, no entanto, o filósofo russo Mikhail Mikhailovich Bakhtin se tornou leitura quase obrigatória para os novos estudantes e profissionais de letras no Brasil, principalmente depois que os *Parâmetros Curriculares Nacionais* começaram a ser conhecidos e aplicados nas aulas de língua portuguesa e nos estudos literários, do ensino fundamental ao superior.

Nossa intenção, aqui, é relacionar os principais trabalhos produzidos e publicados pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos, em seus periódicos (*Revista Philologus*, *Cadernos do CNLF*, *Soletras* e *Linguagem em (Re)vista*), tratando da teoria e da prática das propostas de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, em diversas situações do ensino, da pesquisa e da produção textual, em diversos gêneros.

Fizemos questão de relacionar os principais artigos relativos a esses temas, oferecendo uma síntese do tratamento que cada um deles apresentou, ora parafraseando, ora citando literalmente a contribuição de seus autores. Mas, como são muito numerosos, nem todos foram comentados, apesar de relacionados nas REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

Desenvolvimento do tema

No desenvolvimento dessa proposta, tentamos organizar os tópicos, relacionando os trabalhos comentados de acordo com os seguintes subtópicos: **2.1. Dialogismo** (com o comentário sobre sete trabalhos); **2.2. Gêneros** (com três trabalhos); **2.3. Gêneros textuais** (com dois trabalhos) e **2.4. Gêneros do discurso** (com nove trabalhos).

Esta subdivisão não é rigorosa, pois será difícil separar rigorosamente os assuntos tratados nos diversos artigos comentados. Mas as REFERÊNCIAS vão seguidas dos links para os textos completos dos artigos, todos disponibilizados virtualmente, como se pode ver a seguir, para que os interessados os consultem diretamente. Também não se pretende comentar todos os artigos importantes sobre o tema, publicados pelo CIFEFiL, apesar de serem relacionados nas REFERÊNCIAS, visto serem mais de três dezenas, inclusive porque ficaria muito repetitivo em alguns tópicos.

Dialogismo

Marlene Eliane dos Santos e Aline Saddi Chaves (2013), em "A circulação do conceito de gênero do discurso em duas instâncias mediadoras do ensino e aprendizagem da língua portuguesa", acreditam que a “concepção sobre o funcionamento da linguagem com base em gêneros do discurso não pode ser desvinculada da teoria do dialogismo”. Por isto, propõem que, para compreender a formulação sobre os gêneros do discurso, como se apresenta em *Estética da Criação Verbal* (BAKHTIN, 2003), é preciso relacioná-la à teoria do dialogismo”, que “é, antes de tudo, um princípio da linguagem”. (SANTOS & CHAVES, 2013, p. 27)

Ânderson Rodrigues Marins, em Dialogismo bakhtiniano em *Esau e Jacó*, refere-se ao eminente professor Paulo Bezerra, lembrando que ele, fundamentado nos estudos de Mi-

Mikhail Mikhailovich Bakhtin, esclarece que, em todo texto literário, existe um autor primário ou autor criador. Este nos é apresentado como figura real, que está fora da estrutura da obra, e, que, ao criá-la, cria também a sua imagem, que é um autor secundário. Assim, segundo Mikhail Mikhailovich Bakhtin, o autor cria seres independentes, com os quais dialoga:

O nosso ponto de vista não afirma, em hipótese alguma, uma certa passividade do autor, que apenas montaria os pontos de vista alheios. (...) O autor é profundamente ativo, mas o seu ativismo tem um caráter dialógico especial. (...) Esse ativismo que interroga, provoca, responde, concorda, discorda etc.

Cleide Emília Faye Pedrosa (2007), em Dialogismo, aspecto constitutivo do discurso: uma releitura de Bakhtin a partir de autores nacionais, trata das propostas bakhtinianas sobre dialogismo e, conseqüentemente, sobre a polifonia, através da releitura realizada por estudiosos brasileiros, lembrando que as noções de linguagem, interação, dialogismo e ideologia estão entre as categorias centrais na obra de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, partindo de sua afirmação de que

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica e isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1997a: 123)

Gisele Batista da Silva (2007), em Autobiografia e dialogismo: uma abordagem afetiva da linguagem, lembra que Leonor Arfuch faz um percurso desde o retorno de certo interesse pela narrativa vivencial até o estudo do funcionamento dessas narrativas, partindo do estudo de Mikhail Mikhailovich Bakhtin sobre a linguagem conceitos fundamentais para a compreensão de certa produção histórica de discursos. Gisele destaca também que Mikhail Mikhailovich Bakhtin se preocupa com as relações estabelecidas entre homens e linguagem, num meio social que necessariamente participa desse processo

dialógico de conhecimento, acrescentando que ele recusa certa autossuficiência do eu, a partir da qual os discursos se engendrariam em condição adâmica, original, primeira.

Morgana Ribeiro dos Santos (2011), em O dialogismo e a tradição no forró, discute o conceito de dialogismo de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, aplicado em letras de música de forró, observando como o diálogo entre os textos contribui para a garantia da tradição no contexto musical do Brasil, confirmando a pertinência do pensamento bakhtiniano para o entendimento dos fenômenos linguísticos e valorizando nossa cultura. Relativamente ao dialogismo, fundamenta-se também em José Luiz Fiorin (2008), quando ensina que “o dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados” (2008, p. 19) e que é no enunciado que “estão presentes ecos e lembranças de outros enunciados, com que ele conta, que ele refuta, confirma, completa, pressupõe e assim por diante”. (FIORIN, 2008, p. 21)

Para terminar este tópico, lembramos o que nos ensina Simone Dália de Gusmão Aranha (2003), em O dialogismo em gêneros retóricos o papel ativo do “outro” no texto publicitário escrito, destacando alguns aspectos fundamentais sobre o fenômeno da linguagem, entre os quais o que considera a linguagem mais que um instrumento de comunicação, visto que por ela se interage com os semelhantes e com o seu mundo, de modo que a linguagem se torna um processo de interação, no qual o indivíduo se torna sujeito e agente do seu dizer.

Embasando-se em Mikhail Mikhailovich Bakhtin, Simone destaca ainda a dimensão sócio-histórica da linguagem, em que há um vínculo ideológico e uma articulação dela com a prática social e histórica, através da qual o sujeito reflete seu comportamento, atitudes e ideologias, tornando evidente o caráter primordial dos aspectos acima apontados na reflexão da língua, afirmando, citando Mikhail Mikhailovich Bakhtin, que “todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que

sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua” (BAKHTIN, 1992, p. 279), utilização essa que é efetuada em forma de enunciados que refletem "as condições específicas e as finalidades" da esfera social a que pertencem, desde a situação verbal cotidiana até a tese científica.

Outro ponto marcante focalizado por Mikhail Mikhailovich Bakhtin, lembrado por ela, concerne à importância do “papel ativo do outro no processo da comunicação verbal” (BAKHTIN, 1992, p. 292), para quem é no diálogo que se percebe nitidamente a alternância dos sujeitos falantes.

Gêneros

No de seu artigo “Algumas contribuições de Bakhtin, Schneuwly e Adam para os estudos sobre gêneros”, Sebastião Carlúcio Alves Filho e Sílvio Ribeiro da Silva (2010) apresentam em um parágrafo, uma síntese da história do conceito de gênero a partir da Antiguidade. O próprio Sílvio Ribeiro da Silva (2008) comenta, em “Teoria aplicada sobre gêneros do discurso/textuais”, que os gêneros já preocupavam os grandes filósofos gregos da Antiguidade:

Segundo o autor, o surgimento da noção de gênero se dá com o início da oratória, desenvolvida a partir da instauração da democracia na Grécia. Para Fiorin (2006), nesta época, textos já eram agrupados de acordo com suas características em comum. De início, estes eram distribuídos em três categorias bastante sólidas que, depois, se subdividiram. Hoje, a noção de gênero foi ampliada para todo tipo de produção textual e/ou discursiva, seja ela escrita ou oral.

No tópico “A teoria dos gêneros do discurso proposta por Bakhtin”, Silva (2008, p. 18-22) ensina que não se pode falar em gêneros, sem comentar a grande contribuição de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, porque seus postulados sobre a linguagem estabeleceram um marco na linguística moderna e orientaram a maioria das teorias de enunciação conhecidas, há

quase meio século. Isto porque, segundo Mikhail Mikhailovich Bakhtin, a especificidade das ciências humanas está no fato de que seu objeto é o texto (ou discurso), e a teoria dos gêneros do discurso leva em consideração o fato de que a língua é um instrumento de interação, de modo que, somente a interação entre dois indivíduos socialmente organizados pode dar origem à enunciação.

Nesse sentido, segundo Sebastião Carlúcio Alves Filho e Sílvia Ribeiro da Silva (2008), os conceitos apresentados por Mikhail Mikhailovich Bakhtin têm, como eixo central, a ideia de que o uso da linguagem acontece no interior das relações sociais mantidas pelos indivíduos (RAMIRES, 2005), porque "todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem" (BAKHTIN, 1979, p. 261). Ou seja, para Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1979, p. 261), "a situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir de seu próprio interior, a estrutura da enunciação". Portanto, é o contexto que determina as características do gênero a ser utilizado, porque "cada campo de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados". (BAKHTIN, 1979, p. 280)

A esse respeito, Rosângela Hammes Rodrigues (2005, p. 164) comenta que "Os gêneros se constituem e se estabilizam historicamente a partir de novas situações de interação verbal (ou outro material semiótico) da vida social que vão se estabilizando, no interior dessas esferas", porque, segundo Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1979), o processo de interação cria enunciados que refletem as condições específicas e as finalidades de determinado campo da linguagem pelo seu tema e estilo e por sua construção composicional.

Para Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1992, p. 265), todo enunciado – oral e escrito, primário e secundário, em qualquer campo de comunicação discursiva – é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou escrevente), po-

do ter estilo individual, mas, nem todos os gêneros são igualmente propícios a tal reflexo na linguagem do enunciado.

Por existirem várias esferas de comunicação, é necessário que os indivíduos se utilizem da linguagem de diferentes formas para atingirem determinados objetivos. Isso faz com que exista uma infinidade de gêneros do discurso que se concretizam nas mais diversas situações de uso da linguagem, podendo-se dizer que

A riqueza e a diversidade dos gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. (BAKHTIN, 1979, p. 262)

Segundo Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1979), portanto, é impossível catalogar a grande quantidade de gêneros primários ou simples e de gêneros secundários ou complexos. Além disso, lembra que os gêneros secundários surgem nas condições de interação que se apresentam em situações de um convívio cultural mais complexo, mais desenvolvido e organizado, visto que, ao preparar enunciados que se enquadram nesta perspectiva, o locutor incorpora a eles formas reelaboradas dos diversos gêneros primários.

No artigo “A circulação do conceito de gênero do discurso em duas instâncias mediadoras do ensino e aprendizagem da língua portuguesa”, Morgana Ribeiro dos Santos e Aline Saddi Chaves (2013) trataram “das transmissões dos saberes elaborados na esfera científica, em particular o conceito de gêneros do discurso, e transpostos para a realidade da sala de aula”. Segundo as autoras, pôde ser verificado um certo distanciamento entre a formulação original de Mikhail Mikhailovich Bakhtin e a sua aplicação no ensino, “na medida em que a concepção de língua e linguagem, bem como a de gênero discursivo, apresenta alguns indícios de normatividade”. (SANTOS & CHAVES, 2013, p. 24)

Segundo entenderam da leitura de Mikhail Mikhailovich Bakhtin e Valentin Nikolaevich Volochinov (2002), depois de afirmarem que “o conceito de gênero do discurso corresponde a uma formulação adiantada da teoria do dialogismo”, Morgana Ribeiro dos Santos e Aline Saddi Chaves demonstraram “que a realidade fundamental da língua e da linguagem não é seu aspecto estável e reiterável, mas sua relação inextinguível entre a língua, os sujeitos e a interação verbal”. (SANTOS & CHAVES, 2013, p. 25)

Ao final de seu trabalho, Morgana Ribeiro dos Santos e Aline Saddi Chaves concluíram que

apesar do esforço em se apropriar de uma formulação original e bastante fundamentada sobre o funcionamento linguístico-discursivo dos textos, que se realizam em gêneros discursivos, tanto os PCN quanto o referencial da SEMED⁶ manifestam uma preocupação em sistematizar os gêneros. (SANTOS & CHAVES, 2013, p. 34-35)

No artigo “A teoria de gêneros bakhtiniana em textos orais de publicidade e propaganda”, Patricia Jerônimo Sobrinho (2012) ensina que “Os gêneros textuais podem ser entendidos como formas de manifestações linguísticas orais e escritas, produzidas pelos sujeitos em diferentes situações socio-comunicativas”.

Aliás, é Patricia Jerônimo Sobrinho nos lembra a metáfora “correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da linguagem”, com a qual Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2003, p. 268) define os gêneros, afirmando que são as necessidades comunicativas de uma sociedade que determinam o uso de uns ou de outros gêneros, registrando ainda que “O fato de os gêneros seguirem os parâmetros sociais e históricos das práticas discursivas ocasiona uma infinidade de gêneros, impossibilitando registrá-los quantitativamente”. (JE-

⁶ Referencial da Secretaria Municipal de Educação do Município de Campo Grande (SEMED, 2008), capital do estado de Mato Grosso do Sul.

RÔNIMO SOBRINHO, 2012, p. 1481)

Gêneros textuais

O artigo “A estrutura composicional nos gêneros textuais a escrever: estudo de caso”, de Sílvio Ribeiro da Silva, Bárbara Battistelli Rauber e Lanilda Teles (2006), sintetiza a história dos gêneros textuais desde Aristóteles (2005), fixando contribuição de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, conforme mostraremos a seguir.

A partir dos estudos de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, o interesse pelos gêneros na comunicação oral e escrita ultrapassou a limitação a que esteve submetida até o desenvolvimento desses estudos pelos formalistas russos (influenciados por Ferdinand de Saussure), e os gêneros passaram a ser entendidos como tipos relativamente estáveis de enunciados. (Cf. SILVA, RAUBER & TELES, 2006, p. 15)

Dependendo da situação linguística, explicam que o falante/ouvinte produz uma estrutura, com formas-padrão relativamente estáveis de enunciados na comunicação, marcadas pelos contextos sociais e históricos que, dependendo do contexto de produção e de quem as produz, podem ser alteradas, porque é quem produz o enunciado que lhe atribui sentidos, dependendo da situação discursiva. É exatamente por isto que são tantas e tão variadas as formas dos gêneros do discurso. (Cf. SILVA, RAUBER & TELES, 2006, p. 15-16)

Na conclusão do tópico sobre “O estudo dos gêneros ao longo da história”, Sílvio Ribeiro da Silva, Bárbara Battistelli Rauber e Lanilda Teles (2006) ensinam que,

Para Bakhtin, dada a riqueza e a variedade dos gêneros, eles podem ser separados em dois grupos: *gêneros primários* – aqueles que fazem parte da esfera cotidiana da linguagem e que podem ser controlados diretamente na situação discursiva, tais como bilhetes, cartas, diálogos, relato familiar – e *gêneros secundários*

dários – textos, geralmente mediados pela escrita, que fazem parte de um uso mais oficializado da linguagem; dentre eles, o romance, o teatro, o discurso científico, os quais, por esta razão, não possuem o imediatismo do gênero anterior. (SILVA, RAUBER & TELES, 2006, p. 16)

Entretanto, os *gêneros secundários* acabam, de certo modo, suplantando os gêneros primários, considerando-se que estes fazem parte de uma troca verbal espontânea, e que aqueles representam uma intervenção nesta espontaneidade, pois se apresentam de modo mais complexo e, geralmente, escritos. Não é absurdo dizer que os *gêneros primários* são instrumentos de criação dos *gêneros secundários*. Daí, é possível apontar as características dos gêneros do discurso, que são formas-padrão de um enunciado que possuem um *conteúdo temático*, uma *estrutura composicional* e um *estilo*, ou certa configuração de unidades linguísticas. (*Idem, ibidem*)

A Profa. Patricia Jerônimo Sobrinho (2012, p. 1482) lembra que Mikhail Mikhailovich Bakhtin elenca os três elementos que definem o gênero e que eles estão ligados entre si e formam o enunciado:

O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas [da atividade humana], não só por seu *conteúdo temático* e por seu *estilo verbal*, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais – mas também, e, sobretudo, por sua *construção composicional*. (BAKHTIN, 2003, p. 279)

Para se entender melhor o gênero textual, é interessante saber um pouco mais sobre cada um desses conteúdos, porque “o estilo é indissociável de determinadas unidades temáticas e de determinadas unidades composicionais”. (BAKHTIN, 2003, p. 266)

O *conteúdo temático* se relaciona ao significado linguístico do que é enunciado, assim como à localização do enunciado no espaço e no tempo. Portanto, não podem ser desconsiderados os fatores sociais, econômicos, históricos e culturais em que foi produzido. O conteúdo temático está ligado ao assunto do texto e à forma como ele ganha sentido, a partir do

contexto de sua produção. (Cf. JERÔNIMO SOBRINHO, 2012, p. 1483)

O *estilo* é constituído pela seleção de recursos fraseológicos, lexicais e gramaticais do enunciado, dependendo do destinatário e das relações dialógicas com outros enunciados, porque, como diz Mikhail Mikhailovich Bakhtin: “Cada gênero do discurso, em cada campo da comunicação discursiva, tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero”. (BAKHTIN, 2003, p. 301)

Patricia Jerônimo Sobrinho (2012) lembra que o conhecimento do destinatário determina as escolhas discursivas, motivo pelo qual ele é tão importante na construção do discurso. E é por isto que Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2003) classifica o elemento estilo do discurso em duas categorias:

um, voltado para a individualidade do sujeito, o que o autor chama de estilo individual; outro, para a coletividade, denominado estilo de gênero. No primeiro, valorizam-se a singularidade do locutor e suas escolhas particulares na dinâmica discursiva. Já no segundo, usos linguísticos, textuais e discursivos são reconfigurados em um determinado contexto enunciativo. (JERÔNIMO SOBRINHO, 2012, p. 1483)

O estilo é, portanto, resultante de escolhas individuais e coletivas. O sujeito não é modelado pelo meio, tampouco pela sua soberania – sem qualquer influência do meio onde se localiza. O que ocorre é uma tensão entre estes dois âmbitos: individual e coletivo. E é essa tensão que gera a ação comunicativa. Vale aqui destacar que nem todo texto reflete a individualidade do sujeito e que, dependendo do gênero, a personalidade pode ser revelada em maior ou menor grau. (*Idem, ibidem*, p. 1483-1484)

Por último, tem-se o elemento nomeado de *construção composicional*. Ele é responsável pela organização e pela estruturação do gênero, o modo como as esferas sociais organizam os enunciados. Segundo Bakhtin (2003, p. 282), “todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo.” Ou seja, o ato comunicativo se realiza através do formato, da organização linguística, textual, discursiva dos enunciados. São esses recursos que regulam a forma dos gê-

neros, permitindo que sejam identificados. (*Idem, ibidem, p. 1484*)

É nesse sentido que a construção composicional integra, sustenta e ordena as propriedades do gênero através de elementos linguísticos e discursivos que sustentam

determinados tipos de construção do conjunto, de tipos do seu acabamento, de tipos da relação do falante com outros participantes da comunicação discursiva – com os ouvintes, os leitores, os parceiros, o discurso do outro etc. (*Idem, ibidem*)

como bem assinala Mikhail Mikhailovich Bakhtin. (2003, p. 266, *apud* JERÔNIMO SOBRINHO, 2012, p. 1484)

Os três elementos constituintes do gênero – conteúdo temático, estilo e construção composicional – estão indissolivelmente ligados. Portanto, ao estudar gêneros, não se deve deixar de contemplá-los, mesmo que, às vezes, seja difícil percebê-los à primeira vista, por estarem sobrepostos. É a partir desses elementos que os gêneros são conhecidos, compreendidos e produzidos. (JERÔNIMO SOBRINHO, 2012, p. 1484)

Gêneros do discurso

Em seu artigo “A condução do estudante para a construção da subjetividade: a perspectiva bakhtiniana dentro e fora do ambiente escolar”, Guilherme Brambila Manso e Luciano Novais Vidon (2014) concebem o discurso “como algo essencial para a interação humana”, entendendo que esse ato de comunicação se desenvolve de forma diversificada pela interação do enunciador com seus receptores.

Todas as esferas da atividade humana, por mais variadas que sejam, estão sempre relacionadas com a utilização da língua. Não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana (...). A utilização da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, que emanam dos integrantes de uma ou de outra esfera da atividade humana. O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas (...). Cada esfera de utilização da língua elabora seus

tipos relativamente estáveis de enunciados, sendo isso que denominamos gêneros do discurso. (BAKHTIN, 1997, p. 290, *apud* MANSO & VIDON, 2014, p. 32-33)

Guilherme Brambila Manso e Luciano Novais Vidon (2014) apresentam interessantes reflexões, a partir do seguinte postulado de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, que abre o tópico “A fomentação de possibilidades e suportes motivadores” de seu artigo:

Pode-se colocar que a obra de arte é um acontecimento artístico vivo, significante, no acontecimento único da existência, e não uma coisa, um objeto de cognição puramente teórico, carente de um caráter de acontecimento significante e de um peso de valores. A compreensão e a cognição devem operar não sobre o todo verbal previamente necrosado e reduzido à sua atualidade empírica, bruta, mas sobre o acontecimento, em função dos princípios que lhe fundamentam os valores e a vida, dos participantes que o vivem (não é a relação do autor com o material, mas a relação do autor com o herói que é significante e tem caráter de acontecimento). (BAKHTIN, 1997, p. 203-204, *apud*, MANSO & VIDON, 2014, p. 39)

Todo e qualquer discurso é um registro vivo de uma perspectiva a respeito de determinados assuntos. Por isto, pode-se colocar em destaque o fato de que “o primeiro ponto de tratamento à não motivação na produção do discurso é orientar o estudante a reconhecer-se como autor”, (MANSO & VIDON, 2014, p. 39). Para isto, é preciso convencê-lo de que “ele é de fato um sujeito ou que ele pode ser um sujeito de sua enunciação”. (*Idem, ibidem*, p. 40)

Guilherme Brambila Manso e Luciano Novais Vidon (2014) transcrevem o seguinte exercício de Willian Roberto Cereja e Tereza Cochar Magalhães (2003), demonstrando uma forma bastante positiva de trabalhar com a produção de textos pelos alunos, apesar de ainda a considerarem tímida em relação à proposta de Mikhail Mikhailovich Bakhtin:

Com base nos textos lidos, produza um texto dissertativo-argumentativo, no qual você defende seu ponto de vista a respei-

to da questão formulada inicialmente.

Ao produzir seu texto, leve em conta o grau de informatividade, evitando o senso comum. Utilize argumentos convincentes e bem fundamentados. Ao concluir, troque seu texto com um colega e ouça sugestões dele. Passe o texto a limpo, alterando o que achar conveniente, e exponha-o no mural da classe. (CEREJA & MAGALHÃES, 2003, *apud* MANSO & VIDON, 2014, p. 41)

A disponibilização do trabalho, seja em leitura pública, em murais, folhetins etc. contribui para desenvolvimento da argumentação, porque o aluno/sujeito terá o interesse pela recepção positiva de seu discurso. É fundamental, no entanto, que o discurso seja “motivo para os sujeitos agirem responsabilmente dentro de seus ambientes discursivos” (MANSO & VIDON, 2014, p. 42), porque é a partir daí que ele perceberá concretamente “que é de fato um enunciador, já que terá receptores para seu discurso”. (*Idem, ibidem*)

A partir do que Morgana Ribeiro dos Santos e Aline Saddy Chaves (2013, p. 27) entenderam de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, “o que importa na língua são os usos que dela fazem os sujeitos; logo, é a comunicação ou interação verbal que constitui o ponto de partida para uma concepção da linguagem”, porque:

O emprego da língua efetua-se em forma de enunciados (orais e escritos), concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo da atividade humana. Esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada referido campo, não só por seu conteúdo (temático) e pelo estilo de linguagem, ou seja, pela seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua, mas, acima de tudo, por sua construção composicional. (BAKHTIN, 2003, p. 261, *apud* SANTOS & CHAVES, 2013, p. 26)

No artigo "A língua que ‘curte’ as evoluções tecnológicas do século XX e ‘compartilha’ mudanças significativas para o mundo linguístico do século XXI", Daniella Rocha Reis (2015, p. 221) ensina que, para refletir sobre as variadas lin-

guas presentes nas atuais ferramentas de comunicação, é necessário discorrer sobre a noção de gênero e de gênero emergente, lembrando que, para Mikhail Mikhailovich Bakhtin, os gêneros são apreendidos no curso de nossas vidas como participantes de determinado grupo social ou membro de alguma comunidade. Aliás, o papel do outro é muito importante, porque, como ensina Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1979, p. 320), “Os outros [...] não são ouvintes passivos, mas participantes ativos da comunicação verbal”.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin aponta três aspectos que caracterizam os gêneros em geral: o conteúdo ou seleção de temas (esfera social); o estilo ou escolha dos recursos linguísticos (função/necessidade temática); e a construção composicional ou formas de organização textual (intenção do locutor). Ou seja:

Uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana), dadas condições específicas para cada uma das esferas da comunicação verbal, gera um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico. (BAKHTIN, 1979, p. 284)

O conceito do “relativamente estável” está ligado ao fato de que os gêneros do discurso sofrem mudanças históricas e geográficas de acordo com o contexto em que são expostos, e se modificam para atender as necessidades dos seus falantes. Um exemplo é a carta, que foi substituída pelo e-mail e outros gêneros emergentes das novas tecnologias.

Em "A natureza dialógica da linguagem: discursos sobre o índio na literatura brasileira", Giselda Maria Dutra Bandoli e Ingrid da Silva Ramos (2015), preocupadas em abordar alguns conceitos mobilizados por Mikhail Mikhailovich Bakhtin (discurso, enunciado e dialogismo), refletem sobre os discursos formadores de identidades do índio em obras representativas da literatura brasileira, tratando do discurso em relação às suas condições de produção.

Segundo elas, a partir de investigações sobre o funcionamento da linguagem em suas relações sociais, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010) postula que a linguagem tem o dialogismo como o princípio constitutivo do enunciado. Para ele, é o dialogismo, considerado como princípio básico para a existência humana, que dá sentido ao discurso, porque é no discurso que se manifestam as relações dialógicas. (BANDOLI & RAMOS, 2015, p. 242)

Para Mikhail Mikhailovich Bakhtin, portanto, a

orientação dialógica é naturalmente um fenômeno próprio a todo discurso. Trata-se da orientação natural de qualquer discurso. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa. Apenas o Adão mítico que chegou com a primeira palavra no mundo virgem, ainda não desacreditado, somente este Adão podia realmente evitar por completo esta mútua orientação dialógica do discurso alheio para o objeto. Para o discurso humano, concreto e histórico, isto não é possível: só em certa medida e convencionalmente é que pode dela se afastar. (BAKHTIN, *apud* FIORIN, 2006, p. 18)

Pensando assim, todo discurso é atravessado por outros discursos, e este é o princípio constitutivo do enunciado, que é sempre heterogêneo, pois nele se ouvem, pelo menos, duas vozes. Os dizeres são orientados para o já-dito e provocam respostas posteriores. E Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010) assegura esse caráter responsivo dos enunciados: “[...] cedo ou tarde, o que foi ouvido e ativamente entendido é respondido nos discursos subsequentes ou no comportamento do ouvinte”. E mais: “Cada enunciado é um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2010, p. 272, *apud* BANDOLI & RAMOS, 2015, p. 243)

A construção de identidade também ocorre dialogicamente, pois é formada através de discursos. Ou seja, a “identidade nacional é um discurso e, por isso, como qualquer outro discurso, é constituída dialogicamente”. (BAKHTIN, *apud*

FIORIN, 2009, p. 3)

Ana Maria Oliveira Lima, Valdirene de Jesus Alves e Verônica Maria Araújo dos Santos (2015), em "Gramática e ensino de língua: considerações e provocações", lembram que, começando na segunda metade do século XX, aconteceu a virada pragmática, quando, “em vez de se preocupar com estrutura abstrata da língua, com seu sistema subjacente (como a *langue* de Ferdinand de Saussure e a competência de Chomsky), muitos linguistas se debruçaram sobre os fenômenos mais diretamente ligados ao uso que os falantes fazem da língua”. (WEEDWOOD, 2002, p. 144, *apud* BANDOLI & RAMOS, 2015, p. 995)

Foi nessa virada pragmática que surgiu Mikhail Mikhailovich Bakhtin, surpreendendo o mundo com a concepção de que, sendo a língua variável e de natureza social, possibilita a interação e, conseqüentemente, o diálogo. Assim, conclui que a língua é essencialmente dialógica, considerando o signo como intrinsecamente ideológico e que, portanto, a enunciação é carregada de ideologia. Enfim, a linguagem é visualizada por Mikhail Mikhailovich Bakhtin como processo de interação em que o sujeito entra em cena, passando a ser “real”, inserido em seu contexto histórico, cultural e social.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin e Valentin Nikolaevich Volochinov (2014, p. 127) asseveram que "a verdadeira substância da linguagem é constituída [...] pelo fenômeno social da interação verbal, realizada pela enunciação ou pelas enunciações". (*Apud* BANDOLI & RAMOS, 2015, p. 996)

A linguagem só pode ser pensada dentro das relações humanas (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2014), de modo que a língua materna não apresenta mistérios para o falante, mas é entendida na familiaridade da comunidade linguística. Ou seja, apesar de haver tensões, a consciência linguística dos sujeitos se relaciona com a linguagem nas interações verbais. É por is-

to que determinados contextos de uso da linguagem se sobrepõem a algumas de suas formas normativas. (Cf. BANDOLI & RAMOS, 2015, p. 998)

Silvio Nunes da Silva Júnior e Gabriela Ulisses Fernandes (2015), em "Linguagem e enunciação: uma abordagem dos gêneros textuais no ensino de língua materna", também se referem ao grande número de gêneros textuais, tais como: carta, romance, bilhete, horóscopo, receita culinária, bula de remédio, resenha, resumos, textos da internet, poemas etc., que podem ser primários ou secundários e orais ou escritos, considerando como primários os diálogos do dia a dia e como secundários os que constituem os romances, dramas, pesquisas científicas e textos literários de toda espécie, além dos grandes gêneros publicitários. (Cf. SILVA JÚNIOR & FERNANDES, 2015, p. 1243)

A diferença entre os gêneros primário e secundário (ideológicos) é extremamente grande e essencial, e é por isso mesmo que a natureza do enunciado deve ser descoberta e definida por meio da análise de ambas as modalidades; apenas sob essa condição a definição pode vir a ser adequada à natureza complexa e profunda do enunciado (e abranger as suas facetas mais importantes). (BAKHTIN, 2003, p. 264)

Os gêneros textuais são aparatos essenciais para nossa comunicação, auxiliando-nos significativamente, com estilos próprios que se adequam e se adaptam ao tipo de leitor e ao ambiente (Cf. SILVA JÚNIOR & FERNANDES, 2015, p. 1244). Ou seja:

Quanto melhor dominamos os gêneros, tanto mais livremente os empregamos, mais plena e nitidamente descobrimos neles a nossa individualidade (onde isso é possível e necessário) e refletimos de modo mais flexível e sutil a situação singular da comunicação; em suma, realizamos de modo mais acabado o nosso livre projeto de discurso. (BAKHTIN, 2003, p. 285)

Odete dos Santos Silva (2015), em "Linguagem, ideologia e poder no processo de formação do leitor: os signos lin-

guísticos representados pelos sujeitos históricos das escolas municipais de Vitória da Conquista – BA", verifica como é construída a subjetividade da linguagem no âmbito escolar no século XXI e como se forma a consciência de linguagem e poder ideológico histórico do leitor na escola pública, que expressa a cultura ideológica, social e política no uso e na produção do discurso. A linguagem não se abstém de ideologias que encontram em todas as camadas sociais. Aliás, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2006) ensina que não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, porque a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou de uma vivência.

É, pois, o contexto histórico em que o indivíduo está inserido que determina suas construções linguísticas e seus discursos. Assim, é preciso compreender que os fenômenos ideológicos da aquisição da linguagem estão interligados e que os elementos de comunicação social e os signos representam a materialização dessa comunicação, observando o contexto sociocultural e histórico em que tais sujeitos estão inseridos.

Mas esse espaço semiótico e esse papel contínuo da comunicação social como fator condicionante não aparecem em nenhum lugar de maneira mais clara e completa do que na linguagem. A palavra é o fenômeno ideológico por excelência. A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função, nada que não tenha sido gerado por ela. A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social. (BAKHTIN, 2006 p. 34)

Assim, o autor reforça que a linguagem reflete um fenômeno ideológico e é absorvida em função de seu signo – instrumento importante que cumpre uma função ideológica:

Todo signo, como sabemos, resulta de um consenso entre indivíduos socialmente organizados no decorrer de um processo de interação. Razão pela qual as formas do signo são condicionadas, tanto pela organização social de tais indivíduos, como pelas condições em que a interação acontece. Uma modificação destas

formas ocasiona uma modificação do signo. É justamente uma das tarefas da ciência das ideologias estudar esta evolução social do signo linguístico. Só esta abordagem pode dar uma expressão concreta ao problema da mútua influência do signo e do ser; é apenas sob esta condição que o processo de determinação causal do signo pelo ser aparece como uma verdadeira passagem do ser ao signo, como um processo de refração realmente dialético do ser no signo. (BAKHTIN, 2006, p. 34, *apud* SILVA, 2015, p. 250)

Odete dos Santos Silva (2015, p. 253) ensina que, no momento certo e do jeito adequado, o professor deve proporcionar ao aluno a oportunidade de ação e reflexão, ou seja, de interação do aluno com a leitura, indicando objetivos, elementos e situações e dando condições para que ele tenha acesso a elementos novos, para possibilitar a elaboração de respostas aos problemas suscitados e superar a contradição entre sua representação mental e a realidade.

Agindo assim o professor, o aluno terá condições de aprender, porque

Mais importante do que reconhecer a forma utilizada, é entendê-la dentro do contexto, e perceber que essa significação varia de acordo com o uso social da palavra. Quando desvinculamos a palavra da realidade, usando-as apenas como pretexto para decorar regras gramaticais, como se a língua fosse um sistema abstrato de normas, ou quando restringimos a leitura de um texto a uma única interpretação, estamos impedindo que venha à tona uma infinidade de outros sentidos possíveis, dando às nossas aulas um caráter monológico. (BAKHTIN, 2006, p. 192, *apud* SILVA, 2015, p. 254)

Guilherme Brambila Manso e Luciano Novaes Vidon (2015), na página 383 de "O artigo de opinião na prática escolar: subjetividade, ensino e responsividade", analisam o tratamento do "artigo de opinião" como gênero discursivo, no contexto escolar, investigando as condições e circunstâncias nas quais o professor tem atuado no processo de produção de textos dos alunos, com base no princípio bakhtiniano da alteridade. Na discussão com os docentes, os pressupostos de Mikhail

Mikhailovich Bakhtin e seu Círculo são explorados para refletir sobre a constituição do sujeito-professor, do ponto de vista do que foi postulado a respeito dos gêneros discursivos e da subjetividade.

Essa discussão em torno da relação entre subjetividade e gêneros do discurso, além de ser objeto de observações constantes de pesquisadores envolvidos com o estudo do discurso e assuntos afins, tem ganhado cada vez mais destaque na prática escolar, especialmente nas aulas de língua portuguesa. O estudo do pensamento de Mikhail Mikhailovich Bakhtin e de seu Círculo ocorre, principalmente, pela atualização dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* que instituíram uma perspectiva sociointeracionista de ensino do texto, aproximando-se da noção de gêneros discursivos e do dialogismo, defendidos pelo círculo bakhtiniano, afastando-se da tradicional perspectiva textual-tipológica. (Cf. MANSO & VIDON, 2015, p. 383)

Mikhail Mikhailovich Bakhtin/Valentin Nikolaevich Volochinov (2006, p. 93), por compreenderem o uso da língua em função do propósito comunicacional, ensinam que

Na realidade, o locutor se serve da língua para suas necessidades enunciativas concretas. Trata-se, para ele – locutor, de utilizar as formas normativas num dado contexto concreto. Para o locutor, o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na nova significação que essa forma adquire no contexto.

Percebemos, nessa proposta, a existência de um sujeito que não é refém do meio discursivo em que está inserido, mas que participa ativamente dele, respondendo dialogicamente às demandas concretas de enunciação por meio da língua, em função da linguagem e da interação. (Cf. MANSO & VIDON, 2015, p. 384)

Este diálogo nos permite reconhecer que o sujeito histórico e social interage com as situações reais de enunciação e com outros sujeitos oriundos de uma natureza histórica e soci-

al que realizam a interação verbal, enriquecendo-se com os discursos um do outro.

Assim, Mikhail Mikhailovich Bakhtin e Valentin Nikolaevich Volochinov (2006, p. 96) reforçam que a interação verbal dos sujeitos “nada tem a ver com um sistema abstrato de formas normativas, mas apenas com a linguagem no sentido de conjunto dos contextos possíveis de uso de cada forma particular”, sendo eles o enunciador e o destinatário, com a possibilidade de troca de turnos conforme a conveniência do propósito comunicativo.

O processo de produção textual no interior dos gêneros discursivos acontece de maneira responsiva e dialógica. Apesar das configurações básicas de cada gênero do discurso, é perceptível que cada esfera discursiva e cada sujeito possui necessidades discursivas distintas e únicas na produção de seus enunciados, garantindo o caráter primordial dos gêneros discursivos, que é a relativa estabilidade.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997, p. 106) afirma que “o gênero sempre é e não é ao mesmo tempo, sempre é novo e velho ao mesmo tempo”. Assim, somos convidados a compreender a atividade comunicativa humana como uma tensão contínua de discursos que se cruzam, buscando propósitos interacionais reais. O sujeito só existe por conta da existência do outro, que o reconhece como tal; e é pela interação dos sujeitos através dos gêneros discursivos que a linguagem se mantém em movimento e a comunicação se realiza. (Cf. MANSO & VIDON, 2015, p. 385)

Ana Cristina de Araújo Negrão e Simone Cristina Mendonça (2015), em "O ensino do gênero textual na abordagem sociointeracionista a partir da reescrita do gênero conto na 4ª etapa da EJA", informam que Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2004) dá ênfase ao processo de interação verbal e ao enunciado concebendo a linguagem numa perspectiva integrada à vida

humana e ensinando que “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico e abstrato de suas formas, nem no psiquismo individual do falante”. (BAKHTIN, 2004, p. 124)

A interação verbal se efetiva por meio dos gêneros, dos quais Mikhail Mikhailovich Bakhtin aponta duas características: a primeira diz respeito à realidade dialógica como categoria básica de sua concepção, pois para o autor toda a enunciação é um diálogo.

Sobre o diálogo e enunciação, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2004) diz:

A enunciação, compreendida como uma réplica do diálogo social, é a unidade de base da língua, trate-se de um discurso interior (diálogo consigo mesmo) ou exterior. Ela é de natureza social, portanto ideológica. Ela não existe fora de um contexto social, já que cada locutor tem um “horizonte social”. Há sempre um interlocutor, ao menos potencial. O locutor pensa e se exprime para um auditório social bem definido. (BAKHTIN, 2004, p. 16)

A verdadeira substância da língua, constituída pelo fenômeno social da interação verbal, visto que os enunciados não existem de forma isolada, é reconhecida por Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2004), a partir da concepção dialógica de linguagem. Aliás, cada enunciado pressupõe seus antecedentes e consequentes. Sua segunda característica é a polifonia, com a qual se pode perceber que um texto não é formado apenas pela voz do escritor. Para Mikhail Mikhailovich Bakhtin, a noção de enunciado está vinculada à ideia de voz, tanto na comunicação oral quanto na escrita. (NEGRÃO & MENDONÇA, 2015, p. 400)

Ele sustenta que a constituição do sujeito ocorre por meio do contato social, uma vez que é ouvindo o discurso dos outros que ele se descobre e se enxerga como pertencente a esse meio, apesar de ser diferente dos outros. Assim, o autor a-

firma que a gênese da linguagem está na interação verbal e nas relações coletivas e sociais, num movimento em que o social precede ao individual por meio do signo.

Quando se trata do ensino de língua materna a partir dos gêneros textuais, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2003) orienta que trabalhar com palavras ou frases desconectadas de uma situação enunciativa não faz sentido ao aluno, pois precisa ficar claro que cada enunciado corresponde a condições específicas, e que a finalidade de cada uma das esferas da atividade humana elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados – os gêneros discursivos, heterogêneos – caracterizados pelo conteúdo temático, pelo estilo verbal e pela construção composicional.

O enunciado, portanto, tem um caráter ideológico porque, concretizando-se no texto, no qual línguas, ideologias e visões de mundo se relacionam, um ensino que dá mais relevância à natureza e variedade de gêneros se torna mais significativo do que o ensino que prioriza a abstração da língua. É na alternância dos falantes, levando em conta as circunstâncias comunicativas, os ambientes discursivos e a posição social dos sujeitos que interagem, que ocorre a escolha dos gêneros.

Considerações finais

Considerando-se a riqueza de reflexões apresentada nos diferentes textos aqui comentados, todos publicados nos periódicos e anais de eventos organizados pelo Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos (CiFEFiL), pode-se afirmar com segurança que constituiriam um ou mais significativos volumes que valorizariam ainda mais a já considerável contribuição bakhtiniana na literatura especializada, produzida e/ou publicada no Brasil.

Apesar de não ter sido possível comentar todos os trabalhos importantes relacionados a seguir, temos certeza de que

os interessados nessas temáticas terão seus trabalhos diminuídos, com possibilidade de apresentar novos pontos de vista teóricos e novas aplicações práticas do pensamento filosófico de Mikhail Mikhailovich Bakhtin a partir dessa publicação.

DISCURSO CITADO EM TEXTOS JORNALÍSTICOS SOBRE O PISA

Adriana Santos Batista

Introdução

O interesse jornalístico por temas educacionais não é recente; em pesquisa sobre os textos publicados no jornal *A província de São Paulo* entre 1875 e 1889, Mário Ferreira de Castro (1997) indica que, com relação à educação, eles tratavam de assuntos como: obrigatoriedade do ensino na província, crítica à instrução pública na monarquia, baixos salários dos professores, dificuldades enfrentadas pelos mais pobres para educar seus filhos, precariedade do ensino, insuficiência das reformas realizadas etc. (CASTRO, 1997, p. 96-7). Tendência a aspectos negativos que permanece nos textos publicados atualmente.

Em jornais e revistas destinados a um público amplo, numerosos são os textos que se propõem a discutir educação. De acordo com Gisela Maria do Val (2011):

Em pesquisa realizada no arquivo *on-line* do jornal *Folha de São Paulo*, constatamos que, em 1994, foram publicados 727 artigos em que a educação compunha o tema e a ideia defendida pelo texto; já em 1997, a marca chegou a 3350, evidenciando um aumento de aproximadamente 460%. (VAL, 2011, p. 16)

O levantamento efetuado indica o significativo aumento no número de textos que abordam a educação num pequeno intervalo de tempo; há que se considerar, entretanto, que nesse período houve alguns acontecimentos importantes no cenário educacional brasileiro, como a publicação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no fim de 1996 e a dos primeiros volumes dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). De 1996 a 2006, período que constitui o recorte temporal de Gisela Maria do Val, a pesquisadora constatou que os

principais assuntos tratados pelos textos jornalísticos acerca da educação foram:

1) a educação como a principal solução para os problemas de desenvolvimento do país e de bem-estar da população; 2) a formação do professor; 3) a questão da avaliação; 4) o problema da qualidade; 5) a violência e 6) a dicotomia entre a educação pública e a privada. (VAL, 2011, p. 44)

Paralelamente, em 1997, no Seminário Internacional sobre Avaliação Escolar, o jornalista Demócrito Rocha Dummar (1998) expôs sua visão quanto à necessidade de os meios de comunicação atentarem para as novas pautas relacionadas à educação, principalmente para as avaliações: “É preciso tirar esse assunto dos círculos de especialistas e levá-los a todos os pais, alunos, amigos da educação, diretores e professores das escolas públicas e particulares. Avaliar é preciso” (1998, p. 160). Poucos anos depois, “a questão da avaliação” já figura entre os temas mais discutidos, fato que provavelmente tem como um dos motivos a disseminação de exames em larga escala, como, por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Quando se observam os resultados da pesquisa *A educação na imprensa brasileira*, realizada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e pelo Ministério da Educação (MEC), com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), publicada em 2005, vê-se que eles indicam uma queda no percentual relacionado ao espaço que textos relacionados a avaliações e financiamento estudantil tiveram comparando-se 1999 e 2005; no caso da avaliação como tema, a mudança foi de 17,5% para 6,3%. A respeito, diz-se que:

Como os instrumentos de avaliação do ensino estavam sendo fortemente debatidos e implementados pela gestão Paulo Renato Souza, a queda parece passível de explicação – ainda que não seja razoável, dado que, hoje, tais instrumentos, mesmo com mudanças, fazem parte da cultura do processo educacional brasilei-

ro. Paralelamente, é possível salientar que os profissionais da notícia estão fazendo pouco uso da enorme quantidade de informações e, portanto, de potenciais reflexões, que são geradas por estes sistemas de avaliação (p. 41).

A crítica não se refere somente à diminuição desse tema em relação a outros, mas ao uso limitado dos dados quantitativos oferecidos pelos testes. Nesse ponto reside uma das especificidades dos textos que objetivam abordar resultados de avaliações externas: eles têm à disposição uma série de dados previamente tabulados, geralmente, por equipes especializadas em aspectos educacionais e estatísticos. Com essas informações, tem-se um ponto de partida proveniente, não raro, de instituições organizadoras que gozam de prestígio social; assim, não se parte do zero para a elaboração do texto.

Tal aspecto torna-se paradoxal na medida em que a profusão de informações oficiais tidas como confiáveis pode conduzir a uma abordagem jornalística monofônica, que se concentre em recontar os resultados a um público mais amplo em detrimento à problematização destes e, por extensão, das avaliações. Assim, dentre os temas educacionais passíveis de serem abordados em textos jornalísticos, o debate acerca das avaliações externas materializado nos textos constitui-se objeto privilegiado para a observação de como o meio de comunicação vale-se de palavras de terceiros e em que medida outras vozes, que não a do próprio exame, são articuladas. Sob esse viés, o principal objetivo deste capítulo é analisar, à luz das discussões do Círculo de Bakhtin e de outros teóricos que discorreram sobre esse processo, quais são as fontes inseridas em textos jornalísticos sobre avaliações externas e como elas integram-se a eles.

Definiram-se como *corpus* de análise textos que têm como foco a discussão de avaliações externas, mais especificamente do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.

tes (PISA)⁷ de 2009. Os textos a serem analisados são provenientes da versão impressa do jornal *Folha de S. Paulo* e foram publicados em 2010 devido ao tempo necessário para correção, tabulação, análise e divulgação dos relatórios oficiais.

O PISA é o programa de avaliação coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que avalia em Leitura, Matemática e Ciências estudantes de quinze anos de mais de setenta países. Segundo o *síte* da OCDE:

Lançado em 1997 pela OCDE, o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) é um estudo internacional que objetiva avaliar os sistemas educacionais ao redor do mundo por meio de testes de habilidades e conhecimentos aplicados a jovens de 15 anos. Até o momento, estudantes de mais de 70 países já participaram dessa avaliação. Desde o ano 2000, a cada três anos, um grupo de estudantes de 15 anos, selecionado aleatoriamente, realiza testes nas seguintes áreas: leitura, matemática e ciências, com foco em uma área específica em cada edição da avaliação.

O teste, que ocorre a cada três anos, não é aplicado à totalidade de estudantes de quinze anos dos países participantes, trata-se de uma amostragem que se pretende ser representativa das diferentes variáveis que podem interferir nas habilidades demonstradas pelos alunos. A idade padrão para realização do exame tem relação com a premissa de que, na maioria dos países participantes, ao atingir os quinze anos, o aluno já concluiu o período de escolarização obrigatória ou está prestes a termi-

⁷ A sigla tem como base a nomeação em inglês Programme for International Student Assessment.

⁷ Tradução livre de "Launched in 1997 by the OECD, the Programme for International Student Assessment (PISA) is an international study which aims to evaluate education systems worldwide by testing the skills and knowledge of 15-year-old students. To date, students representing more than 70 countries and economies have participated in the assessment. Since the year 2000, every three years, a randomly selected group of fifteen-year-olds take tests in the key subjects: reading, mathematics and science, with focus given to one subject in each year of assessment."

ná-lo. Trata-se de um exame em que se objetiva observar o aprendizado por gerações, isso implica na escolha de uma faixa etária para realização dos testes e pode envolver até mesmo os alunos que não chegaram a cursar determinada etapa de escolarização, foram reprovados ou ficaram fora da escola por algum período (FERNANDES, 2007).

Outra possibilidade, para além da organização dos exames por gerações, é avaliar estudantes que chegam ao final de um ciclo de aprendizagem. Esse é o princípio da Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), mais conhecida como Prova Brasil, avaliação aplicada a cada dois anos a estudantes da educação básica do 5º e do 9º ano. Os resultados da prova, que avalia conhecimentos em português e matemática, integram o Ideb, que leva em conta: a) fluxo (taxas de aprovação, retenção e evasão) e b) resultados obtidos em avaliações.

Para a análise de como as notícias têm inserido o discurso citado ao abordarem essas avaliações, numa perspectiva não somente lingüística, mas também considerando as características sociais daqueles que têm seu discurso inserido, são tomadas como base, principalmente, as discussões elaboradas pelo Círculo de Bakhtin, apresentadas a seguir.

Aproximações teóricas

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Mikhail Mikhailovich Bakhtin discorre sobre as bases para uma filosofia da linguagem de base materialista, criticando modelos de estudo lingüístico então vigentes, a saber: o objetivismo abstrato e o subjetivismo idealista⁸. O ponto central de suas discussões é pensar em possibilidades de análise que levem em consideração o caráter ideológico dos signos, que, não somente refle-

⁸ Em alguns capítulos, a corrente é denominada como subjetivismo individualista, como, por exemplo, o capítulo 6, "A interação verbal".

tem, mas também refratam a realidade (BAKHTIN, 2010, p. 31).

Segundo essa perspectiva, é necessário considerar que a ideologia materializada nos signos se relaciona diretamente à estrutura de produção de uma dada sociedade (infraestrutura), que, por sua vez, determina as esferas ligadas à cultura, linguagem etc. (superestruturas). O desafio do pesquisador que segue por essa perspectiva é desenvolver suas análises sem que elas caiam no equívoco da causalidade mecanicista, ou seja, na crença de que toda mudança na estrutura econômica culminará necessariamente em uma alteração na estrutura da língua.

Os capítulos das duas primeiras partes do livro apresentam as bases teóricas para a aplicação dessa perspectiva no estudo de aspectos sintáticos, mais especificamente, no discurso de outrem ou discurso citado. Para o círculo, “O discurso citado é o *discurso no discurso*, a *enunciação na enunciação*, mas é, ao mesmo tempo, um *discurso sobre o discurso*, uma *enunciação sobre a enunciação*” (BAKHTIN, 2010, p. 150). Os contextos em que se evidenciam o uso de palavras de terceiros são centrais para a perspectiva defendida, pois eles materializam um processo inerente à linguagem, que é a interação verbal. No capítulo que trata especificamente desse conceito, lê-se que:

Na realidade toda palavra comporta *duas faces*. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede *de* alguém como pelo fato de que se dirige *para* alguém. Ela constitui justamente o *produto da interação do locutor e do ouvinte*. Toda palavra serve de expressão a *um* em relação *ao outro*. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 2010, p. 117)

Essa relação entre um *eu* e um *tu* inerente à palavra, no

caso do discurso citado, exige a consideração de que ela não parte exclusivamente de um único locutor ou que a materialização da trama locutor *versus* ouvinte, é infinita. Dessa forma, um texto, oral ou escrito, em que se verifique a inserção de palavras de terceiros, pressupõe uma relação anterior entre outros locutores e interlocutores, em que essas tenham sido proferidas. Tal aspecto sintático mostra-se, portanto, lugar privilegiado para pensar no dialogismo, abordado em trabalhos posteriores do círculo.

As formas de inserção do discurso citado indicam de que maneira o locutor se relaciona com as palavras de terceiros e com outras enunciações, processo que se evidencia estruturalmente. Tendo como base obras literárias, predominantemente russas, alemãs e francesas, Mikhail Mikhailovich Bakhtin discorre sobre os esquemas e as principais variantes do discurso citado, segundo ele:

O esquema só se realiza sob a forma de uma variante específica. É nas variantes que se acumulam as mudanças, no curso dos séculos e dos decênios, e que se estabilizam os novos hábitos da orientação ativa em relação ao discurso de outrem, os quais se fixam em seguida sob a forma de representações linguísticas duráveis nos esquemas sintáticos. As variantes se encontram na fronteira da gramática e da estilística. (BAKHTIN, 2010, p. 161)

Tal concepção compreende os esquemas como estruturas relativamente estáveis que se materializam e se alteram por meio de variantes. Nessa perspectiva, concebem-se os discursos indireto, direto e indireto livre como esquemas. O primeiro pode se manifestar pelas variantes analisadora do conteúdo, analisadora da expressão e impressionista; ao passo que o segundo, considerando somente os casos em que há um “contágio recíproco entre o discurso narrativo e o discurso citado” (BAKHTIN, 2010, p. 171-172), como preparado, esvaziado, antecipado, retórico e substituído.

No que diz respeito ao discurso indireto livre, não são apresentadas variantes, mas diferentes concepções teóricas

com vistas à demonstração de que não se trata de uma forma híbrida decorrente dos outros dois esquemas.

Para além das classificações, a teorização apresentada parte da observação das relações estabelecidas entre o discurso citado e o discurso narrativo, ou seja, das negociações existentes para que se insiram palavras de terceiros em um dado discurso. Por meio dessa perspectiva, tem-se como foco não somente o discurso citado, mas as modificações recíprocas que sua presença implica.

Embora as análises do círculo tenham se concentrado em textos literários, é possível valer-se delas para o exame de outras esferas em que a linguagem se manifesta, como sugere o seguinte trecho a seguir:

A palavra categórica, a palavra “assumida”, a palavra *assertiva* só existe nos contextos científicos. Em todas as outras áreas da criação verbal, é a ficção que domina e não mais a asserção. Toda a atividade verbal consiste, então, em distribuir a “palavra de outrem” e a “palavra que parece ser a de outrem”. (BAKH-TIN, 2010, p. 203)

Seu conteúdo pressupõe que, assim como no romance, nos demais contextos de criação verbal, há um jogo entre a palavra do locutor e a palavra do outro, de modo que ambas se relacionam com fronteiras mais ou menos nítidas. No caso da esfera jornalística, as palavras de terceiros são condição fundamental para que os textos possam ser escritos. Esse tipo de apoio no já dito é característica intrínseca aos gêneros jornalísticos, principalmente os que são comumente denominados informativos, como notícias e reportagens; segundo Elena Méndez García de Paredes (2000):

O discurso de informação jornalística, mais que qualquer outro gênero discursivo, está continuamente atravessado pelo *já dito*, já que a maior parte dos materiais dos quais se nutre a informação se insere desde sua origem em forma discursiva, como palavra do outro, e este, precisamente, é uma característica in-

rente à sua constituição textual [...]. (PAREDES, 2000, p. 2081)⁹

O já-dito, que atravessa qualquer produção discursiva, no caso dos textos jornalísticos, é o ponto de apoio necessário para uma pretensa transmissão de informações. Fala-se a partir de pontos de vista, cujas fontes podem ou não ser expressas.

Para além das especificidades do jornalismo, os fenômenos de dupla enunciação, que incluem a inserção de palavras de terceiros em um enunciado, são uma temática bastante discutida, inclusive na educação básica, geralmente tomando os três esquemas discutidos pelo Círculo de Bakhtin como as únicas possibilidades de ocorrência. Jacqueline Authier-Revuz, teórica que se concentra em fenômenos da enunciação retomando estudos de Mikhail Mikhailovich Bakhtin e Pêcheux, faz essa observação ao apontar a insuficiência dessa abordagem:

De modo tradicional e ainda hoje frequentemente, nas gramáticas, o campo do discurso relatado, ou seja, os modos de representação no discurso de um discurso outro, tem sido limitadamente exposto de três formas: o discurso direto, o indireto e o indireto livre, apresentados como uma espécie de progressão [...] (1998, p. 133).

Nessa perspectiva, que lida com as três possibilidades como não passíveis de variação e mais ligada à possibilidade de classificação, o que determina a maneira como as palavras do outro se inserem é sua separação ou não das do locutor e a manutenção ou não da forma original como algo foi dito (ou uma representação disso). Para os estudos discursivos, entretanto, o exame das maneiras e implicações de introduzir discursos outros possui especificidades que ultrapassam a catego-

⁹ Tradução livre de *“El discurso de información periodística, más que cualquier otro género discursivo, está continuamente atravesado por lo ya dicho, dado que la mayor parte de los materiales de los que se nutre la información entra desde el origen en forma discursiva, como palabra de otro, y este, precisamente, es un rasgo inerte a su conformación textual [...]”* (PAREDES, 2000, p. 2081).

rização e recaem sobre aspectos como as ideologias subjacentes à escolha da voz citada, as formas de introdução, os limites da paráfrase etc.

A insuficiência dessa tríade também se coloca na conceituação da heterogeneidade mostrada, na medida em que ela não recobre todas as possibilidades pelas quais o discurso do outro pode se materializar de forma explícita, excluindo, por exemplo, o discurso direto livre e a modalização em discurso segundo. Para embasar essa crítica, Jacqueline Authier-Revuz fundamenta-se nos conceitos de dialogismo e interdiscurso, respectivamente de Mikhail Mikhailovich Bakhtin e Pêcheux (AUTHIER-REVUZ, 1998, p. 135).

Avaliações em pauta

Para os textos jornalísticos, tomando-os como uma possibilidade de contexto narrativo, o discurso citado pode, ao menos declaradamente, mostrar-se como uma estratégia para transmitir objetividade, pluralidade de pontos de vista e veracidade nas informações transmitidas. Em alguns casos, como na abordagem dos resultados de avaliações externas, a indicação das informações contidas nos relatórios divulgados pelas instituições organizadoras caracteriza-se como informação imprescindível para o desenvolvimento do texto.

Como base para as análises, serão discutidos não somente os textos publicados pelo jornal, mas a forma como se inserem na página e sua relação com os demais elementos presentes. Para tanto, segue uma reprodução de uma página do caderno *Cotidiano*, seção *Saber*, inteiramente dedicada à abordagem dos resultados do PISA:

saber



Paula Quadramani, no lançamento dos livros de alunos da Curitiba.

FABIANA REINALDO
de SP/MS

Atenção pais e professores: a internet ajuda a melhorar o desempenho em leitura. A consultoria do PISA, exame internacional que avalia as habilidades em leitura, matemática e ciências de estudantes na faixa dos 15 anos.

É claro que o conteúdo não se refere ao folclore no Facebook, nem aos jogos na rede. Mas atividades como ler e-mails e notícias, participar de grupos de discussão, usar dispositivos e fazer pesquisas são citadas como benéficas.

Luciana Alves, superintendente do Instituto Crescer Criança, lembra características da internet que favorecem a diferença: "Ter acesso a informações de diferentes fontes, poder comparar fontes e investigar em uma discussão faz com que você tenha uma maior apropriação da informação e seja um leitor mais crítico."

O PISA, que é organizado pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), compara o desempenho em leitura dos alunos que foram mensurados em testes que foram feitos em países que usam a internet mais frequentemente.

SAIBA MAIS

1 Quem escreve que avalia a cada três anos alunos de 15 anos de países em OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico e Brasil)?

2 O que é avaliado? Escrita, em cada edição há um teste com matemática, leitura e em leitura.

3 Quem organiza e aplica a prova? A prova é organizada pela OCDE e aplicada por países membros.

Fonte: PISA 2009 (www.oecd.org)

livro ABERTO

Alunos que leem mais e de modo diversificado na internet têm melhor desempenho em leitura

LEITURA ON-LINE E DESEMPENHO EM LEITURA
O hábito de ler na internet explica 8% do aumento da nota dos alunos brasileiros.

	8% que usam livros on-line	21% que não usam livros on-line
BRASIL	371	359
OCDE	468	465

Nota em pontos de leitura

mente, essa deve ser a única fonte de leitura ou, pelo menos, de leitura prazerosa e acessível à internet, o que melhora as habilidades de leitura conscientizada."

Simone André, do Instituto Ayrton Senna, diz acreditar que, na rede, "como o aluno tem uma finalidade definida para sua leitura, isso facilita o entendimento."

Cláudio Barros, professor de Francês em Curitiba, pensa diferente. Para ele, a internet melhora a velocidade da leitura, mas não a interpretação. Outra diferença vem de Adriano Silva dos Santos, professor do Insituto Maria (zona sul), não as diferenças.

"A lanterna do MSN ou do e-mail que chegou vindo de uma conversa, no entanto, é favorecido ao uso da tecnologia."

"Sempre comentei a visão de que a internet prejudica a leitura", diz José-Roy Lourenço, coordenador de português do Santo Américo e do Augusto Leuzinger (zona sul).

VERBAIS

Professora da Castanheiras (Grande SP), Luis Henrique Junqueira achou um modo de usar a tecnologia para estimular a produção de textos.

Cada aluno do 7º ano produz um livro. Os capítulos foram corrigidos, em vídeo, enviados por e-mail ou melhorados em post. Depois, a professora explicou como fazer o melhor capítulo. Ao mesmo tempo em que estava a ler, ela e o professor, o aluno via na tela as marcações feitas nos textos.

"Cada aluno tem seu ritmo. Com a videoaula, ele pode ouvir e ler de novo."

No caso de Cristiana Lembre, 17, a internet foi o ponto de partida para aquela publicação, aos 16 anos, o livro "A Última Leitura". Aos 15, a estudante começou a escrever em um site sobre o trabalho Harry Potter, duas histórias chegaram a ter 2.000 leitores. "O apoio que recebi me permitiu crescer e publicar."

6 Nem precisaria fazer uma pesquisa para mostrar isso. Na internet, os alunos aprendem para que serve escrever

uma mensagem, uma e-mail, uma mensagem de texto, uma mensagem de celular ou uma mensagem de Puffin (e-mail).

PERGUNTA DO LEITOR

Por que o material didático é mais comum em escolas construtivistas?

Resposta: O material didático elaborado por Maria Montessori para uso com crianças deficientes entendido às outras, com base na crença de que não há aprendizado dos conceitos matemáticos sem o uso do material concreto. Mas pesquisas mais recentes apontam outros fatores.

MAIOR VIDA MARINA DE NEILSON (www.vivamaria.com.br)

Novidade: livro didático para o ensino de português



Cristiana Lembre publicou o seu primeiro livro aos 16 anos

Brasileiros estão entre os que mais se queixam de indisciplina

de SÃO PAULO

Não são só os professores que reclamam da indisciplina dos alunos. Questionados pelo PISA, os próprios estudantes apontam problemas em suas salas de aula.

Entre os brasileiros participantes da pesquisa (cerca de 30 mil), 60% dizem que suas classes são barulhentas e tumultuadas. A porcentagem é maior do que a média de 52% registrada pelos países da OCDE (organização de nações desenvolvidas).

"A escola passou a ser um local onde tudo é permitido", diz Hebe Felosa, presidente da Apasm (Associação de Pais e Alunos das Escolas do Estado de São Paulo).

Jaé Martins Meilho Meira, doutora em psicologia escolar, diz que a maioria dos casos de indisciplina começa quando parte dos alunos não consegue fazer as atividades propostas pelo docente.

"A professora perde que os alunos estão com um hábito. E o que poderiam fazer as crianças que não sabem escrever? Essa é a hora em que começa a agitação", exemplifica ela, citando uma observação que faz parte de um trabalho da Unesp (Universidade Estadual Paulista) em escolas municipais de Baurax (329 km de SP).

Pueri Domus.
A primeira escola de origem **100% brasileira** a oferecer o Programa IB Diploma.

O mundo precisa de cidadãos que compreendam o mundo. O Pueri Domus está fazendo a sua parte.

IB Diploma é um programa internacional bilíngue incorporado ao Ensino Médio que traz as melhores práticas pedagógicas de vários países. Alarga o desempenho do aluno, trazendo a ele o prazer que os países oferecem, a consciência intercultural e o alto grau de autonomia. Estudantes do programa IB têm excelentes taxas de aceitação nas melhores universidades do mundo.

Somente em: **Unidade Curitiba (Brasil)**
Rua Verbo Divino, 99A
Chacara Santa Antonia
ML 352-222 www.pueridomus.com.br

Escola Pueri Domus
Turmas para estrangeiros

Figura 1: Página 7 do caderno Cotidiano, Folha de S. Paulo, de 13 de dezembro de 2010

A página apresenta diferentes textos que se relacionam aos resultados do PISA em leitura, dados divulgados pelo jornal cinco dias antes. Em termos de disposição gráfica, há a fotografia de uma estudante observando um livro aberto em suas mãos, imagem que ocupa cerca de um terço do espaço; logo abaixo, segue o título do texto principal, “Livro aberto”, que faz alusão à figura da menina com o livro; aos resultados dos estudantes brasileiros em leitura; ao acesso à leitura entre os jovens; à jovem escritora disposta na fotografia menor mais abaixo; e à própria divulgação do desempenho dos participantes do teste, dado que essa expressão liga-se também à clareza de informações.

O uso de livro aberto como metáfora geral indica que as relações estabelecidas no texto principal não se encerram em si, mas estendem-se aos demais itens da página, numa relação análoga à de um diálogo. Além de se remeterem aos elementos materializados nesse suporte, deve-se considerar também o fato de ser o livro um objeto valorizado socialmente, ao qual se ligam características tidas como positivas, tais como acesso ao conhecimento, cultura, *status* etc. Tomando como base os postulados de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, acerca da necessidade de se pensar o caráter social dos signos ideológicos, deve-se observar que eles não se constroem individualmente, mas a partir da relação entre consciências individuais, assim “os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra” (2010, p. 34). Segundo ele, esse grupo de objetos valorizados liga-se intrinsecamente ao contexto histórico-social em questão:

A cada etapa do desenvolvimento da sociedade, encontram-se grupos de objetos particulares e limitados que se tornam objeto da atenção do corpo social e que, por causa disso, tomam um valor particular. Só este grupo de objetos dará origem a signos, tornar-se-á um elemento da comunicação por signos (BAKHTIN, 2010, p. 46).

O livro, entendido como um objeto valorizado no contexto de circulação da *Folha de S. Paulo* e capaz de se ligar a características tidas como positivas socialmente, dialoga também com a propaganda disposta no fim da página, da Escola Pueri Domus. Quando se tem em mente que a proposta apresentada por Mikhail Mikhailovich Bakhtin busca modos de compreender a determinação da infraestrutura sobre as superestruturas, sem que se recorra à explicação por meio da causalidade mecanicista¹⁰, observa-se que essas relações criadas em torno do livro têm como base os discursos relacionados às possibilidades de ascensão social por meio da leitura e do saber, cuja base está na infraestrutura. O texto presente na propaganda pretende evidenciar o sucesso alcançado pelos estudantes que, não apenas são alunos da escola, mas participam do programa IB diploma: “Estudantes do programa IB têm elevadas taxas de aceitação nas melhores universidades do mundo”. A remissão a essas universidades conduz aos índices em leitura dos países que integram a OCDE, cujos resultados são apontados como mais expressivos que os do Brasil.

Assim, há em torno das relações construídas pela figura do livro aberto a ligação a perspectivas de sucesso profissional por meio da leitura, oferecidas, principalmente pela educação privada. A esse respeito, associa-se também a fotografia da estudante, que ocupa quase um terço da página, ser de uma aluna “da Castanheiras”, como indica a legenda: “Paola Quadrante, no lançamento dos livros de alunos da Castanheiras”; escola

¹⁰ Tal discussão materializa-se principalmente no capítulo 2, “A relação entre a infraestrutura e as superestruturas”. Nele, Bakhtin discute a determinação da infraestrutura, ou seja, a organização econômica das sociedades, sobre as superestruturas, em especial a linguagem. Para tanto, busca um modelo que se oponha às explicações por meio da causalidade mecanicista, perspectiva insuficiente dada a “diferença quantitativa entre as esferas de influência recíproca” (p. 40). Ao abordar a análise do romance, o autor argumenta em prol de se levar em consideração não somente sua relação com a infra-estrutura, mas também com a própria “estrutura da obra romanesca” (p. 41).

cuja descrição da atividade que consistiu na elaboração de livros mediante interação virtual entre professor e alunos ocupou uma coluna inteira do texto. Considerar, pois, o livro e, por extensão a educação, como signos ideológicos, pressupõe observar sua dependência do contexto econômico do grupo em questão; as seguintes observações de Mikhail Mikhailovich Bakhtin podem auxiliar na construção dessa posição:

Para que o objeto, pertencente a qualquer esfera da realidade, entre no horizonte social do grupo e desencadeie uma reação semiótico-ideológica, é indispensável que ele esteja ligado às condições socioeconômicas essenciais do referido grupo, que concerne de alguma maneira às bases de sua existência material (BAKHTIN, 2010, p. 46).

A partir desse posicionamento, pretende-se destacar a ancoragem desta pesquisa no postulado de Mikhail Mikhailovich Bakhtin segundo o qual a infraestrutura é determinante para a configuração das superestruturas e a palavra é lugar privilegiado para se observar essa relação. No caso específico destas análises, trata-se de compreender os fatores econômicos como determinantes do modo como são apresentados os resultados das avaliações externas e a própria configuração das vozes presentes.

A seguir, dispõe-se na íntegra a notícia “Livro aberto” para que se possam discutir o modo como o discurso citado é inserido:

Livro aberto

Alunos que leem mais e de modo diversificado na internet têm desempenho melhor em leitura

Fabiana Rewald, de São Paulo

Atenção pais e professores: a internet ajuda a melhorar o desempenho em leitura. A conclusão é do PISA, exame internacional que avalia as habilidades em leitura, matemática e ciências

de estudantes na faixa dos 15 anos.

É claro que o estudo não se refere às fofocas no Facebook nem aos jogos na rede. Mas atividades como ler e-mails e notícias, participar de grupos de discussão, usar dicionários e fazer pesquisas são citadas como benéficas.

Luciana Allan, superintendente do Instituto Crescer, lembra características da internet que fazem a diferença. "Ter acesso a informações de diferentes fontes, poder comparar ideias e interagir em uma discussão faz com que você tenha uma maior apropriação da informação e seja um leitor mais crítico."

O PISA, que é organizado pela OCDE (países desenvolvidos), comparou o desempenho em leitura dos alunos que leem menos on-line com os que leem mais (e leem material variado) e concluiu que o hábito de ler na internet explica 8% do aumento da nota dos alunos brasileiros. Na média dos países da OCDE, esse valor é de 3%.

"Provavelmente, isso acontece porque, nos países da OCDE, o acesso à leitura por diferentes meios é muito fácil e intenso. Portanto, ler na internet não faz diferença", diz Betina von Staa, coordenadora de pesquisas da Positivo Informática.

"No Brasil, para muitos jovens, essa deve ser a única fonte de leitura ou, pelo menos, de leitura prazerosa -e o acesso à internet acaba melhorando as habilidades de leitura como um todo."

Simone André, do Instituto Ayrton Senna, diz acreditar que, na rede, como o aluno tem uma finalidade definida para sua leitura, isso facilita a compreensão.

Já Cláudio Baron, professor do Franscarmo (zona leste), pensa diferente. Para ele, a internet melhora a velocidade da leitura, mas não a interpretação. Outra desvantagem, diz Adriano Silva dos Santos, professor do Santa Maria (zona sul), são as distrações. "As janelinhas do MSN ou do e-mail que chegou vão tirando a atenção."

A maioria dos educadores ouvidos, no entanto, é favorável ao uso da tecnologia. "Sempre combati a visão de que a internet empobrece a leitura", diz José Ruy Lozano, coordenador de português do Santo Américo e do Augusto Laranja (zona sul).

VIDEOAULAS

Professor da Castanheiras (Grande SP), Luis Henrique Junqueira achou um modo de usar a tecnologia para estimular a produção de textos.

Cada aluno do 6º ano produziu um livro. Os capítulos foram corrigidos em videoaulas, enviadas por e-mail ou salvas em pen drive. Junqueira gravava explicações de como melhorar cada trecho. Ao mesmo tempo em que ouvia a voz do professor, o aluno via na tela as marcações feitas no texto.

"Cada aluno tem seu ritmo. Com a videoaula, ele pode ouvir e ler de novo."

No caso de Cristiana Lembo, 17, a internet foi o ponto de partida para que ela publicasse, aos 16 anos, o livro "A Última Lágrima". Aos 13, a estudante começou a escrever em um site sobre o bruxinho Harry Potter. Suas histórias chegaram a ter 2.000 leitores. "O apoio que recebi na internet me deu confiança."

"Nem precisaria haver uma pesquisa para mostrar isso. Na internet, os alunos aprendem para que serve escrever"

LUCA RISCHBIETER

consultor de tecnologia educacional da Positivo Informática

Com relação aos sujeitos empíricos materializados no texto como fontes e que têm enunciados inseridos na notícia, os que se mostram presentes encontram-se no quadro a seguir. Também são dispostas informações com relação ao tipo de discurso citado; para tanto, utilizam-se os esquemas propostos por Mikhail Mikhailovich Bakhtin e as variantes somente no caso do discurso indireto, dado que, para o direto, as apresentadas dizem respeito aos casos em literatura russa em que há uma interferência entre o discurso narrativo e o discurso citado:

Sujeito empírico	Cargo	Instituição	Discurso citado
Luciana Allan	Superintendente	Instituto Crescer	DD com antecipação do conteúdo e verbo <i>dicendi</i> “lembrar”
Betina von Staa	Coordenadora de pesquisa	Positivo Informática	DD com verbo <i>dicendi</i> “dizer”
Luca Rischbieter	Consultor de tecnologia educacional		DD sem verbo <i>dicendi</i>
Simone André	Não informado	Instituto Ayrtton Senna	DI analisador do conteúdo com verbo <i>dicendi</i> “dizer”
Cláudio Baron	Professor	Escola privada Francarmo	DI analisador do conteúdo com verbo <i>dicendi</i> “pensar”
Adriano Silva dos Santos	Professor	Escola privada Santa Maria	DD com antecipação do conteúdo e verbo <i>dicendi</i> “lembrar”
José Ruy Lozano	Coordenador de Português	Escola privada Santo Américo	DD com antecipação de conteúdo e verbo <i>dicendi</i> “dizer”
		Escola privada Augusto Laranja	
Luiz Henrique Junqueira	Professor	Escola privada Castanheiras	DD com antecipação do conteúdo e sem verbo <i>dicendi</i>
Cristiana Lembo	Estudante	-	DD com antecipação do conteúdo e sem verbo <i>dicendi</i>

Quadro 1: Fontes presentes em “Livro aberto”, texto sobre o PISA, de 13 de dezembro de 2010

O quadro, que apresenta as fontes selecionadas para compor a notícia, aponta para o destaque dado às escolas particulares, aos institutos e à Positivo Informática; no decorrer do texto, são citadas cinco escolas, representadas por meio de seus professores ou coordenadores. A exclusão das escolas públicas do debate, em oposição à exaltação do trabalho desenvolvido na rede privada, coloca em evidência os diferentes valores socialmente atribuídos às duas esferas, reforçados e materializados pelo jornal.

Assim como ocorre com as instituições privadas, a inserção de opiniões advindas de representantes de institutos e de uma empresa de informática contribui para a construção de um imaginário que os coloca na posição de autoridade sobre o assunto. Observe-se que, pelo menos no texto principal, não há a perspectiva da universidade, que poderia ser indicada por meio de livros, pesquisas ou do depoimento de professores. Tal estratégia, passível de ser entendida como publicitária, fundamenta-se no prestígio atribuído socialmente a essas instituições e em seu poder econômico; dessa forma, sua presença no texto acaba por intensificar essas duas características, construindo um círculo vicioso.

Com relação aos modos de inserção do discurso citado, observa-se que todas as fontes são nomeadas e categorizadas com informações referentes à sua atuação profissional. Os enunciados delas provenientes materializam-se predominantemente por meio do discurso direto marcado com aspas e pela antecipação do conteúdo a ser proferido já no discurso narrativo. Nos casos em que há o discurso indireto, a variante predominante é a analisadora do conteúdo.

Em “Livro aberto”, há dois trechos atribuídos diretamente ao PISA: nos primeiros parágrafos e na tabela, conforme segue:

Atenção pais e professores: a internet ajuda a melhorar o desempenho em leitura. A conclusão é do Pisa, exame internacional que avalia as habilidades em leitura, matemática e ciências de estudantes na faixa dos 15 anos.

É claro que o estudo não se refere às fofocas no Facebook nem aos jogos na rede. Mas atividades como ler e-mails e notícias, participar de grupos de discussão, usar dicionários e fazer pesquisas são citadas como benéficas.

(Dois primeiros parágrafos de Livro aberto, notícia sobre o PISA, de 13 de dezembro de 2010)



(Tabela de Livro aberto, notícia sobre o PISA, de 13 de dezembro de 2010)

No primeiro parágrafo, há a indicação de uma conclusão atribuída ao teste: “a internet ajuda a melhorar o desempenho em leitura”. Na tabela, são os índices, denominados como “notas em leitura”, que constituem a informação advinda dos resultados do exame. Tem-se, pois, a voz do PISA materializada, porém não exatamente sob as formas mais conhecidas de discurso citado. Para sua análise, são úteis as observações de Elena Méndez García de Paredes (2000), segundo a qual, no caso dos textos jornalísticos, é necessário distinguir as funções relacionadas à inserção das palavras do outro, o que culmina em duas possibilidades: os discursos que são fonte informativa para as notícias e os que são notícias. A disposição de informações atribuídas aos resultados do PISA, sob essa perspectiva, parece pertencer ao segundo grupo, definido como:

No segundo caso, *discursos que são notícia*, o que os outros dizem é tema e fundamento do discurso do jornalista. Aqui os atos de fala alheios constituem a informação jornalística: atividades parlamentares, congressos políticos, declarações de personagens de relevância política, cultural, social etc. (PAREDES, 2000, p. 2083)¹¹

¹¹ Tradução livre de “En el segundo caso, *discursos que son noticia*, lo que dicen otros es tema y fundamento del discurso del periodista. Aquí la información periodística la conforman ya los actos de habla ajenos: actividades parlamentarias, congresos políticos, declaraciones de personajes de relevancia política, cultural, social etc.” (PAREDES, 2000, p. 2083).

Posto que os dados anunciados, declaradamente atribuídos ao PISA, são a essência da notícia, as outras vozes presentes colaboram como fonte informativa, por meio das quais se procura recobrir diferentes esferas envolvidas mediante seu posicionamento. Mesmo sendo fundamentais para a construção da notícia, as informações que se atribuem aos resultados do exame são bastante imprecisas. O relatório *Resultados nacionais PISA 2009*, no que se refere à leitura, apresenta: dados gerais em comparação a outros países; distribuição por país segundo os níveis de proficiência; relação da média a índices socioeconômicos e culturais do país; dados sobre fluxo escolar, médias por região e Estado etc. Há também uma seção dedicada à análise dos questionários respondidos pelos jovens; com relação à leitura *on-line*, foram apresentados os seguintes resultados nas páginas 114 e 115:

QUESTÃO 25 – Frequência dedicada a atividades de leitura eletrônica
(continua)

Respostas	Não sei do que se trata	Nunca ou quase nunca	Várias vezes por mês	Várias vezes por semana	Várias vezes por dia	Em branco/ Nulo
a) Ler e-mails	10,64	24,87	22,01	21,90	17,67	2,90
b) Bater papo on-line (no MSN, por exemplo)	7,43	20,21	14,99	20,67	33,95	2,76
c) Ler notícias on-line	9,40	30,34	19,94	19,65	17,06	3,61
d) Usar um dicionário ou enciclopédia on-line (Wikipédia, por exemplo)	10,22	30,72	26,55	19,07	10,19	3,25
e) Procurar informações on-line sobre temas específicos	8,30	22,56	31,14	21,69	13,27	3,04
f) Participar de discussões e fóruns on-line	24,55	52,80	8,85	5,55	5,01	3,22
g) Procurar informações práticas on-line (por exemplo, horários, eventos, dicas, receitas, etc.)	10,95	34,57	23,87	15,95	11,81	2,85

Tabela 1: Tabulação de respostas do questionário do estudante, PISA 2009, sobre a frequência dedicada a atividades de leitura eletrônica

Embora o relatório não apresente os números indicados na tabela publicada pela *Folha de S. Paulo*, é facultado, por meio do *site* internacional do PISA, cruzar as respostas do

questionário aos resultados obtidos em leitura, matemática e ciências, procedimento que parece ter sido o adotado pelo jornal. A questão que diz respeito à leitura eletrônica procura recobrir diferentes possibilidades de atividade em meio virtual, não se restringindo a alternativas dicotômicas de respostas, com sim e não. No entanto, quando o jornal dispõe dados que relacionam as médias dos que mais e dos que menos leem *on-line*, não é claro o procedimento adotado para determinar esse grupo, ou seja, como as possibilidades de respostas foram cruzadas para determinar os 25% que mais leem.

O segundo parágrafo dá indícios para se pensar que, mesmo tendo o próprio discurso do PISA como notícia, há espaço para interferências e direcionamentos. Afirmar que a pesquisa não se refere “às fofocas no Facebook nem aos jogos na rede”, pode sugerir que o exame não tenha se ocupado do uso da internet para “bater papo on-line”, o que contradiz a atividade colocada em “b” na questão 25 do questionário do estudante. Tal atividade, inclusive, é a que tem o maior percentual de frequência. Da mesma forma, exclui-se uma possível relação entre os jogos *on-line* e atividades como a participação em fóruns, indicada em “f”. Portanto, mesmo que o PISA seja a fonte, isso não corresponde a um uso exato de seus dados.

Com base nos postulados de Jacqueline Authier-Revuz, o enunciado presente no primeiro parágrafo, apresentado como conclusão da avaliação, “a internet ajuda a melhorar o desempenho em leitura”, caracteriza-se como discurso direto livre, uma forma não marcada de heterogeneidade mostrada. Tal classificação não se liga à verificação da equivalência entre este e conteúdos presentes nos relatórios oficiais, mas à maneira como ele é inserido: após dois pontos, mas sem aspas, e como equivalente a “a conclusão”, presente no próximo período. Para Jacqueline Authier-Revuz, no discurso direto livre, “todos os dêiticos de pessoa, tempo e lugar são, como no DD os de

e¹². O que significa que se pôde considerar o DDL como um DD sem introdutor e sem marca tipográfica” (1998, p. 160).

Aqui o discurso relatado está sendo tratado não apenas a partir dos modos pelos quais as palavras do outro são inseridas, mas tendo em conta a relação com a enunciação anterior tomada como base e as implicações de sua materialização. O emprego do discurso direto livre, por exemplo, possui um caráter ambíguo, pois em se assemelhando ao discurso direto, contém a ilusão de que o enunciado proferido foi exatamente aquele, mas não se compromete com essa possibilidade ao não delimitá-lo com aspas.

Conclusão

Por meio das análises realizadas procurou-se demonstrar que, ao tomar o próprio PISA como fonte para a construção dos textos jornalísticos, cria-se a ilusão de que as conclusões neles presentes retomam o conteúdo dos relatórios oficiais do exame. Entretanto, a nova enunciação, mesmo que se utilize de discurso relatado, constrói significados nem sempre localizáveis nos textos que indica serem suas fontes.

Ademais, observou-se também que prevalecem as fontes provenientes de instituições de ensino privadas, que frequentemente são inseridas para confirmarem ou exemplificarem as conclusões tidas como originárias do PISA. Há um silenciamento de vozes ligadas à universidades e escolas públicas, o que reforça o prestígio que o jornal atribui às instituições privadas.

¹² “e” refere-se à situação de enunciação.

**GÊNEROS DISCURSIVOS:
PRECEDENTES TEÓRICOS EM
*MARXISMO E FILOSOFIA DA LINGUAGEM***

Aline Maria dos Santos Pereira

Introdução

Os pressupostos teóricos de Mikhail Mikhailovich Bakhtin acerca dos gêneros discursivos são referências para estudos sobre esse tema e têm norteado o desenvolvimento de muitas pesquisas. O ensino de língua portuguesa a partir dos gêneros, por exemplo, é recomendado pelos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (1998), por pesquisadores, em eventos científicos da área e pelos livros didáticos. O livro utilizado de Mikhail Mikhailovich Bakhtin como referência para tais pesquisas, comumente, é *Estética da Criação Verbal*, em específico, o capítulo “Gêneros do Discurso”, publicado em 1979.

Porém, na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, publicada anteriormente, em 1929-1930, percebem-se discussões preliminares que se relacionam aos estudos posteriores sobre os gêneros. Dessa forma, esta pesquisa é norteada pelo seguinte questionamento: há na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* pressupostos teóricos que antecedem as discussões dos gêneros do discurso apresentadas posteriormente na obra *Estética da Criação Verbal*?

Analisar os pressupostos que antecedem a teoria dos gêneros discursivos possibilita uma discussão mais consistente sobre a referida teoria, distanciando-se de abordagens que se restringem à discussão de um conceito de forma fragmentada e que tem como base apenas um capítulo de um livro sem considerar a obra como um todo.

Nessa perspectiva, o objetivo geral é analisar discussões na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem* que se caracteri-

zem como pressupostos teóricos que antecedem a teoria dos gêneros discursivos apresentada detalhadamente na obra *Estética da Criação Verbal*. Assim sendo, analisaremos as menções explícitas à palavra gênero na primeira obra, bem como a presença de pressupostos que estabeleçam uma relação implícita.

Essa perspectiva metodológica assemelha-se à adotada por José Luiz Fiorin (2014) em seu texto “Interdiscursividade e intertextualidade”, no qual o autor tem por objetivos analisar se essas terminologias se fazem presentes na obra de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, em forma dos próprios significantes ou relacionadas a outras terminologias; e verificar se é possível diferenciar interdiscurso e intertexto tendo como parâmetro as ideias bakhtinianas.

O presente estudo proporcionará uma análise sobre as discussões acerca dos gêneros nos estudos de Mikhail Mikhailovich Bakhtin; um paralelo entre tais questões nas duas obras em questão; além de discutir conceitos-chave no âmbito dos gêneros, tais como: definição, classificação, características, relação com a sociedade e, conseqüentemente, a importância dos mesmos nesse âmbito na perspectiva bakhtiniana.

Presença da palavra “gêneros” em Marxismo e Filosofia da Linguagem e relação teórica implícita com estética da criação verbal

Antes de apresentarmos a análise sobre o número de vezes em que a palavra “gêneros” aparece em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, é importante discutirmos questões relacionadas à tradução. José Luiz Fiorin (2014), ao analisar a presença dos significantes interdiscursividade e intertextualidade na obra de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, afirma que a tradução realizada na obra escolhida como objeto de análise interfere nos resultados encontrados. Em sua pesquisa, por exemplo,

constatou que, no conjunto das obras de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, aparece uma vez a palavra “intertextual”, em um livro em que a tradução brasileira foi feita a partir do francês, ademais, a expressão aparece também no livro de referência. Por outro lado, constatou que, em uma consulta realizada em uma obra traduzida da língua espanhola, o mesmo termo não aparece. De acordo com o autor, esta segunda tradução é mais fiel ao texto russo.

Percebemos que a tradução desempenha uma função importante na elaboração/organização de uma obra, ultrapassando a mera questão de decodificação e transcrição; envolve escolhas lexicais que variam de tradutor para tradutor, interferindo, conseqüentemente, no entendimento da obra e na realização de futuras pesquisas a partir da mesma.

Para a presente investigação, tomamos como referências as obras *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, 12ª edição, publicada em 2006 e traduzida do francês; e *Estética da Criação Verbal* tradução também realizada a partir do francês e publicada em 1997.

Na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, em termos quantitativos, a palavra gênero é mencionada quatro vezes, sendo duas vezes no capítulo dois, “A relação entre a infraestrutura e as superestruturas”; uma vez no capítulo nove, “O Discurso de Outrem”; e uma vez no capítulo onze, “Discurso Indireto Livre em Francês, Alemão e Russo”. Assim, a referida palavra aparece duas vezes em um mesmo parágrafo (terceiro da página 42), uma vez no final do parágrafo da página 148, e, por fim, no primeiro parágrafo da página 197. É importante destacar que não há ainda a menção à expressão gêneros discursivos ou gêneros do discurso.

A discussão realizada inicialmente sobre os gêneros é a mais contundente; no capítulo em questão, intitulado “A relação entre a infraestrutura e as superestruturas”, Mikhail Mi-

khailovich Bakhtin (2006) discorre sobre o conteúdo de temas que circulam em determinado momento social e sobre os tipos de discurso que dão forma aos temas. A concretização desses temas se dá por meio da interação verbal e, conseqüentemente, essa interação é perpassada por diferentes formas de comunicação através de signos no contexto diário. Em outras palavras, há uma relação intrínseca entre o uso da palavra e os contextos sociais, para o autor “a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais”. (BAKHTIN, 2006, p. 40).

Assim, ao destacar a materialização dos temas por meio da comunicação diária, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2006, p. 42) afirma que há uma relação com as discussões acerca dos gêneros, porém, ressalta que essas questões só seriam expostas posteriormente. Em suas palavras,

[...] esta questão das formas concretas tem uma significação imediata. Não se trata, é claro, nem das fontes de nosso conhecimento da psicologia do corpo social numa ou noutra época (por exemplo: memórias, cartas, obras literárias), nem das fontes de nossa compreensão do “espírito da época”. Trata-se, muito precisamente, das próprias formas de concretização deste espírito, isto é, das formas da comunicação no contexto da vida e através de signos. A *tipologia* destas formas é um dos problemas vitais para o marxismo. *Mais tarde*¹³, em conexão com o problema da enunciação e do diálogo, abordaremos também o problema dos gêneros *lingüísticos*. (BAKHTIN, 2006, p. 42, grifo nosso)

Percebemos que ao discutir interação verbal, materialização de temas e cotidiano, considerando a relação intrínseca com os gêneros, houve a necessidade de mencionar a referida temática. Porém, na perspectiva do autor os gêneros mantêm uma relação ainda maior com o problema da enunciação e do

¹³ Acreditamos que ao utilizar a expressão “mais tarde”, Bakhtin refere-se à obra posterior *Estética da Criação Verbal*, considerando que a temática não é retomada no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*.

diálogo¹⁴, justificativa apresentada para o tratamento posterior da temática. Ao mencionar os gêneros no parágrafo em questão, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2006, p. 42) afirma que “a esse respeito faremos simplesmente a seguinte observação [...]”. Podemos observar que as expressões “simplesmente” e “observação” conotam brevidade, porém, o enunciado que segue é de extrema relevância para as discussões posteriores acerca dos gêneros, pois antecede os seguintes conceitos: definição; o caráter “relativamente estável” amplamente discutido baseado em Mikhail Mikhailovich Bakhtin; conjunto de gêneros vinculados a grupos sociais; relação entre a produção dos gêneros e a estrutura sociopolítica; interferência das relações sociais sobre as formas de comunicação, e, por fim, adequação dos gêneros à organização hierarquizada da sociedade.

A observação mencionada por Mikhail Mikhailovich Bakhtin é apresentada em dezenove linhas e pode ser fragmentada, para análise, em duas partes; inicialmente, nas palavras do autor,

cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação socioideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, a cada forma de discurso social, corresponde um grupo de temas. Entre as formas de comunicação (por exemplo, relações entre colaboradores num contexto puramente técnico), a forma de enunciação (“respostas curtas” na “linguagem de negócios”) e enfim o tema, existe uma unidade orgânica que nada poderia destruir. *Eis porque a classificação das formas de enunciação deve apoiar-se sobre uma classificação das formas da comunicação verbal.* Estas últimas são inteiramente determinadas pelas relações de produção e pela estrutura sócio-política. (BAKHTIN, 1997, p. 42)

Os gêneros, no fragmento apresentado, são relacionados à determinada época, e, conseqüentemente, a determinados grupos sociais. Assim, as relações e situações diárias definem

¹⁴ Os problemas da enunciação e do diálogo são retomados posteriormente, nos capítulos 8 e 9, respectivamente, mas não há menção explícita aos gêneros.

o gênero a ser utilizado. Essa discussão é retomada na obra *Estética da Criação Verbal*, em diversas passagens, como por exemplo, ao afirmar que todas as atividades humanas são relacionadas com a utilização da língua e que, nesse contexto, “não é de surpreender que o caráter e os modos dessa utilização sejam tão variados como as próprias esferas da atividade humana”. (BAKHTIN, 1997, p. 279)

Nesse fragmento, destacamos ainda a tríade forma de comunicação, forma de enunciação e tema. A forma de comunicação refere-se às diferentes situações sociais em que a interação ocorre, considerando os interlocutores e o contexto; a forma de enunciação, por sua vez, corresponde à forma de materialização da linguagem no ato da interação, levando-se em consideração os interlocutores e o contexto; por fim, o tema refere-se “à expressão de uma situação histórica concreta que deu origem à enunciação” ou ainda “o sentido da enunciação completa”. (BAKHTIN, 2006, p. 131)

É perceptível a relação entre esses três aspectos, bem como, a relação dos mesmos com a discussão acerca dos gêneros discursivos. De acordo com Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997), os gêneros são selecionados e utilizados de acordo com as especificidades de cada momento de interação nas diferentes esferas sociais. Assim, pode-se inferir que a tríade resulta em determinado gênero.

Nessa linha de pensamento, ao afirmar que a classificação das formas de enunciação deve apoiar-se na classificação das formas de comunicação, há um paralelo com a defesa realizada em *Estética da Criação Verbal*, sobre a variedade de gêneros. De acordo com o autor,

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável, e cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros do discurso que vai diferenciando-se e ampliando-se à medida que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa. (BAKHTIN, 1997, p. 279)

Ao considerar a natureza múltipla e infinita de possibilidades de gêneros do discurso, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997) ressalta que há uma relativa estabilidade nos mesmos, nos âmbitos temático, composicional e estilístico, a qual permite a sua identificação, elaboração e compreensão por diferentes interlocutores em diferentes esferas comunicativas. Essa estabilidade, muito discutida em estudos atuais acerca dos gêneros¹⁵, já é apresentada, de forma implícita, na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, ao afirmar ainda no fragmento apresentado que “existe uma unidade orgânica que nada poderia destruir”¹⁶. Assim, em uma receita, por exemplo, os elementos “ingredientes” e “modo de fazer” identificam o respectivo gênero; porém, é possível fazer um poema em forma de receita ou uma receita em forma de outro gênero. Essa relativa estabilidade pode ser identificada também no gênero notícia, os elementos “quem”, “onde”, “como” e “por que” são característicos desse gênero, mas há a possibilidade da ausência de um desses, bem como, a presença em outros.

Em relação à segunda parte do parágrafo analisado, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997, p. 42-43) ressalta que

Uma análise mais minuciosa revelaria a importância incommensurável do componente hierárquico no processo de interação verbal, a influência poderosa que exerce a organização hierarquizada das relações sociais sobre as formas de enunciação. O respeito às regras da “etiqueta”, do “bem falar” e as demais formas de adaptação da enunciação à organização hierarquizada da sociedade têm uma importância imensa no processo de explicitação dos principais modos de comportamento.

Conforme mencionado anteriormente, Mikhail Mikhailovich Bakhtin, nesse primeiro momento, relaciona os gêneros

¹⁵ Essa discussão acerca da estabilidade tem influenciado pesquisas que versam sobre a forma e a função dos gêneros, a possibilidade de mescla entre os mesmos e os contextos legítimos para a circulação.

¹⁶ Essa questão será retomada de forma mais detalhada posteriormente.

discursivos às formas de enunciação; destaca que as formas de enunciação são determinadas pela hierarquia das relações sociais, adaptando-se à mesma. Em outras palavras, as relações sociais são organizadas de forma hierárquica, estabelecidas socialmente e, conseqüentemente, não são dissociadas dos gêneros, pelo contrário, interferem diretamente na forma de utilização dos mesmos. Nessa mesma direção, afirma que os modos de comportamento, conseqüentemente, são também definidos pela hierarquia citada.

Essa discussão é retomada no livro *Estética da Criação Verbal*, no qual se afirma que as formas de enunciados são determinadas pelos integrantes das diferentes esferas da atividade humana. No âmbito literário, esta afirmação é exemplificada por Mikhail Mikhailovich Bakhtin quando o artista faz uso da língua. De acordo com o autor, a utilização da língua por um artista é mediada pela relação que este estabelece no mundo, os componentes e os valores do mundo, uma hierarquia de valores. Nas palavras do autor,

Sua relação com a significação material da palavra, concebida como componente do contexto puramente verbal, determina a utilização dos elementos fônicos (da imagem acústica), emocionais (a emoção como tal se relaciona com o objeto, está orientada para o objeto e não para a palavra, mesmo que o objeto não seja dado fora da palavra), pitorescos etc. (BAKHTIN, 1997, p. 209)

Mikhail Mikhailovich Bakhtin afirma, nessa linha de pensamento, que há uma substituição do conteúdo pelo material e essa substituição condiciona o artista, suprimindo o desígnio artístico. O contexto desse artista não é o contexto verbal linguístico, o contexto real de valores do mesmo é o contexto artístico-verbal, “o contexto de uma linguagem já elaborada com vistas a algum desígnio artístico-verbal [...] o ato criador do autor realiza-se inteiramente apenas dos valores literários.” Conforme afirma Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997), todas as atividades humanas são mediadas pelos gêneros. As-

sim, podemos observar que as coerções sociais e a hierarquia também perpassam pelo âmbito literário – *corpus* de análise recorrente nas obras de Mikhail Mikhailovich Bakhtin.

Essa discussão no domínio literário é abordada anteriormente em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, de acordo com o autor, o romance submete-se a suas próprias leis específicas e os outros elementos do romance, por sua vez, como a composição e o estilo são reestruturados de acordo com as transformações no âmbito da literatura. Essas transformações, ainda de acordo com o autor, estabelecem uma relação com a infraestrutura e as superestruturas; pois há uma relação recíproca entre a infraestrutura (realidade) e o signo. Nas palavras do autor,

Tanto é verdade que a palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. (BAKHTIN, 2006, p. 40)

De acordo com o autor, considerando que o signo se realiza no processo de interação social, “todo signo ideológico, e, portanto, também o signo linguístico, vê-se marcado pelo *horizonte social* de uma época e de um grupo social determinados” (BAKHTIN, 1997, p. 44). Os gêneros discursivos, por sua vez, conforme discussão apresentada em *Estética*, só são concebidos enquanto tais a partir de sua materialização dos usos nas esferas sociais. Para Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997), em *Marxismo*, o signo só toma forma, adentra e se constitui como ideologia porque adquiriu um valor social, paralelamente, os gêneros discursivos constituem-se e ganham função no meio social.

Nessa direção, acreditamos que, ao discutir o signo vinculado ao aspecto social, Mikhail Mikhailovich Bakhtin realiza uma espécie de apontamentos preliminares para a posterior abordagem acerca dos gêneros discursivos. Realizamos essa

afirmação tendo também como base o fragmento abaixo apresentado em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*:

A palavra penetra literalmente em todas as relações entre indivíduos, nas relações de colaboração, nas de base ideológica, nos encontros fortuitos da vida cotidiana, nas relações de caráter político etc. As palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. (BAKHTIN, 2006, p. 32)

A interação verbal, em diferentes esferas sociais, é realizada, dentre outros aspectos, por meio da palavra. Observamos que Mikhail Mikhailovich Bakhtin menciona domínios mais informais, como por exemplo, “encontros fortuitos da vida cotidiana” e mais formais como as “relações de caráter político”. Podemos perceber a relação com os seguintes pressupostos teóricos apresentados em *Estética*: relação intrínseca dos gêneros com as atividades humanas e com as hierarquias sociais; classificação dos gêneros em primários e secundários.

Ainda para visualização da interferência da hierarquia, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997) cita a elaboração de uma carta dirigida a um parente que, em seu ponto de vista, estaria livre das coerções sociais, das convenções. Nesse sentido, esse gênero pode apresentar elementos como a presença de um estilo pessoal que outros gêneros, mais determinados socialmente, não possibilitam.

Eis, nesse ponto, uma discussão que desencadeia e mantém uma relação com conceitos importantes da teoria dos gêneros do discurso, os quais são: os três elementos que os compõem – conteúdo temático, estilo e construção composicional.

Gêneros discursivos: definição, conteúdo temático, estilo e construção composicional

Conforme mencionado, o capítulo do livro *Estética da Criação Verbal*, destinado ao assunto em questão, é intitulado “Os gêneros do discurso”. Há, no livro, explicações acerca desse capítulo, informando que o título da edição original era “O problema dos gêneros do discurso”; que o mesmo é constituído de textos que não foram revisados pelo autor e, por fim, que o capítulo apresentado, na verdade, é um fragmento da obra mais abrangente, *Os Gêneros do Discurso*, que não foi finalizada. Considerando as exposições apresentada, em específico, o título da edição original, é possível confirmarmos a nossa hipótese mencionada anteriormente que ao afirmar, na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, que os problemas dos gêneros do discurso seriam retratados mais tarde, o autor se referia na verdade a outra obra.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997, p. 281) apresenta de forma explícita a definição dos gêneros em *Estética*, em suas palavras, “cada esfera de utilização da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, o que denominamos gêneros do discurso”. Acreditamos, conforme discussão proposta, que há uma abordagem preliminar em *Marxismo*, inclusive acerca da definição dos gêneros.

Na obra em questão, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997, p. 41) afirma que a psicologia do corpo social é exteriorizada nos atos sociais, na palavra, no gesto, ou seja, no material verbal. Em suas palavras, “a psicologia do corpo social se manifesta essencialmente nos mais diversos aspectos da ‘enunciação’, sob a forma de diferentes modos de discurso, sejam eles interiores ou exteriores”.

No fragmento acima, o autor destaca “diferentes modos de discurso” que acreditamos se tratar dos gêneros discursivos, pois mais adiante, ainda em *Marxismo*, o autor afirma que es-

sas diferentes formas de manifestação são vinculadas às condições de uma situação social dada; e, principalmente, que a psicologia do corpo deve ser estudada do ponto de vista do conteúdo e na perspectiva “dos *tipos e formas de discurso* através dos quais estes temas tomam forma, são comentados, se realizam, são experimentados, são pensados etc.”. (BAKH-TIN, 1997, p. 42)

Essa concepção também é defendida por Roxane Rojo (2007), em um artigo que se propõe a analisar a diferença teórica entre gêneros textuais e gêneros discursivos. A autora afirma que alguns pressupostos teóricos acerca dos gêneros já se encontram, de forma não delimitada, em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. De acordo com Roxane Rojo (2007, p. 11),

Desde o início, as ideias sobre esse tema estavam lá: não tinham ainda se decidido a adotar o mesmo termo do Formalismo Russo e da Teoria Literária (*gêneros*) – usavam outros termos como *forma de discurso (social)*, *forma de enunciação* etc. A ideia de *tema*, por exemplo, aparece como “*herói*”, em Volochinov (1926). Mas, desde o início, a teoria dos gêneros do discurso estava lá e, nesse momento histórico não se opunha à teoria dos gêneros de textos (pois esta sequer existia), mas à classificação dos gêneros literários.

Assim como a autora, verificamos que as discussões teóricas acerca dos gêneros são abordadas em *Marxismo* com outro enfoque e outras terminologias. Acreditamos que os pressupostos teóricos da obra em questão podem ser considerados como uma abordagem preliminar para os estudos posteriores apresentados em *Estética*; pois os conceitos sobre “infraestrutura”, “superestrutura”, “interação verbal”, “enunciado”, “temas” e “ideologias” mantêm uma relação teórica com os gêneros discursivos.

Esses conceitos refletem o caráter heterogêneo da língua e a característica de unicidade das interações verbais. Um determinado gênero discursivo é utilizado várias vezes em

momentos distintos, sua forma, por exemplo, é retomada, pois o gênero é consolidado socialmente, apresenta um valor e uma estrutura própria; porém, cada momento de enunciação é único, considerando o fato de “seu tempo e lugar histórico-sociais, serem, eles próprios, irrepetíveis, garantindo a cada enunciado seu caráter original.” (ROJO, 2007)

De acordo com Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997), três elementos estão imbricados no ato da enunciação e são determinados a partir de cada esfera de comunicação, os quais são: conteúdo temático, estilo e construção composicional. Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997) afirma que

O enunciado reflete as condições específicas e as finalidades de cada uma dessas esferas, não só por seu conteúdo (temático) e por seu estilo verbal, ou seja, pela seleção operada nos recursos da língua – recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais —, mas também, e sobretudo, por sua construção composicional.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, ao discorrer sobre os gêneros literários, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997) perpassa por esses três elementos, ao mencionar, por exemplo, que o estilo e a composição de um romance são reestruturados a partir das transformações no conjunto da literatura.

Tanto em *Marxismo* como em *Estética*, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997) estabelece uma crítica às formas de análise realizadas até então acerca dos diferentes modos de discurso, ou seja, as manifestações verbais. Na primeira obra, afirma que este campo ainda não foi objeto de estudo até então, que a análise se limita ao ponto de vista do conteúdo (da temática abordada), não contemplando, portanto, as formas materializadas da expressão da psicologia do corpo social.

Na segunda obra, *Estética da Criação Verbal*, por sua vez, Mikhail Mikhailovich Bakhtin afirma que os gêneros literários na antiguidade e na época contemporânea, considerando a época do autor, sempre foram analisados na perspectiva ar-

tístico-literário e não como formas de enunciados com natureza linguística. O autor amplia a discussão ao afirmar que os gêneros retóricos também sempre foram abordados com ênfase na constituição dos gêneros do que na natureza linguística dos mesmos; por fim, menciona que os gêneros do discurso cotidiano analisados na perspectiva dos estudos de Ferdinand de Saussure, de forma estruturalista, limitam-se a evidenciar a especificidade desses gêneros.

Essas críticas levantadas por Mikhail Mikhailovich Bakhtin configuram-se como o problema dos gêneros do discurso frequentemente mencionado nas duas obras. De acordo com o autor, não há uma clara definição dos gêneros e estudo coerente dos mesmos; o caráter heterogêneo deles é minimizado; e, por fim, há a necessidade de distinguir os gêneros primários dos secundários, vinculados à vida em sociedade, às diferentes formas de atividade humana.

Essa heterogeneidade é defendida por Mikhail Mikhailovich Bakhtin, porque em seu ponto de vista é constituinte das atividades humanas. Nessa direção, assim como as atividades humanas, os enunciados são diversos; há, nessa perspectiva, uma diversidade de gêneros orais e escritos, tais como,

a curta réplica do diálogo cotidiano (com a diversidade que este pode apresentar conforme os temas, as situações e a composição de seus protagonistas), o relato familiar, a carta (com suas variadas formas), a ordem militar padronizada, em sua forma lacônica e em sua forma de ordem circunstanciada, o repertório bastante diversificado dos documentos oficiais (em sua maioria padronizados), o universo das declarações públicas (num sentido amplo, as sociais, as políticas). E é também com os gêneros do discurso que relacionaremos as variadas formas de exposição científica e todos os modos literários (desde o ditado até o romance volumoso). (BAKHTIN, 1997, p. 280-281)

Percebemos que os gêneros discursivos perpassam situações formais com um grau menor (relato familiar e carta em situações informais) e maior de padronização (declarações ofi-

ciais e documentos oficiais). Esses gêneros, dentro de sua esfera social, são diferenciados e ampliados de acordo com as especificidades sociais. Assim sendo, há uma relação entre a padronização e a característica relativamente estável dos gêneros; há gêneros que são mais passíveis a alterações, como os do âmbito publicitário, por exemplo; e, outros que são menos passíveis, como os do âmbito jurídico.

Essa padronização e possibilidade de alterações nos gêneros relacionam-se à divisão estabelecida por Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997) em gêneros primários e secundários. Em *Marxismo*, essa classificação não aparece de forma determinante; refere-se, entretanto, as outras duas menções explícitas à palavra gênero na obra em questão. A terceira menção aparece para exemplificar que as relações sociais delimitam a fronteira para penetração nos gêneros. O autor afirma que quanto mais forte é a elevação hierárquica em uma enunciação, menor será a possibilidade de interferência no gênero utilizado. Assim, a palavra gênero aparece no seguinte fragmento:

no interior do quadro do neoclassicismo, nos gêneros menores, observam-se desvios consideráveis do estilo linear, racionalista e dogmático de transmitir a palavra de outrem. É sintomático que o discurso indireto livre tenha atingido o seu primeiro desenvolvimento importante precisamente aí – nas fábulas e contos de La Fontaine. (BAKHTIN, p. 156-157)

Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997) afirma que houve alterações importantes relacionadas ao estilo linear, comum à época, nas fábulas e contos de La Fontaine. Há ainda a classificação de tais gêneros como “menores”; que, considerando o percurso teórico de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, justifica a alteração, o desvio. Dessa forma, aproximamos essa classificação a dos gêneros primários apresentada em *Estética da Criação Verbal*.

Nessa última obra, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997, p. 281) estabelece a diferença entre os gêneros primá-

rios, considerados simples, e os secundários, considerados complexos. De acordo com o autor, os gêneros primários são “as formas de conversação, de discurso público, de trocas mais ou menos regulamentadas”; os secundários, por sua vez, são “o romance, o teatro, o discurso científico, o discurso ideológico etc. – aparecem em circunstâncias de uma comunicação cultural, mais complexa e relativamente mais evoluída”.

A classificação dos gêneros em primários e secundários, ante o exposto, está relacionada às formas de desenvolvimento das atividades humanas. Os primários referentes às atividades mais cotidianas, menos padronizadas, circunstâncias mais espontâneas de comunicação, tais como: um diálogo e uma carta destinada a pessoas mais próximas. Os secundários, conforme mencionado, são mais padronizados e, de acordo com o autor, situam-se, frequentemente, no âmbito da escrita, tais como, artística, científica e sociopolítica. Nessa direção, os gêneros primários são mais suscetíveis a alterações por parte dos usuários da língua em comparação aos secundários.

Essa classificação é uma importante discussão teórica nos estudos de Mikhail Mikhailovich Bakhtin; o próprio autor menciona que estabelecer tal distinção é condição necessária para análise dos gêneros e da situação concreta de uso em que o mesmo está inserido, pois os gêneros primários e secundários estão estritamente vinculados às formas de comunicação e, conseqüentemente, às ideologias que circulam nos enunciados. Nessa direção, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997) afirma que essa distinção é “a razão pela qual a natureza do enunciado deve ser elucidada e definida por uma análise de ambos os gêneros. Só com esta condição a análise se adequaria à natureza complexa e sutil do enunciado”. Percebemos, portanto, que, seguindo a perspectiva teórica de Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997), não há como dissociar o estudo dos gêneros dos seus enunciados. Em suas palavras,

Em cada época de seu desenvolvimento, a língua escrita é

marcada pelos gêneros do discurso e não só pelos gêneros secundários (literários, científicos, ideológicos), mas também pelos gêneros primários (os tipos do diálogo oral: linguagem das reuniões sociais, dos círculos, linguagem familiar, cotidiana, linguagem sociopolítica, filosófica etc.). (BAKHTIN, 1997, p. 286)

Essa distinção, entre primários e secundários, não se dá de forma fragmentada e desarticulada, como se cada um ocupasse campos específicos e delimitados; pelo contrário, os dois estão inter-relacionados. Assim, os gêneros primários, muitas vezes, fazem parte dos secundários, auxiliando inclusive na constituição dos mesmos. Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997) menciona o gênero diálogo para elucidar essa inter-relação; de acordo com o autor, a réplica do diálogo cotidiano utilizado no romance perde a característica da trivialidade, a relação com a realidade cotidiana e adquire novas características, integrando-se à realidade do romance – gênero do âmbito literário-artístico. Ou seja, a forma do diálogo é mantida, mas a função é alterada a partir da própria situação de enunciação.

Assim, ao considerarmos a importância da enunciação e da linguagem na perspectiva da interação verbal, amplamente abordadas em *Marxismo*, percebemos a importância que Mikhail Mikhailovich Bakhtin atribui ao estudo dos gêneros para análise e compreensão do uso da língua em diferentes manifestações concretas de uso. Assim, de acordo com o autor,

O estudo da natureza do enunciado e da diversidade dos gêneros de enunciados nas diferentes esferas da atividade humana tem importância capital para todas as áreas da lingüística e da filologia. Isto porque um trabalho de pesquisa acerca de um material lingüístico concreto – a história da língua, a gramática normativa, a elaboração de um tipo de dicionário, a estilística da língua etc. – lida inevitavelmente com enunciados concretos (escritos e orais), que se relacionam com as diferentes esferas da atividade e da comunicação: crônicas, contratos, textos legislativos, documentos oficiais e outros, escritos literários, científicos e ideológicos, cartas oficiais ou pessoais, réplicas do diálogo cotidiano em toda a sua diversidade formal etc. (BAKHTIN, 1997, p. 282)

O trabalho de pesquisa com a língua, de acordo com o autor, deve ter como ponto de partida os gêneros discursivos, considerando que os mesmos são, na verdade, a própria língua em funcionamento, é deles, portanto, que os fatos linguísticos para análise são retirados. Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997) ressalta que não é suficiente a análise somente dos gêneros, mas sim, a sua classificação em primários e secundários, e, conseqüentemente, a natureza do enunciado, as particularidades de cada gênero, caso contrário, a análise “leva ao formalismo e à abstração, desvirtua a historicidade do estudo, enfraquece o vínculo existente entre a língua e a vida”. (BAKHTIN, 1997, p. 282)

As expressões primários e secundários não aparecem no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*; porém, as expressões equivalentes simples e complexos, assim defendidas pelo próprio autor em *Estética da Criação Verbal*, são mencionadas com uma relação próxima à discussão apresentada. Afirma-se, por exemplo, que a situação e os participantes imediatos determinam o estilo da enunciação, podendo ser, por exemplo, “um estilo rebuscado ou simples”. Em outro momento do texto, o autor afirma que o uso da sintaxe diferencia o discurso indireto do direto, podendo tornar o discurso indireto “um esquema complexo de transmissão indireta do discurso”. (p. 151). Observamos, na menção à palavra “simples”, uma relação com a forma dos enunciados, assim como a explicação posterior em *Estética*.

A quarta e última menção explícita à palavra “gênero” no livro, *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, é utilizada no capítulo onze, discurso indireto livre, para ilustrar a presença desse discurso no âmbito literário,

O próprio desenvolvimento do discurso indireto livre está ligado à adoção, pelos grandes gêneros literários em prosa, de um registro mudo, ou seja, para leitura silenciosa. Apenas a adaptação da prosa à leitura silenciosa tornou possível a superposição dos planos e a complexidade, intransmissível oralmente, das es-

truturas entoativas tão características da literatura moderna.
(BAKHTIN, 1997, p. 197)

Nesse fragmento, a expressão gênero se refere aos textos materializados, a uma forma de enunciação; além disso, pode compreender uma série de outros gêneros em prosa, dentre outros, o romance, o conto e a crônica. Observemos que, em *Marxismo*, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997) situa o estudo dos gêneros no âmbito literário; os exemplos são voltados para esta área. Em *Estética da Criação Verbal*, por sua vez, o estudo é mais amplo; Mikhail Mikhailovich Bakhtin menciona diversas áreas da atividade humana e apresenta exemplos que permeiam essas áreas, tais como, cotidiano, jurídico, literário e político.

Afirma que cada uma dessas esferas da comunicação gera um gênero específico, em suas palavras “uma dada função (científica, técnica, ideológica, oficial, cotidiana) [...] gera um dado gênero, ou seja, um dado tipo de enunciado, relativamente estável do ponto de vista temático, composicional e estilístico.” (BAKHTIN, 1997, p. 284)

Percebemos que Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997), assim como faz na primeira menção à palavra gênero em *Marxismo*, enfatiza a heterogeneidade das atividades humanas, e, conseqüentemente, a heterogeneidade dos gêneros. Roxane Rojo (2007) afirma que recorrer a outras obras do Círculo e não somente ao livro *Estética* seria uma forma de os pesquisadores ampliarem a visão acerca dos gêneros discursivos, distanciando-se do mero “tipos relativamente estáveis”.

Para a autora, essa leitura mais dialógica permite que a concepção de Mikhail Mikhailovich Bakhtin acerca dos gêneros “seja colocada, de uma vez por todas, como um objeto discursivo ou enunciativo, e não como uma *forma* ou *tipo*, palavras infelizmente escolhidas por Mikhail Mikhailovich Bakhtin, no texto de 1953.” (ROJO, 2007, p. 196). Em outras palavras, em *Marxismo*, por exemplo, conforme já mencionamos,

as questões enunciativas e de interação verbal são enfatizadas e complementam a definição posterior apresentada para os gêneros. A autora, ante o exposto, reconhece a importância de outras obras de Mikhail Mikhailovich Bakhtin para a teoria dos gêneros discursivos. Nesse artigo, em específico, interessou-nos os pressupostos presentes em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*.

De acordo com Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997, p. 282), “a língua penetra na vida através dos enunciados concretos que a realizam, e é também através dos enunciados concretos que a vida penetra na língua.” Nessa linha de pensamento, conceber os gêneros discursivos perpassando pela obra *Marxismo* como inerentes ao processo de interação verbal, intrínsecos às atividades humanas, permite-nos compreender a importância da teoria dos gêneros dos discursos e seus desdobramentos em pesquisas posteriores, sendo referência, inclusive, para o âmbito do ensino de língua portuguesa.

Conclusão

A obra de referência de Mikhail Mikhailovich Bakhtin para o estudo dos gêneros discursivos é *Estética da Criação Verbal*, porém, considerando a investigação apresentada, defendemos a posição de que em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, obra anterior, há pressupostos teóricos mobilizados que se relacionam com o referido estudo.

Em *Marxismo*, há a menção de forma explícita à palavra gênero somente quatro vezes; sendo duas vezes no capítulo referente à relação entre as infraestruturas e as superestruturas; uma vez no capítulo nove, “O ‘Discurso de Outrem’”; e uma vez no capítulo onze, “Discurso Indireto Livre em Francês, Alemão e Russo”. Conforme apresentado, não há ainda a menção às expressões gêneros discursivos ou gêneros do discurso; essas expressões aparecem somente na obra *Estética da Criação Verbal*.

As duas primeiras menções, localizadas em um só parágrafo, são utilizadas para evidenciar a relação entre a língua e as atividades humanas, e as formas de comunicação através de signos. Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1997) afirma que cada época e cada grupo social tem um repertório próprio de formas de discurso; essa abordagem é retomada em *Estética* ao afirmar que, em cada época de desenvolvimento, a língua é marcada por gêneros discursivos e que todas as atividades humanas são permeadas pela língua e pelos gêneros.

A segunda menção à palavra ocorre no mesmo parágrafo que a anterior, sendo utilizada para evidenciar que a cada grupo específico de gêneros corresponde um grupo específico de temas; essa especificidade de temas mantém uma unidade orgânica. Acreditamos que essa unidade se relaciona com a característica “relativamente estável” dos gêneros discutida em *Estética*.

Nessa direção, acreditamos que essas duas menções iniciais à palavra contemplam os pressupostos posteriores acerca dos gêneros no tangente à interação verbal, diferentes formas de comunicação e relação do uso da língua com a hierarquia social. É importante destacar que estabelecemos uma aproximação entre os pressupostos teóricos de ambas as obras devido à íntima relação entre os mesmos; porém, não há como negar que em *Estética da Criação Verbal*, o estudo sobre os gêneros é apresentado de forma detalhada e minuciosa.

Nessa direção, considerando respectivamente *Marxismo* e *Estética*, estabelecemos um paralelo entre a expressão “diferentes formas de discurso” e “gêneros discursivos”; “temas” e “conteúdo temático”; “heterogeneidade de atividades humanas” e “heterogeneidade de gêneros discursivos”, dentre outras discussões apresentadas que consideramos implícitas. Ressaltamos, dessa forma, que os pressupostos teóricos acerca dos gêneros discursivos no livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem* ultrapassam a mera utilização do significante; os mesmos

se fazem presentes nas discussões teóricas da referida obra, mantendo relação com outras terminologias.

Acreditamos, portanto, que toda a concepção defendida para a língua no livro *Marxismo* relaciona-se com a noção de gêneros discursivos em *Estética*, pois não é possível dissociar, seguindo a perspectiva bakhtiniana, os gêneros do processo de interação verbal, da enunciação, ou seja, da utilização da língua na sociedade.

NARRATIVAS LOCATIVAS: UM GÊNERO HÍBRIDO

Vinícius Vita Gorender
Vânia Lúcia Menezes Torga

Introdução

O objetivo deste artigo é relatar sobre o desenvolvimento de pesquisa, em andamento, sobre as narrativas locativas e o cronotopo nessas narrativas. narrativas locativas são obras de literatura eletrônica (LE) executadas em mídias locativas (ML). As mídias locativas são processos e tecnologias que se apropriam de capacidades de computadores móveis em locais geográficos específicos. Dessa forma, as narrativas locativas são obras eletrônicas que se realizam em por meio por meio da capacidade de processamento dos computadores móveis e são geograficamente localizadas.

A literatura eletrônica inclui obras literárias construídas e executadas em máquinas capazes de processar dados. Engloba diferentes gêneros que se apropriam das possibilidades exclusivas de computadores ou no processo de autoria ou no de recepção, ou em ambos. Esse conceito exclui qualquer obra construída sem os contextos dos computadores ou ainda, construída para ser impressa¹⁷.

As narrativas locativas são obras que fazem parte desse grande grupo de textos exclusivos de máquinas com capacidades computacionais e têm como característica definidora o uso das mídias locativas na sua recepção. Por sua vez, as mídias locativas são um conjunto de tecnologias e processos, media-

¹⁷ Um erro comum é pensar que *ebooks*, documentos do *Word* ou PDF, por exemplo, por serem eletrônicos seriam literatura eletrônica. Porém nenhum desses formatos é exclusivo dos meios eletrônicos, sendo similares ao impresso.

dos por essas tecnologias, em que o relacionamento com a informação ocorre em locais específicos. O uso dessa tecnologia em obras narrativas resulta numa sobreposição de camadas virtuais/narrativas sobre o espaço concreto. Esse novo formato concorre para uma nova estruturação da materialidade do texto, impactando diretamente nos processos de autoria, intermediação e recepção.

Esse artigo é fruto de uma pesquisa que, tendo como objetivo pensar o gênero narrativas locativas nos indicou que a principal necessidade para essa construção seria pensar o tempo e espaço. Para isso invocaremos o conceito de cronotopo bakhtiniano e seus desenvolvimentos posteriores por autores como Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2014), Michael Holquist (2006) e Gary Saul Morson e Caryl Emerson (2008), Maria Inês Batista Campos (2012). Traremos o posicionamento de que ainda que as obras possam ter uma duração de tempo indefinida, a relação do autor com a obra, do público com a obra, dos intermediários com a obra e as relações de cada um desses atores entre si é determinada por uma construção espaciotemporal específica, um cronotopo a que chamamos de cronotopo locativo.

Para atingir os objetivos propostos definiremos e apresentaremos a literatura eletrônica, discutiremos as narrativas locativas englobando a tecnologia e os aspectos de seu uso para a construção de narrativas. Discutiremos, também, a relação existente entre autores, intermediários e públicos das narrativas locativas, considerando um tempo e um espaço e encerraremos com uma discussão da obra *I'd Hide You*. (BLAST THEORY, 2012)

Literatura eletrônica e narrativas locativas

Literatura eletrônica é um dístico genérico que engloba diversos gêneros, tendo em comum o uso de computadores na

recepção e/ou na criação das obras. A *Electronic Literature Organization* define como “trabalhos de importante aspecto literário que use as características e contextos providos por computadores em redes ou não”¹⁸ [Tradução nossa]. Essa definição resulta em duas características diferentes e necessárias: uma delas é que a obra tenha algum aspecto literário, ou seja, alguma relação de estilo, conteúdo temático ou forma composicional semelhante a algum gênero literário já construído; a segunda característica é que esse aspecto literário deve ser construído ou recebido exclusivamente por meio de capacidade computacionais.

A literatura eletrônica possui uma série de gêneros que são definidos, principalmente, pela tecnologia em uso. Por exemplo, os “poemas em *flash*” são um gênero que tem como especificidade o uso da tecnologia *flash*. Já a “ficção hipertextual” é construída por meio do uso do hipertexto. Entretanto existem alguns gêneros que são definidos por outros fatores, como os “games” em que o literário se apresenta como aspectos secundários enquanto que a características de jogo são as fundamentais.

Os diversos gêneros da literatura eletrônica também apresentam características semelhantes a gêneros não eletrônicos, entretanto, seu principal foco é apontar para uma possível transformação nesses gêneros realizadas pelo eletrônico/digital. Roberto Simanowski (2014) por exemplo afirma que em todos os tempos, na literatura, autores buscaram formas de aumentar a imersão do leitor no texto, entretanto “*Literature cannot bridge the gap between the world of the narrative and the world of the recipiente. Conventional literature*

¹⁸ “Works with important literary aspects that take advantage of the capabilities and contexts provided by the stand alone or networked computer”. [Tradução nossa] *Electronic Literature Organization*, 1999-2003, p. 1

*cannot. Digital literature*¹⁹ *can*".

Ainda que discutível, Roberto Simanowski (2014) apresenta uma série de formas em que a literatura eletrônica tanto absorve o leitor do tempo e espaço concreto para o virtual, quanto faz emergir o tempo e espaço virtual sobre o mundo concreto. Para isso o tempo, o espaço e a narrativa da obra são reconstruídos a cada instante, se hibridizam com o tempo, o espaço e a narrativa do leitor. São diversas camadas de informação virtual que se sobrepõem às camadas de informação concreta, perceptíveis sem o uso de tecnologia, um espaço híbrido entre virtual/concreto.

Roberto Simanowski (2014, p. 12) é incisivo em sua defesa da mudança de paradigmas que acontece quando a literatura se torna digital. Para ele, ao apresentar uma imagem, a obra elimina o texto, pois "*what is shown as an image does not need to be described with words*". A imersão deixa de ser o ato²⁰ de o leitor imaginar um mundo ficcional com base no texto, e se torna a construção e apresentação desse mesmo mundo por meios extralinguísticos.

Apesar de entendermos que a ideia de texto não necessariamente separa o linguístico e o extralinguístico²¹, percebemos que essa mudança, que não é assim tão drástica quanto os autores fazem parecer, deve necessariamente significar uma mudança na materialidade da obra enquanto produto. De for-

¹⁹ Existem diversos termos cunhados por autores diferentes para definir as obras eletrônicas: arte digital, literatura digital, arte eletrônica, ciberarte, ciberliteratura entre outros. Utilizamos literatura eletrônica por termos como bibliografia principal os escritos de N. Katherine Hayles.

²⁰ Esse ato é cognitivo, semiótico e não ergódico. (cf. AERSETH, 1997)

²¹ Cf. Beth Brait e José Marques de Melo (2005). Em sua análise as autoras se apropriam de conceitos bakhtinianos para discutir uma página de jornal. Nessas discussões as autoras apresentam tanto as informações linguísticas quanto as extralinguísticas da página do jornal.

ma que “*technology is used for aesthetic reasons and not just for distribution*”. (SIMANOWSKI, 2014, p. 12)

O resultado da autoria de uma obra eletrônica existe apenas como objeto em um universo virtual, não há um material que possa ser lido, transcrito para outras mídias, tocado. São dados digitais que precisam ser processados por um computador no caminho entre o autor e o leitor. É exatamente esse processamento que potencializa e atualiza a existência dessas obras, transforma o virtual em atual²².

Um último conceito relevante para a discussão das obras eletrônicas é o conceito de literatura ergódica discutido por Espen J. Aerseth (1997). Esse autor em um livro chamado *Cybertext* em que discute a literatura eletrônica, apresenta uma proposta de diferença entre o ato de leitura em um texto eletrônico e o ato de leitura em um texto analógico. Tal diferença tornar-se-ia confusa a partir da metáfora semiótica da construção do sentido²³.

Segundo essa metáfora, o texto escrito ganha contornos de espacialização, de forma que o leitor precisa navegar, agir sobre esse texto para construir o sentido. Porém na literatura ergódica o trabalho não é metafórico ou cognitivo. O leitor precisa agir efetivamente sobre a obra não somente para *desvendar* seu sentido, mas para efetivamente atingir a atualização completa do texto. (AERSETH, 1997)

Como nosso foco principal está nas narrativas locativas, precisamos entender o que o uso da tecnologia significa para essas obras. Entender a tecnologia utilizada e quais as potenci-

²² Para Pierre Lévy (1999) é um erro pensar no virtual como diferente do real. Para esse autor o virtual é o real em potência, é uma existência digital que precisa ser processada para que se torne real.

²³ Principalmente em Umberto Eco (2002), mas o autor afirma que outros críticos e teóricos literários entendem a construção do sentido como um “passeio pelo bosque da ficção”.

alidades que essas tecnologias atribuem às obras. O uso do termo *narrativa* [grifo nosso] na nomeação do gênero indica que as histórias dão continuidade a formatos composicionais que precedem o gênero.

Narrativas locativas são obras de literatura eletrônica que tem por fator distintivo o uso de mídias locativas no ato da recepção. O uso da tecnologia pode ou não aparecer na criação, mas é essencial na recepção. No processo autoral surge em obras que são *software*, programados em computadores. Na recepção, media a interação entre autor e leitor e permite que o leitor receba o texto. As obras programadas precisam ser executadas em aparelhos móveis dotados de sistemas de posicionamento, enquanto as não programadas são estruturadas de forma que a tecnologia proporcione contato constante entre autor e leitor.

As narrativas locativas são histórias interativas em que os locais e a tecnologia medeiam a interação entre o leitor e a obra. Esse leitor precisa ir a locais específicos, dirigindo-se a eles por meio de mapas, interagir com esses locais, e nesses locais, por meio de ações que podem ir desde uma simples fotografia até o uso de realidade aumentada para dar continuidade à história. Somente por meio e durante esses processos a obra é recebida por outros, seja como texto, como áudio ou como vídeo ou ainda como os três.

Devido ao papel fundamental do tempo e espaço para o funcionamento e entendimento das narrativas locativas e das tecnologias locativas no geral, dedicaremos a seção seguinte, a uma pequena discussão sobre o conceito de cronotopo partindo das discussões bakhtinianas. Trataremos o cronotopo como uma união indissociável de espaço e tempo que extrapola o universo ficcional, que existe na vida.

Cronotopo

Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2014, p. 211) define o cronotopo como “a interligação fundamental das relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas em literatura”. Sendo que o termo cronotopo remete diretamente a ideia de tempo e espaço. O filósofo russo define que ainda que o termo faça referências a outras ciências como a física e a biologia o que interessa é a “expressão de indissolubilidade de espaço e tempo”. Esse entendimento remete o conceito a “uma categoria conteudístico-formal da literatura”.

Tempo e espaço são percebidos como caracteres que guiam, limitam, expandem, avançam junto com o enredo e a narrativa. Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2014, p. 211) trata nesse texto do cronotopo artístico-literário, deixando aberta a possibilidade da existência de outras expressões de tempo espaço que não sejam artísticas ou literárias, sendo que nesse cronotopo específico

o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo.

Gary Saul Morson e Caryl Emerson (2008, p. 383) defendem que, sobre o cronotopo, Mikhail Mikhailovich Bakhtin “sustenta que as descobertas mais ricas sobre a relação entre as pessoas e os eventos no tempo e no espaço foram feitas pelos gêneros narrativos da literatura”. O cronotopo extrapola o universo do artístico-literário, sendo apresentado nesse apenas como uma possibilidade de representação de uma realidade. Para esses autores, o cronotopo é uma forma de percepção, “para apreender a variedade de maneiras pelas quais se pode entender a relação das pessoas com o seu mundo”.

Michael Holquist (2006, p. 114) acrescenta que o conceito de cronotopo não define uma existência única e específi-

ca, mas sempre um modelo representacional relativo. Cada representação de espaço e tempo, de indivíduo, cada construção de enredo depende “*not only on formal features in a given text, but also on generally held conceptions of how time and space relate to each other in a particular culture at a particular time*”.

Essa concepção de cronotopo é fundamental para o entendimento das narrativas locativas, pois essas obras se situam exatamente na fronteira entre tempos e espaços que são híbridos de narrativos/virtuais/concretos. E os indivíduos que resultam dessas construções de enredo se misturam entre imersão no espaço e tempo da narrativa, e emersão do espaço e tempo narrativo no espaço e tempo concreto.

Ainda que se considere o conceito do cronotopo como, de um certo modo, específico dos gêneros literários e artísticos, percebemos que (n)as mídias locativas, em sua concepção de linguagem, em sua própria forma de funcionamento são definidas por concepções espaço-temporais indissociáveis. Para isso, na seção que se segue trataremos das mídias locativas, procurando entender como o *aqui* e o *agora* do locativo contrastam com *em qualquer lugar e em qualquer tempo* da cultura da internet.

Mídias locativas

As narrativas locativas dependem das mídias locativas (ML). André Lemos (2007, p. 1) conceitua as mídias locativas como “um conjunto de tecnologias e processos infocomunicacionais cujo conteúdo informacional vincula-se a um lugar específico”, e ainda que “são dispositivos informacionais digitais cujo conteúdo da informação está diretamente ligado a uma localidade”, por fim que “trata-se de processos de emissão e recepção de informação a partir de um determinado local”.

Com o uso de aparelhos sem fio como *tablets*, *smart-*

phones, notebooks entre outros, que possuam a tecnologia de posicionamento, a informação é atrelada ou acessada nos locais geográficos específicos. Segundo André Lemos (2007) existem dois tipos de mídias locativas as analógicas e as digitais, sendo que a diferença é que em mídias locativas digitais a informação é dinâmica e sensitiva. Uma placa pode ser uma mídia locativa analógica já que informação só é possível naquele local, e só faz sentido naquele local, mas não é digital pois é estática.

Para as narrativas locativas, como entendidas aqui, apenas interessam as mídias locativas digitais, que apenas são possíveis por meio do uso dos aparelhos citados, e de tecnologias digitais, nas quais a informação é também digital. André Lemos (2007) propõe uma classificação das mídias locativas de acordo com suas funções. Esse autor afirma a existência de quatro funções: realidade móvel aumentada; mapeamento e monitoramento de movimento; *geotags*; e anotações urbanas.



Figura 1: informações a partir de um smartphone

Fonte: <https://cyberarte.files.wordpress.com/2013/02/rma.jpg>.

Acesso em: 15/07/2015.

Realidade móvel aumentada se refere a dispositivos que permitem sobrepor ou acessar camadas virtuais de informação diretamente sobre os locais. Essas camadas de informação agregam conteúdo sobre os lugares. Por exemplo, a Figura 1 (acima) mostra como por meio dessa função um *smartphone* apresenta informações digitais relacionando um filme chamado Café de Flore ao espaço concreto em que o filme acontece. (CYBERARTE, 2013).

Já mapeamento e monitoramento de movimento englobam funções de uso de sistemas de posicionamento e mapas para determinar a localização de usuários. Na figura 2 um exemplo de como um mapa é desenhado por meio da movimentação do usuário da tecnologia pelos espaços específicos. (LEMOS, 2007)

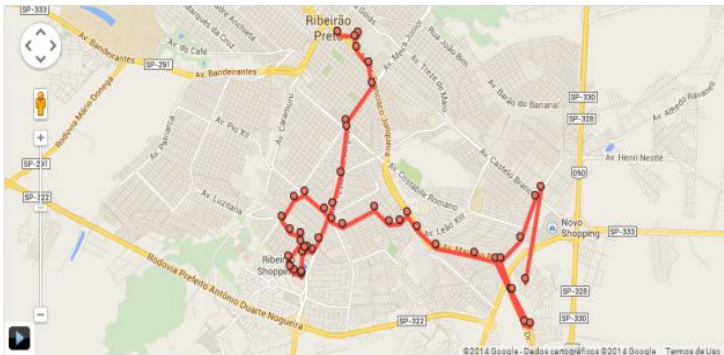


Figura 2: Mapeamento e monitoramento de movimento (CANALTECH, 2014). Fonte:- <http://canaltech.com.br/noticia/android/O-Google-tem-um-historico-de-seus-movimentos-Duvida-Veja-aqui/>. Acesso em: 15-07-2015.

Há ainda, segundo André Lemos (2008) as *geotags* cujas informações digitais são agregadas a mapas e podem ser acessadas por usuários. Na figura 3 cada pino colocado sobre o mapa possui uma série de informações que estão relacionadas apenas aquela localidade. Ao clicar sobre os pinos, os usuários podem acessar essas informações.



Figura 3: Mapa da criminalidade do Brasil construído por meio de geotags. Fonte: <http://andrelemos.info/2008/04/mapa-de-crimes/>. Acesso em: 15-07-2015

Por fim, temos as anotações urbanas, que “possibilitam formas de apropriação do espaço urbano a partir de escritas eletrônicas” (LEMOS, 2007, p. 8). Essas anotações são a indexação de informação em áudio, texto ou vídeo, a lugares específicos.

A figura 4, abaixo, demonstra o projeto Sense Editor (2013) em que os usuários do metrô de Londres compartilham músicas uns com os outros.

Todas as funções destacadas por André Lemos (2007) são possíveis com o uso dos aparelhos digitais móveis, da existência de redes e de sistemas de posicionamento. Dessa forma as mídias locativas digitais são exclusivas do tempo e espaço em que aparelhos, redes e sistemas de posicionamento

coexistem. Essa característica define ao mesmo tempo uma potencialidade e uma limitação.



Figura 4: Anotações Urbanas – Projeto *undersound*

Fonte: <http://sense.cs.ucl.ac.uk/publication/undersound-music-and-mobility-under-the-city/>. Acesso em: 20-07-2015

É preciso a existência de todo o aparato tecnológico para que as mídias locativas tenham funcionamento satisfatório. Entre os problemas possíveis contam-se a inexatidão de certos sistemas de posicionamento; a limitação de acesso à internet ou a outras redes em que a informação possa ser armazenada; a necessidade de estar em um local específico para o acesso a informação; o manuseio da tecnologia.

Todas as questões impactam na recepção das narrativas locativas tanto os limites quanto às possibilidades. Os limites fazem com que esses enunciados sejam especificamente localizados em ambientes urbanos, onde o acesso a redes e ao resto do aparato tecnológico necessário é mais comum. E mais do que em ambientes urbanos esses espaços são delimitados por meio de coordenadas geográficas específicas²⁴.

²⁴ A localização é feita por meio da criação de delimitações virtuais sobre o espaço real: por exemplo um círculo de 1 metro de diâmetro em frente a porta de uma igreja; ou um quadrado de 2 metros no meio de determinada rua. Apenas nesse espaço que é concreto e virtual a informação pode ser acessada.

As narrativas locativas são narrativas que se utilizam dos processos descritos para contar histórias em interação com leitores e produtores das narrativas e com os locais, podem ser recebidas por meio de qualquer um dos dispositivos descritos ou demandar que o leitor realize alguma tarefa, por meio desses mesmos dispositivos, para dar prosseguimento ao enredo. As obras de narrativas locativas são relativamente recentes, datam do meio para o fim da década de 1990, início das pesquisas em computação móvel, segundo Loke (2006).

Narrativas locativas: conceituação e funcionamento

Para N. Katherine Hayles (2007) as narrativas locativas são obras narrativas contadas por meio de mídias locativas. Já para Jeremy Hight (2006) a necessidade de interação com locais específicos, permite uma sobreposição de informações antigas e novas de forma que é o próprio espaço que conta sua história. Whittaker (2011, p. 8) define as narrativas locativas como obras interativas em que “*a story (or sequence of information) that is set in a specific physical location and whose narrative sequence is affected by the participant’s choices*”²⁵

Em narrativas locativas, o espaço é revestido de informação virtual e ganha contornos de espaço narrativo. As histórias são construídas em interação com o texto e com os objetos e locais do espaço urbano. As histórias são sempre híbridas, acontecem em uma mistura de contexto concreto/virtual/narrativo²⁶, sendo que é no tempo e no espaço público que esse “hibridismo” se realiza.

²⁵ “a história (ou sequência de informação) é construída em um local físico específico e na qual a sequência narrativa é afetada pelas escolhas do participante” [Tradução nossa]

²⁶ Substituímos o termo ficcional pela narrativa em respeito a existência de gêneros literários como a literatura de testemunho e outros.

O público interage com a narrativa, por meio de informações que existem em um ambiente virtual, realizando tarefas no espaço concreto. Trata-se de uma dualidade entre concreto e virtual, e não entre real e virtual. O narrativo e o virtual assumem *status* de realidade por meio de imersão do público no universo narrativo, com a diferença de que não é o leitor que imerge no tempo e espaço narrativo, mas o tempo e espaço narrativo emergem sobre o tempo e espaço concreto do leitor.

Os processos e tecnologias das mídias locativas impactam de forma irreversível na construção e recepção do texto. Não é só a questão do signo, do enredo que são discutidos, mas também as possibilidades de imersão, interação, agenciamento, e todo o potencial que as redes, e a internet, a rede de redes permite no processo cronotópico de leitura, partindo da ideia de autoria colaborativa até a criação de mundos abertos, que refratam ou não a realidade do leitor, em que esse leitor pode efetivamente impactar de qualquer forma que deseje.

As narrativas locativas são um exemplo do que é a literatura ergódica como definida por Espen J. Aerseth (1997). O leitor vai além da construção do sentido, ele trabalha na construção da própria existência do texto²⁷. Não nos deteremos, aqui, na coautoria, mas sim na ideia de que a obra é apenas virtual, no sentido de que potência de uma obra completa, que depende de tirar fotos, de fazer filmes, de encontrar objetos por meio de realidade virtual aumentada, de se guiar por mapas e de outras ações para a finalização da obra em um espaço e em um tempo.

A leitura de obras de narrativas locativas exige do leitor uma atividade diferente da leitura de obras impressas, e mesmo de outros gêneros da literatura eletrônica. Ele é convidado a interagir com os locais, e em determinado tempo, e a esco-

²⁷ Entendido aqui não só como texto escrito, mas como obra.

Iher uma ação dentro de um conjunto de ações possíveis para determinar o andamento da narrativa. Assim o leitor torna-se também coautor do mundo ficcional. Segundo Roger Chartier (1998, p. 77) a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. [...]o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Considerando o ultimo fragmento de Roger Chartier, ele nos autoriza a aplica-lo em nossa investigação sobre as narrativas locativas, corroborando-a.

Acrescentamos que esse novo modo de ler impôs, de um certo modo, uma nova posição de leitura corporal, antes estática, agora exige que o leitor, além de movimentar o texto, também se movimente para ir coproduzindo esse texto.

Brian Greenspan (2007) percebe, no espaço urbano, questões que interferem no relacionamento dos leitores com as obras. Para ele, engarrafamentos e cruzamentos, por exemplo, demandam que os leitores interrompam momentaneamente a recepção. Ou seja, os ambientes urbanos ao mesmo tempo que essenciais para o processo de leitura, obstruem, em certa medida, esse processo.

As obras de narrativas locativas, de certo modo, selecionam seus leitores, pois só podem ser lidas em locais específicos e por consequência em um determinado tempo. O centro de recepção dessas obras está em grandes e médias cidades de países de modernização antiga, pois é nesses polos que estão a maioria dos artistas. Interessante observar é que, apesar da internet existir em escala global, a leitura dessas obras só é possível em escala local.

A limitação do local é percebida em *I'd Hide you* em que o leitor apenas tem acesso a obra em Manchester. Além disso, ele precisa estar ambientado à cidade, para se localizar e interagir com os ambientes e as pessoas. A audiência de narrativas locativas é limitada a grupos com acesso a determinados locais exigidos para leitura de cada uma das obras. Nessa obra

o leitor precisa se localizar na cidade tanto por meio de GPS, quanto por um conhecimento prévio do ambiente.

Diferente de formatos analógicos e mesmo de alguns digitais de arte, as narrativas locativas demandam mais do que atenção profunda. A interação da audiência se realiza por meio da atuação concreta no mundo físico, pois é exigido dos leitores que realizem tarefas específicas, sendo a mais simples locomover-se pelo espaço e outras mais complexas como interagir com realidade aumentada.

A existência de interação exige que esse leitor deixe de ser somente audiência passiva, e torne-se efetivamente participante da história, já que a narrativa se desenvolve a partir de suas escolhas. Em *I'd Hide You* a relação entre atuação e história é evidente, ao leitor são dadas instruções e um objetivo, o completar da narrativa, entretanto, depende da interação entre os outros leitores e a cidade.

Brian Greenspan (2007) destaca que as obras de narrativas locativas herdam de outros formatos narrativos a possibilidade de imersão do leitor no mundo ficcional. Rick Busselle e Helena Bilandzic (2008, p. 256) afirmam que essa imersão é “como um estado de fluxo acompanhado por uma perda da percepção de si e do mundo atual. Imersão é realizada por meio da construção de modelos mentais relacionados à narrativa”, porém, no gênero discutido, os modelos mentais são substituídos por construções físicas concretas e por outras em som e imagem.

A imersão parece ser intensificada quando o local físico e a narrativa possuem muitas características em comum. Josephine Reid, Hull Richard, Kirsten Cater e Constancel Fleuriot (2005, *apud* KARAPANOS, 2012) citam a existência de três graus de similaridades entre o físico e o ficcional. No primeiro grau existe uma ligação arbitrária, que é um local qualquer que pode ser utilizado pela narrativa. O segundo grau é o da física-

lidade: o espaço físico contém alguns objetos existentes no mundo ficcional, esse espaço físico pode ser qualquer local geográfico que contenha esses objetos. O terceiro grau é o da localização particular. Nesse grau, os objetos do espaço físico são significantes e cheios de sentido para o mundo ficcional.

Evangelos Karapanos, Mary Barreto, Valentina Nisi e Evangelos Niforatos (2012) fazem uma pesquisa com imersão por meio de uma narrativa locativa em áudio. Os autores escolhem 45 turistas para um *walk* na cidade de Funchal. Por meio de questionários estruturados investigam a relação entre os três graus de similaridade e a imersão. Chegam à conclusão de que a imersão é maior quando a narrativa se passa no local físico.

Apesar da busca pela imersão ser uma das características principais em obras narrativas locativas, Janet H. Murray (1997) faz uma ressalva. Para essa autora é preciso que exista uma fronteira óbvia o suficiente entre o concreto e o ficcional para que a sensação de imersão não se transforme em frustração. Ela cita, por exemplo, o controle do videogame como uma fronteira entre o virtual e o real. De forma análoga, o dispositivo móvel utilizado na recepção da narrativa locativa deve funcionar como uma fronteira.

I'd Hide You é uma obra do grupo de artístico *Blast Theory* (2012) que experimenta sobre a arte eletrônica. Nessa obra os participantes, chamados de *runners* recebem uma aparelhagem composta de uma câmera com acesso à internet, que envia tudo o que está sendo visto e ouvido em tempo real pela rede, um aparelho de GPS e uma lanterna, para que as imagens sejam captadas de forma adequada. O objetivo da obra é que um *runner* encontre outro e o fotografe sem ser fotografado.

Um segundo grupo de participantes atua por meio de redes sociais como guias para os *runners* escolhidos. Esses participantes são jogadores, escolhem um dos *runners* e precisam guiá-los pela cidade de Manchester em direção a outros

runners. Cada jogador possui três vidas que são perdidas quando o seu *runner* é fotografado pelo *runner* de outro jogador. Os participantes jogadores assistem em tempo real por meio da internet tudo o que está sendo visto pelo *runner* escolhido.

Nessa obra os leitores/participantes se dividem em dois grupos: *runners* e jogadores. Os *runners* atuam diretamente sobre a obra por meio de tecnologia locativa, efetivamente constroem o texto por meio de suas decisões em um espaço que é sempre aqui e um tempo que é sempre o agora.

Já os jogadores são participantes em um grau menor. Sua atuação só se realiza por meio dos *runners*. Para os jogadores os *runners* são como personagens em um jogo aos quais precisam guiar em direção ao objetivo. Para esse grupo o espaço é um lá, onde o seu *runner* esteja e onde os outros *runners* estejam. Já o tempo varia entre um aqui e um depois, pois suas decisões são tomadas baseando-se na apresentação da visão em tempo real do *runner* escolhido, mas essas decisões devem guiar seu *runner* à vitória sobre os outros *runners*.

Apesar de ser uma obra efetivamente locativa apenas os *runners* experimentam esse cronotopo. É um cronotopo em que o espaço, que é sempre um aqui, é preenchido pelo tempo do agora, cronológico, concreto. É um tempo que externa e internamente passa da mesma forma que não necessariamente altera a relação do *runner* consigo mesmo, nem com os outros. Mas esse tempo modifica a percepção desse ator, pelo menos durante a experimentação da obra, do espaço.

No cronotopo locativo, o espaço urbano é mais do que o local onde o leitor compra, trabalha, se dirige a outros lugares, é mais que um caminho. Esse espaço, durante o tempo da obra, cria laços profundos de importância, é um espaço que se torna preche de sentido. O sentido da obra, o objetivo de encontrar os outros *runners* transforma a relação do “eu” *runner*

com o espaço. O espaço se torna híbrido, mistura toda a experiência dos passeios passados, com as expectativas que a obra cria.

O tempo aparentemente assume um lugar secundário em uma obra em que o espaço é a grande diferença, em que o espaço narrativo invade o espaço concreto, sobrepõe-se a esse, delimita-o, emerge na experiência do leitor. Porém esse processo é delimitado pelo tempo, e construído em uma linha reta acompanhando o tempo cronológico do relógio. Nesse cronotopo as experiências interiores são deixadas de lado, o tempo interior do homem é substituído por um tempo totalmente cronológico.

A experiência tem um tempo definido para começar e para terminar, e somente enquanto esse tempo locativo estiver correndo é que o espaço vai poder efetuar todas as transformações já discutidas. De forma que o cronotopo locativo atende a determinação bakhtiniana de que é o tempo que reveste o espaço de sentido. É o tempo que delimita a experiência do leitor, “eu”, *runner*.

Considerações finais

Nesse artigo discutimos as narrativas locativas e os atores envolvidos nos processos de criação, recepção e disseminação. Demonstramos que cada um dos grupos discutidos possui características e a quem recaem atribuições específicas, sendo que algumas dessas características, como a interatividade e locatividade digital, e atribuições representam uma inovação em relação a gêneros impressos e mesmo em relação a outros gêneros digitais.

Essas inovações refratam nas participações tanto dos públicos, quanto dos artistas e intermediários. Em relação aos leitores espera-se uma postura experimental em relação ao uso da tecnologia e arte e o questionamento de paradigmas em re-

lação ao que é arte. Além dessa abordagem criativa motivada, os leitores também se permitem propor novas formas de relacionamento com os ambientes urbanos.

Na era em que a internet se torna uma rede acessível para todos os intermediários perdem força, já que os leitores podem estar em contato direto com públicos mesmo à distância. Entretanto esses personagens não desapareceram completamente, se tornaram as vozes que separam as obras boas das ruins, que determinam o que tem valor artístico ou não.

Ao público de um modo geral, as narrativas locativas, apresentam uma nova possibilidade de leitura, que incorpora aos modelos de obras impressas a interatividade e locatividade. A locatividade ao mesmo tempo inova e limita, pois, a recepção de uma obra qualquer exige que o leitor se situe em um local geográfico específico. A união entre interatividade e locatividade resultam na possibilidade de imersão do leitor no universo ficcional e de emersão do universo ficcional na concretude do leitor.

Por fim, percebemos que discutir um gênero ligado às novas tecnologias pode nos levar a ignorar a historicidade do gênero, e a discutir suas características como inovações independentes de outros gêneros precedentes. Porém, é preciso ter em consideração que muitas das características discutidas não são exclusivas do gênero em questão. E que cada gênero novo é somente mais um elo em uma cadeia de novas possibilidades discursivas.

**O CRONOTOPO E OS ESPAÇOS DE MEMÓRIA:
MODOS DE APREENSÃO DO INSTÁVEL
NO PROCESSO DE ESCRITA
DE UM GÊNERO DISCURSIVO²⁸**

Orasir Guilherme Teche Cális

Introdução

Mikhail Mikhailovich Bakhtin é, sem dúvida, um dos mais influentes e destacados pensadores do século XX, não somente porque as reflexões advindas da leitura de sua obra iluminaram (e, felizmente, ainda iluminam) diversos campos do saber – dentre os quais se pode citar, à guisa de exemplo, a teoria da literatura, a antropologia, a história e a linguística –, mas, sobretudo, em função de sua obra ter representado, se não um completo rompimento, ao menos um incontornável ponto de tensão com certa tradição do pensamento filosófico que enxerga a realidade a partir de um viés centrípeto, estável e, para utilizar um termo bastante caro a Mikhail Mikhailovich Bakhtin e aos outros membros de seu prestigioso Círculo²⁹, monológico.

No entanto, em que pesem as inúmeras e inegáveis contribuições resultantes das diversas formas de diálogo com a obra do filósofo russo, é forçoso admitir as também copiosas incoerências, quando não simples fragilidades, que caracterizam os variados modos de recepção de seus textos, aspecto

²⁸ Neste trabalho, retomo parcialmente algumas das reflexões realizadas em minha tese de doutorado “Quando as memórias são a matéria: memoriais de professoras alfabetizadoras e instabilidade genérica”, defendida, em janeiro de 2015, junto ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade de São Paulo (USP).

²⁹ Faço referência, aqui, aos outros integrantes do chamado Círculo de Bakhtin, cujos expoentes mais conspícuos foram Valentin Nikolaevich Volochinov, Pavel Nikolaevich Medvedev e Miguel I. Kagan.

que releva ora da consabida dificuldade teórica que a leitura de sua obra acarreta, ora da pressa com que certos conceitos são assimilados, sem o escudo protetor da reflexão e do necessário distanciamento crítico. A meu ver, encontra-se neste ponto um dos muitos problemas, no que se refere à sua apropriação pelo discurso pedagógico, de um dos mais conhecidos e repetidos conceitos de Mikhail Mikhailovich Bakhtin: o de gêneros do discurso.

Com efeito, em nossas escolas, o imoderado modismo do ensino de língua materna pautado na didática dos gêneros discursivos – aos quais, diga-se de passagem, Mikhail Mikhailovich Bakhtin jamais atrelou a necessidade de ensino! –, fez e ainda faz prevalecer um modo enviesado de consideração daquilo que o teórico russo chamou de “tipos relativamente estáveis de enunciado” (2003, p. 262), cuja ação didática tende a colocar em evidência mais o produto do que seus processos de constituição. Em outras palavras, o ensino de um gênero discursivo, em nossas salas de aula, tem procurado focalizar tão-somente se os textos produzidos pelos alunos correspondem aos modelos previamente apresentados pelos professores, o que se traduz, mormente, na simples aferição dos aspectos formais presentes nesses textos.

Entretanto, esse apego excessivo às propriedades formais dos gêneros discursivos, isto é, aos aspectos dos enunciados genéricos nos quais é possível delimitar espaços de maior estabilidade, esconde o fato de que “os gêneros do discurso não são formas linguísticas fechadas, [na medida em que] estão submetidos a *relações intergenéricas*”, as quais, ao marcar o convívio entre as diferentes esferas da atividade humana, também irão determinar “regiões de contato em que as fronteiras entre gêneros podem ser muito tênues” (CORRÊA, 2002, p. 69, grifos nossos).

Isto posto, a tentativa de modelização dos gêneros, ao procurar encerrá-los numa espécie de cama de Procrusto, e de

que fez (e ainda faz) largo uso a apropriação pedagógica, acaba por conferir proeminência ao gênero enquanto produto, uma vez que enxerga como simples *desarticulações* ou *inconsistências* aspectos que resultam, de modo mais apropriado, do trânsito de práticas sociais e históricas que, legitimadas pelas relações dialógicas (cf. BAKHTIN, 2003), materializam-se no processo de escrita de um determinado gênero discursivo.

No limite, a consideração das relações intergenéricas abre espaço para que, durante o processo de escrita do aluno, seja possível destacar a coexistência de gêneros discursivos – em cuja dinâmica, feita de relações ora previstas, ora não previstas, repousa, aliás, o fundamento de um processo constitutivo eminentemente dialógico, que também capta, no tocante às produções dos alunos, os ruídos de práticas sociais específicas e de saberes informais –, a fim de que, como afirma Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, ao refletir sobre a política linguística de orientação grafocêntrica ainda prevalente na educação formal, a prática de ensino possa fugir “do simples apagamento de vestígios de gêneros ‘interferentes’” (2002, p. 207), não obstante, ainda segundo o autor, marcar-se nessa mesma tentativa de negação e de apagamento o próprio reconhecimento dessa convivência.

Esse modo de o discurso pedagógico posicionar-se frente aos *tipos relativamente estáveis de enunciado* entra em conflito, pois, com uma característica fundamental presente em qualquer consideração a respeito dos gêneros do discurso: a tensão existente entre o que é estável – e que, por assim dizer, define um momento específico de seu processo constitutivo – e o que aponta para a natureza intrinsecamente instável inerente a esse mesmo processo.

Além disso, ao modalizar os elementos “estáveis” presentes no processo de produção dos gêneros discursivos (com efeito, o autor diz *relativamente*), Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2003) não deixa de apontar, como pressuposto, para os e-

mentos que, desde sempre inscritos nos gêneros, poderíamos chamar – ainda que com certa cautela – de *constitutivamente instáveis* (cf. CÁLIS, 2015). Essa dinâmica constitutiva parece evidenciar, assim, um processo que tensiona o que permanece e o que escapa no processo constitutivo dos gêneros discursivos.

Vale destacar alguns dos autores que, dialogando com a obra de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, já atentaram para essa natureza predominantemente processual dos gêneros do discurso. Luiz Antônio Marcuschi, por exemplo, ao acentuar o caráter sócio-histórico dos gêneros discursivos, pondera que, malgrado os gêneros contribuíssem para o ordenamento e a estabilização das atividades comunicativas cotidianas, sua peculiaridade situa-se no fato de eles se caracterizarem “como eventos textuais altamente maleáveis, dinâmicos e plásticos” (2002, p. 19), aspecto resultante das condições históricas que determinam, a partir de sua dinamicidade constitutiva, o surgimento de novos/velhos gêneros³⁰.

Para Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, em trabalho que toma como ponto de partida práticas pedagógicas consideradas tradicionais, bem como seu vínculo a uma política grafocentricamente centrada, o caráter processual e dinâmico dos gêneros discursivos define-se em função das relações intergenéricas, cujo convívio “com outros gêneros lhes [confere] flexibilidade para novas configurações, ligadas às novas vizinhanças entre diferentes atividades humanas” (2006, p. 207). Por esta passagem, deveriam tornar-se inviáveis duas práticas ainda bastante rotineiras na educação formal, particularmente no que se refere ao ensino da escrita: a) aquelas que, por conferirem proemi-

³⁰ Exemplo emblemático dessa relação contraditória, presente no diálogo entre elementos velhos e novos no processo constitutivo dos gêneros, é a mensagem eletrônica, gênero que, embora enraizado na chamada *cultura eletrônica*, “tem nas cartas (pessoais, comerciais etc.) e nos bilhetes os seus antecessores”. (MARCUSCHI, 2003, p. 21)

nência ao escrito em detrimento do falado, primam pela desconsideração do trânsito entre práticas orais e letradas; b) aquelas que, por sua vez, encaram os *enunciados genéricos* (BAKHTIN, 2003) como produtos para sempre acabados e confinados a uma suposta (mas falaciosa) pureza constitutiva.

Partindo, pois, da hipótese de que os gêneros discursivos encontram-se em constante relação responsiva com outros dizeres, Manoel Luiz Gonçalves Corrêa afirma que, ao contrário dessas práticas que buscam varrer dos textos os vestígios seja de “interferências” da enunciação oral, seja da indesejada presença de outros gêneros, a intervenção pedagógica deveria atentar, de forma mais apropriada e produtiva, para o que ele chama de ruínas de gêneros discursivos, termo que, longe de apontar, em sua acepção negativa, para algo em estado de destruição, remete para aquelas passagens mais ou menos “informes de gêneros discursivos que, quando presentes em outro gênero, ganham o estatuto de fontes históricas [...] da constituição da fala ou da escrita”. (2006, p. 209)

Dessa perspectiva, a natureza processual (e constitutivamente dialógica!) dessas ruínas, além de colocar em relevo a necessária coexistência dos diversos gêneros discursivos, uma vez que é sempre intenso o cruzamento entre as variadas esferas de atividade humana, ainda permite pensá-las, segundo o autor, como o fruto de uma “regeneração”, aqui pensada “como o processo pelo qual os sinais de um conjunto de saberes [...] podem assumir o papel de elementos fundadores de novos saberes”. (CORRÊA, 2006, p. 209)

José Luiz Fiorin, por sua vez, faz questão de pontuar o quanto essa percepção já se encontrava formulada pelo próprio Mikhail Mikhailovich Bakhtin, para quem “interessavam menos as propriedades formais dos gêneros do que a maneira como eles se constituem” (2008, p. 61). O autor, ao destacar a relação intrínseca entre gêneros e esferas da atividade humana, ainda ressalta que “o gênero une estabilidade e instabilidade,

permanência e mudança” (2008, p. 69). Depreende-se, desse modo, a flexibilidade que preside, sempre, o processo de produção de um dado gênero discursivo, o que nos obriga a atentar para seus modos de constituição, e não (somente) para a suposta rigidez de suas formas.

Já Carlos Alberto Faraco observa que o filósofo russo, ao se referir aos gêneros como sendo *tipos relativamente estáveis*, “está dando relevo, de um lado, à historicidade dos gêneros; e, de outro, à necessária imprecisão de suas características e fronteiras”. Tal passagem pontua, a um só tempo, a importância dos eventos históricos para o processo de constituição dos gêneros – o que nos possibilita afirmar que estes não se constituem no vazio –, colocando em evidência, novamente, a fluidez característica dessas formas relativamente estáveis do dizer, que precisam “ser abertas à contínua remodelagem, tendo de ser capazes de responder ao novo e à mudança”. (2009, p. 127)

Situo a instabilidade, portanto, como um fenômeno a partir do qual é possível captar a interdependência entre elementos contínuos e descontínuos que, presentes na constituição de dado objeto de estudo, ganham materialidade à luz da relação estabelecida entre produto e processo, particularmente no que se refere à consideração das etapas constitutivas dos gêneros discursivos. Dito de outro modo, é no embate entre o contínuo e o descontínuo, em cujas extremidades se constrói o sentido bakhtiniano de acabamento – noção que, vale lembrar, conjuga-se a partir da consideração do acabamento absoluto do enunciado, mas também de seu necessário inacabamento de sentido, de vez que este, conforme nos lembra Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, situa-se sempre no outro, isto é, “na réplica que se abre a nova resposta” (2003, p. 507) –, que os gêneros discursivos apontam para um interminável processo que, sem negar a relativa estabilização de um produto, irá recompor os fios instáveis que hão de delimitar suas dúcteis zonas de conta-

to.

Algumas questões, no entanto, se colocam: o que seria, exatamente, essa *instabilidade* presente nos gêneros? Como seria possível apreender a inscrição do *instável* marcada, como sua contraparte constitutiva, nos processos que regem a produção escrita de um gênero discursivo? Que razões explicariam essa *instabilidade*? Além disso, de que modo a consideração de tais aspectos, se, de fato, pertinente, poderia tornar-se produtiva nos debates que envolvem o ensino de língua materna, especificamente no tocante à didática dos gêneros?

Uma hipótese inicial com que trabalho é a de que os gêneros do discurso não somente são “tipos relativamente estáveis de enunciado” (BAKHTIN, 2003) – definição que, embora modalizada, parece ainda manter em seu horizonte expressivo esse caráter de coisa mais ou menos fixa e permanente³¹ – , mas principalmente tipos marcados por uma *constitutiva instabilidade* decorrente, sobretudo, dos diferentes modos de apropriação de que se valem os (as) falantes ou os (as) escritores durante seu processo de produção oral ou escrita e apreensível a partir de certos índices constitutivos de sua tessitura textual-discursiva³².

Assim, ao partir da consideração daquilo que Mikhail Mikhailovich Bakhtin chamou de os “traços gerais dos gêne-

³¹ A propósito, em que pesem os problemas relativos às diferentes – e muitas vezes conflitantes – formas de recepção dos textos bakhtinianos, vale registrar que Todorov, no prefácio à edição francesa de *A estética da Criação Verbal*, observa que “o absoluto encontra realmente um lugar no pensamento de Bakhtin, ainda que ele nem sempre esteja pronto a reconhecê-lo”. (*Apud* BAKHTIN, 2003, p. XXIX)

³² Ao abordar o processo de apropriação dos gêneros, Jean-Paul Bronckart observa que a “adoção-adaptação [de um gênero] gera novos exemplares de gêneros, mais ou menos diferentes dos exemplares pré-existentes, e que, conseqüentemente, é pelo acúmulo desses processos individuais que os gêneros se modificam permanentemente e tomam um estatuto fundamentalmente dinâmico ou histórico”. (2003, p. 103)

ros discursivos” (2003, p. 262) – a saber, o conteúdo temático, a construção composicional e o estilo –, tal percepção baseia-se no fato de que esses elementos constitutivos dos gêneros, ainda que tenham uma existência *a priori*, na medida em que todo gênero já foi historicizado pelo uso, não existem independentemente de um sujeito (falante ou escrevente) que deles se apropria em condições de produção bastante específicas. Em outras palavras, um gênero do discurso é o resultado da confluência de elementos temáticos, composicionais e estilísticos aliados, necessariamente, aos seus diferentes modos de apropriação por um sujeito que os irá mobilizar a partir de condições de produção que agem, de forma determinante, sobre esse processo, favorecendo sua instabilidade.

Uma segunda hipótese, esta associada à especificidade do *corpus*³³ de que parto para a escrita deste trabalho, é que, nos diferentes modos de apropriação das memórias produzidas pelas professoras, isto é, nas diferentes formas de diálogo³⁴ que as escreventes mantiveram com os modelos apresentados como exemplares desse gênero discursivo (mas também a partir de suas representações do próprio gênero a ser escrito), encontra-se um ponto de partida para a consideração da tensão entre estabilidade e instabilidade inscrita em seu processo de

³³ Trata-se de um conjunto de textos memorialísticos produzidos por professoras alfabetizadoras durante um curso de capacitação, ministrado no município de Cubatão (SP), em 2006. Na ocasião, as professoras-cursistas foram convidadas a redigir suas *memórias de alfabetização* a partir de modelos desse gênero, exercício didático que simula uma prática bastante comum em atividades de produção textual realizadas nas escolas, sobretudo de ensino básico. Na seção a seguir, falarei mais detidamente sobre o contexto de produção desses textos.

³⁴ Utilizo a palavra “diálogo” em um dos sentidos a ela atribuídos por Bakhtin, isto é, como marca das variadas relações de sentido estabelecidas entre, no mínimo, dois enunciados. No caso específico dos exemplos que trago para análise neste trabalho, as professoras materializaram em seus textos, sob a forma de um discurso polêmico, a tensão dialógica entre duas práticas de ensino, ambas, entretantes, confrontadas e marcadas discursivamente no processo de produção das memórias.

emergência.

Isto permite observar, ainda, que parece encontrar-se na relação – jamais coincidente – entre o processo de leitura modelar de determinado gênero discursivo e sua escrita propriamente dita (caminho possível, dentre outros, para depreender seus modos de apropriação) um dos aspectos que evidenciam não apenas sua constituição instável, mas também uma importante pista acerca dos elementos que mantêm os gêneros do discurso em permanente contato com outros gêneros, o que, ao apontar para as relações intergenéricas, coloca em relevo a natureza instável desses enunciados.

No tocante às propostas pedagógicas fundadas no ensino de gêneros do discurso, tal aproximação permite compreender por que textos produzidos em situação didática jamais poderão corresponder, exatamente, às solicitações do professor, porquanto, ao lado dos elementos “estáveis” presentes nessa produção escrita, sempre existirão aqueles elementos que, oriundos das diversas formas de diálogo do escrevente, apontam o tempo todo para uma espécie de “fissura” constitutiva dos gêneros, a qual parece fazer com que sua “estrutura” permanentemente se desconstrua e reconstrua.

Assim, um primeiro objetivo deste trabalho será apresentar um modo através do qual se dá o funcionamento e a construção da instabilidade genérica no processo constitutivo de memórias produzidas por professoras em um curso de formação que procurou simular uma atividade didática bastante comum do professor de português: o ensino de escrita. Para tanto, explicitarei alguns dos mecanismos enunciativo-discursivos inscritos no processo de apropriação do gênero em questão, abrindo espaço, outrossim, para a possibilidade de entender para outros gêneros esse modo singular de funcionamento e de construção.

Um segundo objetivo será mostrar de que modo, a partir

da noção bakhtiniana de cronotopo, a emergência desse gênero discursivo materializa a inscrição de diferentes espaços sociais, aos quais denomino *espaços de memória*, por onde as escreventes circulam quando da produção de seus textos, aspecto que também aponta para a *memória*³⁵ – verdadeiros rastros³⁶ enunciativo-discursivos – do próprio processo de escrita. No limite, se é verdade que este último aspecto também se encontra no processo de constituição de qualquer gênero discursivo, não se pode negar que ele contribui, tendo em vista o modo particular como a memória lida com a relação estabelecida entre o passado e o presente, para agregar um traço de singularidade ao processo constitutivo desse gênero discursivo.

A emergência das memórias: alguns aspectos de seu contexto de produção

A constituição do *corpus* deu-se a partir de 84 textos de cunho memorialístico produzidos por professoras alfabetizadoras, no ano de 2006, em Cubatão (SP), como atividade inicial de um curso de capacitação intitulado *Letra e Vida*. Aplicado exatamente nos mesmos moldes do antigo Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA), o *Letra e Vida* destina-se especialmente a professores e professoras que lecionam nas séries iniciais da educação infantil e, também, no

³⁵ Utilizo a palavra “memórias”, aqui, em seu sentido mais usual, qual seja, o da retenção de uma lembrança.

³⁶ Neste trabalho, emprego esta palavra proximamente ao sentido que lhe conferiu Carlo Ginzburg, para cujo autor “o caçador teria sido o primeiro a ‘narrar uma história’ porque era o único a ler, nas pistas mudas [...] deixadas pela presa, uma série coerente de eventos” (1989, p. 152). A associação do referido termo à escrita já se encontra, porém, em Elias Canetti, para quem a leitura dos rastros deixados pelos animais constitui o mais antigo saber do homem. Com efeito, para este autor, “a escrita mais antiga que aprendeu a ler foi a dos *rastros* – uma espécie de notação rítmica que sempre existiu” (1960/1995, p. 30, grifo nosso)

ensino fundamental³⁷. Não obstante seu público-alvo ser composto, em sua grande maioria, por professoras alfabetizadoras, trata-se de um curso voltado a qualquer profissional da educação interessado no aprimoramento de seus conhecimentos, nomeadamente no que concerne ao processo de ensino e aprendizagem referente a essa etapa da escolarização formal.

Vale ressaltar, ainda, que o *Letra e Vida* não possui um caráter compulsório, na medida em que seus participantes (chamados ‘cursistas’) podiam deliberadamente recusar-se a frequentá-lo, o que, se por um lado, poderia servir para justificar um possível absentéismo por parte das professoras, por outro, contribuiu para evidenciar não somente alguma “liberdade”,³⁸ de escolha dessas educadoras, mas também um traço definidor dos textos que ali se produziram, uma vez que estes se revelaram como o resultado de uma opção e não de uma imposição institucional.

³⁷ Ponto de partida do processo de aprendizagem, a educação infantil, correspondente à educação pré-escolar anterior ao ensino obrigatório, é destinada às crianças entre 0 e 5 anos de idade; já o ensino fundamental, que se estende do 1º ao 9º ano, corresponde a uma das etapas obrigatórias da escolarização formal, abarcando os alunos cuja idade, em geral, vai dos 6 aos 14 anos.

³⁸ Aqui, as aspas servem para estabelecer contornos mais históricos para a questão, já que as professoras vêm sendo confrontadas, já há algum tempo, com um discurso que focaliza o seu despreparo para as funções pedagógicas. Desse modo, não fazer parte de um curso de capacitação pode significar submeter-se, de alguma forma, a esse tipo de discurso desqualificatório, que privilegia os aspectos negativos da prática de ensino dos professores. Portanto, a meu ver, trata-se de uma *liberdade vigiada*; portanto, entre aspas. A desqualificação refere-se ao viés profissional do professor. Todavia, insisto que a escola tem solicitado, na prática, a professora-família (a tia, a mãe, a cuidadora de crianças), de tal modo que a formação continuada fica deslocada em relação à escola real de onde provém a professora, valendo, talvez, para uma concepção de escola em que o profissional falasse mais alto do que o representante da família. Não se trata, portanto, de uma valorização da teoria (do formador) em relação à prática (do professor em formação continuada), mas de uma contradição quanto a duas diferentes concepções de escola.

A escrita propriamente dita das memórias foi precedida da leitura de alguns textos que tinham, como um dos seus objetivos, não somente oferecer subsídios para as futuras reflexões das professoras quando da escrita de seus textos, servindo, assim, igualmente como pretexto para esta atividade, mas, sobretudo, a disponibilização desses textos iniciais, ao assumir um estatuto de exemplaridade (GAYDECZKA, 2012), conferiu às memórias, de saída, uma base escrita modelar capaz de orientar e referendar a escrita das professoras.

Como João Wanderley Geraldi, também não vejo qualquer problema no fato de um texto poder servir de pretexto para a realização de uma atividade escrita qualquer, uma vez que, conforme destaca este autor, “a leitura do texto como pretexto para outra atividade define a própria interlocução que se estabelece”. (GERALDI, 2002, p. 97)

Assim, muito embora seja possível colocar sob olhar crítico os próprios modos de interlocução instaurados em todo processo de produção discursiva, ao falar em “pretexto”, pretendo destacar um importante aspecto que, a meu ver, foi constitutivo das condições de produção dos memoriais. Dito de outro modo, o simples fato de a escrita desse gênero discursivo ter sido precedida pelo exercício preliminar da leitura condicionou sua produção, bem como os modos de apropriação marcados em seu processo de escrita, constituindo-se, pois, como uma tentativa de modelização e, nesse sentido, de estabilização dos textos que viriam a ser produzidos, resultado do poder centralizador exercido pelas instâncias disciplinadoras e normatizadoras, como, por exemplo, a escola e os cursos de capacitação.

Dando sequência a essas pré-leituras de caráter motivador, que têm como um de seus objetivos servir gradativamente de incentivo e de preparação para a atividade de escrita das professoras, foram apresentados (nas cinco páginas seguintes, sob o título *memórias*) alguns fragmentos textuais cuja função

foi exemplificar a relação existente entre o passado e as lembranças dos tempos de escola.

A apresentação dos excertos, em cuja escolha já se marca outro traço de instabilidade, foi, estrategicamente, bastante diversificada, já que, dividindo esse espaço do módulo, estavam presentes renomados autores, como o poeta Carlos Drummond de Andrade e (novamente) a escritora Clarice Lispector (além de um filósofo – Walter Benjamin), além de trechos produzidos por professoras de diferentes lugares do país que, à exceção de apenas um exemplo, participaram de programas anteriores de capacitação profissional.

Ao menos um dos sentidos que ajudam a explicar as razões dessa seleção – do ponto de vista da autoria – tão heterogênea, repousa, a meu ver, sobre dois aspectos: de um lado, a apresentação de textos que pertencem e circulam em instâncias linguageiras consideradas mais legítimas (literatura e filosofia) e que foram produzidos por ilustres representantes desse universo discursivo mais prestigiado, procura promover, na medida em que a aparição de excertos literários em materiais didáticos é bastante acentuada, a associação à chamada “fruição estética, à apreciação da literatura e, principalmente, a uma leitura ‘privilegiada’” (GAYDECZKA, 2012, p. 41), o que, por extensão, associa o discurso literário a uma voz mais legítima, modelizadora e digna, portanto, de ser seguida; por outro lado, ao estabelecer a aproximação entre a voz legitimada proveniente da esfera literária e aquela advinda de textos produzidos por professoras participantes de outras edições, o *Letra e Vida* procura legitimar-se e, ao mesmo tempo, atribuir reconhecimento aos textos produzidos, sob sua égide, por outras professoras. (*Ibidem*, p. 38)

Além disso, outra leitura decorrente dessa associação entre textos tão distintos quanto a sua proveniência é que, para os organizadores do *Letra e Vida*, escrever não pode e não deve ser tarefa apenas de profissionais da escrita, de gente famo-

sa e reconhecidamente talentosa, mas sim uma atividade que, embora árdua, precisa ser realizada por todas as pessoas, especialmente pelo professor, recomendação esta que pode/deve ser seguida, ainda que sob a aura de uma escrita que necessita apoiar-se em modelos previamente apresentados.

Em outras palavras, ao fornecer modelos nos quais se apoiar, a voz institucional, representada aqui pelo *Letra e Vida*, substitui o papel do professor e faz com que os excertos dessa etapa, que antecedem a produção propriamente dita dos textos e cujas características formais e estilísticas propositalmente variam de texto para texto, sejam tomados como exemplo – e, portanto, como traços *estáveis* – daquilo que o curso de capacitação pretendia fosse escrito pelas cursistas, o que, de fato, acaba por se materializar instavelmente na produção escrita das professoras, sobretudo se considerarmos os variados modos de apropriação, bem como os aspectos estilísticos, composicionais e mesmo temáticos materializados na escrita das memórias, não somente no que se refere aos textos que serviram de modelo às professoras, mas também aos que constituíram o presente *corpus*³⁹.

Vê-se, portanto, que, se por um lado, o já referido *estatuto de exemplaridade* obriga as professoras a tomarem os referidos fragmentos textuais como modelo e/ou ponto de partida para sua escrita (aspecto este que, aliás, parece apontar para exemplos ainda bastante utilizados em muitas salas de aula!); por outro, mediante o diálogo estabelecido pelas professoras com o material de leitura que lhes foi colocado à disposição, tal procedimento acaba permitindo a observação privilegiada de uma profunda heterogeneidade, no que concerne aos modos

³⁹ À guisa de exemplos, um dos textos escolhidos, intitulado “Tempo de Escola”, foi inteiramente escrito em versos; outro, por meio de uma hibridização intergenérica, partiu da estrutura composicional e do estilo característicos de uma receita, mas, alterando sua temática, procurou, na verdade, apontar os caminhos – daí o formato de ‘receita’- para a formação de um bom leitor.

de apropriação do gênero memórias.

O cronotopo das memórias

Na *Odisseia*, poema épico em que Homero narra o retorno do herói da Guerra de Troia a sua terra natal, a ama Eúricleia somente reconhece o legítimo rei de Ítaca, que para lá voltava sob os disfarces de um mendigo, ao tocar-lhe a cicatriz que este carregava em sua perna. Vale a pena retomar esta passagem:

A velha, que tomara na palma da mão a perna de Ulisses, ao apalpá-la, reconheceu a cicatriz; largou o pé, que caiu dentro da bacia, o bronze ecoou, o vaso oscilou e a água entornou-se pelo solo. Então, seu coração, a um tempo, foi tomado de tristeza e de alegria, os olhos se lhe encheram de lágrimas, a voz se lhe tolheu na garganta. E tocando no queixo de Ulisses, disse: ‘Sem dúvida, tu és Ulisses, meu filho querido! E eu não te reconheci! Foi preciso primeiro ter tocado no corpo do meu amo!’. (HOMERO, 2002, p. 254)

Toda cicatriz guarda os sinais de uma história. Mais do que apontar tão-somente para uma marca localizada no espaço físico do corpo, ela restitui os traços de um modo de permanência do/no tempo, capaz de reatualizar, muitas vezes, o momento preciso que desencadeou a dor, evocando o local e as pessoas em volta do acontecimento, quem sabe, seu olhar de medo, de angústia, de aflição. Nesse sentido, é lícito supor que uma cicatriz, em cujos contornos já se pode entrever uma relação entre tempo e espaço, traz sempre a memória não apenas da ferida que, sob muitos aspectos, pode ainda estar aberta, mas, principalmente, da história que a originou.

Contudo, é possível pensar nessa forma, a partir da qual as marcas do tempo se imprimem no espaço, para além dos limites físicos mais restritos do corpo, na medida em que tal relação também se estende – ou, antes, torna-se ainda mais perceptível – para aqueles *topoi* mais amplos, nos quais o o-

lhar, o mais das vezes acostumado às facilidades de uma apreensão imagética totalizante, não se apercebe dos diferentes modos de inscrição do tempo em seus detalhes. Para tanto, valho-me de um exemplo que tomo como emblemático: uma praça e um centro urbano.

O primeiro desses espaços poderia possuir, a partir de uma visão idealizada e romântica, por exemplo, uma dimensão temporal ajustada à ideia de um percurso feito de pequenas lentidões, de um tempo que se acomoda generosamente, sem horizontes de pressa ou expectativas de passagem, como se tudo à sua volta conspirasse para a construção de uma rapidez às avessas, de uma sensação de inexauribilidade envolvente. Com efeito, ainda dentro desses limites bucólicos, seja pelos passos da criança que corre, sem pressa, atrás de uma bola que, aparentemente, ela jamais alcança; seja pelo fluxo incessante de um regato translúcido, em cujo fino rumor o tempo parece escoar de forma mais lenta; seja pela sinuosidade das alamedas que tornam qualquer caminhada mais longa e resistente aos avanços do relógio, já esquecido no pulso, ou, ainda, pela presença de bancos que, generosos, convidam a um repouso indolente, a praça é, em todos esses elementos espaciais, envolvida pela atmosfera de um tempo perene, dir-se-ia quase imóvel, que passa, sim, mas aos poucos...

Em contrapartida, um centro urbano representa um espaço em que o tempo, surgido quase à força de um golpe, irrompe sob uma diferente perspectiva na retidão de suas ruas e calçadas que *otimizam* um tempo atrás do qual é preciso correr, tempo que é necessário gastar, consumir, tempo vilipendiado em que pessoas misturam-se a ruídos dissonantes e confusos, na intermitência de semáforos que regulam passos e pernas que se cruzam e se desconhecem, que se entranham e se acomodam a um ritmo⁴⁰ lancinante, na velocidade dos ônibus

⁴⁰ Vale observar que esses diferentes ritmos são, num plano mais abrangente, tributários de diferenças situadas no plano histórico, que determina a própria

e dos carros que atravessam e acenam para um tempo que passa por demais depressa.

É, pois, por meio da noção de cronotopo que se esboça uma forma privilegiada para a observação da instabilidade no processo constitutivo do gênero memórias. Com efeito, ao tomar de empréstimo às ciências matemáticas o conceito de cronotopo, mas transportando-o para a crítica literária, Mikhail Mikhailovich Bakhtin procura desenvolver as profundas imbricações que se travam entre as categorias de tempo e espaço. Para o pensador russo, o que se torna relevante na adoção de tal conceito é a ideia de *indissolubilidade* que ele comporta, sobretudo porque “os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo”, o que irá contribuir para a fusão dos indícios espaço-temporais “num todo compreensivo e concreto”. (BAKHTIN, 2003, p. 2011)

Um exemplo cronotópico bastante comum fornecido pelo autor é o da estrada, espaço que, fundamental no romance picaresco espanhol do século XVI, é marcado “pelo transcurso do tempo histórico, pelos sinais da sua marcha, pelos indícios da época” (2003, p. 350). O espaço, assim considerado, torna-se palco do desenrolar de um acontecimento marcadamente histórico, e pode ser representado seja pelos castelos do romance gótico do século XVIII, seja pelas salas de visita descritas em Balzac ou Stendhal, seja, ainda, pelo provincianismo da cidadezinha pequeno-burguesa com que Flaubert, em *Madame Bovary*, constrói algumas das peripécias romanescas do século XIX.

configuração rítmica desses espaços, aspecto que não se limita a considerações de ordem urbanística. Norma Goldstein (2004), por exemplo, ao particularizar suas observações para a análise do texto poético, observa que o componente rítmico presente nesse gênero discursivo relaciona-se à época ou à situação em que ele é produzido, acompanhando, por assim dizer, o ritmo ora mais calmo, ora mais acelerado do contexto histórico no qual ele foi engendrado.

Mas é, sobretudo, no texto em que se detém sobre as relações entre tempo e espaço na obra autobiográfica de Goethe que essa interface, ou, dito de outro modo, essa capacidade de *ler* a fluidez e a viscosidade do tempo no todo espacial do mundo, que as observações de Mikhail Mikhailovich Bakhtin sobre cronotopo revelam-se bastante produtivas, haja vista que, para o autor, “em todos os seus momentos essenciais o tempo está localizado em um espaço concreto, marcado nele” (2003, p. 245), não sendo possível, desse modo, observá-los de forma distinta, isolada, porquanto se encontram integralizados num todo orgânico e indissolúvel, não se caracterizando o espaço por uma suposta imobilidade, “um dado inacabado de uma vez por todas mas como um todo em formação, como acontecimento”. (BAKHTIN, 2003, p. 225)

Partindo, pois, da grande importância que o autor alemão conferia à *cultura do olhar*, Mikhail Mikhailovich Bakhtin assume que Goethe, longe de simplesmente reconhecer a contiguidade, a justaposição e a coexistência espacial dos objetos, enxergava-lhes “por trás de toda diversidade estática [...] a diversidade de tempos” (2003, p. 229), em cuja heterogeneidade é possível perceber o movimento, a oscilação e a pulsação dos espaços impregnados de variados indícios temporais.

Saliente-se, contudo, que esta relação instável – já que marcada por uma inerente e constitutiva mobilidade – entre tempo e espaço não se mostra como sinônimo de uma *ruína morta*, a partir de cujo entrelaçamento o passado, qual corpo estranho, invadisse o presente, desprovido de um autêntico vínculo entre os tempos, mas sim como “a marca *essencial e viva* do passado no presente, [resultado] de uma relação *necessária* e visível com a viva realidade circundante” (2003, p. 234). O efeito imediato de tal posicionamento é a negação do passado em si, insulado e sem qualquer liame de sentido com o presente, uma vez que sua insurgência, sua irrupção no seio das memórias implica a consideração dos “laços *necessários*

desse passado com o presente vivo [a fim de] compreender seu lugar *necessário* na *série contínua do desenvolvimento histórico*”. (BAKHTIN, 2003, p. 235)

Salvo engano, no tocante ao processo de constituição das memórias, essa passagem põe em foco a necessidade de se considerar como indispensável não somente a relação passado/presente, estatuto a partir do qual as relações de sentido vão se construindo de forma contínua e ininterrupta, mas também a urgência de se terem em conta os aspectos históricos desse vínculo, determinantes, por assim dizer, do processo constitutivo desse gênero discursivo.

Porém, ainda que isto signifique ir a contrapelo do próprio Mikhail Mikhailovich Bakhtin, para quem, embora a metaforização dos caminhos seja “variada e muito planejada”, [o] “sustentáculo principal é o transcurso do tempo” (2002, p. 350), defendendo que não se trata apenas do modo pelo qual o tempo se imprime no espaço. Trata-se, também, do modo como os espaços são capazes de evocar e fazer ressurgirem os ruídos e as reverberações de um tempo (bem como de suas memórias!), que parece deles em (quase) tudo depender. Tentarei, com isso, captar um vínculo que transita da fímbria concreta de um contorno espacial para a instalação de uma dimensão temporal. Vejamos se as análises que realizo, a seguir, poderão contribuir para confirmar essa percepção...

Formas de apreensão de um instável percurso cronotópico

Um primeiro modo para a captação da confluência entre espaço e tempo marca-se na forma através da qual algumas palavras empregadas pelas professoras retêm, em sua espessura léxico-semântica, os traços de um percurso carregado de história.

Eis um caso exemplar desse tipo de funcionamento: “O processo de aprendizagem *fluiu* com certa facilidade” (grifo

nosso).

No caso acima, o verbo “fluir” representa de modo singular, captando-o, esse movimento que, na constituição do gênero memórias, procura materializar a inscrição do diálogo entre o passado e o presente em seu processo de escrita. Em geral associada a transcurtos fluviais, carregando, por assim dizer, já em sua massa verbal sonora esse traço de uma movência quase líquida, o verbo “fluir” remete a uma distância estendida, simultaneamente, no tempo e no espaço do enunciado, como a carregar em seu bojo, sob a forma de sedimentos – que, aparentemente conservados sobre o leito de um rio, também fluem –, as lembranças e as reminiscências das escreventes.

Em outras palavras, a inscrição desse verbo evoca aquilo que chamo de *espaço de memória* (Cf. CÁLIS, 2015), um “índice visível de tempo”, em termos bakhtinianos, o qual, longe de constituir algo estático, vazio e imóvel, revela-se saturado de uma ambiência movediça representada pelos lugares e pelos pontos móveis e fluidos nos quais as lembranças resgatadas se vão construindo e ganhando corpo, à maneira de um rio em cujas águas espaço e tempo refluem de forma incessante e contínua, “palco de um acontecimento histórico [cuja] fronteira solidamente traçada em seu curso espacial nos mostra o fluxo de um tempo também histórico” (BAKHTIN, 2003, p. 239). Além disso, esse tipo de inscrição aponta, ainda, para a forma como esse aspecto constitutivo do gênero em questão, qual seja, o diálogo entre duas diferentes dimensões temporais – o passado e o presente –, imprime-se na própria escolha estilística da escrevente, determinando-a.

Outras vezes, no entanto, para além de um percurso dotado de fluidez e mobilidade, esse espaço de memória é ocupado por um *locus* em cujo traço semântico se percebe, não um trajeto, mas sim um ponto de estaticidade, marcado pela presença de uma contraparte importante das memórias: o esquecimento.

Tomemos um exemplo: “Sinto como se houvesse uma *lacuna* em minha vida [...]” (grifo nosso).

Em seu sentido etimológico, a palavra “*lacuna*” aponta, segundo o *Dicionário Eletrônico Houaiss*, para um “defeito”, um “oco”, um “buraco”, um “vão”, mas também para “lagoa”, “brejo”, “lamaçal”. Percebe-se, em um dos agrupamentos arrolados, notadamente o segundo, a presença de uma recorrência a um determinado traço semântico – a saber, o de imobilidade ou estagnação –, característico daqueles espaços retentores de água que não flui; contudo, no tocante aos primeiros sentidos apresentados, surgem acepções vinculadas a um vazio a ser preenchido, como o espaço em branco numa folha qualquer (o gabarito de uma prova, por exemplo), mas também o de uma história associada a um tempo que, estagnado, procura-se calar ou silenciar.

Assim, é interessante observar, no exemplo, o modo como a inscrição discursiva de um espaço, marcado no processo de escrita do texto a partir da especificidade de seus traços semânticos, aciona uma forma peculiar de (não) revelação de um tempo, como a recalculá-lo, mostrando-o não em sua inteireza, mas, ao contrário, a partir de uma falta igualmente constitutiva, de suas ausências, visto que, se por um lado, o (dis)curso das memórias apresenta pontos reiteráveis, reproduzíveis dentro de uma determinada ordem, também pode apresentar-se por meio daquilo que Jean-Jacques Courtine, ao analisar o discurso comunista, chamou de *memória lacunar* (2006, p. 97), em cujo processo são perceptíveis os traços de uma *política de esquecimento*, anulação que, embora procure varrer para debaixo do tapete da memória os vestígios de um tempo, não consegue apagar por completo as próprias marcas de seu desaparecimento.

Com efeito, no texto de que o enunciado em questão faz parte, a escrevente lamenta sua dificuldade em trazer às lembranças os acontecimentos correspondentes ao período em que

foi alfabetizada. Tal frustração surge em seu texto, ora por meio de um tom explicitamente confessional, como se observava, por exemplo, numa passagem de seu texto em que confessa ter ficado muito frustrada, ora mediante a simples negação dessa capacidade, como em outra passagem em que diz “*simplesmente não lembro de nada*”. No entanto, a atestação dessa suposta dificuldade em alçar suas *memórias* ao processo de escrita convive, a todo instante e paradoxalmente, com a emergência das próprias reminiscências negadas, o que, além de deixar marcados no gesto de esquecimento os próprios rastros de lembrança, parece confirmar as impressões de Baltasar Gracián y Morales, para quem todas as coisas de que

gostaríamos de esquecer são as de que melhor nos lembramos, [pois] a memória tem a incivilidade de não suprir essa necessidade, mas também a impertinência de, muitas vezes, aparecer a despropósito. (GRACIÁN, *apud* ROSSI, 2010, p. 187)

Nesse sentido, sua professora primária, inicialmente descrita a partir de traços elogiosos, tanto do ponto de vista físico (“*alta, morena, cheirosa, cabelos compridos...*”), quanto profissional (“*maravilhosa, seus materiais sempre muito organizados*”), não escapa dessa tensão entre memória e esquecimento, já que, após as descrições acima referidas, surge em seu texto um enunciado, a princípio, contraditório: “*a única lembrança que tenho dela, é recebendo uma bronca por estar conversando*”, que, todavia, em seu próprio gesto – atente-se, aqui, para o uso que a escrevente faz de um delimitador (‘*única*’), o qual, se não apaga por completo, ao menos realiza um procedimento de circunscrição bastante restritivo das lembranças –, torna-se por demais revelador de um movimento discursivo que, ao trazer à baila certa conduta pedagógica, também aponta para os vestígios de um tempo que as memórias, enquanto processo, e o texto memorialístico, enquanto produto, não conseguem apagar.

Em outra passagem, que antecipa o aparecimento do enunciado aqui analisado, a escrevente diz “*se recordar bem*

de sua cartilha”, a qual folheava de modo entusiasmado em seu tempo de aluna; entretanto, apenas as ilustrações é que logram ser alçadas ao espaço de memória de seu texto, como se, na captação dessas imagens, repousasse não uma sensação de alívio pelo fato de algo ter sido lembrado, mas sim o assombroso reconhecimento de uma falta, de uma imobilidade, nas quais a mudez e opacidade de uma imagem – aspecto marcado, temporalmente, no uso predominante de cartilhas – parecem descrever um espaço feito de uma significativa ausência, de cuja inscrição a palavra “lacuna” é tributária.

Em alguns casos, a instalação desses espaços de memória, marcada, *cronotopicamente*, na materialidade verbal de uma só palavra e/ou expressão, irrompe, no fio textual-discursivo das memórias, sob uma compacidade ainda mais tangível e observável, já que, ao contrário das superfícies em que a mobilidade é captada em sua movente fluidez ou por meio de uma aparente estaticidade, o espaço de memória pode ser apreendido nos próprios limites físicos estabelecidos por certos objetos alçados ao fluxo das memórias, bem como naqueles surgidos como os vestígios de marcas também imersas num fluxo histórico.

Tomo um exemplo para análise: “[...] mas bem lá no fundo do *baú de recordações*, encontrei *rastros* [...]” (grifos nossos).

Aqui, observa-se que a escrevente inicia seu texto chamando a atenção do leitor para a dificuldade que representa o processo de *‘escrever e recordar sobre uma época em que eu me preocupava mais em brincar’*, percepção na qual já se localiza um primeiro desnível, inscrito na forma como diferentes tempos – aos quais corresponderiam, respectivamente, os tempos de criança e o de professora – habitam, em instável confluência, a materialidade discursiva do texto. Não é por outra razão que, na esteira desse traço de instabilidade marcado no processo de escrita, as memórias possam apenas ser recupera-

das, em sua singular incompletude, a partir de elementos em cuja espacialidade⁴¹ se esconde uma dada história que só aos poucos poderá ser restituída.

Assim, a expressão “*baú de recordações*”, em sua saliência metafórica, aponta para um referente que, em sua plenitude de objeto, revela-se marcado por um traço restabelecedor de passado, cuja função precípua é guardar pedaços significativos de uma história que poderá, uma vez aberto o baú, resurgir juntamente com as memórias desses acontecimentos.

Os baús constituem-se, nesse sentido, como espaços restituidores de eventos passados, assumindo por vezes um caráter quase mítico em sua compleição objetual que traduz um processo de reificação às avessas, de vez que é possível reconhecer-se naquilo que o objeto guarda – as memórias –⁴², podendo tornar-se, ainda, o testemunho de uma geração e trazer à luz de seu fundo escuro, de objeto outrora fechado, incontáveis histórias – entretanto, não quaisquer histórias, já que, conforme argumenta Jean Davallon, “[...] para que haja memória, é preciso que o acontecimento ou o saber registrado saia da indi-

⁴¹ Tomo de empréstimo a noção a Manoel Luiz Gonçalves Corrêa, que propõe chamar de *espacialidade* a “relação com o espaço marcada pela íntima ligação entre tempo e espaço”. (CORRÊA, 2012, p. 104)

⁴² O que pretendo destacar ao evocar este termo (reificação) é que, num mundo onde quase todas as coisas são quantificadas a partir da relação “meio fim”, o exemplo do baú parece constituir, na verdade, um contraexemplo, na medida em que sua utilidade, como objeto, mas, sobretudo, como espaço de memória, limita-se a arquivar “coisas” aparentemente sem importância. Assim, como um dos traços da sociedade capitalista é a produção e o consumo em massa, não sobra tempo, nem que este fosse o desígnio, para que as pessoas se reconheçam nos objetos de consumo à sua volta. Mesmo a mais desprezível foto tirada por um viajante – e as atuais redes sociais só fazem confirmar tal impressão – exprime a fugacidade com que tudo é pautado pela necessidade voraz de transformar o que quer que seja em simples mercadoria. Como observa Fredric Jameson, “o turista americano não deixa mais a paisagem ‘estar em seu ser’ como Heidegger diria, mas tira uma foto dela, transformando assim graficamente o espaço em sua própria imagem material”. (JAMESON, 1994, p. 3)

ferença, que ele conserve uma força a fim de poder posteriormente fazer impressão” (1999, p. 25) –, capazes de resgatar os ruídos remotos de um tempo⁴³.

Trata-se, pois, de um espaço que carrega o tempo não apenas em suas enferrujadas dobradiças – limitação que tiraria da referida expressão seu necessário mergulho na linguagem –, mas, principalmente, em seus contornos de objeto discursivo, em cuja materialidade se pode apreender a espessura de um espaço de memória capaz de recuperar, ainda que sob fragmentos, os vestígios de uma história.

Ainda no tocante ao exemplo citado, há que se atentar, também, para a inscrição da palavra ‘*rastros*’, que, utilizada pela escrevente, aponta para indícios situados num espaço preciso – por exemplo, as pegadas que, deixadas no chão pela presa, servem de pista ao caçador –, mas que, quer em razão de sua recorrência, quer pelo aspecto material mais ou menos visível de seus traços, também permite a captação de um tempo que, nele, se imprime.

Por fim, esse tipo de funcionamento marca-se no modo como objetos escolares foram trazidos ao espaço textual-discursivo das memórias.

Veja um exemplo: “Na 1ª série lembro-me da escola sem muros, com carteiras de madeira [...] que sentávamos em duplas [...]”.

No exemplo, a escola é representada, inicialmente, a

⁴³ No que se refere a esta singularidade presente naquilo que se encerra nos limites de um baú, penso, por exemplo, na esfera literária – em que romances autobiográficos como o *Baú de Ossos*, do escritor Pedro Nava, reconstituem, a partir de um corte estético, um dado período histórico, livrando-o do esquecimento e atribuindo-lhe um caráter diferenciado –, mas, principalmente, nos diversos objetos familiares que, à guisa de baú ou à falta deste, também enfeixam inúmeros fatos representativos de momentos considerados como tendo sido os mais importantes da história de uma família.

partir de uma ausência espacial bastante significativa: a inexistência de muros. Linha divisória a separar dois mundos que, o mais das vezes, não dialogam, a zona fronteira estabelecida pelos muros representa uma descontinuidade entre as histórias que se vivem e se contam dentro e fora do espaço escolar. Não se trata, aqui, da mera descrição de um espaço, ou da constatação pura e simples de uma ausência, mas sim de uma *memória* que se imprime nessa referência espacial, pois que sua inscrição, sobretudo se considerarmos as condições em que o texto foi produzido, aciona um dizer segundo o qual as escolas precisariam aproximar-se da vida, da realidade circundante, derubando, desse modo, quaisquer fronteiras que a separariam da experiência vivenciada por seus alunos.

Nesse sentido, esse espaço trazido ao texto vem recoberto por uma história que, remontando ao passado, objetiva fincar suas raízes também no presente, já que o debate a respeito da extinção dos muros – os quais, originalmente separando as esferas da escola e da vida, viriam aproximar saberes supostamente desligados – surge no processo de escrita, como se percebe, como um espaço de memória altamente valorizado e perpassado por uma irrecusável legitimidade⁴⁴.

Esse movimento, a partir do qual uma *memória* se inscreve nas bordas do espaço evocado, pode ser novamente captado na referência que a escrevente faz às ‘*carteiras duplas*’, expressão na qual se vislumbram os vestígios de um tempo revelado em sua densidade textual-discursiva, na qual se marca

⁴⁴ Recentemente, o filme francês *Entre les Murs*, dirigido por Laurent Cantet (2008), explorou essa questão, ao mostrar a dissensão que, na maior parte das vezes, marca os (des)encontros entre alunos e professores. Aqui, a palavra ‘muro’, surgida em contornos principalmente metafóricos, não apenas evoca a separação entre diferentes realidades vividas dentro e fora do espaço escolar, como também remete à própria divisão perceptível no espaço *intramuros*, uma vez que são diversos os conflitos mostrados no filme, seja no que se refere a questões de ordem étnica, seja àquelas circunscritas ao domínio estritamente pedagógico.

o contraponto com uma história escolar feita, atualmente, de espaços de silenciamento e/ou de obediência a uma ordem pré-estabelecida, marcada pela escassez ou total ausência de diálogo, de que as atuais carteiras simples e enfileiradas constituem um exemplo.

Aqui, no entanto, o rompimento dessa ordem, materializada na conformação física do móvel escolar prenhe de memória, não se confirma, já que, como a própria escrevente nos mostrará adiante: “*não tínhamos oportunidade de compartilhar, a conversa e a interação eram muito pouco aturadas pela professora*”. Neste caso, o espaço de memória trazido pela escrevente remete-nos às relações dialógicas ainda travadas em nossas salas de aula, as quais dependeriam menos do formato do mobiliário destinado à acomodação (mas também a certa contenção) dos seus alunos, ou seja, da concretude física de seus espaços, do que do tipo de relação estabelecida entre professor e aluno.

Encontra-se, assim, no surgimento desse modo de ocupação de um espaço, a *memória* de uma relação que, no passado da escrevente, ao materializar a inexistência de formas mais dialógicas de convívio, torna-se bastante produtiva como tentativa de reatualização dessa mesma *memória* no presente, já que sua inscrição interfere, de modo significativo, na construção de uma imagem positiva de professora – portanto, de uma história – *preocupada* em proporcionar a seus alunos a instauração de um ambiente, no qual seja possível a estes o exercício de uma liberdade menos condicionada, posto que sob os auspícios de uma escola que, em geral, ainda mantém seus muros bem altos e não possui mais suas ‘*carteiras duplas*’.

A título de conclusão: trabalhar com gêneros do discurso é (im)possível?

No processo de escrita das memórias, são estabelecidas

relações entre tempo e espaço a partir do que chamei de *espaços de memória*, em cujo funcionamento inscrevem-se certos espaços que, convocados pelas escreventes, mostram-se na tessitura dos textos saturados de um tempo que lhes foi igualmente constitutivo.

Tal confluência, longe de instaurar um traço de imobilidade e de permanência, traz antes em seu entrelaçamento a marca de uma necessária fluidez, cujo trajeto, a partir da aparente fixidez de um espaço – o qual é percebido “não como um fundo imóvel e um dado acabado de uma vez por todas, mas como um todo em formação, como acontecimento” (BAKH-TIN, 2003, p. 225) –, permite a captação de um tempo prenhe de historicidade, o qual se instala como marca de instabilidade no processo de escrita do gênero.

Em última análise, essa relação entre espaço e tempo possibilita, ainda, considerar as memórias produzidas pelas professoras como constitutivas de um discurso acentuadamente heterogêneo, de vez que os textos materializam um movimento dialógico (BAKH-TIN, 2003) – e, nesse sentido, instável, visto que remete a outras vozes que atuam e se marcam na tessitura textual-discursiva – que, a um só tempo, projeta no processo de escrita diferentes espaços de memória, por meio dos quais as escreventes se posicionam de forma conflituosa entre dois tempos. Num deles, situado no passado, como um não-lugar, espaço de uma ausência, caracteriza-se o tempo da infância; noutro, ancorado no presente e marcado enunciativo-discursivamente no processo de escrita, emerge o tempo das escreventes como professoras, tempo este passível de reconstrução e de mudanças, sobretudo no que se refere à apropriação (ou não) de novas práticas pedagógicas⁴⁵.

⁴⁵ Faço referência, aqui, a fato de que, quando da escrita dos textos, ter havido um debate intenso a respeito dos métodos de alfabetização mais apropriados ao ensino. Do meu ponto de vista, esse elemento de ordem histórica marcou-se discursivamente no processo de escrita das memórias.

Feito esse percurso, resta finalizar com uma tentativa de resposta à pergunta – não necessariamente retórica – dada como parte do título desta seção.

Primeiramente, se, por um lado, os gêneros discursivos são *tipos relativamente estáveis* de enunciado – expressão que ainda parece atrair o olhar incauto para a dimensão mais fixa e menos propensa a oscilações do referido sintagma –, por outro, as etapas que subsumem seu processo de apropriação são marcadas por uma constitutiva e inescapável instabilidade, aspecto que, em última instância, contribui para que os gêneros discursivos continuamente se mostrem suscetíveis a mudanças e transformações, de cuja consideração toda e qualquer ação de ordem didática não se pode eximir.

Dito isso, caso o professor de língua materna opte por ensinar gêneros do discurso a seus alunos – em cuja oração condicional marco uma postura crítica em relação à normatividade que esse modelo didático materializou, sobretudo desde a publicação dos *Parâmetros Curriculares Nacionais* (PCN) – sua tarefa indispensável será, mais do que a atenção orientada para as marcas de continuidade dos gêneros (que também existem), o direcionamento do olhar sobretudo aos deslizos, às faltas e às ausências que caracterizam a verdadeira matéria desses enunciados, postura que, no limite, pressupõe uma marca de instabilidade presente no próprio processo de ensino, uma vez que nenhuma ação didática ocorre (ou deveria ocorrer) sem a consideração, por parte do professor, de uma natural defasagem entre as expectativas assumidas em relação ao ensino de determinado objeto de estudo e suas, por vezes, diferentes – e, por assim dizer, conflitantes – formas de recepção. Neste caso, para além de traços perceptíveis no processo de escrita de um dado gênero, o instável se marcaria como o resultado da confluência de diferentes quadros de leitura (provenientes dos diferentes espaços enunciativos ocupados pelo professor e pelo aluno) que se sobrepõem, de diferentes histórias que se cru-

zam, nem sempre de modo pacífico, no universo escolar.

No que se refere especificamente às marcas enunciativo-discursivas instaladas no processo de escrita dos gêneros do discurso, e que se configuram como um perene traço de descontinuidade nesse/desse mesmo processo, caberá ao professor captar a presença constitutiva desses traços de instabilidade desde sempre marcados nos enunciados genéricos, os quais unem história da linguagem e história da sociedade, visto que, como nos lembra Mikhail Mikhailovich Bakhtin, “nenhum fenômeno novo pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilo”. (BAKHTIN, 2003, p. 268)

Em outras palavras, e já acenando *bakhtinianamente* para um final que jamais esconde a necessária contrapartida de todo recomeço, há que se destacar que qualquer consideração a respeito dos gêneros do discurso só poderá ser válida se forem igualmente considerados os elementos de tensão e dinamicidade que, constitutivos e incontornáveis, contribuem para dotá-los de forma e sentido, até certo limite contínuos, mas que, principalmente, ocasionam rupturas em sua estabilidade sempre fluida e cambiante. Essas rupturas – tendo em vista as fronteiras tênues que “separam” um gênero (embora também o aproximem) de outros gêneros – é que, ao desfazerem as veleidades de uma fixação estável, ainda que relativa, sempre abrem espaços de instabilidade no processo constitutivo dos gêneros discursivos.

O DISCURSO RELIGIOSO EM *DOM CASMURRO*

Celso Kallarrari

*O outro diluído no discurso e no texto do um;
O outro imitado, captado, subvertido como estratégia do um.*

Introdução

Neste trabalho, pretendemos demonstrar – a partir dos conceitos de dialogismo (BAKHTIN, 2004, 2010, 2011) e Intertexto e Intertextualidade (KRISTEVA, 1974) e de discurso religioso (ORLANDI, 1999) – que, há, no romance de *Dom Casmurro*, a presença do discurso religioso. Os enunciados bíblicos incorporam-se, entrecruzam-se e são retomados, às vezes implícita, outras explícitas, aos enunciados do personagem-narrador. Para tanto, nós nos respaldaremos na teoria bakhtiniana, cuja concepção de literatura apropria-se de discursos anteriores como um mecanismo dinâmico, sob o qual, nenhum vocábulo pode ser compreendido em si mesmo, porque, num dado texto, os termos agem em conjunto e possibilitam múltiplas situações, pois eles são plurais, uma vez que estão inseridos em diferentes contextos linguísticos, históricos e culturais.

Nesse sentido, no romance, segundo Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010), o discurso do autor adquire um caráter principal, porquanto é visto como formador de consciência, determinando seu lugar social e ideológico, e, até mesmo, contrapondo e desconstruindo enunciados outros, numa perspectiva carnavalesca, cujo diálogo se estabelece pela "destruição", "reconstrução" e "renovação". A nosso ver, o personagem-narrador de *Dom Casmurro* utiliza-se de um diálogo convincente e autoritário com o leitor, cujos esquemas narrativos se apropriam do discurso religioso, no firme propósito de persuadir o leitor, trapaceá-lo, convencê-lo, fazê-lo crer que, de fato,

houve a suposta traição de Capitu.

A seguir, buscaremos, a partir de uma leitura sistemática da obra literária em questão, apresentar o intertexto bíblico como recurso estilístico, ao qual o autor recorre, apropriando-se da autoridade que o discurso religioso dispõe. Desse modo, entendemos que, conforme nos orienta Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010), o romance moderno é dialógico e nenhum discurso é homogêneo, mas heterogêneo, polifônico, dialógico e intertextual, costurado por diversos outros textos e atravessado por outros discursos, outras vozes discursivas da linguagem humana.

A linguagem humana

No livro *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, datado de 1929, cuja autoria remete-se a Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2004), percebemos, *a priori*, que a linguagem humana é nosso principal instrumento de comunicação, porque ela busca atender às reais necessidades do progresso material e intelectual, de modo que a língua se modifica no tempo, no espaço geográfico e entre as classes sociais.

Na definição de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, a língua (*langue*) é, como para Ferdinand de Saussure, um fato social, cuja existência se funda nas necessidades da comunicação. Mas, ao contrário da linguística unificante de Ferdinand de Saussure e de seus herdeiros, que faz da língua um objeto abstrato ideal, que se consagra a ela como sistema sincrônico homogêneo e rejeita suas manifestações (a fala) individuais, Mikhail Mikhailovich Bakhtin valoriza justamente a fala (*parole*), a enunciação, e afirma sua natureza social, não individual: a fala está indissolúvelmente ligada às condições da comunicação, que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais (2004, p. 14).

De fato, *Marxismo e Filosofia da Linguagem* é um livro

sobre as "relações entre linguagem e sociedade", a partir da reflexão sobre o signo, portador e resultado das estruturas sociais. Nesse sentido, a língua funciona como um *material ideológico*, porque, conforme estes autores, "A palavra, como fenômeno ideológico por excelência, está em evolução constante, reflete fielmente todas as mudanças e alterações sociais" (BAKHTIN, 2004, p. 194). Na perspectiva da prosa literária, objeto de nosso estudo, há, sobretudo, na voz do narrador e das personagens, enunciados que evocam um discurso ideológico, entrecruzado, na maioria das vezes, pela presença de outros discursos (que dialogam entre si), que o autor recorre sempre possibilitando o aparecimento de elementos de uma obra em outra.

A ideologia⁴⁶ é uma visão de mundo, isto é, um posicionamento, um conjunto de ideias de uma determinada classe social sobre a nossa realidade e como ela é explicitada. Para Mikhail Mikhailovich Bakhtin, "todo signo é ideológico, a ideologia é um reflexo das estruturas sociais; assim toda modificação da ideologia encadeia uma modificação da língua (2004, p. 15). Este autor busca apresentar a necessidade de uma abordagem marxista da filosofia da linguagem, a partir do desenvolvimento de um método sociológico em linguística, cuja dinâmica visa a interação entre linguagem e sociedade, na perspectiva do signo da dialética do signo, enquanto efeito das estruturas sociais.

A ideologia é algo imanente à realidade e, portanto, indissociável da linguagem, responsável por sua expressão. Não existem representações ideológicas fora da materialização na linguagem e expressas por palavras, que, segundo Mikhail

⁴⁶ O Círculo de Bakhtin usou dos termos ideologia, ideologias, ideológico para designar o universo dos produtos humanos, quais sejam, a arte, a ciência, a filosofia, a religião, a ética, a política, ou seja, todas as manifestações superestruturais, pois elas estão estreitamente ligadas aos problemas da filosofia da linguagem, conforme a teoria marxista. (FIORIN, 2009, p. 46-47)

Mikhailovich Bakhtin, são "o signo ideológico por excelência". Ao falar de ideologia, Mikhail Mikhailovich Bakhtin não se refere apenas aos sistemas ideológicos constituídos, mas também à ideologia do cotidiano, que se expressa no dia a dia, verdadeiro espaço de renovação das ideologias. Por outro lado, a palavra não se limita a ser reflexo da realidade, mas ela se constitui a si mesma parte dessa realidade, uma vez que "toda refração ideológica do ser em processo de formação, seja qual for a natureza de seu material significante, é acompanhada de uma refração ideológica verbal" (BAKHTIN, 2004, p. 38). Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, a palavra – sendo produto da interação social— torna-se o signo ideológico por excelência e caracteriza-se pela plurissignificação.

As palavras estão sempre impregnadas de um conteúdo ou de um sentido vivencial. Elas, segundo Mikhail Mikhailovich Bakhtin, são "verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc." (2004, p. 95). Estes conceitos mudam com o tempo, e as palavras se revestem de um *status* bastante elevado, cujo valor exemplar e representatividade como fenômeno ideológico se somam à "excepcional nitidez de sua estrutura semiótica" e "já deveriam nos fornecer razões suficientes para colocarmos a palavra em primeiro plano no estudo das ideologias" (BAKHTIN, 2004, p. 36). Desse modo, para Mikhail Mikhailovich Bakhtin, a palavra do sujeito falante projeta-se para um destinatário, sendo ele produto de um sujeito falante e receptor.

O discurso literário é, pois, o espaço propício para o exercício do dialogismo, ou seja, espaço onde é possível, no ato da escritura, apoderar-se de textos anteriores, absorvê-los, desconstruí-los ou reconstruí-los, subvertê-los, estabelecendo uma relação dialética entre vozes. Esse procedimento, comum à produção artística, revela, por sua vez, que a literatura romanesca funciona como um apontamento crítico da realidade, da mentalidade vigente e dos sistemas opressores.

A linguagem literária

Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2004) aponta três (03) caminhos de estudos para a evolução dialética da palavra, quais são: a *evolução semântica*, a *história do conhecimento* e, por fim, a *história da literatura*. Interessa-nos, aqui, de modo particular, este último caminho, principalmente porque este se refere ao meio onde é possível a reflexão da evolução social da palavra na própria palavra.

Em especial, no romance, exige-se a "necessidade de um conhecimento profundo e sutil da linguagem literária". Entretanto, torna-se necessário também "o conhecimento das linguagens do plurilinguismo", uma vez que o sujeito que fala no romance é um *homem essencialmente social*. Ele, conforme salienta Mikhail Mikhailovich Bakhtin, é um ideólogo e sua linguagem "representa sempre um ponto de vista particular sobre o mundo, que aspira a uma significação social". (BAKHTIN, 2010, p. 135)

Desse modo, a ação do homem no romance está sempre iluminada ideologicamente, está sempre associada ao discurso (ainda que virtual), a um motivo ideológico e ocupa uma posição ideológica definida (BAKHTIN, 2010, p. 136). Por isso, são reafirmados valores hegemônicos, justificando, na maioria das vezes, a opressão da metrópole sobre a colônia, ou o discurso autoritário e predominante do pensamento religioso e preconceituoso de uma dada época. No caso específico do romance *Dom Casmurro*, objeto de nossa análise, torna-se evidente a temática do ciúme, o sacramento do casamento, a postura e a figura feminina da esposa e temática do sacerdote/vocação.

O discurso reside no interstício entre a língua e a fala, estabelecendo a articulação dos processos ideológicos e dos fenômenos linguísticos. Nesse caso, todo e qualquer discurso é

marcado pela intencionalidade e, por isso, isento de neutralidade. É importante lembrar que o discurso é construído por enunciados dependentes uns dos outros. Cada enunciado está repleto de nuances de outros enunciados, relacionando-se entre si no processo de comunicação verbal. Conseqüentemente, esta compreensão ampliou as discussões e perspectivas literárias para o discurso. Este agora é compreendido – pela proposta de Mikhail Mikhailovich Bakhtin – como prosaico, cuja expressão mais profunda podemos encontrar no romance.

É, particularmente, segundo Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010), no romance – contrário ao pensamento estilístico tradicional – que podemos discutir as diferentes formas e graus da orientação dialógica do discurso e as possibilidades particulares de prosa literária que a ele estão vinculadas. Todo discurso não se contrapõe ao seu referente, porque existe um espaço entre o discurso e o objeto preenchido pelo discurso de outrem. De fato, "O discurso citado é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação". (BAKHTIN, 2004, p. 144)

Nesse sentido, ao voltar-se ao seu objeto, o discurso penetra, dialogicamente, outros discursos, numa tessitura contínua de inclusão e exclusão. O discurso é formado por essas relações dialógicas. Estas, por sua vez, marcam os estratos semânticos e influenciam o aspecto estilístico e a complexidade expressiva dos enunciados. O enunciado – dependente do momento histórico e social – proporciona o surgimento de um enunciado significativo que revela abundantes fios dialógicos, construídos, na dinâmica do diálogo social, pela consciência ideológica de um determinado objeto de enunciação.

Diferentemente do discurso prosaico, o discurso poético evidencia-se pelo seu potencial inesgotável e pela multiformidade contraditória do objeto, porque a palavra apaga o processo de concepção verbal e contraditório do seu referente. Com

efeito, para Mikhail Mikhailovich Bakhtin, o estilo poético é algo fechado, acabado, monológico. Na epopeia, por exemplo, cujo enfoque o herói é um simulacro das virtudes da sua coletividade, "o indivíduo é, aqui, visto representar esse gênero a luta de uma comunidade unida contra a ameaça de um inimigo externo" (LOPES, 2003, p. 66). Por outro lado,

Não que o herói romanesco, à semelhança do épico, deixe de representar (e até mesmo de se identificar com) a sua coletividade; *na forma romance, porém, o herói se identifica com uma das classes, em luta contra todas as demais classes da sua sociedade*. Sob essa ótica, o romance inaugura as representações da vida provada, particular, do indivíduo, dele fazendo o verdadeiro assunto da narrativa longa de ficção (LOPES, 2003, p. 66, grifo nosso)

No romance, portanto, não há limitação ou esgotamento do próprio objeto, como acontece no discurso poético, mas há um processo de múltiplos caminhos, linguagens e vozes sociais, determinando uma relação dialética com o diálogo social. Este é marcado, essencialmente, pelo dialogismo (polifonia e plurilinguismo), pelo intertexto e pelo discurso de outrem.

O discurso na prosa literária

O discurso na prosa literária, em particular, no romance, projeta-se para o discurso-resposta, cujo dialogismo encontra-se interiormente na própria concepção de objeto do discurso. De acordo com Mikhail Mikhailovich Bakhtin,

A dialogicidade interna do discurso romanesco exige a revelação do contexto social concreto, o qual determina toda a sua estrutura estilística, sua "forma" e seu "conteúdo", sendo que os determina não a partir de fora, mas de dentro; pois o diálogo social ressoa no seu próprio discurso, em todos os seus elementos, sejam eles de "conteúdo" ou de "forma". (BAKHTIN, 2010, p. 106)

Mikhail Mikhailovich Bakhtin, no ensaio *O Discurso no Romance* (2010, p. 71-210), apresenta algumas formas da plurivocalidade no romance humorístico inglês: a paródia, a nar-

ração, os discursos do herói e os gêneros intercalados. Esta linguagem se estabelece num permanente movimento entre autor (narrador) e sua linguagem, o que impede o monologismo e conduz ao plurilinguismo. O plurilinguismo é compreendido como responsável pela introdução do discurso do outro na linguagem do outro. Ele serve a dois locutores e exprime duas intenções: uma direta, da personagem que fala e a outra, indireta, refratada, do autor.

No romance, a linguagem é estratificada, subdividida em diversas linguagens, cujos locutores apresentam seu discurso ideológico e sua linguagem própria. A ficção romanesca baseia-se, pois, na representação artística do discurso do locutor pelo discurso do autor, de modo que o locutor, no romance, é caracterizado pela sua individualidade social, tornando seu discurso uma linguagem social que propicia o plurilinguismo. O locutor é um ideológico, porque suas palavras são ideologemas, isto é, representam uma visão de mundo.

Em *O Discurso no Romance*, Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010) relaciona personagem a contexto social, locutor à situação ideológica e o herói a um mundo ideológico próprio. Estes, por sua vez, fazem parte da situação de dialogicidade. Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010) salienta que o gênero romanesco apresenta um problema central, qual seja, "a representação do discurso do outro", marcada pelos problemas particulares, bilingues, a exemplo da estilização, ironia, paródia, alegoria, discurso direto e indireto.

Há, em *Dom Casmurro*, palavras e expressões do discurso de outrem⁴⁷ no discurso indireto do narrador-personagem de Dom Casmurro. No romance tradicional, essa forma de anúncio provoca certo "estranhamento" aos formalistas.

⁴⁷ O discurso do outrem é "o discurso citado, o discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação". (BAKHTIN, 2004, p. 144)

Na construção do romance, utiliza-se diferentes falas e diferentes linguagens tanto do universo literário, quanto extraliterário. Nele, o discurso se realiza, a partir de uma relação dialógica com seu objeto, pois, ao penetrar o universo do "já dito" ou do "discurso de outrem". Ao introduzir em sua enunciação outra enunciação, o narrador "elabora regras sintáticas, estilísticas e composicionais", a fim de associá-la à sua construção composicional (BAKHTIN, 2004, p. 145). No contexto moderno, entretanto, o discurso de outrem, geralmente, é percebido quando postos entre aspas ou em itálico, dependendo das necessidades que convêm ao autor. O discurso de outrem ora pode adquirir certo "revelo" e se destacar claramente, ora, a depender do autor, restringe-se à ironia do autor. Vejamos, pois, no excerto abaixo, no discurso indireto. Bentinho empresta as palavras elogiosas de José Dias, dando-lhes um tom irônico, quando insinua a "ambiguidade" de Capitu: "Tinham-me lembrado a definição que José Dias dera deles, 'olhos de cigana oblíqua e dissimulada'" (ASSIS, 2003, p. 32); "Capitu olhou para mim, mas de um modo que me fez lembrar a definição de José Dias, oblíquo e dissimulado; levantou o olhar, sem levantar os olhos" (ASSIS, 2003, p. 45). E ainda, retomando a expressão "à bela e virtuosa" de José Dias:

Apalpei José Dias sobre as maneiras novas de minha mãe; ficou espantado. Não havia nada, nem podia haver coisa nenhuma, tantos eram os louvores incessantes que ele ouvia "à *bela e virtuosa Capitu*". (ASSIS, 2003, p. 106, grifo nosso)

É comum que muitos estudiosos se debrucem no discurso persuasivo de Dom Casmurro, a partir da intertextualidade, quando o autor utiliza ferramentas da ironia e intertextualidade desde Schopenhauer a Shakespeare. Entretanto, nossa análise, busca a ironia e intertextualidade de textos bíblicos e do pensamento cristão, eclesial e popular, da época. Com efeito, verificamos a ocorrência da fala monológica do outro, e a fala interiormente persuasiva, dialógica, mas, ao mesmo tempo, autoritária do personagem-narrador. Os conflitos e as relações dia-

lógicas que se estabelecem determinam a história da consciência individual de Bentinho. A fala autoritária do discurso religioso, presente no discurso de *Dom Casmurro*, está relacionada ao passado hierárquico e se apresenta a partir de diferentes formas: dogmas científicos, dogmas religiosos, citações bíblicas, regras e normas institucionais, valores e conceitos familiares etc.

Para Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010), o diálogo, no romance, é uma forma composicional, e, por isso, não se esgota nos diálogos pragmáticos e temáticos. Para Mikhail Mikhailovich Bakhtin, o prosador representa o mundo por meio da palavra daquele que não compreende o que diz o narrador. Isso faz que a prosa romanesca seja essa mistura de compreensão e incompreensão, fazendo com que o leitor se envolva com o texto.

Na teoria bakhtiniana, o romance – apesar de ser evidenciado como gênero de modo unitário, assume um caráter polifônico, isto é, ele é plurilinguístico e plurivocal. Em outras palavras, ele é a diversidade social da linguagem, de línguas e vozes individuais organizadas dentro da estrutura literária. Dessa forma, o diálogo⁴⁸ ou a intertextualidade⁴⁹ possibilitam-nos conceber todo texto artístico em pleno cruzamento com outros textos e seus receptores. Na construção do eu pelo reconhecimento do tu, percebe-se que o romance tem um papel importante, porque é o reflexo das relações dialéticas na sociedade, além de ser capaz de representar (não tão somente) a

⁴⁸ O diálogo constitutivo do discurso remete a formações ideológicas que, como crenças e aspirações ditadas pela sociedade, produzem o *outro* que atravessa o *um*. Esse *outro*, presença inevitável na constituição do *um*, orienta a construção que o sujeito faz do mundo. Por isso, a percepção de mundo de cada sujeito, discursivizada nos textos, parece individual, mas é social. (DISCINI, 2012, p. 157)

⁴⁹ Intertextualidade é a imitação de um texto por outro, de modo a resultar, no texto que imita, um efeito de bivocalidade: a voz do imitado e a voz do que imita estão presentes e diluídas uma na outra. (DISCINI, 2012, p. 166)

norma vigente, mas também o plurilinguismo presente nas falas individuais das personagens, a exemplo dos superlativos no discurso direto, marca identificadora da fala do agregado José Dias:

Abrimos a janela. Realmente, estava um céu azul e claro. José Dias soergueu-se e olhou para fora; após alguns instantes, deixou cair a cabeça, murmurando: *Lindíssimo!* Foi a última palavra que proferiu neste mundo. Pobre José Dias! (ASSIS, 2003, p. 124, grifo nosso)

De fato, em *Dom Casmurro*, o diálogo é característico por ser intencional, consciente, organizado. O romance promove a desconstrução de um sistema acabado, único, e que se julga verdadeiro e monológico. A narrativa recria as condições sociais do período em que acontece a história, revelando o entrecruzamento das diversas situações linguísticas, diferentes concepções de mundo, e possibilita as relações dialógicas entre o autor, a obra e o leitor.

Como podemos ver, a participação de narrador em *Dom Casmurro* se dá, a partir da relação dialógica entre texto artístico e leitor. Bento Santiago, personagem-narrador, apesar de sua linguagem persuasiva é dialógica, se posiciona frente às personagens e acontecimentos, determinando-se como o condutor da narrativa.

Dessa forma,

O narrador é integrante do universo textual, e sua linguagem – representação do diálogo social – decorre da manifestação de diferentes visões de mundo. A existência do outro, até mesmo do "outro eu" implícito num discurso interior, é evidenciada pela enunciação do narrador. Consequentemente, o diálogo, na perspectiva bakhtiana, torna-se realidade inegável da linguagem. (AMARAL, 2000, p. 27)

Segundo Maria de Fátima Carvalho do Amaral (2000), Mikhail Mikhailovich Bakhtin considera três aspectos fundamentais na polifonia narrativa, quais sejam: a observação da personagem, a ideia e particularidades do gênero e da temática

composicional. Esta autora ressalta que,

Em relação à personagem, a polifonia levaria a percebê-la como sujeito que possui divisão interior, não revelando uma visão redutora de mundo, nem sendo porta-voz do autor. O narrador, no fluxo narrativo, não a transforma em objeto de seu domínio, numa única direção; ao contrário, respeita a sua autonomia de sujeito; logo, a compreensão da personagem só é possível através de uma relação dialógica, na qual ela tem voz própria. [...] Nesse caso, a relação dialógica ocorre em nível de consciência, quando um “eu” envia enunciados a outro “eu”, num esforço de autoconhecimento, que só se dá em relação de alteridade (AMARAL, 2000, p. 28)

Entre as seis funções da linguagem apresentadas por Jakobson (1975), destacamos, como um dos recursos da prosa literária, pois, a função fática, característica do discurso religioso, cujo exemplo típico são as frases-feitas na abertura de diálogos. Esta, por sua vez, tem a finalidade de estabelecer a solidariedade comunicativa entre os interlocutores do diálogo. A função fática dá ênfase ao contato, com o propósito de estabelecer e manter a comunicação entre o emissor (narrador) e o interlocutor (leitor).

Leitor, foi um relâmpago. Tão depressa alumiu a noite, como se esvaiu e a escuridão fez-se mais cerrada, pelo efeito do remorso que me ficou. Não, *senhor meu amigo*; algum dia, sim, é possível que componha um abreviado do que ali vi e vivi, das pessoas que tratei, dos costumes, de todo o resto. (ASSIS, 2003, p. 52, grifos nossos)

Além dessa função é importante também pontuar a função conativa que, na literatura, o locutor busca convencer, por meios persuasivos, o interlocutor. Estes, conforme afirma Mikhail Mikhailovich Bakhtin, por meio da persuasão e interpretação, participam da construção dialógica do sentido. A relação dialógica⁵⁰ entre o eu e o tu é compreendida tanto como a

⁵⁰ Bakhtin concebe dialogismo como o espaço interacional entre o eu e o tu ou entre o eu e o outro, no texto. Por isso, para Bakhtin, nenhuma palavra é de propriedade individual, mas ela carrega sempre a perspectiva da voz do outro.

interação verbal entre sujeitos, quanto como as relações de persuasão e de interpretação que se estabelecem no texto. Vejamos dois exemplos abaixo, cuja forma verbal imperativa no romance *Dom Casmurro* é bastante frequente:

Abane a cabeça leitor, *faça* todos os gestos de incredulidade. *Chegue* a deitar fora este livro, se o tédio já o não obrigou a isso antes, tudo e possível. Mas se não o fez antes e só agora, fio que torne a pegar do livro e que o *abra* na mesma página, sem crer por isso na veracidade do autor. (ASSIS, 2003, p. 46, grifos nossos)

Imagina um relógio que só tivesse pêndulo, sem mostrador, de maneira que não se vissem as horas escritas. (ASSIS, 2003, p. 94, grifo nosso)

Em consonância com Roman Jakobson, Evanildo Cavalcante Bechara (2001, p. 28-31) fala da alteridade, uma das dimensões da linguagem. A alteridade tem a ver com o outro (*alter*), com o próximo, dando à linguagem uma característica social, ou melhor, de senso de solidariedade,

Porque o significar é originariamente e sempre um "ser com outros", própria da natureza político-social do homem, de indivíduos que são homens juntos a outros e, por exemplo, como falantes e ouvintes, são sempre cofalantes e coouvintes. (BECHARA, 2001, p. 29)

Desse modo, a obra literária, segundo Mikhail Mikhailovich Bakhtin, vai se organizar mediante a dimensão de "alteridade", ou seja, mediante a relação entre um eu e um outro, principalmente porque para este autor, a existência se realiza nas fronteiras entre a experiência individual e a experiência do outro. Por essa razão, a linguagem literária é entendida como um fenômeno ideológico por excelência, constituindo-se em um campo de batalha social capaz de registrar todas as fases transitórias do processo social. No romance, o personagem se projeta num evento social, lugar de permanente interação verbal.

No âmbito filosófico da linguagem, o discurso do autor adquire um caráter principal e o narrador está a ele subordinado.

do, porquanto é visto como formador de consciência, determinando seu lugar social e ideológico, muitas vezes contrapondo ou desconstruindo enunciados de caráter elitista e redutor da arte literária, numa perspectiva carnavalesca, em que o diálogo se estabelece pela "destruição" e "renovação", capaz de vislumbrar a multiplicidade de vozes e estilos presente na sociedade.

A narrativa dialógica apresenta diversas ideologias, possibilitando a intertextualidade, porque a enunciação do narrador, no pensamento bakhtiniano, faz parte de uma outra enunciação. Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010) refuta, pois, o discurso monológico em relação ao objeto, uma vez que valida o discurso do outro, estabelecendo, assim, o diálogo (visto como compreensão) entre o eu e o outro, ratificando a origem reflexiva e crítica do romance.

No romance *Dom Casmurro*, cuja escrita reflete a sociedade do Rio de Janeiro, no segundo Império do século XVII, os temas sacerdócio, matrimônio, vocação e traição, tanto entre os membros da família, quanto entre a sociedade de maneira geral, sustenta o tempo da infância, do despertar vocacional, da autoridade hierárquica familiar e eclesial, porque este se apresenta como reproduzidor das relações sociais, as quais deveriam se apresentar como harmoniosa.

Dessa forma, de acordo com Mikhail Mikhailovich Bakhtin, a ação do homem, o romance, "é sempre iluminada ideologicamente, é sempre associada ao discurso (ainda que virtual), a um motivo ideológico e ocupa uma posição ideológica definida" (2010, p. 136). Em outros termos,

(...) qualquer palavra (qualquer enunciado concreto) encontra o objeto a que ele se refere já recoberto de qualificações, envolto por uma atmosfera social de discursos, por uma espécie de outra-heroglóssica (i. e., por uma densa e tensa camada de discursos). (FARACO, 2009, p. 49)

Mikhail Mikhailovich Bakhtin, desde os anos 1920, mostrou, através de seus escritos, que a reflexão sobre a litera-

tura estava de fato esquartejada entre o formalismo da escola russa e o sociologismo do marxismo vulgar ou da história literária. Mikhail Mikhailovich Bakhtin pretendia ultrapassar a oposição entre o que ele chamava de "formalismo estreito" e de "ideologismo". O último seria obra dos "pseudossociólogos, prontos a projetarem qualquer elemento estrutural da obra literária – por exemplo, a personagem ou a intriga – diretamente na vida real". (MAINGUENEAU, 2001, p. 16)

O efeito dessas problemáticas é integrar a obra literária num dispositivo de comunicação organizado a partir da posição de leitura. Elas recusam considerar a obra como um universo fechado, expressão de uma consciência criadora solitária: o leitor está presente desde a constituição de uma obra que, ela própria, só tem acesso à sua condição através da profusão de contextos que lhe proporcionam sentido.

Nesse sentido, podemos evocar a importância da reflexão sobre a intertextualidade que repercute o "dialogismo"⁵¹ de Mikhail Mikhailovich Bakhtin. Colocando-se a primazia do interdiscurso sobre o discurso, considerando as obras como o produto de um trabalho sobre o intertexto. (MAINGUENEAU, 2001, p. 21)

A intertextualidade

Podemos, a princípio, definir intertextualidade como a citação de um texto por outro. Segundo a francesa Julia Kristeva (*apud* KOCH, 1997, p. 48), quem desenvolve, na França o conceito de intertextualidade, todo texto é um mosaico de citações, todo texto é uma retomada de outros textos. Estes tex-

⁵¹ De acordo com Mikhail Mikhailovich Bakhtin, o objeto efetivo do dialogismo são as relações dialógicas que, num determinado contexto, não apontam apenas na direção das consonâncias, mas também das multissonâncias e dissonâncias. (FARACO, 2009, p. 62-68)

tos, ou seja, enunciados e citações, podem ser apresentados de forma implícita, quando o leitor lê o texto e se lembra do outro texto, porque as personagens, o enredo e, às vezes, até a linguagem, são parecidos. Ou explícita, quando o leitor lê o texto e imediatamente o identifica. Nesse caso, ele se apresenta como um recorte autêntico, marcado por aspas, negrito ou itálico de texto anterior.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin é quem primeiro estuda a intertextualidade, enquanto conceito operacional de teoria e crítica literária. Este termo, no entanto, foi cunhado por Júlia Kristeva (1974) ao traduzir o dialogismo de Mikhail Mikhailovich Bakhtin por intertextualidade. Ele caracteriza o romance moderno como dialógico, ou seja, como um tipo de texto em que as diversas vozes da sociedade estão presentes e se entrecruzam, relativizando o poder de um discurso monológico, construído por uma única voz condutora. Para este autor, o fenômeno do dialogismo no contexto literário, terá como base a intertextualidade na própria concepção da linguagem que ele constrói. Em contrapartida à tradição dos estudos linguísticos, cujos espaços linguísticos se apresentam como objetivista e subjetivista, o pensador russo propõe, a intersubjetividade. Esta concepção não permite apresentar a língua como uma propriedade de algum indivíduo em particular, nem muito menos como objeto independente da existência dos indivíduos, mas como processo social, porque, na manifestação da linguagem, ou seja, no espaço dos intercâmbios, dos conflitos, das vozes de uma dada sociedade que se propagam e se influenciam mutuamente, ele apresenta-se como relacional, interacional.

A intertextualidade abrange os tipos de relações que uma formação discursiva mantém com outras formações discursivas. Pode ser interna quando um discurso se define por sua relação com outros discursos do mesmo campo (por exemplo, os diferentes discursos do campo religioso), ou externa, quando um discurso se define por sua relação com discurs-

so(s) de campos diferentes (por exemplo, um discurso religioso citando elementos do discurso naturalista).

Para Dominique Maingueneau (*apud* BRANDÃO, 1986, p. 73), na relação do discurso com seu Outro, devem-se distinguir, portanto, duas noções básicas, quais sejam: a) a noção de *intertexto* de um discurso compreendido como o conjunto dos fragmentos que ele cita efetivamente e b) a noção de *intertextualidade* que abrangeria os tipos de relações intertextuais definidas como legítimas que uma formação discursiva mantém com outras.

Ainda, segundo Dominique Maingueneau (*apud* BRANDÃO, 1986), é possível distinguir dois níveis de intertextualidade. A intertextualidade interna e a intertextualidade externa. A primeira apresenta-se quando um discurso se define por sua relação com discursos do mesmo campo podendo divergir ou apresentar enunciados, semanticamente, vizinhos aos que autoriza sua formação discursiva. A segunda apresenta-se quando o discurso define uma certa relação com outros campos, conforme os enunciados destes sejam citáveis ou não. Com efeito, podemos perceber que não há discurso isolado, porque o universo discursivo é dinâmico e produz uma intensa circulação, onde o intercâmbio é possível e diversificadas, a depender dos discursos e das circunstâncias estabelecidas.

Nesse sentido, o texto só existe quando concebido na dualidade que o define – objeto de significação e objeto de comunicação – e, dessa forma, o estudo do texto com vistas à construção de seu ou de seus sentidos só pode ser entrevisto como exame tanto dos mecanismos internos quanto dos fatores contextuais ou sócio-históricos de fabricação de sentido. (BARROS, 2003, p. 7-8)

Essa eficácia discursiva permite que, na produção literária, haja a intercambialidade de campos, onde é possível remeter-se a outros discursos já elaborados, buscando criar um efeito de evidência que suscita a adesão de seu alocutário.

Na produção literária

A literatura está inserida no jogo sociocultural e, por isso, abrange um campo de relações entre textos que assumem características específicas. Nesse processo, o código verbal assume novas formas e significações, impedindo o esgotamento de um texto em si mesmo. A seu tempo, percebemos que o formalismo, segundo Mikhail Mikhailovich Bakhtin, "trouxe à luz os problemas essenciais da ciência literária e isso de um modo tão agudo que já não se pode mais doravante contorná-los ou ignorá-los" (LOPES, 2003, p. 69). Entretanto, enquanto os formalistas assumiam um papel de "especificadores da literariedade" do texto artístico, Mikhail Mikhailovich Bakhtin critica o seu método, utilizando para tanto o critério marxista – que é, no fundo, um truísmo – de considerar a literatura como necessariamente sociológica, por ser ela necessariamente social" (LOPES, 2003, p. 67). Além de ir contra os teóricos formalistas, Mikhail Mikhailovich Bakhtin reprova a ideia de um sociologismo à força, defendido pelos teóricos marxistas, que tentam

efetuar a análise da natureza social da arte em termos de seu conteúdo e de sua ideologia, tomando-o como um reflexo direto da vida social e dos microuniversos de valores, numa aplicação mecânica e sem mediações das bases do magistérios político de Marx e de Lenin, com a resultante de um inevitável desconhecimento das propriedades específicas do texto literário, enquanto comunicação do 'tipo literário', que não pode ser confundida com o discurso manipulador do panfleto nem com a produção de um documento, independentemente de sua gênese. (LOPES, 2003, p. 67)

Na visão de Mikhail Mikhailovich Bakhtin, "a tarefa da literatura não é nem pinçar, na obra literária, os "'reflexos' da realidade extraliterária, como proclamavam os marxistas, nem chegar a descobrir como o texto foi construído, como queriam os formalistas" (LOPES, 2003, p. 69), mas compreender como ocorre a produção do sentido no texto literário e como o dis-

curso literário vem a significar o que significa. Por isso, a teoria bakhtiniana da literatura apropria-se do discurso como um mecanismo dinâmico, evidenciando que nenhum vocábulo pode ser compreendido em si mesmo, uma vez que o conjunto de termos de um dado texto possibilita múltiplas situações. Ou seja, ele é plural, porque está inserido em diferentes contextos linguísticos, históricos e culturais.

Desse modo, a linguagem da literatura perpassa o domínio de outras linguagens ao mesmo tempo que se deixa ser penetrado por elas. Com efeito, um texto, seja verbal, visual ou sincrético, não pode ser visto apenas como signo, porque tanto o seu conteúdo quanto a sua expressão, pressupõem relações internas de sentido. Além disso, no texto deve ser considerado, enquanto situação de comunicação, a enunciação e o enunciado, porque em "qualquer enunciado, a obra literária implica uma situação de enunciação" (MAINGUENEAU, 2001, p. 121). A enunciação, entretanto, deve estar sempre pressuposta ao enunciado. Ela compreende o sujeito do dizer, e este sujeito é dividido em enunciador (autor) e enunciatário (leitor). Nesse sentido,

Os esquemas narrativos são assumidos pelo sujeito da enunciação que os converte em discurso. A enunciação é o ato de produção do discurso, é uma instância pressuposta pelo enunciado (produto da enunciação). Ao realizar-se, ela deixa marcas no discurso que constrói. [...] Como a cada *eu* corresponde um *tu*, há um *tu* pressuposto, o enunciatário, e um *tu* projetado no interior do enunciado, o narratário. Além disso, o narrador pode dar a palavra a personagens, que falam em discurso direto, instaurando-se então como *eu* e estabelecendo aqueles com quem falam como *tu*. (FIORIN, 2011, p. 56)

A sintaxe do discurso abrange, assim, dois aspectos: a) as projeções da instância da enunciação no enunciado; b) as relações entre enunciador e enunciatário, ou seja, a argumentação. Na realidade, essas duas faces da sintaxe discursiva confundem-se, pois as diferentes projeções da enunciação no enunciado visam, em última instância, a levar o enunciatário a

aceitar o que está sendo comunicado. (FIORIN, 2011, p. 57)

O conteúdo do romance "realista", a exemplo de *Dom Casmurro*, torna-se realista porque institui a situação de enunciação narrativa, essencialmente ameaçada. Por isso, "a obra literária liga de fato o que diz à colocação de condições de legitimação de seu próprio dizer", de modo que

A situação dentro da qual a obra se enuncia não é um contexto preestabelecido e fixo: *encontra-se tanto a montante da obra quanto a jusante, pois deve ser validada pelo próprio enunciado que permite exibir*. O que o texto diz pressupõe um cenário de palavra determinada que ele deve validar através de sua enunciação. (MAINGUENEAU, 2001, p. 122)

O discurso religioso em dom casmurro

No romance *Dom Casmurro*, de Machado de Assis, o discurso literário está, evidentemente, marcado pelo intertexto bíblico, uma vez que ele recorre a instruções já consagradas da Bíblia, a fim de melhor persuadir seu interlocutor (leitor). O intertexto bíblico, presente na obra, marca, exclusivamente, o discurso religioso do narrador-personagem Bentinho.

O narrador apodera-se da palavra, assumindo o papel de locutor e instala seu ouvinte, ou seja, o leitor, na função de locutário, mas não de simples leitor, porque o narrador estabelece com ele um diálogo estreito, confidencial e retórico, apesar de ser persuasivo e utilizar de um discurso autoritário, qual seja, o religioso. De fato, o discurso do narrador de *Dom Casmurro* é característico das suas duas formações escolares, quais sejam, a de seminarista (discurso religioso) e a de bacharel de direito (discurso do direito). É intenção do narrador provar a possível traição de Capitu com seu amigo, atenuada pelo ceticismo e pessimismo de Bentinho:

E bem, qualquer que seja a solução, uma cousa fica, e é a suma das sumas, ou o resto dos restos, a saber, que a minha primeira amiga e o meu maior amigo, tão extremosos ambos e tão

queridos também, quis o destino que acabassem juntando-se e enganando-me... (ASSIS, 2003, p. 128)

Quando nos reportamos ao discurso literário, percebemos que, no romance brasileiro, desde a produção realista do século XIX, com a obra de *Dom Casmurro*, é bastante frequente a presença da ironia e da paródia. Além do discurso do direito, percebemos o discurso religioso, que traz uma ideologia patriarcal, cujo objetivo é manter a mulher como inferior, sem direito a voz, a defesa, e subalterna ao homem. Nesse sentido, o romance faz uso da alusão, da paródia e do intertexto bíblico, marcadamente presente pelas citações, cuja temática versa sobre o adultério feminino. De acordo com Eric J. Hobsbawn, o adultério, praticado no século XIX,

era mais comum em círculos aristocráticos e círculos da moda, sendo que nas grandes cidades (com o auxílio de instituições discretas e impessoais, como os hotéis) as aparências podiam se mantidas com maior facilidade (p. 290).

Percebemos, por exemplo, no desfecho do livro, que a interpretação da citação bíblica, transcrita do livro do *Eclesiástico*, capítulo IX, versículo 1, torna-se ambígua. Observamos, pois: "*Não tenhas ciúmes de tua mulher para que ela não se meta a enganar-te com a malícia que aprender de ti*". É bom lembrar que, neste livro bíblico, há outros versículos que advertem quanto à beleza carnal e a devassidão feminina, cujo corpo é concebido como sede dos pecados e tentações. Este livro bíblico é um livro canônico apenas na Bíblia católica, porquanto Bentinho tinha se formado de acordo com a doutrina do catolicismo. Na linguagem patriarcal da bíblica, a mulher é culpada pelo pecado original e por todos os males que assolam a humanidade, porque, segundo o texto bíblico, "*Foi pela mulher que começou o pecado, e é por causa dela que todos morremos*". (Ecl. 25, 33)

A nosso ver, o narrador escolheu apenas um versículo do capítulo IX do *Eclesiástico*, cuja temática versa sobre os ciúmes, a fim de legitimar o seu discurso de homem traído. Ora,

o narrador, ao confirmar a mensagem bíblica, que afirma a traição da mulher por conta dos ciúmes do marido, ao mesmo tempo nega outro aspecto importante do texto bíblico, qual seja: a traição da mulher está condicionada aos ciúmes do marido Bentinho. Entretanto, o narrador, buscando cumplicidade com o leitor, utiliza o conectivo adversativo, comprovando a traição não com provas evidentes, concretas, mas se baseando na mera desconfiança e intuição pessoal, cuja afirmação é de que Capitu tinha dupla personalidade: (...) "Mas *eu creio* que não, e tu concordarás comigo; se te lembras bem da Capitu menina, hás de reconhecer que uma estava dentro da outra, como a fruta dentro da casca" (ASSIS, 2003, p. 128, grifos nossos).

“No discurso religioso, há uma articulação entre o homem e Deus” (ORLANDI, 1996, p. 250), fazendo com que o agente portador da mensagem (sagradas escrituras) assuma o papel de sujeito que se apodera da palavra divina, isto é, o mediador do plano temporal para o mundo espiritual. Aqui, evidencia-se a dimensão da fé, tanto pessoal, quanto institucional, porque através da fé o indivíduo alcança a salvação divina. Ademais, a fé não é uma condição humana, mas é uma graça enviada por Deus. Ele em sua majestade e glória nos concede este "sentimento", "desejo", "confiança", se assim o podemos chamar para que possamos ser salvos, pois como diz as *Escrituras Sagradas* para os Cristãos: todo aquele que Nele crer (ou seja, tiver fé) será salvo. A fé, segundo Eni Puccinelli Orlandi (1996), é um fator que comprova a não-reversibilidade, isto é, a ilusão da reversibilidade do discurso religioso.

Tanto o funcionamento, quanto os sentidos do discurso religioso estão restringidos e salvaguardados pelo magistério superior da Igreja. É ela, pois, a detentora oficial da palavra divina (escrituras sagradas). A única responsável pela sua interpretação, pelos sacramentos (casamento, sacerdócio e outros), pela indicação e perdão dos pecados. No caso específico

do casamento, as escrituras sagradas pregam a fidelidade do casamento heterossexual. No entanto, amparado numa linguagem tradicional, há todo um poder ideológico, cujo discurso bíblico e eclesial dão margens para a inferioridade feminina, principalmente na sua relação com o homem. À época do romance, o discurso religioso é um dos principais reguladores do comportamento ético e moral da sociedade do século XVIII. Podemos perceber que, até a década de 60, muitos leitores de *Dom Casmurro* acusavam Capitu de ter traído Bentinho. Isso demonstra claramente a visão de mundo da época, bastante influenciada pelo pensamento judaico-cristão. De fato, o discurso religioso é um recurso de manipulação utilizada pelo narrador-personagem, ex-seminarista, a fim de convencer o leitor da possível traição de Capitu.

Em *Dom Casmurro*, percebe-se que o discurso indireto livre relata o discurso do outro (outrem) por meio da mistura da voz do narrador com a voz da personagem, o ato do enunciado. Bentinho, Bento ou Dom Casmurro é o primeiro actante, ou seja, o sujeito da emissão. Ele se apresenta através de diversos índices dêiticos pronominais, tais como, pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, morfemas verbais e dos indicadores espacial e temporal.

O sujeito da recepção, ou seja, o alocutário (leitor), está representado por uma única marca, qual seja, o *vocativo* – muito utilizado no discurso religioso, no propósito de estabelecer comunicação, atrair (chamar) a atenção do interlocutor. Em *Dom Casmurro*, os vocativos se apresentam de várias formas, tais como: "leitor", "leitora", "leitor amigo", "senhor, meu amigo", "minha amiga", "tu" (ou a partir de formas verbais com sujeito oculto: imagina). Nesse sentido, o *vocativo*, na narrativa de *Dom Casmurro*, chama o leitor (alocutário) para o diálogo. Entretanto, apesar de o locutor (narrador) marcar, rigorosamente, seu diálogo com o alocutário (leitor), chamando-o sempre para a interação. O diálogo estabelecido com o

leitor não é ingênuo, puramente livre de quaisquer intenções; ele é autoritário. Se, por um lado, o narrador busca convencer o leitor da possível traição de Capitu, por outro, ele deixa dúvidas, incertezas, por não dar voz a personagem, mas promove a interação com o leitor, a fim de persuadir e convencer seu alocutário (leitor) de que aquele fora traído.

No capítulo XLV do romance, o narrador dá o título de “Abane a Cabeça, Leitor”, para cuja evocação utiliza-se, ao mesmo tempo do verbo no imperativo e as expressões vocativas. Essas construções –, a princípio, usando tanto o vocativo, a fim de estabelecer o diálogo e, ao mesmo tempo, verbos no imperativo, ambos característicos do discurso religioso – estabelecem diálogos e interação e faz uso, em certos momento, da autoridade, buscando estabelecer a aproximação com seu interlocutor e convencê-lo da verdade proclamada, de modo que o início do primeiro parágrafo nada mais é do que o início do título dado:

Abane a cabeça *leitor*, faça todos os gestos de incredulidade. Chegue a deitar fora este livro, se o tédio já o não obrigou a isso antes, tudo é possível. Mas se não o fez antes e só agora, fio que torne a pegar do livro e que o abra na mesma página, sem crer por isso na veracidade do autor. (ASSIS, 2003, p. 46, grifo nosso)

Nem eu, nem *tu*, nem ela, nem qualquer outra pessoa desta história poderia responder mais, tão certo é que o destino, como todos os dramaturgos, não anuncia as peripécias nem o desfecho. (ASSIS, 2003, p. 70, grifo nosso)

Leitor, foi um relâmpago. Tão depressa alumiou a noite, como se esvaiu e a escuridão fez-se mais cerrada, pelo efeito do remorso que me ficou. Não, *senhor meu amigo*; algum dia, sim, é possível que componha um abreviado do que ali vi e vivi, das pessoas que tratei, dos costumes, de todo o resto. [*E continua como uma forma de confissão ao seu interlocutor, num diálogo franco e aberto*]. Esta sarna de escrever, quando pega aos cinquenta anos, não despega mais. (ASSIS, 2003, p. 52, excerto nosso)

Imagina um relógio que só tivesse pêndulo, sem mostrador,

de maneira que não se vissem as horas escritas. (ASSIS, 2003, p. 94, grifos nossos)

Não, *meu amigo*. Venho explicar-te que tive tais ciúmes pelo que podia estar na cabeça de minha mulher, não fora ou acima dela. (ASSIS, 2003, p. 98, grifo nosso)

Tudo acaba, *leitor*; é um velho truísmo, a que se pode acrescentar que nem tudo o que dura, dura muito tempo. (ASSIS, 2003, p. 107, grifo nosso)

A *leitora*, que é *minha amiga*, abriu este livro com o fim de descansar da cavatina de ontem para a valsa de hoje, quer fechá-lo às pressas, ao ver que beiramos um abismo. Não faça isso, querida; eu mudo de rumo. (ASSIS, 2003, p. 109, grifos nossos)

O narrador busca com o leitor um diálogo amigo, confiável, complacente, de cumplicidade, a fim de convencê-lo de sua tese, qual seja, da possível traição de Capitu. No excerto abaixo, ele afirma, num diálogo reiterado e confidencial: “*Já sabes* que a minha alma, por mais lacerada que tenha sido, não ficou aí para um canto como uma flor lívida e solitária”. (ASSIS, 2003, p. 127, grifos nossos)

No discurso religioso, ao contrário de outros discursos, "o processo de comunicação (eu-tu-eu) praticamente desaparece. O *tu* (narrador) torna-se, muitas vezes, mero receptor, dependendo, é claro, do posicionamento desse receptor (leitor), diante daquilo que lhe é apresentado. Ele, o leitor, poderá intervir e, até mesmo, modificar o que está sendo dito, dependendo, é claro, se este for um "leitor modelo" que se posiciona criticamente frente ao texto. Em outras palavras, o discurso religioso é exclusivista, retórico, autoritário, dificilmente aberto a "mediações ou ponderações". Às vezes, ele se apresenta mascarado, no seio familiar, cuja máscara/disfarce esconde-se no nome de conselho; na Igreja, quando o detentor da fala (pai, pastor etc.), ameaça os pecadores com o fogo do inferno, convertendo-os aos ensinamentos da Igreja. (CITELLI, 2004, p. 51-52)

Na definição de Eni Puccinelli Orlandi (1996), o discurs-

so religioso traz, em seus enunciados, uma ideologia, é um discurso autoritário, especificamente o de tradição judaico-cristã. Para esta autora, o discurso religioso não possibilita nenhuma troca de papéis na interação, ou seja, não dá lugar à noção de "reversibilidade"⁵², mas de "ilusão de reversibilidade".

O discurso religioso se estabelece quando alguém (pai, pastor, pregador ou qualquer representante) "fala a voz de Deus". Ele torna-se, nessa "relação simbólica", o representante de Deus, a própria voz de Deus. Este mecanismo de apropriação faz com que o líder religioso (pregador) exerça autonomia para falar em nome daquele que é divino. Entretanto, "o representante da voz de Deus não pode modificá-la de forma alguma" (ORLANDI, 1996, p. 243-5). Desse modo, os escritos sagrados devem ser interpretados pelas autoridades eclesiásticas, à luz da hermenêutica. Com efeito, o discurso religioso é tendenciosamente nonossêmico, pois, conforme evidencia Eni Puccinelli Orlandi,

A interpretação da própria palavra de Deus, é pois, regulada. Os sentidos não podem ser quaisquer sentidos: *o discurso religioso tende fortemente para a monosemia*. No cristianismo, enquanto religião institucional, a *interpretação própria* é a da Igreja, o *texto próprio* é a Bíblia, que é a revelação da palavra de Deus, o *lugar próprio* para a palavra é determinado segundo as diferentes cerimônias. (ORLANDI, 1996, p. 246, grifos nossos)

Diferente do pregador (pai, pastor etc.), o narrador de Dom Casmurro utiliza-se do texto bíblico à sua defesa, fazendo valer a única voz que deve falar como verdadeira e confiável, a de Deus. Ao fazer uso da alusão ou de versículos bíblicos, o narrador se apropria "da voz de Deus" (ORLANDI, 1996, p. 245), de modo que a voz do representante ou do nar-

⁵² Segundo Eni Puccinelli Orlandi (1996, p. 239), a *reversibilidade* corresponde como "a troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui". Em termos de exemplificações, um determinado sujeito pode ocupar o lugar de outro. Entretanto, a *irreversibilidade* mantém uma relação de dissimetria entre os sujeitos, neste caso, entre os planos temporal e espiritual.

rador é apagada, evidenciando a substituição de uma voz pela outra como se uma estivesse no lugar da outra, representando a outra. Com efeito, no momento da enunciação, ao substituir a voz do narrador religioso pelo enunciado bíblico, é a voz de Deus quem fala. E ela não é o sujeito humano, passivo de pecado, mas o próprio Ser Supremo, uma vez que "há um dizer, obscuro, sempre já dito, que se fala para os homens". (ORLANDI, 1996, p. 259)

Mircea Eliade (2008) demonstra que o "sagrado" se manifesta, se apresenta, se mostra como algo absolutamente diferente do "profano". Por isso, estas duas entidades se constituem em duas modalidades do ser no mundo. Por outro lado, o misticismo, caracterizado por esta autora de "sentimento religioso", não surge apenas nas igrejas, nos templos religiosos, ou nos locais sagrados, mas também se apresenta no cotidiano do ser humano. ou coisas do tipo, mas está "espalhado pelo cotidiano. Adquire múltiplas formas e acompanha o homem em seu dia a dia". (ORLANDI, 1996, p. 255)

No romance *Dom Casmurro* (2003), há a problematização do discurso ideológico que perpassa todas as relações amorosas, conforme afirma Silviano Santiago (1978), pois a obra contextualizada apresenta o discurso retórico da burguesia, e, por isso, busca

[...] desmascarar certos hábitos de raciocínio, certos mecanismos de pensamento, certa benevolência que estão para sempre enraizados na cultura brasileira, na medida em que foi dirigida pelo "bacharelismo", que nada mais é, segundo Fernando de Azevedo, do que "um mecanismo de pensamento a que nos acostumara a forma retórica e livresca do ensino colonial, e pelo ensino religioso. (SANTIAGO, 1978, p. 47)

Em *Dom Casmurro*, o discurso religioso apresenta-se argumentativo, persuasivo, forte e inquestionável, e, por isso, autoritário, porque este texto literário apropria-se do texto sagrado, reforçando as ideias e dando maior credibilidade ao seu discurso (tese), qual seja, a traição de Capitu. Vejamos, pois, a

apropriação do discurso persuasivo de Bentinho, a partir do uso de enunciados bíblicos.

S. Pedro, que tem as chaves do céu, abriu-nos as portas dele, fez-nos entrar e, depois de tocar-nos com o báculo, recitou alguns versículos da sua primeira epístola: "*As mulheres sejam sujeitas a seus maridos...* Não seja o adorno delas o efeito dos cabelos eriçados ou a rendas de ouro, *mas o homem que está escondido no coração...* Do mesmo modo, vós, maridos, coabitai com elas, tratando-as com honra, como a vasos mais fracos e herdeiras convosco da graça da vida... Em seguida, fez sinal aos anjos, e eles entoaram um trecho do Cântico, tão concertadamente, que desmentiriam a hipótese do tenor italiano, se a execução fosse na terra; mas era no céu. [...] Ao cabo, pode ser que tudo fosse um sonho, nada mais natural a um ex-seminarista que ouviu por toda a parte *latim e Escritura*. A verdade que Capitu, que não sabia Escritura nem latim, decorou algumas palavras, como estas, por exemplo: "*Sentei-me à sombra daquele que tanto havia desejado.*" Quanto às de S. Pedro, disse-me no dia seguinte que estava por tudo, que eu era a única renda e o único enfeite que jamais poria em si. Ao que eu repliquei que a minha esposa teria sempre as mais finas rendas do mundo. (ASSIS, 2003, p. 93-94, grifos nossos)

Trata-se aqui do discurso citado, claramente demarcado pelas aspas. Ele "conserva sua autonomia estrutural e semântica sem nem por isso alterar a trama linguística do contexto que o integrou" (2004, p.144). O intertexto bíblico, tirado da epístola de São Pedro 3,1-9, cujo texto geralmente é usado na missa *Pro Sponsis* de celebração do matrimônio, é colocado na boca do próprio São Pedro, sumo pontífice da Igreja, elucidando, não tão somente a superioridade da Igreja na salvaguarda do texto bíblico, mas também como a detentora da interpretação sagrada. Para tanto, o marido tem a tutela da mulher, enquanto esta deve-lhe ser submissa, uma vez que o seu adorno deve ser "o homem que está escondido no coração...". O autor de *Dom Casmurro* faz uso desse enunciado legítimo do contexto eclesial, reforçando a tese da traição. O discurso do casamento, da união indissolúvel do homem e da mulher, é, portanto, retomado com o livro do *Cântico dos Cânticos* que,

no contexto da Igreja primitiva, recebeu de Orígenes uma nova exegese alegórica, contrária à escrita e interpretação primeva, qual o enlace sexual. Aqui, quem faz uso do discurso citado é Capitu: "Sentei-me à sombra daquele que tanto havia desejado", corroborando o poder e o prestígio do sacramento do matrimônio.

O *Cântico dos Cânticos*, a partir da interpretação da Igreja, apresenta o texto-chave da união mística da alma com o *Logos* divino, desmistificando a interpretação primeva, onde se valoriza os aspectos físico e sexual do relacionamento de homem e mulher. Na concepção da Igreja, a mulher devia ser receptiva e passiva da alma ao poder fecundante do marido ou, quando não, do divino dentro da cultura celibatária. A personagem Capitu é o avesso dessa figura feminina. Ela tem "olhos oblíquos e dissimulados". Em outras palavras, segundo Bentiño, seus olhares, seus gestos e comportamentos denotam uma "mulher" fora dos padrões sociais exigidos à época. A partir desses pressupostos teóricos, o catolicismo desenvolveu uma teologia que atribuiu à figura masculina o termo "desobediência", em contraposição à figura feminina de "bode expiatório" ou de culpada, a causa do pecado e, conseqüentemente, da mortalidade.

O narrador finaliza o capítulo CIX, intitulado "Um Filho Único", interagindo, no propósito de persuadir o leitor: "A tudo acudíamos, segundo cumpria e urgia, coisa que não era necessário dizer, mas há leitores tão obtusos, que nada entendem, se lhes não relata tudo e o resto. Vamos ao resto" (ASSIS, 2003, p. 100). Em seguida, inicia o capítulo CX "Rasgos da Infância" que precede com o enunciado anterior, fazendo uso de processos metaficcionais: "O resto come-me ainda muitos capítulos; há vidas que os têm menos, e fazem-se ainda assim completas e acabadas". (ASSIS, 2003, p. 100)

No capítulo, CXII, "As Imitações de Ezequiel", percebemos a utilização da alusão. Esse recurso torna o discurso re-

ligioso não tão obvio no texto, perceptível apenas na ativação do conhecimento prévio de leitura. Na verdade, o narrador faz uma analogia ao nome e à morte do profeta Ezequiel do contexto bíblico. O capítulo refere-se à comparação que o narrador-personagem faz em relação aos gestos e feições imitativas de Ezequiel em relação ao seu suposto pai, Escobar. Podemos observar, no discurso indireto livre que segue: "José Dias pediu para ver o nosso *"profetazinho"* (assim chamava a Ezequiel) e fez-lhe as festas do costume (p. 106, grifos nossos).

Mais adiante, no Capítulo CXVI, "Filho do Homem", não está tão clara a parodização de termos bíblicos e, por isso, não é fácil perceber a escolha do nome "Ezequiel" e a alcunha carinhosa de "profetazinho". O autor utiliza-se desta citação bíblica, utilizada no contexto bíblico, no discurso direto de José Dias, a fim de persuadir o leitor de que Ezequiel é – com bases nas "provas" não tão evidentes do narrador, possivelmente – filho de Escobar, ou seja, do "homem" que é preferível não dizer o nome. A expressão "filho do homem" é encontrada muitas vezes, tanto no Velho como no Novo Testamento. Originalmente, foi usada como sinônimo de "homem". No livro de *Isaiás* (51, 12), encontramos: "*Eu, eu sou aquele que vos consola; quem, pois, és tu, para que temas o homem, que é mortal, ou o filho do homem, que não passa de erva?*"⁵³.

De acordo com o contexto bíblico, a expressão "Filho do Homem" fora escrita primeiramente no século sexto a. C., no propósito de identificação do profeta Ezequiel (Ez 2, 1, 3, 6), a quem Deus o chamou por este termo 93 vezes. Ao longo do Antigo Testamento, ela aparece duas vezes no livro de Daniel (Dn 8, 17; 7, 13). Nesta última, seu significado refere-se a Cristo. No Novo Testamento, a expressão "Filho do Homem" é utilizada, quando Cristo se refere a si mesmo (Mt 8, 6 e 9,

⁵³ Nos seguintes excertos bíblicos, também há a expressão "Filho do Homem": Jó 16:21; 25:6; 35:8; Salmos 8:4; 80:17; 144:3; Isaiás 56:2).

20). No evangelho de João, o próprio Jesus é quem diz: "*Que será, pois, se virdes o Filho do Homem subir para o lugar onde primeiro estava?*". Paulo confirma a mesma expressão em *Filipenses 2:5-8*.

Na narrativa de *Dom Casmurro*, o autor vai fazer uso desta paráfrase, cuja expressão "filho do homem", na opinião de Bentinho, afirmava ser o "homem", Escobar, seu concorrente, e o "filho" desse "homem", Ezequiel, apontando à possível traição de Capitu.

O fato de Ezequiel ser enterrado nas mediações de Jerusalém e a utilização da expressão "filho do homem", apontam para o contexto bíblico do profeta Ezequiel, cuja morte, segunda a tradição judaica, ocorrera por apedrejamento.

Em termos comparativos, observamos a epígrafe inscrita no túmulo de Ezequiel. É um intertexto bíblico de Ezequiel 28: "*Tu eras perfeito nos teus caminhos, desde o dia da tua criação*". Bentinho tinha sido seminarista e, por isso, conhecedor das escrituras, quis dar ao seu filho o nome do profeta. Do mesmo modo, ao consultar o livro de Ezequiel, busca, nele, a inscrição que colocada no túmulo daquele que Bentinho cria não ser seu filho. O texto agora sugere ambiguidade textual, ou seja, o texto bíblico de Ezequiel 28, 15, cujo excerto remete-se a conversa de Deus com o profeta Ezequiel, deixa a dúvida ainda na cabeça do personagem-narrador e, por sua vez, no leitor. Com efeito, o desfecho do romance finda assim:

Como quisesse verificar o texto, consultei a minha Vulgata, achei que era exato, mas tinha ainda um complemento: "Tu eras perfeito nos teus caminhos, desde o dia da tua criação". Parei e perguntei calado: "Quando seria o dia da criação de Ezequiel?" Ninguém me respondeu. Eis aí mais um mistério para ajuntar aos tantos deste mundo. (ASSIS, 2003, p. 127)

De modo que o autor, buscando inteiração com o leitor, deixa a este o trabalho de se convencer ou desmistificar o desfecho da história no que diz respeito à possível traição, a partir

das suposições e certezas do narrador Dom Casmurro.

Considerações finais

É comum que muitos estudiosos se debrucem no discurso persuasivo de *Dom Casmurro*, a partir da intertextualidade, quando o autor utiliza ferramentas da ironia e intertextualidade desde Schopenhauer a Shakespeare. Entretanto, nossa análise, buscou a ironia e intertextualidade de textos bíblicos e do pensamento cristão, eclesial e popular, da época.

Percebemos, portanto, que o caráter dialógico, o intertexto bíblico e o discurso religioso estão presente no romance *Dom Casmurro*, de modo que a linguagem se torna instrumento de comunicação e/ou manipulação do outro, porque o locutor, na narrativa romanesca, pode tanto explicitar quanto enganar, esconder e/ou não esconder a realidade. De fato, conforme nos salienta Mikhail Mikhailovich Bakhtin, "as relações entre linguagem e sociedade" refletem todas as mudanças e alterações sociais, visíveis, principalmente, na perspectiva romanesca, na voz do narrador e de suas personagens e, na maioria das vezes, em outros discursos (textos anteriores), aos quais o autor recorre. Por essa razão, a linguagem literária é entendida como um fenômeno ideológico por excelência, constituindo-se em um campo de batalha social capaz de registrar todas as fases transitórias do processo social e determinando seu lugar social e ideológico, muitas vezes contrapondo ou desconstruindo enunciados de caráter elitista e redutor da arte literária, numa perspectiva carnavalesca.

Em *Dom Casmurro*, romance escrito em 1899 e ambientado na sociedade carioca do Segundo Império (1831-1840), foi possível observar que os personagens se projetam num evento social do século XIX, época de permanente interação verbal e onde está presente, intercambiando-se, outros enunciados, outros textos, outras vozes sociais. O discurso religioso,

por nós identificado, traz para o discurso da narrativa uma voz autoritária, a voz bíblica, a voz hierárquica da Igreja e a voz de um catolicismo popular da sociedade em questão. Este discurso, quando entrelaçado no discurso do personagem-narrador, torna-se persuasivo, autoritário, convincente à tese da traição, defendida por Bentinho/Bento Santiago/Dom Casmurro. De acordo com Eric J. Hobsbawn (1992), o adultério, praticado no século XIX, era mais perceptível para as mulheres da classe média. Segundo este autor,

era mais comum em círculos aristocráticos e círculos da moda, sendo que nas grandes cidades (com o auxílio de instituições discretas e impessoais, como os hotéis) as aparências podiam se mantidas com maior facilidade. (HOBSBAWN, 1992, p. 290)

O diálogo que o narrador estabelece com o seu leitor, os intertextos bíblicos, citado ou não citado, está, constantemente, presente na trama narrativa de *Dom Casmurro*. Ao estabelecer diálogos com outros textos, o discurso do narrador, às vezes, "desconstrói" ou "conserva" o sentido primeiro do texto bíblico, mas também "renova-lhe" os sentidos, corroborando o vislumbamento da multiplicidade de vozes e esferas ideológicas refletidas e refratadas da realidade sociopolítica, econômica e doutrinária da época – principalmente a voz da religião, conservadora da moral e dos bons costumes e bastante evidente na sociedade do século XVII. Enfim, percebemos que a literatura é necessariamente sociológica, por ser ela necessariamente social, porque ela é um reflexo direto da vida social.

**O QUE ANUNCIAM OS *TIKMÛ'ÛN*:
POR UMA DIALÉTICA COM CANTOS INDÍGENAS**

Helânia Thomazine Porto

Introdução

O discurso é entendido por Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010) como a possibilidade de o sujeito ocupar o seu espaço em qualquer situação de interação e que a vida humana é por sua própria natureza dialógica.

Partindo desse princípio, propomos neste texto uma aproximação com as ideias de Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010, 2003) a partir de suas percepções acerca do discurso como processo e produto sócio-histórico e cultural, o que demanda o entrosamento com temas circundantes a este, tais como enunciado, língua, texto, gênero discursivo, dialogismo e sujeitos. As compreensões desses temas se darão, em um primeiro momento, por meio de uma breve abordagem conceitual em diálogo com as obras *Marxismo e Filosofia da Linguagem*: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem (2010) e *Estética da Criação Verbal* (2003), de Mikhail Mikhailovich Bakhtin; e, em um segundo, mediante a interpretação de dois cantos indígenas pertencentes ao povo *tikmĩ'ũn* ou *maxakali*⁵⁴ de Minas Gerais.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin em seus estudos estabelece uma ruptura com o estruturalismo saussuriano ao rejeitar a percepção da linguagem numa perspectiva dualista (*langue* e *parole*), defendendo a linguagem como processos e produtos culturais, sendo a linguagem social e cultural, esta não pode

⁵⁴ De acordo com as normas ortográficas atuais, adjetivos pátrios e nomes de línguas são escritos, normalmente, com iniciais minúsculas, exceto em obras de etnologia, etnografia, antropologia e similares, que têm normas específicas.

ser estudada separada do homem. Ao defender essa ideia, ele acrescenta que o uso da língua se efetua em forma de enunciados (orais e escritos) – “real unidade da comunicação discursiva” (2003, p. 274). Nessa linha de discussão ele diz que o enunciado é irrepetível, é um evento único (pode somente ser citado). Assim, cada enunciado constitui-se como um novo acontecimento. Pois, o enunciado surge na inter-relação discursiva, por isso que não pode ser nem o primeiro nem o último, pois já é resposta a outros enunciados.

De tal modo, o enunciado não pode ser a frase enunciada, que se constituiria em partes textuais enunciadas, mas trata-se de uma unidade mais complexa que transcende os limites do próprio texto. “Todo enunciado, além de seu objeto, sempre responde (no sentido amplo da palavra) de uma forma ou de outra aos enunciados do outro que o antecederam.” (BAKHTIN, 2003, p. 300). Ao retomar essa questão, Mikhail Mikhailovich Bakhtin acrescenta que “o enunciado não está ligado apenas aos elos precedentes, mas também aos subsequentes da comunicação discursiva” (2003, p. 301). Pois, o traço constitutivo do enunciado é o seu direcionamento a alguém, o seu endereçamento; o enunciado tem autor e destinatário. Quanto ao destinatário, o autor supracitado menciona que

Esse destinatário pode ser um participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano, pode ser uma coletividade diferenciada de especialista de algum campo especial da comunicação cultural, pode ser um público mais ou menos diferenciado, um povo, os contemporâneos, os correligionários, os adversários e inimigos, o subordinado, o chefe, um inferior, um superior, uma pessoa íntima, um estranho etc.; ele também pode ser um outro totalmente indefinido, não concretizado (em toda sorte de enunciados monológicos de tipo emocional). (BAKHTIN, 2003, p. 301)

Para o autor todas essas modalidades e concepções de destinatário são determinadas pelo campo da atividade humana e da vida a qual tal enunciado se refere. Assim, em cada campo da comunicação discursiva tem a sua concepção típica de destinatário que o determina como gênero, isto é, os enuncia-

dos se estruturam em forma de gêneros do discurso. Os romances, bilhetes, reportagens jornalísticas, aulas expositivas, notícias jornalísticas, receitas culinária, bulas de remédio, cardápios de restaurante, instruções de uso, outdoor, inquéritos policiais, resenhas, editais de concurso, piadas, conversações espontâneas, conferências, cartas eletrônicas, bate-papo por computador, aulas virtuais, crônicas, contos, telenovela, saudações, poemas, músicas, cantos etc. são exemplos de enunciado.

Nessa perspectiva o uso da língua executa-se em forma de enunciados (orais ou escritos) concretos e únicos, proferidos pelos integrantes desse ou daquele campo de atividade humana. Assim, esses enunciados refletem as condições específicas e as finalidades de cada campo da comunicação discursiva, entretanto, em cada campo de emprego da língua há a elaboração de tipos relativamente estáveis de enunciados, os quais são denominados de gênero discursivo.

Se a língua se realiza pela enunciação (enunciado) ou enunciações (enunciados), esta então deve ser entendida “como um fenômeno social da interação verbal, e não constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas” (BAKHTIN, 2010, p. 123). Desse modo, mesmo que o usuário individual da língua a perceba como uma expressão singular ou como uma propriedade pessoal, essa língua é propriedade de uma coletividade.

O ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante. A enunciação é de natureza social. (BAKHTIN, 2010, p. 123)

Nesse sentido, o autor se opõe ao subjetivismo individualista, que toma o sujeito como o centro de estudo da linguagem, como se o indivíduo não sofresse influências do contexto em que está inserido. Ele também se posiciona contrário

ao objetivismo abstrato, que não aceitava a capacidade das línguas evoluírem através do tempo, tampouco que as mesmas só podem ser compreendidas em seus processos reais de usos. Conforme Carlos Alberto Faraco (2009, p. 84), “é nessa atmosfera heterogênea que o sujeito mergulhado, nas múltiplas relações e dimensões da interação socioideológica, vai-se constituindo discursivamente”.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin observa que

os indivíduos não recebem a língua pronta para ser usada; eles penetram na corrente da comunicação verbal; ou melhor, somente quando mergulham nessa corrente é que sua consciência desperta e começa a operar. (BAKHTIN, 2010, p. 109)

Nessa perspectiva, a língua passa a ser entendida como discurso, vinculada aos seus falantes e de seus atos, das esferas sociais, dos valores ideológicos que a norteiam. “A língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes”. (BAKHTIN, 2010, p. 127)

Quanto à definição de texto buscamos na obra *Estética da criação verbal* (2003), em que Mikhail Mikhailovich Bakhtin diz que o texto é o ponto de partida e ponto de chegada para o estudo da linguagem e do sujeito. E que na investigação científica,

O objeto real é o homem social (inserido na sociedade), que fala e exprime a si mesmo por outros meios. Pode-se encontrar para ele e para a sua vida (o seu trabalho, a sua luta etc.) algum outro enfoque além daquele que passa pelos textos de signos criados ou a serem criados por ele? [...] quando estudamos o homem, procuramos e encontramos signos por toda parte e nos empenhamos a interpretar o seu significado (BAKHTIN, 2003, p. 319)

Nessa explanação há a concepção semiótico-ideológica de texto, isto é, texto como conjunto coerente de signos ideológicos. Portanto, texto pode ser verbal (oral ou escrito), visual e/ou verbo-visual e para a sua leitura e abordagem não poderá

ser desconsiderado as especificidades. Ainda na página 319 da referida obra, o autor reforça a ideia de texto não como unidade autônoma, mas, ao contrário, essencialmente ligada a uma rede de outros textos, enunciados, discursos. “Estamos interessados primordialmente nas formas concretas dos textos e nas condições concretas da vida dos textos, na sua inter-relação e interação”.

Ao fazer essa ressalva Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2003) explicita que a teoria da linguagem defendida por ele não é uma teoria do texto, mas uma teoria do discurso, tendo como unidade de estudo o enunciado, este situado histórico e socialmente (situado em uma enunciação), sempre em tensão, tendo como categoria fundante as relações dialógicas.

Ao perceber o texto como enunciado, Mikhail Mikhailovich Bakhtin apreende o sujeito como um ser discursivo, que se constitui na e pela linguagem, tendo o outro como referência em suas interações. O sujeito se constitui como tal à medida que interage com os outros, suas produções discursivas resultam deste mesmo processo no qual o sujeito internaliza a linguagem e constitui-se como ser social. Isto implica em dizer que não há um sujeito pronto, mas um sujeito que se completa e se constitui nas suas falas e nas falas dos outros. Em contrapartida, é a partir do sujeito que se pode compreender as diversas relações sócio-históricas que caracterizam uma sociedade.

Esse sujeito histórico se comunica por meio de enunciados, considerados esses como eventos que estão determinados por: (i) situação histórica; (ii) tomadas de posições; (iii) compartilhamento de cultura e (iv) pelo estabelecimento de diálogos. Uma vez que todo enunciado emerge sempre de um contexto social, histórico e cultural. Assim, a sua materialização se dá na interação sociocultural e envolve tomada de posição política, uma vez que “toda enunciação [...] é uma resposta a alguma coisa e é construída como tal.” (conforme BAKHTIN, 2010, p. 91). Nesse sentido, buscamos apreender as respostas

dadas pelos *maxakalis* por meio de seus cantos, ao indagarmos: – Que mundo nos é apresentado por meio da poética *maxakali*? – Como os enunciados (cantos) se estruturam e que temas abordam? – Em que enunciação esses enunciados (os cantos) são evocados?

Antes de iniciarmos essa investida, faz-se necessário esclarecermos que existem diversas formas de se produzir complexidades de sentido e de pensamento, além das formas de escrita e pelo domínio da tecnologia, como estamos acostumados a vivenciar. Outros sistemas que rompem com a nossa imagem comum de cultura, produzidos por uma poética que se dá em diferentes linguagens, como nos traçados minuciosos das cestarias, das cerâmicas, nos artefatos, nos grafismos apresentados nos corpos, pela compreensão poética da fauna e da flora, como se dá com a maioria de nossos indígenas. São outras formas adotadas de composição, de criação, de autoria, de fruição estética, que fazem sentido, por meio de outros registros e signos, diversos da forma de como expressamos a poesia. Conforme Pedro Cesarino (2011), “entre os povos indígenas, é possível aprender cantos com os espíritos dos animais [...] pode obter seus cantos dos espíritos das árvores, que são imortais, mais sabidos e belos do que nós, os viventes”. (CESARINO, 2011, p. 39)

Sendo assim, os cantos dos *maxakalis* serão entendidos por meio de uma abordagem da filosofia da linguagem, isto é, interlocução entre a teoria da materialidade do pensamento e da linguagem afiançada por Mikhail Mikhailovich Bakhtin com a poética indígena.

Todo dizer é, irremediavelmente, perpassado por outros dizeres, e todos os enunciados se constituem a partir de outros, o que vem nos convocar para uma aproximação com a poética indígena, especificamente com um de seus gêneros literários, os cantos, a partir de um tecido composto pelos sujeitos comunicantes e aspectos ligados ao território, à história e à cultura.

Dentre os vinte oito cantos encontrados⁵⁵, elegemos dois – o canto da mandioca (pelo seu vínculo com experiência do cultivo da mandioca) e o canto do zabelê (nele o lugar se apresenta como o tecido da experiência humana e espiritual). Dessa forma, espera-se que esse texto seja mais um espaço para a socialização dos enunciados desses sujeitos cujas vozes estiveram por séculos silenciadas ou restritas aos seus territórios.

As análises dos cantos se justificam pela possibilidade de trazer à tona parte da essência do homem, da mulher e da criança *tikmũ'ũn*, pois é através de enunciados e da enunciação que a cultura é socializada, ao tempo em que é por meio da cultura que o sujeito consegue se posicionar no mundo e pronunciar a sua voz. Manifestados oralmente, os cantos podem ser entendidos como produtos de interações sociais, em que cada palavra ou expressão pode ser produtos de trocas sociais, caracterizados pelo conteúdo temático, pelo estilo e pela construção composicional. (BAKHTIN, 2010)

Sendo assim, a leitura dos cantos se dará em três dimensões: histórica (tempo e espaço), social (os sujeitos que vivenciam os cantos) e comunicacional (as intenções desses enunciados e dessas enunciações e os sentidos a eles atribuídos). Por entendemos, então, que os cantos, sob a ótica da filosofia da linguagem, são atos sociocomunicativos construídos historicamente, influenciados por fenômenos sociais e dependentes das situações comunicativas em que são pronunciados. Sendo assim, para interpretá-los deve-se atentar para os fatores extralinguísticos e intralinguísticos que adentram na sua produção.

55 Na obra *Cantos Tikmũ'ũn para Abrir o Mundo* (2013) são apresentados 4 cantos. Na dissertação *Música na cosmologia maxakali: Um olhar sobre um ritual do Xünim – uma partitura sonoro-mítico-visual* (2007) são registrados 28 cantos, dentre esses os 04 cantos apresentados no livro *Cantos Tikmũ'ũn para Abrir o Mundo* (2013).

***Tikmũ'ũn da Terra Indígena Santa Helena de Minas (MG)
no tempo e no espaço***

Para o antropólogo Curt Nimuendajú (1958), os remanescentes *maxakalis* do vale do Mucuri em Minas Gerais se autodenominavam *monacó bm*. Entretanto, de acordo com o antigo chefe de Posto Indígena dos *Maxakalis*, Joaquim S. de Souza, eles se identificavam como *kumanaxu*. Por sua vez, Frances Blok Popovich (1992), registrou *tikmũ'ũn* (a pronúncia é /tikmãã/), como o termo que eles se nomeavam. E tem sido esse registro o reconhecido por antropólogos e demais estudiosos acerca dessa etnia.

Os vários grupos *tikmũ'ũn* ocupavam uma área compreendida entre o rio Pardo de Minas e o rio Doce (este atravessa os estados de Minas Gerais e Espírito Santo), correspondente ao sudeste da Bahia, o nordeste de Minas Gerais e o norte do Espírito Santo. Os remanescentes desses grupos, conhecidos por *maxakalis* nos dias atuais, vivem em duas áreas indígenas – Água Boa e Pradinho – hoje unificadas na Terra Indígena *Maxakali*, entre Bertópolis e Santa Helena de Minas, entre o Vale do Ribeirão de Umburanas e o Vale do Mucuri, no nordeste de Minas Gerais.

Cassio Evangelista da Silva (2002) diz que os *maxakalis*, grupos da região de Minas Gerais são descendentes dos aimorés. Quanto a essa afirmação Teófilo Benedito Ottoni⁵⁶, que viveu muito tempo entre as comunidades indígenas, de 1847 a 1860, descarta a teoria de que os *maxakalis* seriam parentes do *nak-nanuk* ou *aimorés*. Assim, Teófilo Benedito Ottoni (1857) descreve a relação dessas nações indígenas presentes nas áreas que hoje pertencem aos estados da Bahia e de Minas Gerais:

56Os documentos mais importantes são produzidos pela Companhia do Vale do Mucuri, administrada por Teófilo Benedito Ottoni, particularmente seus relatórios de atividades dos anos de 1853, 1856 e 1857.

Esses índios (referindo-se aos *nak-nanuks*) com suas diversas tribos integravam a nação dos botocudos, poderosa e temida. Assolados pelo branco invasor, que ia se estabelecendo ao longo da cordilheira central, eles se tinham concentrado na faixa de terra, limitada a norte e nordeste pelo Jequitinhonha e alguns de seus afluentes, a leste pelo litoral e ao sul pelos rios Doce e Suaçuí Grande. Dominavam, assim todo o vale do Mucuri. Os Botocudos estavam divididos em inúmeras tribos, empenhadas em perene guerra fratricida. No Urucu, no Todos os Santos, no alto Mucuri, eram os *giporoks*, *macunis*, *aranás*, *ta-monhecs*, *bakuês*, *porukuns*, *pojichás*, *nak-nanuks*, *estes* multipartidos.

Desse entrechoque sangrento, as tribos mais fracas haviam de sair derrotadas. Os *macunis*, *malalis*, *maxacalis*, perseguidos pelos *nak-nanuks*, abandonaram as matas, vindo asilar-se entre os cristãos, no Alto dos Bois, para os lados de Minas Novas. (OTTONI, 1857, p. 307-308)

Teófilo Benedito Ottoni (1857) considera que os *maxakalis* foram os primeiros desses grupos a serem integrados à cultura dos não índios, pois buscavam apoio nas colônias coordenadas pelos missionários católicos, às vezes, estabelecendo alianças com os não-índios.

As primeiras notícias referentes aos *maxakalis* datam do século XVI, referidos como *amixokori* pelos tupis do litoral. Até o século XIX muitos grupos foram aldeados pelos capitães-mores nas povoações litorâneas, como Prado, Canavieiras, Caravelas, Alcobaça, Poxim, Cumuruxatiba, Belmonte, Trancoso, Mucuri, na Bahia, e Itaúnas, Conceição da Barra e Santana, no Espírito Santo.

Os historiadores apresentados são unânimes ao afirmarem que os *maxakalis* sempre tiveram alojamentos no Vale do Mucuri na costa sul da Bahia, e próximo ao rio Prado de Minas, e que se locomoviam entre os estados da Bahia, Espírito Santo e Minas Gerais. Entretanto, essa liberdade foi cerceada a partir do fim do século XVIII, com a interiorização do processo de conquista e, mais particularmente, após a política oficial de conquista da zona entre o litoral e a da mineração, em Mi-

nas Gerais. Assim, os vários grupos indígenas dessa região foram pressionados pelo avanço da sociedade dominante.

Os deslocamentos de povos indígenas passaram a ser constante na tentativa de fugirem dos contatos e da dominação, tornando a disputa por territórios uma dura realidade que os levou a estabelecerem estratégias distintas. Assim, alguns grupos de *maxakalis* ao avaliarem a impossibilidade de continuarem a enfrentar, simultaneamente, os colonos e os grupos botocudos que avançavam em direção ao sul da Bahia, optaram por aceitar o aldeamento compulsório e o engajamento como trabalhadores e soldados sob a direção de diretores civis e militares, especificamente na denominada “guerra justa” defensiva e ofensiva aos Botocudos decretada pelas Cartas Régias de 1808.

A partir das informações de Marco Túlio da Silva Ferreira e Paulina Maria Maia-Barbosa (2013)⁵⁷ acerca do marco divisor da perda da autonomia ecológica, econômica e territorial dos *maxakalis*, fica evidente que essa teve início quando aconteceram os primeiros contatos desses indígenas com o Serviço de Proteção aos Índios – SPI, órgão indigenista federal precursor da atual Fundação Nacional do Índio – FUNAI, a partir de 1911. Na década de 1910 começa a se estruturar uma intensa frente colonizadora na região, com a derrubada de extensas áreas florestadas para o estabelecimento de vilas, fazendas e pastagens. Os ancestrais dos *maxakalis* da área do córrego Umburana, na região do Alto Rio Itanhém, que conseguiram sobreviver observaram, pouco a pouco, a invasão e derrubada das matas às margens do córrego Umburanas, e o espólio das terras próximas às aldeias foram se intensificando. E que nessa época o fogo devastou as matas, e a pecuária juntamente com posseiros se estabeleceram no território dos *maxakalis*,

⁵⁷ O artigo de Marco Túlio da Silva Ferreira e Paulina Maria Maia-Barbosa traz maiores detalhes acerca dessa questão.

conforme depoimento do capitão Adolfo, da aldeia Água Boa.

Nossos pai e nossos avô contou assim para nós. Não tinha civilizado naquele tempo. Só tinha mata. Quando Fagundes chegou, vinha de Joáima. Povo de Fagundes já achou nós aí no Pradinho e chamou: _ “vamos fazer aldeia mais encima. Lugar bom. E o índio foi. Chamou para Água Boa e foi. E também levou nós para as matas da Bahia. Cada vez que índio saía, mudava de lugar, ele vendia a terra. Quando nós voltou da Bahia já tinha gado, capim e gente. Fazendeiro queria dar vaca pela terra. Ninguém aceitou. Se vender terra onde é que nos fica? Para fazer medição precisou nós fazer guerra. Nos correu até com o engenheiro. Ele dava fumo para os índios, índio jogava fora. Nos queria terra, presente não. (CIMI LESTE, 1984, p. 13)

Segundo o depoimento da liderança Adolfo Maxakali, os *maxakalis* que viviam na região de Umburanas foram convencidos por Joaquim Fagundes a venderem ilegalmente suas terras, orientando-os que fossem para áreas de mata na Bahia.

Na Mata Atlântica da Bahia encontraram terras férteis para as roças e muita caça. Porém, foram contaminados pela malária, ocasionando a morte de muitos. Os poucos sobreviventes retornaram para Minas Gerais. Quando retornaram tiveram que enfrentar os posseiros que já estavam instalados em suas terras. A mata que deixaram havia sido derrubada e queimada, e em seu lugar havia a pastagem e o gado.

Há registros do Conselho Indigenista Missionário do Leste – CIMI LESTE (1984) em que Adolfo Maxakali narra que com o apoio dos filhos do cacique Coroado conseguiram expulsar alguns posseiros, se estabelecendo nas regiões próximas a do rio Prado de Minas e nas margens do rio Itanhém, nos vales entrecortados pelos córregos Pradinho e Água Boa. Segundo Marcos Magalhães Rubinger, Maria Stella Amorim e Sônia de Almeida Marcato (1980) até o final da década de 1910 a faixa de terra ocupada pelos *maxakalis* era contínua. Não tinha divisão territorial demarcada pela regionalização política do país. A fixação deles em Minas Gerais se deu por uma imposição.

Embora, não se disponha de dados demográficos precisos, as informações esparsas indicam que desde a ocupação da região de Umburanas pelos pecuaristas, houve decréscimo populacional dos *maxakali* devido à redução de sua qualidade de vida e aos conflitos com os fazendeiros da região, o que pode ser identificado pela baixa longevidade dos membros desse grupo e pela alta taxa de mortalidade infantil, particularmente em decorrência da desidratação, disenteria, infecções e anemia. No caso dos adultos, pode-se acrescentar a esses fatores a violência e o número elevado de assassinatos decorrentes dos conflitos externos e internos agravados pelas condições impostas pela sociedade nacional. Especificamente, pela oferta de bebidas com teor alcoólico como moeda de troca à prestação de serviços dos indígenas.

A relação do povo *maxakali* com as bebidas de alto teor alcoólico foi relatada pela primeira vez por Curt Nimuendajú, em 1939. “Vizinhos dos índios iam à aldeia levando ‘lata de querosene de cachaça’ com o objetivo de embriagá-los e posteriormente, praticar sevícias contra as mulheres”. (*Apud* PE-NA, 2005, p. 101)

Já Geralda Chaves Soares (1998) menciona que a cachaça foi introduzida no meio dos *maxakalis* antes da década de 1930, especificamente quando um dos integrantes da equipe que fez o levantamento topográfico na região permaneceu no local. E juntamente com os *maxakalis* plantou cana e instalou um pequeno alambique no qual se fabricou cachaça. A autora diz que a cachaça permitiu uma euforia ainda mais elevada do que as bebidas fermentadas, colocando-os em contato com os *yãmiy* (com os espíritos) nos rituais. Essa pode ser uma das explicações para a relação de dependência dos *maxakali* com as bebidas alcoólicas.

Em visita realizada na aldeia Santa Helena de Minas,

em julho de 2013, com duas professoras⁵⁸ e discentes⁵⁹ do curso de pedagogia do Programa Plataforma Freire – MEC, ofertado pela Universidade do Estado da Bahia, no Departamento de Educação – Campus X, foi percebido que ainda há animosidade entre os moradores de cidades vizinhas com os *maxakalis* aldeados. Há apreciações negativas acerca dos indígenas. Os moradores ajuízam que os *maxakalis* são preguiçosos, vagabundos, que roubam e que só vão à cidade em busca de bebidas alcoólicas. Criticam a posse do território, uma vez que a produção agrícola deles é considerada como incipiente.

Atualmente, os *tikmîr'ûn* de Minas Gerais são cerca de 2.000 indígenas, grande parte da população é formada por crianças e jovens. Segundo informações de Solimar Maxakali, liderança da comunidade de Santa Helena de Minas, na aldeia há 35 famílias, aproximadamente 170 habitantes.

Os *maxakalis* dessa região ainda cultivam o ato de pescar, do plantio da mandioca e do milho. Na entressafra trabalham nas colheitas nas fazendas vizinhas. Quando estão sem ocupação peregrinam por cidades mineiras e baianas em busca de produtos que não podem adquirir; mas, sempre retornam à aldeia, voltando as suas atividades habituais, incluindo nesses afazeres trabalhos como assalariados nas fazendas próximas e a colheita de suas pequenas roças e a fabricação de artesanatos.

⁵⁸ Meus agradecimentos à Prof^a Mestre Maria Mavianer Assis Siquara e à Prof^a Mestre Nelcida Maria Cearon, que colaboraram na articularam da aula de campo na comunidade indígena de Santa Helena de Minas. A visita à aldeia *Maxakali* foi uma das atividades do componente “História e Cultura Indígena” por mim ministrado.

⁵⁹ Estiveram presentes: Elicelia M. C. Dias, Ednalva Oliveira Costa, Milene Correa de Oliveira, José da Conceição, Silvane dos Reis Franco, Maria de Lourdes M. Silva, Maria Ester O. de Pinho. Registro meus sinceros agradecimentos a discente Milene Correa de Oliveira pelo carinho que nos recebeu em sua residência em Batinga (BA) e pelas articulações prévias à visita junto às lideranças *maxakali*, aos educadores e a FUNAI.

Os registros históricos dos vários momentos de contatos de *maxakalis* com colonizadores apontam que eles viviam predominantemente de atividades de caça e coleta e praticantes de agricultura, características sociais que são em parte, vivenciadas pelos indígenas aldeados na Terra Indígena Santa Helena de Minas. A agricultura incipiente é explicada por Rodrigo Barbosa Ribeiro,

Pelo menos 80% da cobertura florestal original da Terra Indígena Maxakali foi devastada, havendo atualmente apenas capim em seu lugar. A subsistência desse povo é obtida principalmente através dos serviços remunerados oferecidos pelo Estado Nacional brasileiro (aposentados, pensões, remuneração de programas estatais etc.) complementados por uma agricultura implementada com mão-de-obra familiar. Os víveres obtidos são redistribuídos segundo em mecanismo, cujo princípio norteador associado às relações de parentesco – as quais, por sua vez, costumam ser mais amplo e se estender para além dos componentes dos familiares elementares. (RIBEIRO, 2008, p. 14)

A participação dos *maxakalis* no sistema produtivo é limitada por alguns fatores, dentre eles, a redução dos espaços disponíveis para a prática das atividades econômicas e a política assistencialista dos órgãos do Estado, que destruiu a organização social e econômica do grupo. Outra questão foi a inadaptação deles no manejo de gados, quando tiveram suas matas derrubadas. Eventos que o deixaram marginalizados, dependentes de programas assistencialistas e da oferta de prestação de serviço nas lavouras, que acontece em períodos esporádicos, o que inviabiliza a aquisição de produtos do comércio.

Eles têm por hábito a venda de parte da pequena produção agrícola, artesanato e sementes de capim nas feiras de Batinga e de Santa Helena de Minas. Apesar da inserção desses no sistema produtivo regional, não deixaram de serem estigmatizados e avaliados como preguiçosos, sujos, ladrões e bêbados; excluídos socialmente da estrutura regional na qual estão inseridos.

No afã de conseguir esses produtos, muitos abandonam suas roças para trabalharem nas fazendas vizinhas. No período da entressafra, quando retornam para a aldeia, recomeçam o cultivo em suas áreas. Enquanto aguardam o período de colheita de suas lavouras, ficam sem recursos financeiros, buscando na mendicância o dinheiro para aquisição de produtos e de bebidas. Quando os grupos peregrinam pelo vale do Mucuri, passam por vários municípios, tendo como última cidade, Teixeira de Freitas (BA).

A frustração por não realizarem suas aspirações, o desprezo dos moradores das cidades, o desrespeito à diversidade étnica e cultural têm contribuído para que alguns se refugiem na embriaguez. Para Ka W. Ribas (2008) esse fenômeno do tempo presente é a marca da “falência de um mundo e de valores embasados no individualismo e no consumismo, no racionalismo e na lógica cartesiana”. (RIBAS, 2008, p. 145)

João Luiz Pena (2005) infere que os *maxakalis* resistiram, enquanto foi possível, por manter certo distanciamento da sociedade colonizadora em expansão; entretanto “foram vencidos e nesse processo, provavelmente, também se viram obrigados a ter acesso de forma intermitente aos produtos dos não-índios, incluindo-se aí a aguardente”. (PENA, 2005, p. 1)

Apesar de todas as coações sociais, políticas e econômicas e dos desarranjos sociais vivenciadas por esse povo, eles são identificados pela resistência e pela importante capacidade de preservar traços marcantes de sua indianidade – especialmente a língua *maxakali*. Além desse signo temos: o aldeamento, a organização espacial das casas nas aldeias, distribuídas em torno do pátio de cerimônias, o gosto pelas pinturas dos rostos, a dedicação ao artesanato e a valorização de seus cantos.

Os Sujeitos que vivenciam os cantos

No estado de Minas Gerais, segundo dados da Associação Nacional de Ação Indigenista – ANAI (2015) – há atualmente doze etnias indígenas agrupadas em dezessete aldeamentos. Os povos indígenas no território mineiro são: *maxakali*, *xakriabá*, *krenak*, *aranã*, *mukuriñ*, *pataxó*, *pataxó hã-hã-hãe*, *catu-awá-arachás*, *caxixó*, *puris*, *xukuru-karirie pankararu*. Todas essas etnias estão vinculadas linguisticamente ao tronco macro-jê.

O povo *maxakali* é um exemplo de resistência, vivem aldeados, com famílias numerosas. Adultos, jovens e crianças são alegres, gostam de se pintar e cantar. As músicas e ritmos preferidos são traduzidos por eles na língua *maxakali*, para que todos possam entender, uma vez que só os homens adultos falam português.

Quanto à língua, todos se comunicam na língua nativa – o *maxakali*, esta pertencente ao tronco linguístico macro-jê. Na comunidade de Santa Helena, mulheres e crianças falam algumas palavras esparsas em português, sendo a comunicação entre eles totalmente na língua indígena.

Na escola da aldeia as crianças são alfabetizadas na língua nativa, só a partir dos 12 anos, aprendem a língua portuguesa. A educação escolar é bilíngue, a professora de português é uma missionária, fluente na língua *maxakali*, portanto ensina o português aos mais velhos, alfabetiza os adultos em português e em *maxakali*. Há materiais, como livros, o Novo Testamento e cartilhas escritos na língua indígena. Nos demais espaços da aldeia a comunicação é na língua nativa.

Percebeu-se ao visitar a aldeia que o fortalecimento da indianidade, a tomada de consciência – ser *maxakali* tem se intensificado com a educação escolar que é diferenciada e específica. A cultura e a língua indígenas como elementos fundantes do currículo escolar.

Existem vocabulários registrados da língua *maxakali* desde o século XIX, realizados por Wied-Neuwied, em 1989 e por Curt Nimuendaju, em 1939. O primeiro trabalho comparativo, na perspectiva da sociolinguística, é um ensaio sobre a “Família Linguística Masüakali”, publicado por Chestmir Loukotka, em 1931. Alguns estudos descritivos da língua foram produzidos nas décadas de 1960 e 1970 pelo casal missionário do Summer Institute of Linguistics (SIL), Harold Popovich e Frances Blok Popovich. As informações⁶⁰ linguísticas socializadas pelo casal fizeram com que os *maxakalis* se tornassem conhecidos a nível internacional. (*Apud* CÂMARA JR, 1965)

Os *maxakalis* da Terra Indígena de Santa Helena de Minas apresentam seus cantos na língua nativa, esses vivenciados nos diferentes espaços da aldeia. Na visita a referida aldeia observamos que as crianças sabem muitos cantos. Por meio dos cantos, elas falam da fauna, flora, de seus conhecimentos sobre anatomia, biologia, da vida e da essência humana.

Para a estudiosa Rosângela Pereira de Tugny (2013), o bem mais valioso para as sociedades indígenas são seus cantos. Entre os povos indígenas os cantos têm o poder de curar e para os *maxakalis* “para ser dono de um canto um indígena deve merecer”, pois o canto é como um presente dado àquele ou àquela que demonstra ter habilidades como coragem e resistência, já que “ser dono de um canto exige muita responsa-

⁶⁰ A língua *maxakali* é descrita como morfológicamente ergativa, com reflexos no sistema pronominal, complexificando-o e com uma rica fonologia. As descrições fonológicas dela costumam apresentá-la em um quadro de 5 vogais orais e 5 vogais nasais e duas séries consonantais: uma série de 6 fonemas orais e uma série de 4 fonemas nasais. Como em muitas línguas Macro-Jê, os verbos no *maxakali* apresentam, em geral, uma forma única, invariável, havendo, porém, um conjunto restrito de verbos com diferentes formas para o singular e o plural. Na sintaxe, a expressão de aspecto parece configurar um sistema rico. A ordem preferencial, nas orações independentes, é sujeito – objeto – verbo (SOB), não permitindo o apagamento do objeto nessas orações, de acordo com Deuscreide Gonçalves Pereira (1992).

bilidade”. (TUGNY, 2013, p. 13)

O que falam os Tikmũ'ũn por meio de seus cantos

Partindo do princípio de que há poesia em toda parte, portanto, forma diversa de experiência e de criação de sentido. Conforme exemplo apresentado por Pedro Cesarino (2011), o povo marubo, do vale do Javari (Amazonas), diz que seu ancestral Vimi Peiya aprendeu a fazer casas, cestarias e a caçar com arco e flecha, com o povo que vive nos rios, especificamente com os espíritos das sucuris e demais habitantes das águas, que concebem a si mesmos como pessoas. Assim também, Yamalui Kuikuro⁶¹ fala que o seu povo aprendeu parte de seus conhecimentos com os espíritos das onças, das quais são parentes. A relação de cada povo com os espíritos é uma das formas determinantes de cada grupo vivenciar a indianidade.

Esses exemplos nos remetem a defesa de que para compreender a poética literária indígena torna-se então necessário conhecer um pouco mais dos mundos em que eles são criados. Para todos os povos indígenas os cantos têm uma grande importância, pois, são os propagadores de conhecimentos ancestrais adquiridos pela tradição oral. E quem conhece e canta são como guardiães desses saberes milenares.

Para Rosângela Pereira de Tugny (2013), “os cantos são uma fonte quase infinita de aprendizado para os *tikmũ'ũn*” (TUGNY, 2013, p.14). Nos cantos eles falam de si mesmo, falam do outro, falam da natureza na voz do outrem e narram fatos com muita emotividade. Para exemplificar essas formas de estruturar o discurso, elegemos três cantos. Todos os cantos

⁶¹ Liderança xingwana que esteve no Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia – Campus X, em 16 de novembro de 2014, momento em que proferiu palestra sobre a cultura do povo Kuikuro.

serão apresentados em português, mas na aldeia eles são cantados em *maxakali*. O primeiro canto a ser apresentado é o da mandioca, traduzido conforme o sentido expresso.

debaixo do braço
levando uma raiz grandona debaixo do braço
debaixo do braço
levando uma raiz comprida debaixo do braço
debaixo do braço
levando uma raiz curta e grossa debaixo do braço
debaixo do braço
levando uma raiz fina debaixo do braço
debaixo do braço
levando uma raiz bem escura debaixo do braço
debaixo do braço
levando uma raiz torta debaixo do braço
debaixo do braço
levando uma raiz achatada debaixo do braço
debaixo do braço

Nesse canto o tema é ancorado na cultura da colheita da mandioca. Assim a poética se estrutura nos saberes ancestrais, na tradição. E o cantor faz uso desse enunciado para que os mais novos possam ter acesso a esse patrimônio. Assim, o sentido é construído por meio da seleção de vocábulos, nesse caso aqueles referentes ao tubérculo colhido e que categorizam a referida raiz; por meio do canto os diferentes formatos mandiocas são apresentados.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010) explicita que as palavras só adquirem expressividade no interior do discurso, assim ao serem selecionadas em função das especificidades de cada gênero, recebem expressividade em cada enunciação. No canto a expressividade da palavra não pertence à própria palavra, ela se materializa no enunciado e na enunciação. Assim, há uma *performance* a ser evocada pelos guardiões do canto, uma síntese dialética que é construída pelos sujeitos que interpretam o ato de arrancar as raízes de mandioca quando cantam.

Esse canto é considerado sagrado pelos *maxakalis*, só os homens mais velhos podem cantá-lo. Pois, acreditam que o conhecimento do canto veio por meio do contato com os espíritos de seus antepassados, por meio de sonhos. Essa parte do acervo cultural é retomada e reafirmada por meio dessa linguagem.

Nesse canto os homens *maxakalis* discriminam os tipos de raízes que um pé de mandioca pode produzir. A música descreve que ao arrancar da terra as raízes de mandioca pode-se ter vários tipos, desde “grandona e fina ou grandona e grossa, comprida e fina ou comprida e grossa, curta e fina ou curta e grossa, bem escura ou clara, torta ou achatada”.

Na obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Mikhail Mikhailovich Bakhtin compreende a comunicação como um processo interativo, muito mais amplo do que a mera transmissão de informações. Assim também, entendemos que pelo canto, os *maxakalis* não almejam só informar, há um propósito maior que é a interação social por meio da linguagem. Por meio da interação verbal os *maxakalis* socializam singularidades de sua sociedade e de suas experiências, de forma melódica para que não caia no esquecimento. Conforme, Mikhail Mikhailovich Bakhtin:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato fisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 2010, p. 123)

Nesse canto tem-se uma poética da vida social e cultural, uma vez que a mandioca é a base da alimentação desse povo. Da raiz da mandioca se faz a farinha, a bebida fermentada e o beiju. O canto funciona como um código cultural que possibilita a conexão entre o passado e o presente, atualizado no ritual de arrancar a mandioca da terra com a força dos braços.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin diz que ao estudarmos o homem, procuramos e encontramos signos por toda parte e nos empenhamos a interpretar o seu significado. Nesse sentido, ele abre uma importante porta para que possamos abordar uma questão que se coloca como primordial para o entendimento da poética indígena. Podemos assim questionar a concepção de arte quanto à noção de belo. Como vimos os enunciados expressos favorecem a construção de imagens a partir de uma dada realidade que apreendida e elaborada por sujeitos poéticos. A poética não se encontra só no enunciado, mas também na enunciação.

O segundo texto é o canto do zabelê; ele pertence aos cantos do ritual dos *Xûnîm* (encontrado com evidência na cultura dos *maxakalis*). Na letra o espírito *Xûnîm* informa que está indo embora para um lugar onde está a sua morada. O canto faz referência à partida de *Xûnîm*, que resolve ir embora, movido pelo sentimento de saudade. Assim, toma a decisão de voltar. Na enunciação há dois enunciadores, *Xûnîm* que descreve os espaços percorridos pelo zabelê e o próprio zabelê que assume a enunciação emitindo sons, seu canto, reproduzido nas primeiras estrofes. Esse canto é bem melodioso, incorporando o lamento saudososo da ave. Assim, temos:

diodiodiodioi
o ooooo
o ooo
e o e o e o
o e oi o e oi o e oi e oi
vou-me embora, vou-me embora
vou-me embora com saudade
quando chegar, quando chegar
vou deitar com saudade
o oo e o
o oooo
o oo e o
guegueguegue
a cauda do peixe pequeno fez
gueguegue

o a o o a o
o oooo a o
minha imagem no olho
minha imagem no olho ouvindo
sobrinhas
olhe apenas ouvindo
zabelê no vale para e canta
zabelê na colina para e canta
zabelê na encosta da colina para e canta
zabelê no cume da colina para e canta
zabelê na outra costa da colina para e canta
zabelê na quebrada para e canta
zabelê na caída da quebrada para e canta
zabelê no outro lado do rio para e canta
zabelê no cupinzeiro para e canta
zabelê em cima do cipó para e canta
zabelê ao lado da árvore para e canta
zabelê na árvore de fruto perfumado para e canta
zabelê com sede desce a nascente e canta
zabelê ao mato volta e vai cantar
zabelê metido no mato vai cantar, vai cantar
o oo e o

Há também nesse enunciado uma performance cultural⁶² em que enunciador incorporando *Xũnĩm* (o encantado, do mundo dos espíritos) inicia o ato solicitando, “me escutem, mas não venham. Meus irmãos me escutem, mas não venham”. Esse pedido é retomado no discurso do zabelê por meio das onomatopeias dio, oo, oi (do verso I ao V) gue gue (no verso XII); essas figuras de linguagem reforçam a solicitação de que fiquem em silêncio, escutem com atenção e não acompanhem *Xũnĩm* que regressa. Embora seja *Xũnĩm* quem canta, a imagem produzida é do zabelê regressando.

⁶² Para Regina Polo Müller (1990) performance cultural é entendida como uma estrutura a partir da qual conteúdos como noções e valores, a tradição ou o passado são reelaborados num presente, com vistas a um futuro, a se garantir a continuidade e reprodução em processo, o modo pelo qual a sociedade se coloca perante a história. Assim, é pela performance de uma experiência vivida que se pode reexperimentar, reviver, recriar, recontar, reconstruir e remodelar uma cultura.

Os enunciadores falam de um mesmo fato, da partida, do trajeto do zabelê em diferentes espaços geográficos. Assim, o discurso de outrem, isto é, do saudoso zabelê é também o discurso de *Xũnĩm*, que é interpretado teatralmente pelo dono do canto (Marinho). E as leituras de zabelê são socializadas pelo seu canto. Ana Cristina Santos Alvarenga (2007, p. 79) em seus estudos apresenta duas tabelas que explicitam como esses papéis são assumidos, trazemos apenas um recorte, apresentando o que é concernente ao canto do zabelê.

Canto	Dono do canto	Quem canta	História de quem	Voz do ritual	Dança
Zabelê	Marinho <i>maxakali</i>	<i>Xũnĩm</i>	Zabelê	<i>Xũnĩm</i>	<i>Xũnĩm</i>

Do verso XXII em diante *Xũnĩm* retoma o discurso, descrevendo a trajetória da ave zabelê, fala dos espaços percorridos até o regresso a sua antiga morada – “metido no mato, vai cantar, vai cantar”.

Nessa enunciação há uma dinâmica estabelecida pelo sujeito (o dono do canto) que pronuncia o discurso, o lugar do enunciator passa a ser o *Xũnĩm*⁶³, que fala da ave. Para Ana Cristina Santos Alvarenga (2007), o estado de ser *Xũnĩm* permite ao sujeito não somente ver e ser outros animais, mas também dialogar e falar por eles. Em Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010), vamos encontrar o discurso citado que é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação. Nesse caso o discurso de *Xũnĩm* no discurso da ave, que se apropria da voz de Marinho para aconselhar os ouvintes, que fique onde estão,

⁶³ Entre os *Maxakali* há doze cantos em que a voz do ritual é de *Xũnĩm*. São eles: o canto do periquito, do macaco, do cachorro, do espírito, do macuco, da onça, do veado, do zabelê, do sol, da minhoca, da borboleta e do girino. Há os cantos que não pertencem a *Xũnĩm*, são de *putuxop* ou dos homens, dentre eles temos: canto do sapo, da anta, do papa-mel, do tamandú-bandeira, do gavião mateiro, do peixe, do martim pescador, da sucuri, do milho, do urutau, do urubu, do fumo, das araras, do arroz, das maritacas, do jupati. Ana Cristina Santos Alvarenga (2007) apresenta uma interessante análise musical desses cantos.

pois o regresso ao mundo dos espíritos só permitido a ele (*Xũnĩm*).

O tema é construído por aspectos verbais e não verbais (a dança de *Xũnĩm*). Enquanto os verbais são recuperados pelos vocábulos e pelas significações desses, os aspectos não verbais são reconstruídos pela entonação da voz e pela dança do dono do canto (o Marinheiro), e pela dimensão cultural que o canto porta. Conforme Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2003),

Por trás de cada texto está o sistema de linguagem. A esse sistema correspondem no texto tudo o que é repetido e reproduzido e tudo que pode ser repetido e reproduzido, tudo o que pode ser dado fora de tal texto (o dado). Concomitantemente, porém, cada texto (como enunciado) é algo individual, único e singular, e nisso reside todo o seu sentido (a sua intenção em prol da qual ele foi criado). É aquilo que nele tem relação com a verdade, com a bondade, com a beleza, com a história. (BAKHTIN, 2003, p. 135)

Aqui a poética se estrutura a partir de um acontecimento. Esse remonta as situações vivenciadas por aquele que parte. Nesse caso, atores sociais plenamente identificados, o guardião do canto dos *maxakalis*, que por meio de seus cantos compartilham suas ideologias e o *Xũnĩm*, que vem do mundo dos espíritos para ensinar aos seus parentes, o que implica no estabelecimento de uma dialética tanto na produção quanto na recepção desses enunciados.

No canto, a enunciação se dá pelas ações do dono do canto que empresta seu corpo e sua voz a *Xũnĩm*. Segundo o princípio bakhtiniano, o discurso como um eu constituído por vozes de diferentes enunciadorees. No dialogismo entre eu e o outro, o canto não só trata das ações do zabelê, mas também da cosmovisão desse povo. Quanto a essa análise Rosângela Pereira de Tugny (2013) diz que os cantos têm como função a efetivação de um encontro – sempre atualizado – dos homens com os seres invisíveis. “Cantam para se colocar no lugar de outros seres – dotados de distintas capacidades de perceber o

mundo” (p. 19).

No canto acima a sintaxe apresentada para sinalizar a voz de *Xūnīm* é “olhe apenas ouvindo”, isto é, visualize a cena por meio dos sons, não venham ver com os próprios olhos, exerce um poder regulador em relação ao processo de apreensão responsiva. Uma vez que só ao líder espiritual é permitido seguir o zabelê e falar de sua viagem. Esse enunciado vai ao encontro da ética *maxakali*, quando defende que para ser dono de um canto o *maxakali* deve ter condições para tal, pois pasará ser o guardião desse saber⁶⁴.

Quanto à enunciação, Carlos Alberto Faraco (2009, p. 140) explica que “citar não é simplesmente reproduzir, repetir, mas instituir um vínculo entre duas dimensões: o discurso que refere e o discurso que é referido”. Dessa maneira, para entender a poética do canto é importante que se perceba que o discurso fala do zabelê ao mesmo que tempo que fala de *Xūnīm*, pois só o encantado que veio do mundo dos espíritos tem condições de ouvir e falar com os seres da fauna e flora, nesse caso com zabelê. Em Mikhail Mikhailovich Bakhtin temos: “eis porque a experiência discursiva individual de qualquer pessoa se forma e se desenvolve em uma interação constante e contínua com os enunciados individuais dos outros” (2003, p. 294). Assim, os *maxakalis* atualizam e recriam o seu mundo, dos sujeitos e dos encantados. A transmissão da cultura indígena ocorre simultaneamente nas vivências e enunciações da vida social. É através dos enunciados e das experiências que os sujeitos articulam seus saberes, articulam o passado e o presente.

Os cantos apresentados ilustram os apontamentos teóri-

⁶⁴ Em suas explicações os *Maxakalis* dizem que seus antepassados receberam os cantos, que *Xūnīm* teria aparecido em sonho para alguns e ensinado os cantos. Os antepassados que ouviram os cantos, memorizaram e os repetiram na casa de religião (*kuxex*) para os demais homens, que em conjunto consideraram que os cantos eram ensinamentos sagrados de *Xūnīm*, passando assim a serem incorporados ao repertório.

cos expostos nas primeiras páginas desse texto, especificamente quando retomamos que o enunciado é construído a partir de uma referência axiológica, uma ética estabelecida pelos produtores da enunciação e pela tomada de posição de quem produz e recebe (BAKHTIN, 2003). O que podemos também perceber pela análise de Rodrigo Barbosa Ribeiro (2011) quando infere que os cantos podem sofrer alterações a depender de quem os entoa. Essas pequenas alterações podem estar motivadas por relações políticas e históricas.

Tal fato se explica pelo teor das relações políticas deste povo, uma vez que não há uma instância transcendental de totalização da experiência, o que abre margem para a emergência deste tipo de variação. Mas há também um aspecto histórico interveniente neste processo, pois os *tikmu'un* dizem que seus grupos de cantos são formados pela coalizão das pessoas que se reuniram nesta região na passagem do século XIX para o XX. Cada qual teria contribuído com um trecho dos atuais 10 grupos de cantos existentes e através da troca de músicas eles puderam criar os atuais *yāmiyxop*. Tal fato atesta que os *yāmiyxop* estão longe de serem tomados como um dado bruto da realidade, sendo, ao contrário, percebidos como o resultado relativamente contingente da história. (RIBEIRO, 2011, p. 10 não numerada)

A interlocução com os dois cantos apontou que de fato a linguagem não pode ser estudada fora da sociedade, uma vez que todo enunciado é perpassado por outras vozes, tem estabilidade provisória e traz em sua composição características de cada enunciação em que é veiculado.

Como podemos perceber os cantos, entendidos como enunciados se configuram como uma cadeia complexa preenchida por ecos de outros enunciados, antecipando um discurso não dito, mas solicitado no direcionamento a um interlocutor ou a um grupo social. Pois, qualquer enunciado, é, por conseguinte, um signo ideológico, dialógico, único, irrepetível e se instaura diferente em cada interação.

Se o enunciado é construído a partir de uma referência axiológica, pela aproximação ao conjunto de valores presentes

nos discursos apresentados, acreditamos que o acesso aos cantos nos permitiu aproximar da cosmovisão dos *maxakalis*, em um movimento dialógico que exigiu conhecer um pouco do *modus vivendi* desses indígenas, da sua história, dos anseios e dificuldades; sujeitos tão próximos de nós geograficamente e que pouco sabemos.

Considerações finais

As leituras dos textos dos *maxakalis* se deram a partir da teoria de Mikhail Mikhailovich Bakhtin. Assim foi possível apreender que os temas abordados nos dois cantos não podem ser entendidos pela significação das palavras, é indispensável levar em consideração os fatores linguísticos, históricos, sociais e culturais. Os cantos não são só para informar, mas também para nomear, orientar e reviver o que os antepassados fizeram. Os *maxakalis*, por meio de seus cantos enfatizam a importância dessa poética ser apreendida, conforme a concepção de Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2003) ao dizer que

o homem em sua especificidade sempre exprime a si mesmo (fala), isto é, ele cria texto (ainda que potencial). Quando o homem é estudado fora do texto e independentemente deste, já não se trata de ciências humanas (mas de anatomia, de fisiologia humana etc.). (BAKHTIN, 2003, p. 312)

Os cantos ainda nos remetem a Bakhtin (2006) quando ele diz que a comunicação verbal se entrelaça a outros tipos de comunicação (como a performática), assim não se pode isolar a comunicação verbal dessa outra comunicação global – por exemplo, quando pensamos a relação dos enunciados (cantos) com as questões históricas, sociais e culturais para o povo *maxakali*. Assim, esse gênero (o canto) textual tem se constituído como textos empiricamente produzidos, cumprindo funções em determinada situação comunicativa. Como exemplo, a evocação de *Xũnĩm* na atualização dos ensinamentos.

Podemos inferir que para os *maxakalis* cantar é uma das formas de pensar o mundo, nomear, descrever e falar das ações humanas e sobrenaturais. Os cantos como enunciados essenciais para o desenvolvimento dos sujeitos, na medida em que contribuem para a compreensão de si e do outro. Assim, a vivência dos cantos na aldeia dos *tikmĩr'ĩm* pode ser entendida como um modo particular de (re) constituição da identidade cultural desses indígenas.

RELAÇÕES DIALÓGICAS EM REVISTA INFANTIL: PROCESSO DE ADULTIZAÇÃO DE MENINAS

Cristhiane Ferreguett

Introdução

E tudo em mim – cada movimento, cada gesto, cada experiência vivida, cada pensamento, cada sentimento – deve ser um ato responsável, é somente sob esta condição que eu realmente vivo, não me separo das raízes ontológicas do existir real. (BA-KHTIN, 2010b, p. 101)

Apresentaremos no capítulo desse livro a síntese da nossa tese de doutorado, defendida em agosto de 2014 na PUCRS. Pontuamos sobre os objetivos da pesquisa e destacamos a metodologia que criamos para analisar as reportagens da *Revista Recreio Girls*, nosso objeto, e os resultados dessas análises. Aproveitamos a oportunidade para convidar o leitor para uma leitura detalhada de toda a pesquisa; o trabalho encontra-se disponível para *download* no site do Repositório Institucional da PUCRS⁶⁵. Na tese será possível visualizar as imagens, recortes das revistas, que por questões legais – direitos autorais da Editora Abril – não podemos publicar aqui.

A tese intitulada *Relações dialógicas em revistas infantis: o processo de adultização de meninas* discute o discurso midiático dirigido às meninas na faixa etária de seis a onze anos de idade e a forma como esses discursos impactam na formação dessas crianças. Compreendemos que a construção da identidade da cultura contemporânea baseia-se, de modo especial, no consumo; crianças, jovens e adultos são compeli-

⁶⁵ *Relações dialógicas em revista infantil: processo de adultização de meninas*. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/6929>>. Acesso em: 23-02-2019.

dos a comprar; vivemos na era do dever da aquisição.

O consumismo contemporâneo foi implantado através de um aprimorado trabalho de *marketing*, como uma estratégia de sobrevivência do capitalismo moderno. Segundo Benjamin R. Barber (2009, p. 92), a nossa é uma era de narcisismo capitalista, em que “os negócios comandam gastos libertinos em falsos desejos enquanto ignoram as reais necessidades humanas”. Bens supérfluos são produzidos de forma homogênea e em grande quantidade. A economia global produz mais bens do que as pessoas de fato necessitam e por isso sempre há demanda de compradores, uma saída para a produção intensiva de produtos foi iniciar as crianças, ainda muito cedo, no mundo do consumo.

O censo do IBGE em 2010 demonstrou que no Brasil existem 45.932.295 milhões de crianças com idade até quatorze anos, ou seja, 24% da população do nosso país. A grande maioria dessas crianças, 78%, vive na região urbana, região com farta oferta de bens de consumo industrializados e fácil acesso aos meios de comunicação.

O sistema industrial/comercial sabe que muitas crianças têm dinheiro para gastar, ou seja, elas são um importante mercado consumidor no presente e um mercado consumidor em potencial no futuro – quando se tornarem adultas. Além disso, são capazes de influir nas compras realizadas pela família, a criança de seis a onze anos é alguém com forte poder de influência sobre a escolha, mesmo com os pais exercendo (na maioria das vezes) o papel de finalizador da compra.

Parodiamos da célebre frase de Simone de Beauvoir (1967, p. 09) – “não nascemos mulheres, tornamo-nos mulheres” – para afirmar que ninguém nasce consumista, torna-se consumista. Os anúncios de publicidade seduzem a criança no momento espontâneo de desenvolvimento emocional e lhes apresentam um mundo infinito de objetos que devem ser ad-

quiridos para que seja aceita. Lembro aqui que a inclusão ou a exclusão de determinado grupo social é questão de importante relevância nas diversas fases da vida humana e de modo especial na infância.

Há pouco tempo, a criança que se destacava era aquela que tinha uma habilidade que atraía as outras crianças: era o menino bom de bola, a garota que dava show pulando corda ou jogando vôlei. Hoje se destaca no grupo a criança que tem o último modelo de celular, a roupa ou o tênis de marca, ou seja, aquela que tem a posse do bem material ditado pela moda e pelo *marketing*. Um dos jargões que nos chama a atenção diz que vivemos na era do ter e não do ser; hoje as pessoas são identificadas pelo que consomem e possuem e não pelo que são.

Acreditamos que meninas não precisam de salto alto, não precisam de *kits* de maquiagem, de joias ou de bijuterias. Todas essas necessidades são criadas pela mídia e pela sociedade de consumo. Uma menina que vive sua infância, sem se preocupar com o que dita o mercado da moda, consome muito menos que uma menina que se importa em seguir os modelos pré-estabelecidos pelo mercado do consumo.

As mudanças sociais provocadas pelo *marketing* capitalista precisam ser mais pesquisadas e compreendidas. Acreditamos que cabe a nós, pesquisadores dos fenômenos linguísticos, a responsabilidade de estudar e analisar a forma como o texto é estruturado e utilizado a serviço da publicidade nesse processo.

Para compreender quais são os recursos utilizados pela publicidade no processo de adultização precoce da criança, pensamos, inicialmente, em trabalhar com análises de peças publicitárias impressas que seriam destacadas da revista semanal *Recreio*. A proposta era selecionar publicidades de roupas e acessórios voltados para a menina, assim como de produtos

considerados supérfluos – maquiagem, bijuterias etc. Quando, em dezembro de 2010, nos deparamos com o lançamento de um número especial para meninas, a *Revista Recreio Girls* nº 01, ficamos exultantes, pois imaginamos que iríamos encontrar uma grande quantidade de anúncios dentro da especificidade que procurava.

Para nossa surpresa, praticamente não havia anúncios que pudessem ser destacados da *Revista*, uma vez que a publicidade se encontrava diluída nas diversas reportagens da *Recreio Girls*. As atrizes e cantoras, aparentemente de uma faixa etária superior, eram apresentadas como modelos que a menina de seis a onze anos (público-alvo da *Recreio Girls*) deveria imitar. Dessa forma, as reportagens acabaram ocupando o lugar de objeto da presente pesquisa.

Nossos questionamentos diante desse novo objeto foram:

- Que características do discurso publicitário podem ser observadas em distintas reportagens da *Revista Recreio Girls*?
- Como os sentidos são produzidos, via aspectos verbo-visuais, no que se refere à aproximação e influência às leitoras de *Recreio Girls*?
- Como se constrói discursivamente a adultização precoce de meninas em reportagens da *Revista Recreio Girls*?

Com o propósito de buscar respostas para essas questões, definimos o seguinte objetivo geral para o trabalho: analisar como o discurso publicitário se engendra na tessitura discursiva de reportagens da *Revista Recreio Girls* e que efeitos de sentidos produz no que se refere à adultização precoce da menina. Traçamos ainda outros três objetivos específicos: a) analisar características do discurso publicitário em diferentes reportagens da *Revista Recreio Girls*; b) analisar como os sen-

tidos são produzidos nos discursos, via aspectos verbo-visuais, no que se refere à aproximação e influência às leitoras de *Recreio Girls*; e c) analisar como se constrói discursivamente a adultização precoce de meninas em reportagens da *Revista Recreio Girls*.

Para as análises, selecionamos três reportagens, uma amostragem que pudesse representar, de certo modo, o conjunto das revistas publicadas, tendo em vista a comercialização de cinco números, entre 2010 e 2012⁶⁶. Desse montante, foram escolhidas: uma reportagem da primeira revista, outra da terceira (a revista do meio) e uma reportagem da quinta e última revista. Um dos critérios de seleção foi a escolha de reportagens que apresentavam a presença marcante de imagens de bens de consumo. Outro critério de seleção das reportagens foi evitar a repetição de temas, por isso selecionei uma reportagem sobre moda, outra sobre cabelos e outra sobre perfil. No entanto, a reportagem sobre perfil é uma reportagem ampliada; ela inicia como reportagem do tipo perfil seguida de duas outras (uma de moda e outra de maquiagem e cabelo), como uma espécie de sequência. Para evitar o prejuízo da compreensão da reportagem sobre perfil como um todo, analisamos também as duas outras que a complementam, o que acabou totalizando cinco reportagens.

A primeira reportagem é de moda e o título é “Vire Estrela!” A segunda é um especial sobre cabelos e o título é “10 dicas para ter fios lindos”. A terceira reportagem recebe o título de *Queridinha do Country* e apresenta o perfil da cantora Taylor Swift, seguida de mais duas: uma sobre moda “Menina

⁶⁶ Mesmo já tendo concluído a seleção do *corpus*, continuamos atentos ao lançamento das novas edições, sempre perguntando nas bancas pelo sexto exemplar. Curiosamente, até julho de 2014, o sexto exemplar não foi colocado à venda. Pode-se inferir que o formato não agradou às meninas ou não deu o retorno esperado/desejado aos empresários, mas esta questão não será alvo deste estudo. Como se trata de uma edição especial, pode retornar a qualquer momento.

Estilosa” e outra sobre maquiagem e cabelo “Fique Linda como Taylor”.

Como embasamento para a reflexão, buscamos apoio no referencial teórico-metodológico do Círculo de Bakhtin, que considera todo ato comunicativo dinâmico e contextual, situado por sujeitos, instituições, tempos e espaços definidos. A concepção de linguagem do Círculo leva em conta a alteridade, os papéis interativos dos interlocutores, os modos e as circunstâncias da interação verbal. Por essas razões, a teoria se mostra adequada para discutir o objeto de estudo em questão.

A fim de atender aos objetivos propostos, organizamos nosso estudo em quatro capítulos, seguido das considerações finais. Os dois primeiros capítulos são de contextualização, sendo o primeiro sobre a criança e o segundo sobre cultura de massa, mídia e propaganda. O terceiro é essencialmente teórico. Estes três primeiros capítulos forneceram as bases para as análises realizadas no quarto e último capítulo do trabalho.

O primeiro capítulo contempla um estudo sobre a criança, devido a necessidade de desenvolver uma reflexão mais abrangente sobre o leitor da *Revista Recreio Girls*. Para compreender a criança, é preciso compreender a imagem que o adulto faz da criança e como se relaciona com ela. Discutimos a infância, numa perspectiva histórica e social por ser a opção mais coerente e em sintonia com o pensamento bakhtiniano. Trata-se de um capítulo de caráter documental e contextual.

No segundo capítulo, apresentamos questões sobre a cultura e mídia de massa, além de uma discussão sobre o discurso publicitário e as especificidades do discurso publicitário direcionado para as crianças. Discutimos pontos de vista de alguns publicitários sobre a publicidade, bem como o de pessoas e instituições que se opõem ao discurso publicitário dirigido diretamente a crianças. Apresentamos ainda a legislação nacional que regula a publicidade para o público infantil, bem

como a proposta do Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR).

No terceiro capítulo, apresentamos os principais conceitos, discutidos pelo Círculo de Bakhtin, que foram utilizados para nortear este trabalho: signo ideológico, palavra, enunciado, discurso, gênero, acento de valor, alteridade, relações dialógicas, ato responsável e compreensão responsiva. Ainda nesse capítulo, apresentamos uma proposta de metodologia que sistematizamos para as análises das reportagens da *Revista Recreio Girls* – quarto capítulo – a partir das concepções linguísticas apresentadas pelo Círculo de Bakhtin.

No último capítulo da tese, apresentamos as análises das reportagens. Seguimos as orientações metodológicas sistematizadas no terceiro capítulo e utilizamos o aporte teórico fornecido pela teoria bakhtiniana bem como as informações sobre criança, mídia e publicidade infantil para discutir detalhes das reportagens selecionadas.

Proposta de análise

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Mikhail Mikhailovich Bakhtin/Valentin Nikolaevich Volochinov (2004) apresenta duas propostas de regras metodológicas: a primeira na página 44 e, a segunda, na 124. Na primeira proposta, é dito que “cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio ideológica. A cada grupo de formas pertencentes ao mesmo gênero, isto é, cada forma de discurso social corresponde a um grupo de temas” (BAKHTIN/ VOLOCHINOV, 2004, p. 43). Compreendemos que se trata de um embrião da ideia de gênero discursivo que será desenvolvida posteriormente por Mikhail Mikhailovich Bakhtin. O termo *forma*, que aparece como sendo “forma de discurso social”, vai estar presente tanto na ordem metodológica da p. 44, quanto na outra da p. 124, com leves modifica-

ções no registro escrito, mas conservando o sentido de enunciado discursivo. A primeira ordem metodológica traz as seguintes recomendações:

1. *Não separar a ideologia da realidade material do signo* (colocando-a no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).
2. *Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social* (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico).
3. *Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material* (infraestrutura) (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 44)

No primeiro item, Mikhail Mikhailovich Bakhtin/Valentin Nikolaevich Volochinov assinala que não se deve separar a ideologia da realidade material do signo, ou seja, todo signo ideológico é também um signo linguístico e ambos estão marcados pelo horizonte social em que se realizam. O signo ideológico não deve ser colocado no campo da consciência “ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível”. Para Mikhail Mikhailovich Bakhtin/Valentin Nikolaevich Volochinov (2004, p. 49), a consciência constitui um fato socioideológico, o fenômeno psíquico deve ser compreendido e interpretado exclusivamente por fatores sociais, que determinam a vida concreta do indivíduo nas condições do meio social:

a atividade psíquica constitui a expressão semiótica do contato entre o organismo e o meio exterior. Eis porque o *psiquismo interior não deve ser analisado como uma coisa; ele não pode ser compreendido e analisado senão como um signo.*

Segundo Mikhail Mikhailovich Bakhtin/Valentin Nikolaevich Volochinov, o signo faz parte de um sistema de comunicação social e só tem existência quando se realiza dentro desse sistema; fora dessa realidade concreta ele é apenas um objeto físico, sem vida. Outro aspecto a ser considerado é o da valoração; a inserção do enunciado em um processo de comu-

nicação faz com que ele ganhe um valor diferente do que ganharia se estivesse inserido em outro processo de comunicação. Cada enunciado se torna único e com uma valoração própria, índice de valor que ganha sentido na relação entre os interlocutores do processo comunicativo e a inserção em um dado contexto histórico-ideológico-social. Para que “desencadeie uma reação semiótico-ideológica”, é indispensável que o objeto esteja relacionado com as condições socioeconômicas para que os sentidos tomem forma. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 45)

Mikhail Mikhailovich Bakhtin/Valentin Nikolaevich Volochinov (2004, p. 46) lembra que “em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios”, uma vez que o signo se situa na arena social. Os falantes podem falar a mesma língua, todavia isso não garante a produção dos mesmos sentidos no uso de formas idênticas ou equivalentes: “*em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios*” (p. 46), ou seja, existe uma espécie de tensão entre os diversos índices de valor do signo ideológico. Somente no uso, na interação social, é que os sentidos refletidos e refratados pelo signo ideológico irão se concretizar.

A terceira recomendação é não separar a comunicação da infraestrutura – base material/econômica de uma sociedade. Lembramos que para os autores existe uma “*relação recíproca* entre a infraestrutura e a superestrutura”. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 41)

Na p. 124, Mikhail Mikhailovich Bakhtin/Valentin Nikolaevich Volochinov (2004) apresenta a segunda ordem metodológica, antecedida por considerações sobre a realização da língua no sistema de comunicação concreto, da vida real e não no plano abstrato:

A língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta*, não no sistema linguístico abstrato das formas da língua nem no psiquismo individual dos falantes.

Disso decorre que a ordem metodológica para o estudo da língua deve ser o seguinte:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pela interação verbal.
3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 124)

A ordem apresentada representa um modo de se considerar a língua em situações verbais concretas, inseridas em contexto sócio- histórico-ideológico. Em primeiro lugar, Mikhail Mikhailovich Bakhtin/Valentin Nikolaevich Volochinov apresenta a ligação entre as formas e tipos de interação verbal em relação com as condições em que se realizam, ou seja, dentro das suas esferas do contexto sócio-histórico.

Em seguida, assinala sobre “as formas das distintas enunciações”. Compreendemos que aqui está implícita a ideia de gêneros, o embrião da ideia de gênero discursivo que será desenvolvida posteriormente por Mikhail Mikhailovich Bakhtin. Essas formas das distintas enunciações devem estar em relação com outros elementos ideológicos/contextuais. O terceiro e último ponto focaliza que, após serem considerados os itens anteriores, procede-se à “interpretação linguística habitual”.

Observa-se que a palavra – material verbal – se destaca dentre os diversos signos, pois está presente em todas as relações (entre indivíduos, do cotidiano, de caráter político etc.) e graças à faculdade de estar, concomitantemente, presente em todos os lugares e em toda parte é o melhor indicador das transformações sociais. A palavra possui o privilégio de organizar os diversos campos da vida social. Mesmo as transfor-

mações que ainda estão por vir, que não estão estruturadas nos sistemas ideológicos, são passíveis de um registro por parte da palavra: “a palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais”. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 41)

Para Mikhail Mikhailovich Bakhtin/Valentin Nikolae-vich Volochinov, “é nessa mesma ordem [metodológica] que se desenvolve a evolução real da língua”:

as relações sociais evoluem (em função das infraestruturas), depois a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal, e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 124)

Essa ordem metodológica se contrapõe à abordagem feita pela linguística da época, década de 1920, que trabalhava com a segmentação dos elementos linguísticos descontextualizados: “o que falta à linguística contemporânea é uma abordagem da enunciação em si. Sua análise não ultrapassa a segmentação em constituintes imediatos”. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 124)

A palavra na vida, em ação entre os interlocutores, faz parte da criação ideológica ininterrupta. As conversas que travamos no trabalho, no teatro, em uma reunião social ou até mesmo o nosso discurso interior são diferentes modos de discurso e estão intimamente relacionadas às outras interações de natureza semiótica (gestos, mímicas etc.). Todas essas formas de interação verbal e não verbal estão vinculadas às condições da situação social em que se materializam:

enquanto um todo, a enunciação só se realiza no curso da comunicação verbal, pois o todo é determinado pelos seus limites, que se configuram pelos pontos de contato de uma determinada enunciação com o meio extra verbal e verbal (isto é, as outras enunciações). (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 125)

Associando essas reflexões aos discursos destinados às

crianças, observamos que as imagens ganham espaço privilegiado, uma vez que chamam muito a atenção dos pequenos e falam tanto ou muito mais do que as palavras. Em publicidade infantil, normalmente, a imagem é fator de destaque. Em nossa dissertação de mestrado (FERREGUETT, 2008), verificamos que as peças publicitárias publicadas em revistas infantis eram caracterizadas pela presença predominante de imagens acompanhadas por textos curtos para facilitar a compreensão da mensagem pelas crianças menores que estão ensaiando os primeiros passos no mundo da leitura, além de serem atraentes para uma leitura rápida da garotada que não quer perder tempo.

As reportagens da *Revista Recreio Girls* lembram a estrutura de uma peça publicitária: predominância de imagens e textos sintéticos. A fim de seduzir o público infantil, a revista apresenta uma onipresença de textos verbo-visuais, onde palavra e imagem se completam e ao mesmo tempo se mesclam, formando uma trama de palavras e imagens. A linguagem verbal acompanha a imagem, atribuindo-lhe sentidos; a imagem se insere nas linhas e entrelinhas dando sentidos às palavras. Elementos visuais e elementos verbais estão em relação dialógica, não podendo ser separados, sem risco de amputação dos sentidos. Não podemos excluir um ou outro elemento. A articulação entre imagens e palavras exige do analista percepção e compreensão da trama do verbo-visual, que se materializa como enunciado.

Mikhail Mikhailovich Bakhtin, ao longo de suas obras, faz diversas menções aos enunciados visuais enquanto lugar de produção de sentidos. Na obra sobre François Rabelais – *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: o Contexto de François Rabelais* (1993), o autor aborda o sistema de imagens culturais – funcionamento de tipos de linguagem humana não verbais. Dos sete capítulos, três explicitam em seus títulos a ênfase dada ao estudo das imagens, sendo o capítulo

terceiro – “As formas e imagens da festa popular na obra de Rabelais”; o capítulo quinto – “A imagem grotesca do corpo em François Rabelais e suas fontes” – e o capítulo sétimo: “As imagens de Rabelais e a realidade de seu tempo”. Ao longo da obra, é dada atenção às diversas imagens descritas na obra de François Rabelais (BAKHTIN, 1993) – “imagem do médico” (p. 155); “imagens de banquete” (p. 250); “imagens da sepultura” (p. 286); “imagem do inferno” (p. 346); “imagem da festa popular” (p. 400) etc. Seleccionamos um trecho sobre a “imagem da morte renovação” na obra de François Rabelais, sob a perspectiva de Mikhail Mikhailovich Bakhtin:

A terra era, portanto, singularmente fértil “em nêspers”. Ora, os que comeram desses frutos foram vítimas de bem estranhos acidentes: sobreveio-lhes ao corpo um inchaço horrível, cada um num local diferente. Rabelais aproveita a ocasião para descrever essas diversas deformidades tipicamente que atingem uma parte qualquer do corpo, ignorando completamente as outras. Ele esboça de certa maneira um quadro do corpo despedaçado, onde algumas de suas partes tomaram dimensões desproporcionais. [...] Em seguida, Rabelais descreve pessoas afligidas por *bossas* de incrível tamanho, *narizes* monstruosos, *pernas* de extraordinário comprimento, orelhas gigantescas. Descreve detalhadamente alguns que desenvolveram um *falo* maravilhosamente longo (a tal ponto que eles podiam servir-se dele como cinto, enrolando-o pelo corpo seis vezes) e os dotados de testículos enormes. Temos diante dos olhos a imagem de um corpo grotesco, grandioso, ao mesmo tempo que toda uma galeria de figuras carnavalescas (os bonecos confeccionados por ocasião do carnaval apresentam geralmente as mesmas anomalias) (BAKHTIN 1993, p. 286-287).

Observamos, no texto destacado, a atenção dada à descrição. Mikhail Mikhailovich Bakhtin (1993) elabora um detalhamento fotográfico feito com palavras, proporcionando ao leitor a visualização das figuras descritas na imaginação. Embora não haja elementos visuais aparentes, o texto verbal descritivo constrói discursivamente a visualidade a partir do atributo de características do corpo de diferentes pessoas.

Em “O Problema do Texto na Linguística, na Filologia e em Outras Ciências Humanas”, que na versão brasileira se encontra no livro *Estética da Criação Verbal*, Mikhail Mikhailovich Bakhtin discute o texto no sentido amplo, que ele denomina por “texto subtendido”, um “conjunto coerente de signos” que abrange diversas expressões artísticas. Em uma perspectiva ampla, até a atitude humana é “um texto em potencial e pode ser compreendida (como atitude humana e não ação física) unicamente no contexto dialógico da própria época” (BAKHTIN, 2010a, p. 312). Afirma que cabe às ciências humanas “o estudo dos elementos extralinguísticos e ao mesmo tempo extrassemânticos (artísticos, científicos etc.) do enunciado” (p. 313). Mikhail Mikhailovich Bakhtin compreende que os elementos extralinguísticos penetram no enunciado linguístico e transformam-se em uma só plenitude:

o enunciado em sua plenitude é enformado como tal pelos elementos extralinguísticos (dialógicos), está ligado a outros enunciados. Esses elementos extralinguísticos (dialógicos) penetram o enunciado também por dentro. (*Idem, ibidem*)

Ainda nesse texto, Mikhail Mikhailovich Bakhtin discute a ideia de autoria, que é analisada como constitutiva não apenas de obras verbais, mas também em obras de pintura:

encontramos autor (percebemos, compreendemos, sentimos, temos a sensação dele) em qualquer obra de arte. Por exemplo, em uma obra de pintura sempre sentimos o seu autor (o pintor), contudo, nunca o vemos da maneira como vemos as imagens por ele representadas. (BAKHTIN, 2010a, p. 314)

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem* (2004), a imagem, assim como a palavra, é considerada como produto ideológico:

e toda imagem artístico-simbólica ocasionada por um objeto físico particular já é um produto ideológico. Converte-se, assim, em signo o objeto físico, o qual, sem deixar de fazer parte da realidade material, passa a refletir e a refratar, numa certa medida, uma outra realidade. (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 31)

Sheila Vieira de Camargo Grillo (2012) discute os fundamentos bakhtinianos para a análise de enunciados verbo-visuais. A autora lembra que, para Mikhail Mikhailovich Bakhtin, a investigação em ciências humanas envolve compreensão e não explicação; diálogo e interrogação – e não monólogo – e a interpretação dos significados e dos signos. Para a linguista, a análise de enunciados verbo-visuais em uma perspectiva bakhtiniana

deve se pautar, por um lado, no seu caráter real e objetivo e na sua capacidade, enquanto manifestação humana, de determinar o modo de análise, e por outro, nas questões e categorias teóricas previamente definidas pelo pesquisador. (GRILLO, 2012, p. 237)

É no diálogo, por um lado, do pesquisador e sua teoria com, por outro, seu objeto falante, que está o fundamento epistemológico da teoria de Mikhail Mikhailovich Bakhtin e do seu Círculo. Apropriamo-nos na reflexão feita pela linguista para também nortear a nossa proposta de análise.

Diante da necessidade de organizar um fio condutor para as análises do texto verbo-visual, *corpus* desta pesquisa, retomamos conceitos teóricos que foram discutidos inicialmente para sistematizar passos metodológicos que serão utilizados nas análises no próximo capítulo.

Apesar da apresentação de um roteiro metodológico, numa sequência ordinal, isso não significa que nossa percepção e análise sejam estanques. Também não significa que seja um roteiro invariavelmente fixo, mas sim que o nosso olhar sobre o objeto levará em consideração as recomendações apresentadas.

Considerar a relação do contexto social na produção do sentido semiótico e ideológico

Tendo em vista que “sem signo não existe ideologia” e que “tudo que é ideológico possui um valor semiótico” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 2004, p. 31-32), todos os signos que circulam em nosso espaço social estão impregnados de ideologia. Os signos refletem e refratam uma realidade exterior, ou seja, a realidade do contexto social onde circulam. É preciso considerar a relação do contexto social na produção do sentido semiótico e ideológico. Assim, para uma melhor compreensão dos sentidos, temos que ter um olhar ao mesmo tempo minucioso e amplo; estarmos atentos tanto aos detalhes presentes no discurso – aqui e agora, quanto às questões postas pelo contexto sócio-histórico. Dentre as noções discutidas por Mikhail Mikhailovich Bakhtin, destacamos as noções de signo ideológico, palavra, enunciado, discurso e gêneros do discurso.

Considerar as relações dialógicas entre os enunciados

Os sentidos nascem das relações dialógicas entre enunciados/discursos passados que já foram produzidos e formas de enunciação/discursos futuros que poderiam vir a ser produzidos. Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010a, p. 331) afirma que “a compreensão do enunciado pleno é sempre dialógica” e que “não pode haver enunciado isolado” (p. 371). Todo enunciado pressupõe enunciados que o antecedem e o sucedem, e nenhum enunciado pode ser o primeiro ou o último. O enunciado é um elo na cadeia e fora dessa cadeia não pode ser estudado. Para a compreensão dos sentidos do enunciado verbal, é necessário considerar a significação linguística, os elementos reiteráveis do enunciado, como classes de palavras, sinais de pontuação etc., que juntamente com o tema revelam as produções dos sentidos. As noções que estão em relevo nesse item são: enunciado, discurso e relações dialógicas.

Considerar as relações dialógicas do verbal e do não verbal

O diálogo é o princípio da vida social. Estar vivo significa falar, ouvir, responder, concordar, discordar, interrogar etc. Estamos em constante diálogo com o nosso interlocutor e com os signos que circulam em nossa sociedade. Os signos também dialogam entre si. Como dissemos inicialmente, as palavras e as imagens constituem uma trama simbólica em nosso objeto, mas, se por um lado precisamos ver o todo, por outro, precisamos observar o papel de cada detalhe e sua função na constituição dessa trama.

Precisamos compreender o que a palavra diz, bem como o que ela não diz, o que deixa para que o enunciado verbo-visual fale por si. A cor é um dos aspectos do enunciado visual que consideraremos nas análises que compõem os enunciados verbo-visuais. Seleccionamos as obras de Luciano Guimarães (2000 e 2003) e Modesto Farina, Clotilde Perez e Ivan Santo Barbosa (2006) para discutir questões específicas sobre a cor como elemento de informação e sentido no processo de comunicação. Luciano Guimarães (2000, p. 12) apresenta a seguinte concepção de cor: “é uma informação visual, causada por um estímulo físico, percebida pelos olhos e decodificada pelo cérebro”. Luciano Guimarães (2000, p. 16) considera que a cor equivale a um texto, cumprindo o papel de apresentar informações culturais, parte da “sintaxe visual”.

Modesto Farina, Clotilde Perez e Ivan Santo Barbosa (2006, p. 7) entendem que “cor é uma onda luminosa, um raio de luz branca que atravessa nossos olhos” e que os costumes sociais intervêm na escolha da cor, uma vez que o significado de cada cor está enraizado na cultura de um povo. Para Mikhail Mikhailovich Bakhtin/Valentin Nikolaevich Volochinov (2004, p. 52), toda a reação aos estímulos exteriores pode ser considerada como “material para a expressão da atividade psíquica, posto que tudo pode adquirir um valor semiótico, tudo pode tornar-se expressivo”. A cor possui um valor semiótico,

faz parte do enunciado verbo-visual do discurso publicitário e contribui para a construção dos sentidos do discurso como um todo enquanto signo dialógico e ideológico. As noções bakhtinianas que consideramos para essa discussão são: signo ideológico, enunciado, dialogismo, ato responsável e compreensão responsiva.

Considerar as relações dialógicas entre os diferentes gêneros

O projeto enunciativo do locutor orienta a escolha do gênero mais apropriado para se enunciar. O enunciador antecipa a resposta do seu interlocutor e escolhe determinado gênero para a materialização do seu discurso. Os discursos da esfera jornalística (entre eles a reportagem) e o da esfera publicitária pertencem à esfera midiática. As esferas – jornalística e publicitária – se entrecruzam e os gêneros também. A heterogeneidade não está restrita aos enunciados, está também nas esferas e nos gêneros; nada é isolado. Num enunciado vemos marcas de outros e nos gêneros também vemos indícios de outros gêneros. Para Mikhail Mikhailovich Bakhtin (2010a, p. 263), “os grandes gêneros publicísticos são gêneros discursivos secundários”, ou seja, aquele que apresenta e conserva a presença de outros gêneros em si. As noções que estão em relevo nesse item são: enunciado, discurso, esferas de comunicação, gêneros do discurso e relações dialógicas.

Considerar as relações dialógicas empreendidas entre locutor e interlocutor

No processo de efetivação das análises, estaremos, como terceiro participante da interlocução, compreendendo os possíveis sentidos que se efetivam nas relações dialógicas entre o locutor – *Revista Recreio Girls* – e o interlocutor – a menina/interlocutora. Segundo Mikhail Mikhailovich Bakhtin, o

locutor tem a capacidade de colocar-se no lugar do interlocutor e de antecipar as suas possíveis respostas. Essas respostas projetadas orientam na construção de um projeto enunciativo que influenciam as escolhas do locutor com relação à seleção dos enunciados e a valoração que será dada a esses enunciados: “a escolha de *todos* os recursos linguísticos é feita pelo falante sob maior ou menor influência do destinatário e da sua resposta antecipada”. (BAKHTIN, 2010a, p. 306). Lembramos que “toda compreensão é prenhe de resposta” (BAKHTIN, 2010a, p. 271); a resposta do interlocutor ao locutor pode não ser a esperada/pretendida, mas sempre será uma resposta ativa, não existe passividade nas relações dialógicas na perspectiva bakhtiniana. As noções bakhtinianas que se destacam aqui são: dialogismo, alteridade, ato responsável e compreensão responsável.

Considerações sobre as análises e a conclusão

No primeiro capítulo da tese, fizemos um percurso histórico, a fim de compreender a criança em uma perspectiva histórica e social. Vimos que, apesar de os registros históricos, de modo geral, terem ignorado a participação da criança na construção da nossa história, sabemos que ela sempre esteve presente em todos os momentos. Os papéis sociais que são atribuídos às crianças são construídos historicamente e modificam-se junto com as transformações da nossa sociedade.

Compreendemos que, durante um longo período⁶⁷, as crianças foram vistas como adultos em miniatura e não existia

⁶⁷ De modo geral este período se refere à Idade Média, mas sabemos que a ordem cronológica usada para definir períodos históricos não significam – necessariamente – o fim de um processo. As mudanças sociais, geralmente, acontecem em processos lentos. Philippe Ariès (1981) afirma que somente partir do fim do século XVII, a criança deixou de aprender sobre a vida através do contato direto com os adultos e a escola passou a ser o principal local de aprendizagem.

nenhuma reserva diante delas. Elas usavam roupas iguais às dos adultos, participavam de brincadeiras e jogos sexuais, trabalhavam e presenciavam acontecimentos sociais sem distinção. Os adultos nutriam pouca afeição por elas, devido ao alto índice de mortalidade e à ausência de um sentimento de família. A criança passava do estatuto de criança pequena para o estatuto de adulto sem passar por fases intermediárias, numa espécie de adultização precoce.

Lentas transformações sociais fizeram com que as crianças passassem a receber mais cuidado e proteção por parte dos adultos. A necessidade de escolarizar as crianças foi fundamental para o sentimento familiar e por uma distinção dos adultos em relação a elas. Para as meninas essas mudanças chegaram mais lentamente tanto no que toca ao acesso à escola, quanto à distinção pelas roupas em relação à mulher adulta.

Neil Postman (1999) afirma que, no período entre 1850 e 1950, moldou-se o estereótipo da família moderna; a criança se tornou alvo da atenção dos adultos e aconteceu um movimento para retirá-la das fábricas e colocá-la dentro das escolas. A indústria e o comércio passaram a produzir produtos especializados para as crianças: roupas, jogos, literatura, mobiliário etc. e centenas de leis foram criadas a fim de darem proteção à infância. A incrementação dos meios de comunicação fez emergir um novo mundo simbólico e quebrou as barreiras entre crianças e adultos. A informação homogênea e acessível para todas as faixas etárias favoreceu a formação de “crianças adultizadas” e “adultos infantilizados” (POSTMAN, 1999, p. 113).

David Buckingham (2006) argumenta que as crianças não podem mais ser excluídas ou protegidas do mundo adulto da violência, do comercialismo e da política, mas temos a responsabilidade de prepara-las a lidar com isso. Os teóricos da sociologia da infância compreendem que devemos considerar as crianças enquanto atores sociais, percebê-las enquanto su-

jeitos plenos, com direitos que precisam ser garantidos e respeitados. E esse respeito se estende na percepção da infância como plural e na valorização de sua diversidade, marcada pela classe social, gênero, cultura, etnia e demais fatores que marcam o mundo onde vive.

No que toca à questão específica do gênero, os adultos – na convivência familiar, através de instituições ou da mídia – ditam as regras de comportamento para os meninos e as meninas. Para as meninas é ofertada uma perspectiva de felicidade que só se realizará através do matrimônio e uma obrigação de seguir uma padronização de beleza imposta pelos meios de comunicação social de massa.

No segundo da pesquisa, discutimos questões sobre a mídia, sobre o discurso publicitário e o discurso publicitário específico para o público infantil. Compreendemos que existe uma tendência, incentivada pela mídia, em padronizar gostos e comportamentos quebrando as barreiras entre as diversas faixas etárias. Entendemos que o *marketing* estimula o processo de adultização da criança ao incentivar o consumo de produtos normalmente desnecessários para uma criança e que, além dos produtos, a mídia comercializa atitude e valores. Criança com o comportamento de criança consome menos, a mídia solicita que as meninas se vistam como uma mulher adulta e usem maquiagem.

Através do referencial teórico-metodológico do Círculo de Bakhtin, compreendemos que todo ato comunicativo é dinâmico e contextual, situado por sujeitos, instituições, tempos e espaços definidos. Os conceitos bakhtinianos que selecionamos – signo ideológico, palavra, enunciado, discurso, gênero, acento de valor, alteridade, relações dialógicas, ato responsável e compreensão responsiva – e a nossa proposta metodológica foram essenciais para a realização das análises, para responder aos nossos questionamentos iniciais e atender aos objetivos que foram traçados para este trabalho.

O nosso primeiro questionamento foi no sentido de identificar as características do discurso publicitário nas reportagens. Compreendemos que as reportagens da *Revista Recherche Girls* que foram analisadas apresentaram diversas características do discurso publicitário. Na reportagem publicada na primeira revista – documental sobre moda – o discurso publicitário fica mais evidente, pois no fim de cada página aparecem as marcas e os respectivos preços de cada produto apresentado. Apesar de isso evidenciar uma marca do gênero publicitário, normalmente não acontece nas publicidades que são divulgadas em revistas. Divulgar preço é mais comum em panfletos especiais de ofertas que são distribuídos nas portas das lojas e dos supermercados ou em encartes de jornais. Na reportagem “Vire Estrela”, percebemos que o discurso publicitário estava embaralhado (CASTRO, 2008) na reportagem, mas, mesmo assim, ele era perceptível.

A reportagem especial sobre cabelos – publicada na terceira revista – e a reportagem de perfil ampliada – publicada na quinta revista – seguiram um mesmo padrão; ambas são longas (seis páginas) sendo dois terços usados para apresentar as celebridades internacionais e somente nas duas últimas páginas o discurso publicitário fica mais evidente, pois as marcas dos produtos são colocadas em destaque. Ainda assim o discurso publicitário, em uma e na outra, é mais sutil em relação ao que foi usado na reportagem “Vire Estrela”.

Nas quatro primeiras páginas das reportagens “Igual a uma Celebridade” e “Queridinha do *Country*”, o discurso publicitário se apresenta como “não publicidade” (MAINGUENEAU, 2010, p. 168), o camaleão que – neste caso – imita o discurso jornalístico. A reportagem especial sobre cabelo “Igual a uma Celebridade” inicia mostrando uma menina com semelhanças físicas a artista Victoria Justice e em seguida mostra outras quatro celebridades – Ashley Tisdale, Vanessa Hudgens, Avril Lavigne e Selena Gomez – com penteados di-

ferentes para a menina/interlocutora copiar. Alguns produtos que precisarão ser utilizados na produção são citados na descrição dos penteados, mas as marcas só serão mencionadas nas duas últimas páginas.

Quanto a outra indagação sobre os sentidos que são produzidos, via aspectos verbo-visuais, no que se refere à aproximação e influência às leitoras de *Recreio Girls*, observamos que essa aproximação se deu de várias formas, a começar pelos títulos escolhidos para as reportagens.

O título da primeira reportagem é “Vire Estrela!”, da segunda é “Igual a uma Celebridade” e o da terceira – a reportagem ampliada – é “Queridinha do *Country*”. Todos os títulos fazem referência ao glamoroso mundo artístico. O primeiro é imperativo; quer que a menina/interlocutora vire estrela; o segundo, que ela se torne igual, que tenha o mesmo valor que uma celebridade e o terceiro aproxima a menina/interlocutora da cantora do *country*. De qualquer forma, todos os três títulos remetem ao mundo das celebridades, um universo de riqueza, conforto e beleza.

Neusa Demartini Gomes (2008) afirma que uma comunicação massiva de sucesso é aquela que consegue a melhor forma de despertar a empatia no maior número de pessoas. O discurso publicitário se insere de modo discreto nas reportagens da *Recreio Girls* e desse modo procura evitar uma reação de prevenção ou ceticismo que poderia acontecer se o interlocutor estivesse diante de um discurso publicitário convencional. O locutor antecipa a resposta de resistência por parte do seu interlocutor e opta por quebrar a estabilidade do discurso jornalístico inserindo o discurso publicitário sutilmente. Ao tornar o discurso publicitário menos ostensivo, o interlocutor busca a empatia e a adesão da menina/interlocutora.

Sabemos que a criança não é um ser passivo, porém ela tem suas fragilidades diante do bem elaborado discurso – pre-

viamente planejado – para lhe inculcar valores e desejos. A criança não sabe que está dialogando com uma equipe de profissionais qualificados na arte da sedução e venda. Um discurso publicitário que usa o gênero reportagem para vender produtos está usando de estratégias com o seu interlocutor, uma vez que se utiliza de um mascaramento das verdadeiras intenções.

As páginas iniciais da reportagem “Queridinha do *Country*” são dedicadas à construção da imagem da cantora. O locutor aproxima a cantora, de 22 anos, da menina/interlocutora narrando sobre detalhes do início da carreira dela, aos 11 anos de idade. Depois fala dos amigos famosos, do sucesso e prêmios que ela conquistou. Em seguida apresenta o estilo de roupas que ela veste e compara Taylor Swift com uma princesa – sonho da maioria das garotas. Depois da encantadora apresentação, aparecem os produtos que, supostamente, Taylor Swift usa para pintar as unhas, para se maquiar e se pentear.

Outro artifício para conquistar a confiança da criança é a presença de uma voz protetora, de tom maternal/paternal, que eventualmente vem à tona e busca cuidar da sua saúde e proteção: “com cuidado, coloque a *headband* e você está pronta!”⁶⁸; “proteja a cabeça contra o sol utilizando um chapéu ou boné”⁶⁹ e “tome cuidado com as peças que pedir emprestadas e antes de devolvê-las verifique se estão em ordem”⁷⁰. Todas estas falas soam familiares à menina/interlocutora que, possivelmente, já as ouviu através de seus pais ou cuidadores.

Além da voz do adulto, a voz da criança também aparece, principalmente na reportagem “Vire Estrela!”. Discursos colocados entre aspas ao lado de meninas de 10 anos (Rocio

⁶⁸ *Recreio Girls*, n. 5, p. 09.

⁶⁹ *Recreio Girls*, n. 3, p. 19.

⁷⁰ *Recreio Girls*, n. 1, p. 08.

Santosola e Beatriz Thomaz) e 11 anos (Amanda A. Duarte). Na reportagem “Igual a uma Celebridade” a menina Isabella Ramblas representa uma versão criança da atriz Victoria Justice. Apesar de não existir uma fala destacada, o discurso está no texto verbo-visual.

Como se constrói discursivamente a adultização precoce de meninas em reportagens da *Revista Recreio Girls*? Esse foi o nosso terceiro e último questionamento. Compreendemos que, assim como no discurso publicitário, as reportagens da *Recreio Girls* só mostram mulheres jovens, belas, felizes e bem-sucedidas. Trabalhamos com vários autores para discutir questões sobre o discurso publicitário. De modo geral, existe uma unanimidade dos estudiosos em relação ao fato de que a publicidade vende valores e influencia comportamentos. As reportagens analisadas também vendem valores, estilo de vida e visam influenciar os comportamentos das crianças. Ressaltamos que todas as três reportagens apresentaram modelos adultos para a criança como referência de como ela deve se vestir, se maquiar, se pentear e como ela deve ser. Dessa forma, as crianças são estimuladas a ingressar mais cedo no universo adulto, absorvendo seus hábitos, maneira de se vestir e comportamentos.

A reportagem da primeira revista, dezembro de 2010, apresenta como referência três artistas: Miley Cyrus, de 18 anos; Selena Gomez, de 18 anos; Miranda Cosgrove, de 17 anos. A reportagem especial sobre cabelos, novembro de 2011, exibe cinco possibilidades de penteados através de Victoria Justice (18 anos); Ashley Tisdale (26 anos); Avril Lavigne (27 anos); Selena Gomez (19 anos) e Vanessa Hudgens (23 anos). E a reportagem ampliada do perfil da cantora Taylor Swift (22 anos) tem a própria cantora como centro das atenções, modelo para diversos estilos de roupas, penteados e maquiagens.

Das oito celebridades, apenas uma é menor de 18 anos; ainda assim, Miranda Cosgrove (17 anos) está bem acima da

faixa etária do público alvo da revista – meninas de 6 a 11 anos. Os modelos de roupas apresentados como inspiração para a criança na reportagem *Vire Estrela!* são de três personagens de seriados da televisão: Hannah Montana e Miley Stewart (interpretadas por Miley Cyrus), Alex Russo (vivida por Selena Gomez) e Carly Shay (por Miranda Cosgrove); os limites entre o mundo real e o mundo encenado nos seriados não são bem delimitados. Nas demais reportagens, as artistas são apresentadas por elas mesmas e não pelos personagens que representam, mas todas já atuaram em diversos filmes e famosos seriados de televisão. Existe grande possibilidade de a criança relacionar a artista com as personagens dos filmes e seriados; mundo real e mundo onírico se misturam, as fronteiras não são delimitadas. Ao copiar o penteado da Selena Gomez, a criança também está copiando o penteado da jovem feiticeira Alex Russo.

As reportagens da *Revista Recreio Girls* usam o mesmo padrão de beleza que a mídia utiliza para a mulher adulta: ser magra, ter cabelos lisos e vestir-se como dita a moda. Apesar de não ser nosso objetivo um estudo sobre preconceitos raciais, é importante registrar que nenhuma artista negra foi escolhida para ser referência nas reportagens, e o cabelo crespo ou naturalmente cacheado também não teve espaço na escolha das celebridades. Com relação às meninas, esse padrão é quebrado na primeira reportagem; a menina Beatriz Thomaz de Paula, de 10 anos, diverge um pouco do padrão das demais meninas e artistas. Sua pele tem a tez morena e o cabelo preto, aparentemente liso, está trançado. Beatriz aparenta ser gordinha e tem o rosto bem redondo. Rocio Santosola, de 10 anos, é magra e branca, mas está com os cabelos cacheados, porém parecem ser cachos produzidos artificialmente e não cachos naturais. De modo geral, as reportagens não apresentam a diversidade humana.

Na primeira reportagem, observamos a presença de três modelos mirim, que reproduzem o jeito de ser e de vestir das

celebridades adultas. Na reportagem “Igual a uma Celebridade” aparece apenas uma menina/modelo e, na “Queridinha do *Country*”, só aparece a artista Taylor Swift. Do mesmo modo como o discurso publicitário vai se diluindo nas reportagens e ficando cada vez mais invisível, a presença da criança também sofre esse processo. As meninas tiveram destaque nos textos verbo-visuais da primeira reportagem; na reportagem da terceira revista a presença da criança é tímida – apenas uma única vez em seis páginas – e, na reportagem da última revista, ela não existe, sendo totalmente substituída pela mulher adulta.

O Código de Defesa do Consumidor (CDC) – no capítulo V, das práticas comerciais – apresenta uma seção com três artigos especiais para tratar sobre a publicidade. Observamos que todas as inserções publicitárias nas três reportagens analisadas desrespeitaram o artigo 36 – Seção III da Publicidade – do Código de Defesa do Consumidor (CDC). A reportagem “Queridinha do *Country*” ignorou ainda o artigo 37 do Código de Defesa do Consumidor:

SEÇÃO III – Da Publicidade

Art. 36. A publicidade deve ser veiculada de tal forma que o consumidor, fácil e imediatamente, a identifique como tal.

Parágrafo único. O fornecedor, na publicidade de seus produtos ou serviços, manterá, em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos, técnicos e científicos que dão sustentação à mensagem.

Art. 37. É proibida toda publicidade enganosa ou abusiva.

§ 1º É enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário, inteira ou parcialmente falsa, ou, por qualquer outro modo, mesmo por omissão, capaz de induzir em erro o consumidor a respeito da natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem, preço e quaisquer outros dados sobre produtos e serviços.

§ 2º É abusiva, dentre outras, a publicidade discriminatória de qualquer natureza, a que incite à violência, explore o medo ou a superstição, se aproveite da deficiência de julgamento e expe-

riência da criança, desrespeite valores ambientais, ou que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.

§ 3º Para os efeitos deste Código, a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

§ 4º (Vetado).

Art. 38. O ônus da prova da veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem as patrocina. (BRASIL, 1990, p. 09)

Observamos que o § 2º, do artigo 37, afirma que é abusiva a publicidade que “se aproveite da deficiência de julgamento e experiência da criança”. Para Isabella Vieira Machado Henriques (2007, p. 01), esta assertiva está pontuando que a criança não tem experiência e apresenta uma “deficiência de julgamento” diante do trabalho publicitário. Ela considera que toda publicidade dirigida à criança deve ter limites restritos porque o infante, diferentemente do adulto, não possui discernimento para compreendê-la em sua magnitude:

Para a criança, é mais difícil, até mesmo, reconhecer a mensagem publicitária como prática comercial que é, ainda que não seja clandestina, subliminar ou disfarçada. Ao contrário do adulto, que possui mecanismos internos para compreender as diversas artimanhas utilizadas pela publicidade, a criança não tem condições de se defender dos instrumentos de persuasão criados e utilizados pela tão poderosa indústria publicitária. Deve, por isso, ser cuidadosamente protegida. (HENRIQUES, 2007, p. 01)

Se as crianças têm dificuldade de reconhecer uma propaganda explícita, maior ainda será sua dificuldade diante de uma publicidade clandestina. O Ministro Carlos Ayres Britto (2010, p. 101) entende como publicidade clandestina aquela dissimulada que “se realiza de forma a dificultar a capacidade do destinatário de identificá-la como tal”. O advogado compreende que o Código de Defesa do Consumidor proíbe este tipo de publicidade. Para ele, as leis buscam proibir as práticas abusivas do *marketing*, sendo que uma delas é a manipulação

da vontade do consumidor através da publicidade que dificulta a sua identificação.

Será que esse fato está diretamente relacionado com a suspensão das edições da *Recreio Girls*? Essa é uma dentre várias outras possibilidades: a revista pode não ter dado o retorno financeiro esperado pela Editora Abril, por falta de adesão do público alvo ou dos patrocinadores. Apesar de ser uma questão instigante, ela não poderá ser respondida por nós. Outras revistas do mesmo estilo, desta editora e de outras editoras, continuam no mercado.

Gleyci Nascimento (2014, p. 01), em um artigo sobre a revista *Barbie magazine*, publicado no site do Movimento Infância Livre do Consumismo (MILC), teceu a seguinte consideração sobre a referida revista:

é o texto preparatório, o manual de treinamento básico para meninas que mais tarde irão ler revistas para adolescentes, tal como *Revista Capricho*. Estas, por sua vez, preparam as adolescentes para a revista de moda destinadas aos adultos, tal como a *Revista Nova*, *Vogue*, *Claudia* etc.

Compreendemos que podemos reproduzir o mesmo discurso para falar sobre a *Revista Recreio Girls*: ela e outras similares trabalham na mesma cartilha midiática da padronização.

A criança adultizada é uma criação da mídia ou é o perfil da criança contemporânea que produz revista para uma criança-adulto? A criança, de seis a onze anos de idade, exige do sistema de produção cultural uma revista que lhe ensine o passo a passo de uma maquiagem? Ou o sistema de produção é que precisa vender um produto que a criança, de fato, não precisa? As reportagens da *Revista Recreio Girls* parecem uma espécie de guia de comportamento para o consumo de produtos que a criança não precisa consumir. Falsas necessidades que substituem relações e valores humanos autênticos e de promover a crença em que nossa identidade está alicerçada sobre os bens

que possuímos ou consumimos.

A partir do trabalho desenvolvido, chegamos à tese de que o discurso publicitário, mais ou menos aparente, se engendra em diferentes materialidades discursivas e estimula, por meio de enunciados verbais e não-verbais, o processo de adultização precoce da menina, a fim de promover e incentivar o consumo de produtos normalmente desnecessários para uma criança.

Sabemos que alguns pais incentivam as próprias filhas em práticas que são mais apropriadas para os adultos. Sempre nos deparamos com pais postando fotos de filhas pequenas nas redes sociais, meninas menores de 10 anos em manicure, salão de beleza, maquiadas, com roupinhas justas e acessórios em excesso. De modo geral, os outros adultos apoiam a iniciativa dos pais; as falas são sempre no tom valorativo de aplauso: “que linda”, “tá ficando mocinha”, “vaidosa como a mãe” e outras com semelhante valor discursivo. Mas eles estão de certa forma reproduzindo, sem criticidade, o discurso midiático.

A escola também precisa inserir a leitura crítica e a discussão de textos midiáticos, especialmente os publicitários, em suas atividades rotineiras, além de desenvolver projetos para capacitar melhor o professor nesse sentido. Uma educação séria e comprometida com um futuro mais humano e menos consumista pode produzir um discurso contrapondo com o discurso midiático.

Esperamos que este estudo possa contribuir para que outras discussões relacionadas com a temática mídia e infância, além de estimular movimentos e atos responsáveis para a promoção e a defesa dos direitos das crianças frente às relações de consumo e consumismo. Certamente a finalização desta tese não encerra nossas reflexões e ações nesse sentido, pois somos movidos pela paixão pelo assunto e pelo princípio da alteridade bakhtiniana...

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Alzira Alves de; LATTMAN-WELTMAN, Fernando; ROCHA, Dora (Orgs.). *Eles mudaram a imprensa: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

AERSETH, Espen J. *Cybertext: perspectives on ergodic literature*. Baltimore: JHU Press, 1997.

ALLAN, Dennis. In: _____. *O que a bíblia diz? O que quer dizer “Filho do Homem”?* Disponível em: <<http://www.estudosdabiblia.net/bd78.htm>>. Acesso em: 21-02-2019.

ALVARENGA, Ana Cristina Santos. *Música na cosmologia maxakali: um olhar sobre um ritual do Xîñîm – uma partitura sonoro-mítico-visual*. 2007. Dissertação (Mestrado em Música) – Escola de Música, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECOAE-7KGNTL/m_sica_na_cosmologia_maxakali.pdf?sequence=1>. Acesso em: 21-02-2019.

ALVES FILHO, Sebastião Carlúcio; SILVA, Sílvio Ribeiro da. Algumas contribuições de Mikhail Bakhtin, Schneuwly e Adam para os estudos sobre gêneros. *Soletras*, São Gonçalo: UERJ, ano X, n. 20 – Suplemento, p. 17-28, 2010. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/5188>>

AMARAL, Maria de Fátima Carvalho do. Bakhtin e o discurso do romance: um caminho para a releitura da narrativa brasi-

leira. 2000. Dissertação (de mestrado em letras). Universidade Católica de Pelotas, Pelotas. Disponível em:

<[http://pos.ucpel.edu.br/ppgl/wp-content/uploads/sites/4/2018/03/Bakhtin e o discurso do roman ce-Maria do Amaral.pdf](http://pos.ucpel.edu.br/ppgl/wp-content/uploads/sites/4/2018/03/Bakhtin_e_o_discurso_do_roman-ce-Maria_do_Amaral.pdf)>. Acesso em: 21-02-2019.

ANAI (Associação Nacional de Ação Indigenista). Disponível em: <http://www.anai.org.br/povos_mg.asp>. Acesso em: 01-05-2015.

ANDI; MEC; UNESCO. *A educação na imprensa brasileira*. Responsabilidade e qualidade da informação. Brasília: Agência de Notícias do Direito da Infância e Ministério da Educação, 2005.

ANDRADE, Mara Lucia Fabrício de. Gêneros e tipos: uma aproximação. *Solettras*: Revista do Departamento de Letras da UERJ, São Gonçalo: UERJ, ano 1, n. 2, p. 83-92, 2001. Disponível em: <<http://www.es-publicacoes.uerj.br/index.php/solettras/article/view/4419/3224>>. Acesso em: 21-02-2019.

ARANHA, Simone Dália de Gusmão. O dialogismo em gêneros retóricos o papel ativo do “outro” no texto publicitário escrito. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 6, n. 18, p. 38-54, 2003. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/revista/18/08.pdf>>. Acesso em 21-02-2019.

ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.

ARISTÓTELES. *Retórica*. Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. rev. Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa/Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005 [1. ed. Lisboa:

INCM, 1998]. Disponível em:

<https://sumateologica.files.wordpress.com/2009/07/aristoteles_-_retorica2.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

ASSIS, Machado de. *Dom Casmurro*. São Paulo: Ciranda Cultural, 2003.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Campinas: Unicamp, 1998.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Universidade de Brasília, 1993.

_____. *Estética da criação verbal*. Trad.: Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011. (2. ed. 1997; 3. ed., 2003; 4. ed. 2004; 5. ed. 2010a;)

_____. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro e João, 2010.

_____. *Problemas na poética de Dostoiévski*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 2010.

_____. *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: HUCITEC, 2014. (1. ed. 2002; 6. ed. 2010)

_____; DUVAKIN, Viktor. *Bakhtin em diálogo: conversas de 1973 com Viktor Duvakin*. São Carlos, Pedro & João, 2008.

_____; VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich. *Discurso na vida e discurso na arte*. Tradução para fins didáticos de Carlos Alberto Faraco e Cristóvão Tezza. [1926].

_____; (VOLOCHINOV, Valentin Nikolaevich). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. 14. ed. Trad.: Michel Lahuc e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2010 (1. ed. 2002; 11. ed. 2004).

BANDOLI, Giselda Maria Dutra; RAMOS, Ingrida da Silva. A natureza dialógica da linguagem: discursos sobre o índio na literatura brasileira. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CiFE-FiL, ano 21, n. 63 – Supl.: Anais da X JNLFLP, p. 241-252, set./dez.2015. Disponível em:

<<http://www.filologia.org.br/rph/ANO21/63supl/016.pdf>>.

Acesso em: 21-02-2019.

BARBER, Benjamin R. *Consumido: como o mercado corrompe crianças, infantiliza adultos e engole cidadãos*. Rio de Janeiro: Record, 2009. 473 p.

BARREIROS, Liliame Lemos Santana. *Causos sertanejos em Bahia Humorística: enunciados da vida cotidiana sob a ótica de Mikhail Bakhtin*. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XVII, n. 1, p. 116-131, 2013. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xvii_cnlf/cnlf/01/09.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria semiótica do texto*. São Paulo: Ática, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo II: a experiência vivida*. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BECHARA, Evanildo Cavalcante. *Moderna gramática portuguesa*. edição revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

BENITES, Marcello Riella; MOURA, Sérgio Arruda de; LUQUETTI, Eliana Crispim França. Disputas linguísticas e ideológicas no Facebook acerca da variação do uso linguístico à luz de Bourdieu e Bakhtin. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 20, n. 60 – Supl.: Anais da IX JNLFLP, p. 1001-1014, 2014. Disponível em:

<<http://www.filologia.org.br/rph/ANO20/60SUP/079.pdf>>.

Acesso em: 21-02-2019.

BÍBLIA de Jerusalém. São Paulo: Paulus, 2002.

BIZERRA, Carine Camara. Gêneros textuais e sua contribuição no ensino de línguas: algumas considerações. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XV, tomo 1, p. 602-608, 2011. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xv_cnlf/tomo_1/51.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

BLAST Theory. I'd Hide You. 2012. Disponível em: <<http://www.blasttheory.co.uk/projects/id-hide-you>>. Acesso em: 21-02-2019.

BLAST Theory. Our history & approach, 2015. Disponível em: <www.blasttheory.co.uk/our-history-approach>. Acesso em: 19-02-2019.

BRAIT, Beth. (Org.). *Questões de literatura e de estética: a teoria do romance*. São Paulo: HUCITEC, 1990.

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. São Paulo: UNICAMP, 1986.

BRASIL. *Código de defesa do consumidor: Lei 8.078 de 11 de setembro de 1990*. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8078.htm>. Acesso em: 21-02-2019.

BRITTO, Carlos Ayres. *O humanismo como categoria constitucional*. Belo Horizonte: Forum, 2010.

BRONCKART, Jean-Paul. *Atividade de linguagem, textos e discursos: por um interacionismo sociodiscursivo*. São Paulo: Educ, 2003.

BUCKINGHAM, David. *Crescer na era das mídias: após a morte da infância*. Tradução de Gilka Girardello e Isabel Orofino. Florianópolis. 2006. Disponível em:

<<http://www.horacio.pro.br/fmp/2012-1/buckingham.pdf>>. Acesso em: 23-07-2012.

BUSSELLE, Rick; BILANDZIC, Helena. Fictionality and

perceived realism in experiencing stories: A model of narrative comprehension and engagement. *Communication Theory*, vol. 18, n. 2, p. 255-280, 2008.

CÁLIS, Orasir Guilherme Teche. *Quando as memórias são a matéria: memoriais de professoras alfabetizadoras e instabilidade genérica*. 2005. Tese (de doutorado). – Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em:

<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8142/tde-29072015-150637/publico/2015_OrasirGuilhermeTecheCalis_VOrig.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

CÂMARA JR. Joaquim Matoso. *Introdução às línguas indígenas brasileiras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1965.

CAMPOS, Maria Inês Batista. Questões de literatura e estética: rotas bakhtinianas. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: dialogismo e polifonia*. São Paulo: Contexto, 2012.

CANETTI, Elias. *Massa e poder*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de. Os gêneros do discurso e o texto escrito na sala de aula: uma contribuição ao ensino. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. VI, 2002. Disponível em:

<<http://www.filologia.org.br/vicnlf/anais/os%20generos.html>>. Acesso em: 21-02-2019.

CASTELLIANO, Tania Regina. Linguagem e poder: uma análise do discurso através da entonação dos candidatos à Presidência da República em 2006. *Cadernos do CNLF*, vol. XIII, n. 4, 717-726, 2009. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xiiicnlf/XIII_CNLF_04/language_m_e_poder_uma_analide_do_discurso_tania.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

CASTRO, Ângela Cristina Rodrigues de. Léxico e discurso: a construção da intertextualidade e da interdiscursividade. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XVIII, n. 2, p. 228-241, 2015. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xviii_cnlf/cnlf/02/016.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

CASTRO, Maria Lília Dias de. Práticas publicitárias: o embaalhamento do discurso promocional. p. 41-53. In: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília Dias de. *Em torno das mídias: práticas e ambiências*. Porto Alegre: Sulina, 2008. 287p.

CASTRO, Mário Ferreira de. *O debate sobre a educação no jornal "A província de São Paulo" entre os anos de 1875 – 1889*. 1997. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em:

<http://repositorio.unicamp.br/jspui/bitstream/REPOSIP/252632/1/Castro_MarioFerreirade_M.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

CEREJA, Willian Roberto; MAGALHÃES, Tereza Cochar. *Português: linguagens*. 1. ed. São Paulo: Atual, 2003.

CESARINO, Pedro. Poéticas indígenas. *Revista Babel Poética*. São Paulo, ano II, n. 6, p. 37-41, agosto/setembro, 2011.

CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun*. São Paulo: UNESP/Imprensa Oficial, 1998.

CIMI LESTE – CPT – CREQUI. *maxakali na luta pela vida*. Teófilo Otoni: CPT, 1984.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. São Paulo: Ática, 2004.

CONTADOR de Palavras: Analisador linguístico de textos. Grupo de linguística da Insite Soluções Internet. Disponível

em: <<http://linguistica.insite.com.br/corpus.php>>. Acesso em: 10-05-2016.

CORRÊA, Manoel Luiz Gonçalves. Bases teóricas para o ensino da escrita. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, vol. 13, n. 3, 2013, p. 481-513. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ld/v13n3/03.pdf>>. Acesso em 21-02-2019.

_____. Espaço e espacialidade na produção escrita escolar: a reflexão linguístico-discursiva no ensino de escrita. *Scripta: Filologia e linguística*. Belo Horizonte: PUC-Minas, vol. 16, n. 30, 2012, p. 91-113. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/download/4242/4395>>. Acesso em: 21-02-2019.

_____. Heterogeneidade da escrita: a novidade da adequação e a experiência do acontecimento. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo: Humanitas, n. 8, p. 267-286, 2006. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59756/62865>>. Acesso em: 21-02-2019.

_____. *Linguagem e comunicação social: visões da linguística moderna*. São Paulo: Parábola, 2002.

COURTINE, Jean-Jacques. *Metamorfoses do discurso político: derivas da fala pública*. São Carlos: Claraluz, 2006.

DAVALLON, Jean. A imagem: uma arte da memória? In: ACHARD, Pierre et al. *O papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.

DIAS, Luís Antônio. Plural e Singular: análise da mobilização pelo Fora-Collor. *Estudos de história*, Franca, vol. 1, n. 1, p. 141-165, 2004.

DISCINI, Norma. *Comunicação nos textos*. São Paulo: Contexto, 2012.

DUMMAR, Demócrito Rocha. O papel dos meios de comunicação na divulgação dos resultados da avaliação. In: TIANA, Alejandro. *Anais do seminário internacional de avaliação educacional*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, 1998.

ELECTRONIC Literature Organization. Disponível em: <<http://eliterature.org>>. Acesso em: 21-02-2019.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano: a essência das religiões*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

FARACO, Carlos Alberto. *Linguagem & Diálogo – as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola, 2009.

FARINA, Modesto; PEREZ, Clotilde; BARBOSA, Ivan Santo (Orgs.). *Psicodinâmica das cores em comunicação*. 5. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2006.

FERNANDES, Reynaldo. *Índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB)*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 2007.

FERREGUETT, Cristhiane. *A criança consumidora: propaganda, imagem e discurso*. 2008. Dissertação (mestrado em estudos de linguagens). – Universidade do Estado da Bahia/Departamento de Ciências Humanas. Colegiado de Letras. Campus I. Salvador.

FERREIRA, Marco Túlio da Silva e MAIA-BARBOSA, Paulina Maria. *O Fogo como Facilitador da Invasão Biológica por *Megathyrus maximus* (Poaceae: Panicoideae) na Terra Indígena Maxakali (MG): Propostas para um Manejo Agroecológico Integrado e Adaptativo*. Revista Biodiversidade Brasileira, 3(2): 159-174. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2013. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/revistaelectronica/index.php/BioBR/article/download/348/371>>. Acesso em: 22-02-2019.

FIORIN, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. São

Paulo: Contexto, 2011.

_____. Interdiscursividade e intertextualidade. In: BETH, Brait (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2008.

FOLHA de S. Paulo. Pesquisa revela perfil do leitor da Folha. 1998. Disponível em:

<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc21069826.htm>>.

Acesso em: 20-02-2019.

FONSECA, Francisco César Pinto da. *O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2005.

FRANÇA, Vinícius Sales do Nascimento. *A Folha de S. Paulo e os protestos pelo impeachment de Collor*. 2015. 102f. Dissertação (mestrado em história social) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2015. Disponível em:

<http://ppghsuerj.pro.br/ppg/c.php?c=download_dissert&arq=128>. Acesso em: 21-02-2019.

_____. *Impeachment de Collor e agenda de governo em editoriais da grande imprensa*. In: XXVIII Simpósio Nacional de História – Lugares dos Historiadores: velhos e novos desafios, 2015, Florianópolis. *Anais Eletrônicos*. Florianópolis: ANPUH, 2015. Disponível em:

<http://snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1443808918_A_RQUIVO_Viniccius_Franca.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

GAYDECZKA, Beatriz. *Questões de estilo e de gênero: um estudo sobre enunciados memorialistas da Olimpíada de Língua Portuguesa Escrevendo o Futuro*. 2012. Tese (de doutorado). – Departamento de Linguística da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo,

São Paulo.

GERALDI, João Wanderley. (Org.). *O texto na sala de aula*. São Paulo: Ática, 2002.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

GOLDSTEIN, Norma. *Versos, sons, ritmos*. São Paulo: Editora Ática, 2004.

GOMES, Neusa Demartini. *Publicidade: comunicação persuasiva*. Porto Alegre: Sulina, 2008. 237p.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GREENSPAN, Brian. The new place of reading: Locative media and the future of narrative. *Digital Humanities Quarterly*, vol. 5, n. 3, 2011.

GRILLO, Sheila Vieira de Camargo. *A produção do real em gêneros do jornal impresso*. São Paulo: Humanitas, 2004.

_____. Esfera e campo. In: BRAIT, Beth. *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2010. p. 133-160.

_____. *Fundamentos bakhtinianos para a análise de enunciados verbo-visuais*. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/flp/article/view/59912/63021>. Acesso em: 21-02-2019.

GUIMARÃES, Luciano. *A cor como informação: a construção biofísica, linguística e cultural da simbologia das cores*. São Paulo: Annablume, 2000.

_____. *As cores na mídia: a organização da cor informação no jornalismo*. São Paulo: Annablume, 2003.

HAYLES, N. Katherine. *Electronic literature: new horizons for the literary*. University of Notre Dame Press, 2008.

_____. *How we became posthuman: Virtual bodies in cybernetics, literature, and informatics*. University of Chicago Press, 2008.

HENRIQUES, Isabella Vieira Machado. *A ilicitude do marketing infantil*. Disponível em: <http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_46010/artigo_sobre_a-crianca-na-mira-da-propaganda>. Acesso em: 21-02-2019.

_____. *Fabricando consumidores*. Disponível em: <<http://www.cartafundamental.com.br/single/show/240/fabricando-consumidores>>. Acesso em: 10-01-2014.

_____. *Publicidade abusiva dirigida à criança*. Curitiba: Juruá, 2006.

HIGHT, Jeremy. *Views from above: Locative narrative and the landscape*. Leonardo Electronic Almanac, v. 14, n. 7-8, 2006.

HOBSBAWN, Eric J. *A era dos impérios. 1875-1914*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOLQUIST, Michael. *Dialogism: Bakhtin and his world*. Psychology Press, 2002.

HOMERO. *A odisseia*. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

HORN, Sonia Regina Nascimento. Heteroglossia bakhtiniana: estratégias discursivas no texto para crianças. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. VIII, n. 5, 2004. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno05-13.html>>.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss*. Instituto Antônio Houaiss; Universo On-line, 2012. Disponível em: <<http://houaiss.uol.com.br>>. Acesso em: 21-02-2019.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Censo 2010*. Disponível em:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Brasil_tab_1_12.pdf>. Acesso em: 20-03-2013.

_____. *PNAD'S*, 1976-2014. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/1148>>. Acesso em: 10-05-2016.

JAMESON, Fredric. Reificação e utopia na cultura de massa. *Revista Crítica Marxista*. São Paulo: Brasiliense, vol. 1, n. 1, p. 1-25, 1994. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo43Artigo1.1.pdf>. Publicado, anteriormente, na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 4 / 5, p. 17-46, 1980. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo43Artigo1.1.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

JERÔNIMO SOBRINHO, Patricia. A teoria de gêneros bakhtiniana em textos orais de publicidade e propaganda. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XVI, n. 04, t. 2, p. 1481-1493, 2012. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xvi_cnlf/tomo_2/132.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

KARAPANOS, Evangelos; BARRETO, Mary; NISI, Valentina; NIFORATOS, Evangelos. Does Locality Make a Difference? Assessing the effectiveness of location-aware narratives. *Interacting With Computers*, vol. 24, n. 4, 2012. Disponível em: <http://ekarapanos.com/IwC_Locality_cp.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça e TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *A coerência textual*. São Paulo: Contexto, 1992.

KRISTEVA, Julia. *Introdução à semântica*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

KUCINSKI, Bernardo. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu A-

bramo, 1998.

LATTMAN-WELTMAN, Fernando. *A imprensa faz e desfaz um presidente: o papel da imprensa na ascensão e queda do fenômeno Collor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

LEMONS, André. *Mídia locativa e territórios informacionais*. Information media, 2007. Disponível em: <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/andrelemons/midia_locativa.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

_____. Mídias locativas e territórios informacionais. In: SANTAELLA, Lucia; ARANTES, Priscila. (Org.). *Estéticas tecnológicas: novos modos de sentir*. São Paulo: Educ, 2008, p. 207-230.

LIMA, Ana Maria Oliveira; ALVES, Valdirene de Jesus; SANTOS, Verônica Maria Araújo dos. Gramática e ensino de língua: considerações e provocações. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 21, n. 63 – Supl.: Anais da X JNL-FLP, p. 265-1001, set./dez.2015. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/rph/ANO21/63supl/070.pdf>>. Acesso em: 21-02-2019.

LOPES, Edilaine Vieira; PIRES, Vera Lúcia. O Círculo Bakhtiniano e o jornal na sala de aula. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 20, n. 60 – Supl.: Anais da IX JNLFLP, p. 1597-1605, 2014. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/rph/ANO20/60SUP/RPh60-Supl-01.pdf>>. Acesso em: 21-02-2019.

LOPES, Edward. Discurso literário e dialogismo em Bakhtin. In: BARROS, Diana Luz Pessoa de; FIORIN, José Luiz (Orgs.). *Dialogismo, polifonia, intertextualidade*. São Paulo: Edusp, 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Doze conceitos em análise de discurso*. São Paulo:

Cortez, 2010. 207p.

_____. *O contexto da obra literária*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MANSO, Guilherme Brambila; VIDON, Luciano Novais. A condução do estudante para a construção da subjetividade: a perspectiva bakhtiniana dentro e fora do ambiente escolar. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XVIII, n. 03 – Ensino de língua e literatura. Rio de Janeiro: CiFEFiL, p. 32-43, 2014. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xviii_cnlfnlfnl/03/002.pdf. Acesso em: 21-02-2019.

_____; _____. O artigo de opinião na prática escolar: subjetividade, ensino e responsividade. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XIX, n. 01 – Análise do discurso, linguística textual e pragmática, p. 383-393, 2015. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xix_cnlfnlfnl/01/Cad_CNLF_XI_X_01.pdf. Acesso em: 21-02-2019.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Gêneros textuais: definição e funcionalidade. In: Dionísio, Angela Paiva; Machado, Anna Rachel; Bezerra, Maria Auxiliadora. (Orgs.). *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2003.

MARINS, Anderson Rodrigues. Dialogismo bakhtiniano em *Esau e Jacó*. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XIII, n. 4, tomo 1, p. 539-544, 2009. Disponível em: http://www.filologia.org.br/xiiicnlfnl/XIII_CNLF_04/dialogismo_bakhtiniano_anderson.pdf

MARX, Karl. *Contribuição para a crítica da economia política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELO, José Marques de. *A opinião no jornalismo brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1985.

MENEZES, Ulpiano Toledo Bezerra de. *História, cativa da*

memória? para um mapeamento da memória no campo das ciências sociais. In: *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, vol. 34, p. 9-23, 1992.

MORSON, Gary Saul; EMERSON, Caryl. *Bakhtin: criação de uma prosaística*. São Paulo: Edusp, 2008.

MÜLLER, Regina Polo. *Os Assurini do Xingu: história e arte*. Campinas: Unicamp, 1990.

MURRAY, Janet H. *Hamlet on the Holodeck. The Future of Narrative in Cyberspace*. New York: The Free Press, 1997.

NAPOLITANO, Marcos. *Foi golpe ou não foi golpe? O teatro da política entre o nome e a coisa*, 2016. Disponível em: <<http://capadocianas.blogspot.com/2016/10/foi-golpe-ou-nao-foi-golpe-por-marcos.html>>. Acesso em: 21-02-2019.

NASCIMENTO, Gleyci. *Talvez os brinquedos sejamos nós*. Disponível em: <http://milc.net.br/2014/05/6244/#.U8mat_lDVu5>. Acesso em: 21-02-2019.

NEGRÃO, Ana Cristina de Araújo; MENDONÇA, Simone Cristina. O ensino do gênero textual na abordagem sociointeracionista a partir da reescrita do gênero conto na 4ª etapa da EJA. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XIX, n. 01 – Análise do discurso, linguística textual e pragmática, p. 394-408, 2015. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xix_cnlf/cnlf/01/ Cad CNLF XI X 01.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

NIMUENDAJÚ, Curt. Índios machacari. *Revista de Antropologia*. São Paulo, v. 6, n.1, p. 53-61, jun., 1958.

OLIVEIRA, Ivana Maria Dias; PEDROSA, Cleide Emília Faye O enunciado do *outro*: marcas polifônicas no discurso jurídico. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XI, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/3/08.htm>>. Acesso em: 21-

02-2019.

OLIVEIRA JÚNIOR, Osvaldo Barreto. Anúncios e letreiros do comércio popular: gêneros em discussão. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XIV, tomo 2, p. 1740-1759, 2007. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xiv_cnlf/tomo_2/1740-1759.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

ORGANIZAÇÃO para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. Disponível em: <<http://www.oecd.org>>. Acesso em: 20-02-2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A materialidade do gesto de interpretação e o discurso eletrônico*. [1996?] Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumeII/arquivos/pdf/urbanoVol2_EniOrlandi.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

OTTONI, Teófilo Benedito. *Companhia do Vale do Mucuri*, administrada por Teófilo Benedito Ottoni, particularmente seus relatórios de atividades dos anos de 1853, 1856 e 1857. [s.l]: [s.n], 1957 (Relatório).

PAREDES, Elena Méndez García de. Análisis de las formas de introducir el discurso ajeno en los textos periodísticos: el contexto reproductor. *Lengua, discurso, texto*: I Simposio Internacional de Análisis del Discurso, volume II. Madrid, p 2081-2098, 2000.

PEDROSA, Cleide Emília Faye. Dialogismo, aspecto constitutivo do discurso: uma releitura de Bakhtin a partir de autores nacionais. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XI, n. 4, p. 63-70, 2007. Disponível em:

<<http://www.filologia.org.br/xicnlf/4/06.htm>>. Acesso em: 21-02-2019.

_____. Gênero textual: uma jornada a partir de Bakhtin. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. X, n. 3, 2006.

Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xcnlf/3/09.htm>>. Acesso em: 21-02-2019.

PEDROSA, Kleber Faye; _____. Intergêneros no domínio jornalístico. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. VIII, n. 7, 2004. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiiicnlf/anais/caderno07-06.html>>. Acesso em: 21-02-2019.

PENA, João Luiz. Os índios *maxakali*: a propósito do consumo de bebidas de alto teor alcoólico. *Revista de Estudos e Pesquisas*, FUNAI, Brasília, vol. 2, n. 2, dez. 2005.

PEREIRA, Deuscreide Gonçalves. *Alguns aspectos gramaticais da língua maxakali*. 1992. Dissertação (mestrado em linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <http://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/tese%3Aapereira-1992/pereira_1992.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

PILAGALLO, Oscar. *História da imprensa paulista: jornalismo e poder de D. Pedro I a Dilma*. São Paulo: Três Estrelas, 2012.

PINHEIRO, Petrilson Alan. Bakhtin e as identidades sociais: uma possível construção de conceitos. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 14, n. 40, p. 77-85, 2008, Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/rph/ANO14/40/06.pdf>>. Acesso em: 21-02-2019.

PIRES, Eliane Muniz. *Imprensa, ditadura e democracia: A construção da autoimagem dos jornais do Grupo Folha*. 2008. Dissertação (mestrado em história). – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

POLACOW, Patrícia Ozores. O caderno Folhetim e o jornalismo cultural da Folha de São Paulo (1977-1989). 2007. Tese (Doutorado em Comunicação Social). – Programa de Pós-

Graduação em Comunicação Social, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.

PONTES, José Alfredo Vidigal. *O Estado de S. Paulo*. Disponível em:

<<http://www.estadao.com.br/historico/print/resumo.htm>>. Acesso em: 21-02-2019.

POPOVICH, Frances Blok. *A organização social dos maxakali*. Brasília: Sociedade Internacional Linguística, 1992.

POPOVICH, Harold. *maxakali supernaturalism*. Summer Institute of Linguistics, 1976.

POSTMAN, Neil. *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RAMIRES, Vicentina. Panorama dos estudos sobre gêneros textuais. *Investigações*, Recife, vol. 18, n. 18, p. 39-67, 2005. Disponível em:

<<http://www.repositorios.ufpe.br/revistas/index.php/INV/articula/view/1479/1152>>.

REID, Josephine; RICHARD, Hull; CATER, Kirsten; FLEURIOT, Constancel. Magic moments in situated mediascapes. In: *Proceedings of the 2005 ACM SIGCHI International Conference on Advances in computer entertainment technology*. ACM, 2005, p. 290-293.

REIS, Daniella Rocha. A língua que “curte” as evoluções tecnológicas do século XX e “compartilha” mudanças significativas para o mundo linguístico do século XXI. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 21, n. 63 – Supl.: Anais da X JNLFLP, p. 219-228. set./dez.2015. Disponível em:

<<http://www.filologia.org.br/rph/ANO21/63supl/014.pdf>>.

REVISTA Especial Recreio Girls. São Paulo: Abril, ano 1, n. 01, 42 p., dez. 2010 (ano 2, n. 03, 42 p., nov. 2011; ano 3, n. 05, 42 p., jun. 2012).

RIBAS, Ka W. *A ciência sagrada dos Incas*. São Paulo: Madras, 2008.

RIBEIRO, Rodrigo Barbosa. *Guerra e paz entre os maxakali: devir histórico e violência como substrato da pertença*. Tese (doutorado em ciências sociais – antropologia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, PUC-SP, São Paulo, 2008.

_____. O Yãmiyxop como forma de conhecimento: formas do imaginário *maxakali*. *Avá*, vol. 19, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-16942011000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21-02-2019.

RODRIGUES, Rosângela Hammes. Os gêneros do discurso na perspectiva dialógica da linguagem. In: MEURER, José Luiz; BONIONI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée. (Orgs). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2005, p. 152-183.

RODRIGUES, V. M. *Caras-pintadas: Estudantes na festa e na política*. 1997. Dissertação (Mestrado em antropologia social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: Questões teóricas e aplicadas. In MEURER, José Luiz; BONINI, Adair; MOTTA-ROTH, Désirée (Orgs.). *Gêneros: teorias, métodos, debates*. São Paulo: Parábola, 2007.

ROSSI, Paolo. *O passado, a memória e o esquecimento: sete ensaios da história das ideias*. São Paulo: UNESP, 2010.

RUBINGER, Marcos Magalhães; AMORIM, Maria Stella; MARCATO, Sônia de Almeida. *Índios maxakali: resistência ou morte*. Belo Horizonte: Interlivros, 1980.

SALLUM JR, Brasílio; CASARÕES, Guilherme Stolle Paixão e. *O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo*. *Lua Nova*, São Paulo, n. 82. p. 163-200, 2011. Disponível

em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n82/a08n82.pdf>>. Acesso em 21/02/2019.

SANTIAGO, Silviano. *Uma literatura nos trópicos*. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SANTOS, Camila Antonia da Silva; SANTOS JUNIOR, Antonio José dos. O conceito de interdiscurso na propaganda da "Operação Lei Seca". *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XV, tomo 3, 2011. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xv_cnlftomo_3/175.pdf>. Acesso em: 21-02-2019.

SANTOS, Marlene Eliane dos; CHAVES, Aline Saddi. A circulação do conceito de gênero do discurso em duas instâncias mediadoras do ensino e aprendizagem da língua portuguesa. *Revista Philologus – Supl.: Anais da VIII JNLFLP*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, ano 19, n. 57, set./dez., p. 24-35, 2013. Disponível em:

<<http://www.filologia.org.br/revista/57supl/02.pdf>>.

SANTOS, Morgana Ribeiro dos. O dialogismo e a tradição no forró. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XV, tomo 1, 2011. Disponível em:

<http://www.filologia.org.br/xv_cnlftomo_1/65.pdf>.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1975.

SEMED. Prefeitura Municipal de Campo Grande (MS). *Referencial curricular da rede municipal de ensino: 3º. ao 9º. ano do ensino fundamental*. Campo Grande, 2008.

SILVA JÚNIOR, Silvio Nunes da; FERNANDES, Gabriela Ulisses. Linguagem e enunciação: uma abordagem dos gêneros textuais no ensino de língua materna. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, Ano 21, N° 63 – Supl.: Anais da X JNLFLP, p. 1237-1248. set./dez.2015. Disponível em:

<<http://www.filologia.org.br/rph/ANO21/63supl/087.pdf>>.

SILVA, Cassio Evangelista da. *Minas Indígena: levantamento sociocultural e possibilidades de abordagens missionárias nos grupos indígenas de Minas Gerais*. 2002. Dissertação (Mestrado em Missiologia). Programa de Pós-Graduação em Missiologia da Escola de Missões Transculturais do Centro Evangélico de Missões. Viçosa.

SILVA, Gisele Batista da. Autobiografia e dialogismo: uma abordagem afetiva da linguagem. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XI, n. 3, 2007. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/xicnlf/3/04.htm>>. Acesso em: 20-02-2019.

_____. Discurso pedagógico: polifonia e interação. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. VI, n. 6, 2002, Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/vicnlf/anais/caderno06-07.html>>. Acesso em: 20-02-2019.

SILVA, Odete dos Santos. Linguagem, ideologia e poder no processo de formação do leitor: os signos linguísticos representados pelos sujeitos históricos das escolas municipais de Vitória da Conquista – BA. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, Ano 21, N° 63 – Supl.: Anais da X JNLFLP, p. 1249-1258, set./dez.2015. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/rph/ANO21/63supl/088.pdf>>. Acesso em: 20-02-2019.

SILVA, Sílvio Ribeiro da. *Teoria aplicada sobre gêneros do discurso/textuais*. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. XI, n. 04 – Livro dos minicursos, p. 137-155, 2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/xiicnlf/livro_dos_minicursos/teoria_aplicada_sobre_generos.pdf>. Acesso em: 20-02-2019.

_____; RAUBER, Bárbara Battistelli; TELES, Lanilda. A estrutura composicional nos gêneros textuais a escrever: estudo de caso. *Soletras*, São Gonçalo: UERJ, ano VI, n. 11, jan./jun.,

p. 14-23, 2006. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/soletras/article/view/4640/3422>>. Acesso em: 20-02-2019.

SIMANOWSKI, Roberto. What is and Toward What End Do We Read Digital Literature? In: RICARDO, Francisco J. *Literary Art In Digital Performance: Case Studies in New Media Art and Criticism*. Ed. Continuum: New York, 2014.

SOARES, Doris de Almeida. Bakhtin e a aula de redação acadêmica em língua inglesa: um diálogo possível. *Cadernos do CNLF*, Rio de Janeiro: CiFEFiL, vol. IX, n. 17, 2005. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/ixcnlf/17/07.htm>>. Acesso em: 20-02-2019.

SOARES, Geralda Chaves. *Os maxakali e a questão do alcoolismo: contribuição para uma discussão Interna*. CIMI/ CEDEFES. [s.l.]: [s.n.], 1998. (mimeo).

SOERENSEN, Claudiana. *O mez da gripe: a Babel carnava-lizada*. 2008. Dissertação (de Mestrado). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

TASCHNER, Gisela. *Folhas ao vento: análise de um conglomerado jornalístico no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TUGNY, Rosângela Pereira de. (Org.). *Cantos tikmũ'ün para abrir o mundo*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

VAL, Gisela Maria do. *A chamada da educação: sobre a governamentalização pedagógica nos textos jornalísticos*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

VILLAMÉA, Luíza. Revolução tecnológica e reviravolta política. In: LUCCA, Tania Regina; MARTINS, Ana Luíza. *História da imprensa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2008.

WEYLAND, Kurt. The rise and fall of president Collor and its impact on Brazilian democracy. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, 1993, vol. 35, n. 1, p. 1-37.

SOBRE OS AUTORES

ALINE MARIA SANTOS PEREIRA

Mestra em Letras: linguagens e representações pela Universidade Estadual de Santa Cruz/UESC; especialista em Leitura, Interpretação e Produção de Texto pela FACSUL/UNIME e licenciada em Letras e Artes-Espanhol pela UESC. Professora Assistente da UNEB, Campus XXI – Ipiaú. Membro do grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Educação e Linguagens (GEICEL). E-mail: allinemaria@hotmail.com

CELSO KALLARRARI

É doutor em ciências da religião pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-Goiás, mestre em educação, especialista em língua portuguesa, licenciado em letras e graduado em teologia, professor adjunto da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus X, nos cursos de letras e no Programa de Pós-graduação *Lato Sensu* em Linguística Aplicada ao Ensino de Língua Portuguesa. Membro do grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Educação e Linguagens (GEICEL). Cofundador e membro do conselho editorial da revista científica *Mosaicum*, membro do conselho consultivo e parecerista da revista científica NUPEX – UNEB. E-mail: celsokallarrari@terra.com.br

JOSÉ PEREIRA DA SILVA

É mestre em linguística e filologia e doutor em linguística pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, especialista em língua e literatura em Portugal no século XVI pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e metodologia do ensino superior pela Universidade Estácio de Sá, e licenciatura em letras (portu-

guês/ literatura) pela Faculdade de Humanidades Pedro II. É aposentado como professor adjunto pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e diretor-presidente do Círculo Fluminense de Estudos Filológicos. E-mail: jpsilva@filologia.org.br

CRISTHIANE FERREGUETT

Doutora em linguística pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Mestre em Estudos de Linguagens pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Pós-graduada em Psicopedagogia (UESC) e especialista em linguística aplicada à produção de texto (UESB). Integra, como pesquisadora, grupos certificados pelo CNPQ: Tessitura: vozes em (Dis)curso e Enunciação em Perspectiva. É professora assistente do *Campus X* (Teixeira de Freitas – BA) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: cristhiane-fe@gmail.com

VINÍCIUS SALES DO NASCIMENTO FRANÇA

Mestre em história social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), especialista em história social pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), bacharel e licenciado em história pela Universidade de São Paulo (USP), professor auxiliar substituto na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus V, no curso de licenciatura em história e membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Educação e Linguagens (GEICEL). E-mail: yifranca@gmail.com

ORASIR GUILHERME TECHE CÁLIS

Mestre e doutor em filologia e língua portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP, Graduado em Letras pela Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) e professor concursado

do da Rede Pública de Ensino de Cubatão (SP), integra o grupo de pesquisa "Práticas de leitura e escrita em português língua materna", ligado à Universidade de São Paulo (USP). E-mail: bionicalis@uol.com.br.

ADRIANA SANTOS BATISTA

Doutora e mestre em letras: filologia e língua portuguesa pela Universidade de São Paulo; bacharel e licenciada em letras: português e linguística pela Universidade de São Paulo. Professora assistente da Universidade do Estado da Bahia, *Campus X* – Teixeira de Freitas. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa Produção Escrita e Psicanálise (GEPPEP) e coordenadora do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Educação e Linguagens (GEICEL). E-mail: drisb11@yahoo.com.br.

VÂNIA LÚCIA MENEZES TORGA

Doutora em linguística pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestre em linguística aplicada pela Universidade Federal de Minas Gerais, especialista em psicopedagogia pela Universidade Estadual de Minas Gerais, especialista em leitura e produção de textos pela PUC-Minas, graduada em letras pela UFV, professora adjunta aposentada pela UESC, professora do quadro permanente do metrado em letras: Linguagens e Representações, coordenadora do grupo de pesquisa Estudos bakhtinianos, registrado no CNPq, parecerista da revista *EId&a*, *EPED/ Usp*. E-mail: vlorga@uol.com.br

VINÍCIUS VITA GORENDER

Mestre em letras: linguagens e representações na área de concentração de linguística pela Universidade Estadual de Santa

Cruz (UESC), especialista em comunicação e *marketing* em mídias sociais pela Faculdade de Tecnologias e Ciências (FTC-Itabuna), graduado em comunicação com habilitação em jornalismo pelo Centro Universitário Unijorge.

E-mail: vgorender@gmail.com

HELÂNIA THOMAZINE PORTO

Professora e pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia – Campus X. Licenciada em letras (FAFIC-ES), especialização em linguística aplicada ao estudo de português (UESB-BA) e em psicopedagogia (UESC-BA), mestre em educação, administração e comunicação (UNIMARCO-SP). Membro do Grupo de Pesquisa Processos Comunicacionais: Epistemologia, Miatização, Mediações e Recepção – PROCESSOCOM (CNPq/CAPES/UNISINOS) e do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Educação e Linguagens – GEICEL (CNPq/CAPES/ UNEB). Realiza pesquisa acerca das temáticas: educação, linguagem e identidades culturais; semiótica e processos midiáticos em comunidades indígenas.